CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE PENALVA DO CASTELO

1.ª REVISÃO

2021

Ficha técnica

Título

Carta Educativa do Município de Penalva do Castelo . 1.ª revisão

Execução, grafismo e paginação

primelayer

Agradecimentos

Câmara Municipal de Penalva do Castelo

Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo

Coimbra, 12 de abril de 2021

Índice geral

Introdução **9**

Metodologia **15**

PARTE I . CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL **19**

1. Enquadramento geográfico **21**

2. Demografia **23**

2.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2020 ..... **23**

2.1.1. População residente 24

2.1.2. Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo 30

2.1.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência 33

2.2. Tendências evolutivas: de 2011 a 2031 ..... **41**

2.2.1. População residente 41

2.2.2. Natalidade 42

2.2.3. Envelhecimento e dependência 43

3. Socioeconomia **45**

3.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho **46**

3.2. Desemprego **57**

3.3. Empresas 59
3.4. Condições de vida 65
4. Indicadores socioeducativos 69
4.1. Nível de escolaridade 69
4.2. Analfabetismo 71
PARTE II . DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO 77
5. Oferta escolar 79
5.1. Rede escolar 79
5.2. Caracterização física e funcional 81
5.2.1. Estado de conservação, acessibilidade e segurança 82
5.2.2. Capacidade instalada e taxa de ocupação 82
5.2.3. Espaços escolares de apoio 84
6. Procura escolar 87
6.1. Situação atual e evolução recente 87
6.1.1. Caracterização global 87
6.1.2. Caracterização por nível de ensino 92
6.1.2.1. Creche 92
6.1.2.2. Educação pré-escolar 95
6.1.2.3. 1.º Ciclo do ensino básico 98
6.1.2.4. 2.º Ciclo do ensino básico 100
6.1.2.5. 3.º Ciclo do ensino básico 102
6.1.2.6. Ensino secundário 103
6.2. Fluxos escolares 105
6.2.1. Educação pré-escolar 105
6.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico 109
6.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico 112
6.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico 114
6.2.5. Ensino secundário 115
6.3. Cenário prospetivo 117
6.3.1. Modelo de projeção adotado 117
6.3.2. Projeções da população escolar 119
6.3.2.1. Educação pré-escolar 119
6.3.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico 121
6.3.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico 124
6.3.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico 125
6.3.2.5. Ensino secundário 126
7. Indicadores de sucesso escolar 129

7.1. Resultados escolares 129
7.1.1. Provas de aferição 129
7.1.2. Provas finais do 3.º CEB 134
7.1.3. Exames finais do ensino secundário 136
7.2. Taxa de retenção e desistência 138
7.3. Metas Penalva do Castelo 2026 142
8. Educação inclusiva 145
8.1. Educação pré-escolar 147
8.2. 1.º Ciclo do ensino básico 147
8.3. 2.º Ciclo do ensino básico 148
8.4. 3.º Ciclo do ensino básico 149
8.5. Ensino secundário 150
9. Apoios e complementos educativos 151
9.1. Atividades de animação e de apoio à família 151
9.2. Componente de apoio à família 152
9.3. Atividades de enriquecimento curricular 153
9.4. Atividades extracurriculares 153
9.4.1. 2.º Ciclo do ensino básico 153
9.4.2. 3.º Ciclo do ensino básico 154
10. Desporto escolar 155
10.1. 2.º Ciclo do ensino básico 155
10.2. 3.º Ciclo do ensino básico 155
10.3. Ensino secundário 156
11. Ação social escolar 159
11.1. Educação pré-escolar 159
11.2. 1.º Ciclo do ensino básico 160
11.3. 2.º Ciclo do ensino básico 161
11.4. 3.º Ciclo do ensino básico 161
11.5. Ensino secundário 161
12. Transportes escolares 163
12.1. Educação pré-escolar 163
12.2. 1.º Ciclo do ensino básico 164
12.3. 2.º Ciclo do ensino básico 165
12.4. 3.º Ciclo do ensino básico 165
12.5. Ensino secundário 165
13. Recursos humanos 167
13.1. Pessoal docente 167

13.1.1. Nível de educação e ensino 168
13.1.2. Tipo de vínculo 168
13.1.3. Estrutura etária 168
13.1.4. Habilitações literárias 169
13.2. Pessoal não docente 169
13.2.1. Tipo de vínculo 170
13.2.2. Carreira e categoria 170
13.2.3. Estrutura etária 171
PARTE III . SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E MATRIZ SWOT 173
PARTE IV . ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO 179
14. Proposta de reorganização da rede escolar 181
14.1. Objetivos a prosseguir 181
14.2. Linhas estratégicas de atuação 182
14.3. Principais medidas a adotar 182
14.3.1. Educação pré-escolar e 1.º CEB 183
14.3.2. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário 187
15. Monitorização 191
Algumas considerações finais 195
Referências bibliográficas 199
Índice de figuras 201
Índice de mapas 207
Índice de quadros 209
Índice de anexos 215
Anexos 217

Introdução

A Declaração Universal dos Direitos do Homem sagrou, no seu artigo 26.º, que toda a pessoa tem direito à educação. Em Portugal esta consagração só ocorreu quase três décadas depois, quando a Constituição da República Portuguesa declarou, no seu artigo 73.º, que *todos têm direito à educação*. Este reconhecimento advém do facto da educação ser inquestionavelmente um dos vetores basilares para a evolução cultural, social e económica da sociedade. Como afirmado no seu artigo 2.º da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), *a educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.* É por esta razão que estrategicamente se deve garantir uma educação de qualidade para todos, não somente no processo inicial de aprendizagem, mas também ao longo da vida. Fruto desta consciencialização, a legislação portuguesa no setor da educação tem vindo a alargar progressivamente nas mais variadas áreas, assistindo-se, simultaneamente, a um reforço das atribuições e competências das autarquias locais nesta matéria, acompanhando o movimento de descentralização administrativa e de autonomia do poder local.

A apresentação da carta educativa como metodologia de planeamento foi um dos resultados mais visíveis desta procura de um salto qualitativo para a educação em Portugal. Inicialmente designada de carta escolar e entendida como um mero registo dos edifícios escolares existentes e dos que faltavam construir, só mais tarde, com o reconhecimento da ineficácia e da natureza bloqueadora do planeamento estático, dogmático e restrito e com o entendimento de que o desenvolvimento social de uma população só é possível através da melhoria da educação e formação, evoluiu para uma conceção mais abrangente de projeto fundamental de intervenção estratégica e dinâmica na rede escolar, passando a abarcar, além das edificações escolares, todos os equipamentos sociais e coletivos que têm a ver com a educação e formação ao longo da vida. Mais do que uma alteração de terminologia, esta mudança representou a evolução de um conceito e a passagem de uma carta escolar documento a uma carta educativa instrumento, indissociável da problemática mais ampla do ordenamento e planeamento do território, razão pela qual passou a ser uma obrigação municipal, a ver reconhecido o seu papel no complementar e aprofundar dos estudos necessários à execução dos Planos de Diretores Municipais (PDM) e a ter configuração legal definida.

A primeira referência a esta metodologia de planeamento na legislação aparece na Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, que, ao estabelecer o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, afirma que é uma atribuição dos órgãos municipais elaborar a carta escolar, mas só com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regula o seu processo de elaboração e aprovação e os seus efeitos, foram efetivamente transferidas competências para a realização da carta educativa. No atual quadro de reforço da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e concretizado no domínio da educação pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a carta educativa mantém-se como instrumento de planeamento.

Como expresso no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, *a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

Partindo desta visão global e integradora, pensada a médio e longo prazo, do sistema educativo, o referido diploma legal, no seu artigo 6.º, define que são objetivos da carta educativa:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;
- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;

- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Por sua vez, no artigo 11.º, estabelece que são objetivos do ordenamento da rede de ofertas de educação e ensino:

- Garantir o direito de acesso de todas as crianças e de todos os alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;
- Superar as situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e dos alunos, prevenindo a exclusão social;
- Fomentar uma adequada complementaridade das ofertas educativas;
- Assegurar a qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- Desenvolver formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes;
- Adequar a oferta de recursos e a racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino dessa mesma área.

O mesmo diploma legal determina, no seu artigo 15.º, que a revisão da carta educativa é obrigatória de 10 em 10 anos e sempre que a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do departamento governamental com competência na matéria ou dos próprios municípios.

Dando cumprimento à disposição legal e reconhecendo a importância de uma rede escolar adequada às características do território e às funções hoje atribuídas à escola, a Câmara Municipal de Penalva do Castelo (CMPC) procedeu à revisão da sua carta educativa. Mais de uma década depois da elaboração da carta educativa de primeira geração, homologada em 2007, mas com dados referentes ao letivo de 2003/2004, impõe-se, naturalmente, um processo de atualização

que, não colocando em causa a proposta de reorganização da rede escolar anteriormente aprovada, considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e educativas e efetue as alterações que se revelem necessárias para resolver os problemas identificados e melhorar a qualidade da educação pública.

Para a revisão da carta educativa de Penalva do Castelo foram correlacionadas as várias dimensões consideradas significativas para o desenvolvimento sustentado da rede escolar, designadamente os aspetos demográficos e socioeconómicos, as características do sistema educativo, as tendências de evolução da população escolar, os critérios de reorganização estipulados pelo Ministério da Educação (ME), a política educativa local, as decisões políticas ao nível do ordenamento e planeamento do território e as perspetivas de desenvolvimento local, em particular no que se refere ao crescimento demográfico e urbanístico.

Além destas variáveis, a revisão da carta educativa de Penalva do Castelo assentou, ainda, em três pressupostos essenciais. Em primeiro lugar, que a construção de uma carta educativa, independentemente do enquadramento geográfico, carece de uma abordagem que privilegie uma perspetiva global de todas as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, em particular da realidade imposta pela dicotomia criada pela existência de espaços físicos e sociais de génese diferenciada, de ruralidade e urbanidade. A fluidez desta realidade não permite a criação de limites rígidos que sustentem uma separação clara, o que impede uma abordagem dualizada e de contornos bem definidos, sob pena de subverter a própria realidade. Em segundo lugar, que o desenvolvimento do sistema educativo pressupõe uma visão integrada e integradora da escola, uma vez que a identificação da escola com o edifício e que o conceito de edifício escolar isolado são, na atualidade, conceções redutoras e desajustadas de uma realidade onde a escola deve funcionar cada vez mais como um interface de uma rede de locais de educação e formação, num espaço convergente de múltiplas e diversas atividades de cariz comunitário. Com base nesta conceção escola-organização, a escola tem hoje um quadro de responsabilidades que não cabe no conceito restrito de instituição de ensino tradicional, precisando, por isso, de se enraizar, trocar influências e enriquecer comportamentos, valores e vivências dentro da sociedade em que está inserida. Em terceiro e último lugar, que o ordenamento e planeamento da rede escolar deve obrigar os diversos interlocutores envolvidos a trabalhar o conceito de território educativo, princípio estruturante das novas redes escolares que permite organizar o território municipal em espaços geográficos nos quais se assegura o cumprimento da escolaridade básica. Esta noção integra, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra urbanística, permitindo esbater as disparidades existentes, sobretudo nas áreas de maior isolamento.

Enquanto documento orientador decisivo para o desenvolvimento consistente do sistema educativo e para a construção de uma política educativa, a revisão da carta educativa de Penalva do Castelo vai permitir aos responsáveis políticos e técnicos do município delinear uma estratégia

de atuação capaz de planear as intervenções a realizar para assegurar a adequação da oferta à evolução da procura escolar, do pensamento educativo e da dinâmica social e urbanística. Entre muitas outras potencialidades, apoia na definição de critérios de programação, na determinação de domínios e locais de intervenção prioritária, na previsão do esforço financeiro necessário e na tomada de decisão quanto ao redimensionamento do parque escolar, designadamente no que respeita ao encerramento de estabelecimentos de educação e ensino, à qualificação ou reconversão física e/ou funcional de edifícios ou à construção de novos equipamentos.

Dando cumprimento aos princípios gerais e organizativos da política educativa definidos na LBSE e no conjunto de diplomas legais específicos complementares que foram na sua sequência surgindo, a revisão da carta educativa de Penalva do Castelo dotou o município de uma ferramenta prática e operacional fundamental para um efetivo planeamento estratégico do território municipal que o vai auxiliar no melhor cumprimento das suas funções ao nível da gestão dos recursos educativos locais e do ordenamento e planeamento do território, com vista ao desenvolvimento sustentado e à melhoria da qualidade de vida da população.

No fundamental o que se pretende é criar as condições para que todos aqueles que vivem no município de Penalva do Castelo possam aceder aos edifícios e equipamentos educativos e desenvolver as suas capacidades de modo a construir um melhor projeto de vida. Encara-se, assim, a carta educativa não apenas na vertente das edificações escolares, mas também na vertente da educação e formação ao longo da vida, abrangendo, por isso, toda a população, independentemente da idade, e todos os aspetos da educação e formação.

Metodologia

Independentemente do entendimento que se possa ter sobre uma carta educativa, é inegável que compreende um estudo da situação atual e prevista e a elaboração de um documento que sistematize essa análise e faça propostas de intervenção. Para obedecer a este propósito a revisão da carta educativa de Penalva do Castelo assentou na aplicação de uma metodologia bem definida e rigorosa que recorreu às melhores práticas disponíveis. Em termos de estrutura, a metodologia subdividiu-se em quatro etapas de desenvolvimento distintas, mas complementares, tendo sido da sua adequada articulação que dependeu o sucesso final do projeto.

A primeira etapa integrou a pesquisa bibliográfica, a leitura, análise e interpretação de normativos legais e de publicações académicas e técnicas e a fundamentação teórica, no sentido de definir as temáticas a abordar, a estrutura do projeto e a metodologia a adotar.

A segunda etapa incluiu o levantamento da informação entendida como necessária para oferecer aos diversos parceiros educativos um completo, profundo e rigoroso diagnóstico da realidade atual e prevista do sistema educativo e para fundamentar o processo de reorganização da rede escolar. Naturalmente, um projeto com estas características assenta em informação de natureza distinta e proveniente de diferentes domínios, nomeadamente dados demográficos, socioeconómicos e socioeducativos do Instituto Nacional de Estatística (INE), dados de sucesso

escolar da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), dados escolares do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo e dados cartográficos, urbanísticos e escolares da CMPC. A recolha dos dados foi, assim, desenvolvida abarcando dois tipos de ação, uma em gabinete e outra sustentada num processo de mobilização e participação ativa das entidades com intervenção educativa local.

O levantamento da informação junto dos agentes educativos foi efetuado através de três inquéritos de caracterização do sistema educativo municipal no ano letivo de referência (2019/2020), cada um representativo de uma temática distinta, nomeadamente equipamento educativo (Anexo I), população escolar (Anexos II, III, IV, V e VI) e residência das crianças/alunos (Anexo VII). O processo de construção dos inquéritos foi da responsabilidade da equipa técnica da Primelayer, enquanto a sua distribuição, receção e validação ficou a cargo da equipa técnica da autarquia.

A terceira etapa consistiu no tratamento e na análise estatística dos dados demográficos, socioeconómicos, socioeducativos e escolares levantados. De modo organizar a grande quantidade da informação levantada tornou-se imprescindível a criação de uma de base de dados específica para cada tema.

A quarta etapa compreendeu a execução do relatório técnico, sendo que, de forma a estar em sintonia com os normativos legais, o seu conteúdo teve por base o disposto no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, a que foram acrescentados outros pontos considerados como relevantes para o diagnóstico do sistema educativo. Para uma melhor organização do vasto conjunto de dados abrangidos, o relatório técnico foi estruturado em quatro partes distintas: caracterização territorial, diagnóstico do sistema educativo, síntese do diagnóstico e análise SWOT e estratégia de intervenção e acompanhamento.

A primeira parte envolve o enquadramento geográfico e a caracterização demográfica, socioeconómica e socioeducativa. Aqui trata-se a localização territorial e os aspetos relacionados com os quantitativos e as características da população, a sua ocupação e condições de vida, bem como a sua escolaridade.

A segunda parte abrange as principais componentes do sistema educativo. Num primeiro momento foram objeto de estudo as vertentes da oferta escolar, da procura escolar (situação atual e evolução recente, fluxos escolares e cenário prospetivo), dos indicadores de sucesso escolar e da educação inclusiva. Num segundo momento analisaram-se os apoios e complementos educativos - Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), Componente de Apoio à Família (CAF), Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) e atividades extracurriculares -, o desporto escolar, a ação social escolar, os transportes escolares e os recursos humanos.

Na terceira parte procede-se à síntese das principais conclusões do diagnóstico realizado, tendo em conta os indicadores analisados, e à análise SWOT.

As etapas de trabalho anteriores servem de suporte à quarta parte, que agrega a proposta de reorganização da rede escolar e a monitorização. Efetivamente, depois de se conhecerem as características do sistema educativo atual e as projeções da população escolar para os próximos anos letivos e de se identificarem as necessidades de requalificação e redimensionamento da rede escolar, o processo termina com a estruturação do plano de intervenção e do modelo de acompanhamento.

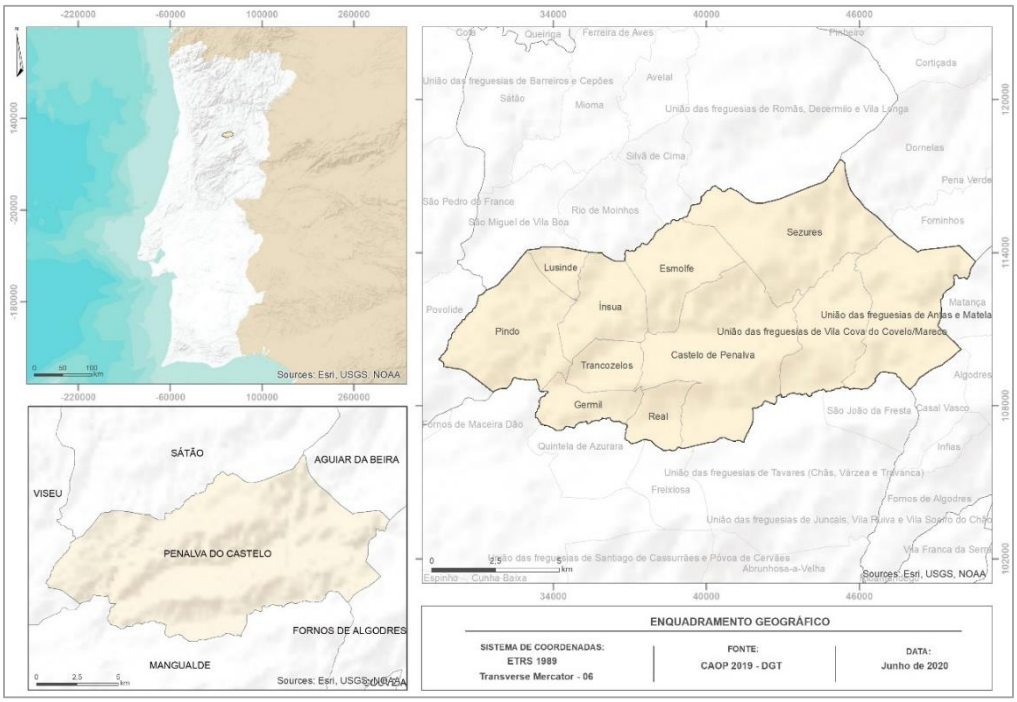
A definição da proposta de reorganização da rede escolar organiza-se em três pontos diferentes. No primeiro é feita a identificação dos objetivos concretos a prosseguir para a concretização da política educativa municipal. No segundo explicitam-se as linhas estratégicas de atuação que vão nortear as ações estruturantes de iniciativa municipal a implementar pelo conjunto alargado de atores envolvidos com vista ao desenvolvimento do sistema educativo. No terceiro descrevem-se as principais medidas a adotar para a configuração da rede escolar e a sua justificação.

A revisão da carta educativa de Penalva do Castelo representa o culminar de um longo processo de análise da realidade educativa e de definição da estratégia local a seguir para o desenvolvimento consistente do sistema educativo. Só com base em ferramentas com estas características se torna exequível um efetivo planeamento da intervenção territorial, com base no princípio da otimização dos recursos, quer existentes, quer previstos, e da adequação da oferta à procura, de modo a colmatar as carências e os problemas detetados.

PARTE I . CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

1. Enquadramento geográfico

Localizado no centro de Portugal continental, o município de Penalva do Castelo integra a região Centro (NUT II) e insere-se na Comunidade Intermunicipal (CIM) Viseu Dão Lafões (NUTIII), sendo delimitado a norte pelo município de Sátão, a nordeste pelo município de Aguiar da Beira, a sudeste pelo município de Fornos de Algodres, a sul pelo município de Mangualde e a oeste pelo município de Viseu (Mapa 1). Do total de municípios com que confronta, apenas um não integra a CIM Viseu Dão Lafões, Fornos de Algodres, que faz parte da CIM Beiras e Serra da Estrela. Com uma área de 134,34 km^2, administrativamente Penalva do Castelo subdivide-se em onze freguesias - Castelo de Penalva (27,16 km^2), Esmolfe (10,87 km^2), Germil (5,46 km^2), Ínsua (9,44 km^2), Lusinde (2,81 km^2), Pindo (16,76 km^2), Real (4,69 km^2), Sezures (21,04 km^2), Trancozelos (5,12 km^2), União das Freguesias (UF) de Antas e Matela (18,27 km^2) e UF Vila Cova do Covelo e Mareco (12,71 km^2) -, que perfazem um total de 90 lugares.



Mapa 1. Enquadramento geográfico.

2. Demografia

2.1. Antecedentes e dinâmica atual: de 1950 a 2020

As alterações na dinâmica demográfica traduzem processos de natureza diversa. Evidenciam desde logo transformações na economia ou na família, mas também nas acessibilidades ou nos estilos de vida e, igualmente, nas condições de saúde ou no domínio político. A análise das mudanças no ritmo de crescimento da população, nas estruturas etárias e na sua distribuição no espaço deve, assim, ser integrada no contexto alargado da evolução dos respetivos sistemas sociais, culturais, económicos e políticos.

A leitura dos comportamentos demográficos é, assim, um dos aspetos que melhor espelha o grau de dinamismo de um território. É neste sentido que o estudo dos quantitativos e das características de uma população nas últimas décadas é essencial para se compreender os fatores e as condições de competitividade dos territórios e estabelecer as bases para a definição de cenários para as diversas atividades públicas e privadas.

É tendo em atenção este pano de fundo que pensamos que o conhecimento da dinâmica demográfica se afigura como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação,

refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século e ordenar o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão terão efeitos duradouros e crescentemente elevados.

2.1.1. População residente

Penalva do Castelo, com os seus 7956 habitantes em 2011, apresenta-se como um dos municípios menos populosos da Comunidade Intermunicipal (CIM) Viseu Dão Lafões (apenas ultrapassado pelos municípios de Aguiar da Beira e Vila Nova de Paiva), representando apenas 2,97% do seu total populacional. Este valor deve ser interpretado atendendo à diversidade física e humana, mas também ao dispositivo territorial regional fortemente polarizado no município de Viseu, grande polo criador de emprego, que se traduz no estabelecimento de relações funcionais fortes que têm tornado difícil a fixação de população em Penalva do Castelo ao longo dos tempos.

Ainda que muito pouco expressivo, na última década o município de Penalva do Castelo registou uma ligeira perda de importância no contexto da CIM Viseu Dão Lafões (0,30%), uma vez que dez anos antes correspondia a 3,27% do seu total populacional. O mesmo acontece quando olhamos para o ano de 1991, momento em que representava 3,37%.

População residente

Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Um olhar atento sobre os valores de população residente desde os anos cinquenta do século XX no município de Penalva do Castelo permite efetuar uma análise evolutiva, ao mesmo tempo que possibilita retirar algumas conclusões sobre as características deste território municipal (Figura 1 e quadro 1). Uma primeira ideia destaca de imediato o facto de ter ocorrido entre 1950 e 2011 um decréscimo populacional com muito significado. Efetivamente, entre 1950 e 2011 Penalva do Castelo perdeu 6662 habitantes, valor que representa -45,57% (de 14618 para 7956 residentes). A redução com maior relevância registou-se na década de 60, que corresponde ao grande momento do fenómeno migratório português da 2ª metade do século XX. De facto, entre 1960 e 1970 Penalva do Castelo perdeu 2641 indivíduos, representando -19,30% (de 13686 para 11045 habitantes). Na última década a diminuição foi de 1063 habitantes, valor que representa -11,79% (de 9019 para 7956 residentes). Este decréscimo é preocupante, na medida em que é bastante mais expressivo em relação ao período intercensitário anterior, onde Penalva do Castelo perdeu 147 indivíduos, valor que corresponde a -1,60% (de 9166 para 9019 habitantes).

Figura 1. População residente entre 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 1. População residente entre 1950 e 2011.

Anos	População residente (n.º)	Variação populacional (n.º)	Variação populacional (%)
1950	14618	–	–
1960	13686	-932	-6,38
1970	11045	-2641	-19,30
1981	10172	-873	-7,90
1991	9166	-1006	-9,89
2001	9019	-147	-1,60
2011	7956	-1063	-11,79

Fonte: www.ine.pt.

Considerando apenas a década mais recente, o município de Penalva do Castelo acompanhou a tendência da CIM Viseu Dão Lafões, que registou um decréscimo de -3,01%, num contexto em que também a Região Centro perdeu (-0,88%) e Portugal verificou um acréscimo, ainda que pouco expressivo (1,99%). O mesmo não acontece quando comparamos com a década anterior, onde, ao contrário de Penalva do Castelo, a CIM Viseu Dão Lafões cresceu (1,52%), à semelhança do que aconteceu na Região Centro (3,97%) e em Portugal (4,96%).

A análise desde o último período intercensitário até ao ano de 2020 vem confirmar a tendência de decréscimo populacional para os anos mais recentes, ainda que no último ano se verifique uma inversão desta tendência (Figura 2 e quadro 2). Efetivamente, a partir de 2011, com exceção de 2020, todos os anos registaram uma diminuição do número de habitantes. A redução mais expressiva foi entre os anos 2011 e 2012, onde se observou uma perda de -2,02%, valor

Variação populacional

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

correspondente a -161 residentes. No último ano o aumento foi de 0,42%, que representa 30 indivíduos [1].

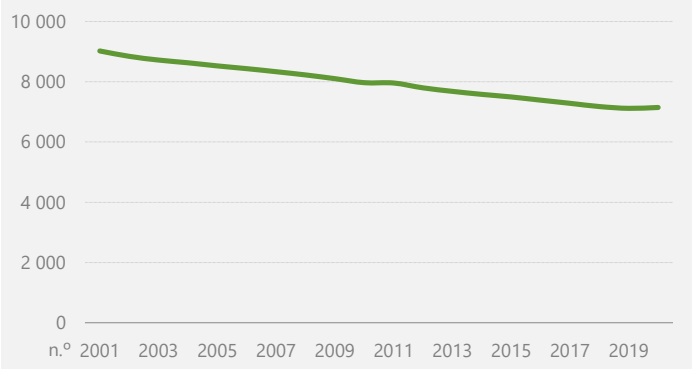


Figura 2. População residente entre 2001 e 2020.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 2. População residente entre 2001 e 2020.

Anos	População residente (n.º)	Variação populacional (n.º)	Variação populacional (%)
2001	9019	-	-
2002	8841	-178	-1,97
2003	8717	-124	-1,40
2004	8627	-90	-1,03
2005	8523	-104	-1,21
2006	8432	-91	-1,07
2007	8331	-101	-1,20
2008	8224	-107	-1,28
2009	8100	-124	-1,51
2010	7967	-133	-1,64
2011	7956	-11	-0,14
2012	7795	-161	-2,02
2013	7679	-116	-1,49
2014	7579	-100	-1,30
2015	7493	-86	-1,13
2016	7387	-106	-1,41
2017	7283	-104	-1,41
2018	7175	-108	-1,48
2019	7115	-60	-0,84
2020	7145	30	0,42

Fonte: www.ine.pt.

[1] Excetuando os anos de 2001 e 2011, provenientes dos censos, os valores foram retirados das estimativas da população residente do INE, realizadas com base nas componentes demográficas natural e migratória (nados-vivos, óbitos e estimativas da emigração e imigração).

Considerando agora a distribuição dos valores de população residente a partir dos anos 90 do século XX nas 11 freguesias que integram na atualidade o município de Penalva do Castelo, é possível distinguir comportamentos demográficos diferentes durante este período (Figura 3, mapa 2 e anexo VIII). Observando apenas o ano mais recente, as freguesias de Ínsua (2045 habitantes, correspondendo a 25,70%) e Pindo (1916 habitantes, correspondendo a 24,08%) assumem-se como as mais populosas, distinguindo-se de forma clara das restantes freguesias. Embora com valores bastante distanciados, seguem-se as freguesias de Castelo de Penalva e Sezures, com 914 e 726 residentes, respetivamente, que representam 11,49% e 9,13% do total populacional. Segue-se a UF Antas e Matela e as freguesias de Germil e Esmolfe, com 473, 427 e 417 habitantes, valores que representam 5,95%, 5,37%, e 5,24%. Por fim, um último grupo é constituído pela UF Vila Cova do Covelo e Mareco e pelas freguesias de Trancozelos, Real e Lusinde, com pesos populacionais mais reduzidos (317, 269, 263 e 189 residentes, correspondendo a 3,98%, 3,38%, 3,31% e 2,38%).

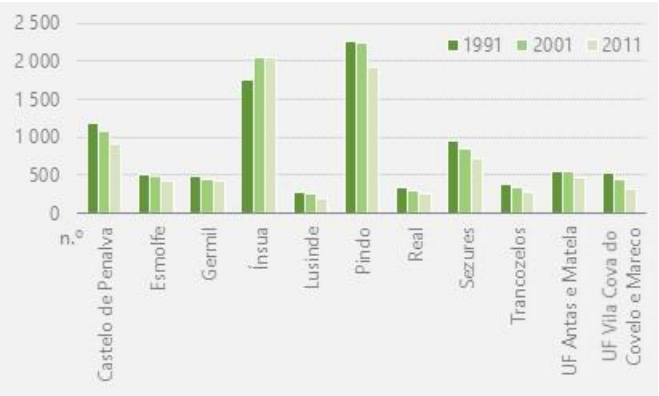


Figura 3. População residente por freguesia entre 1991 e 2011.

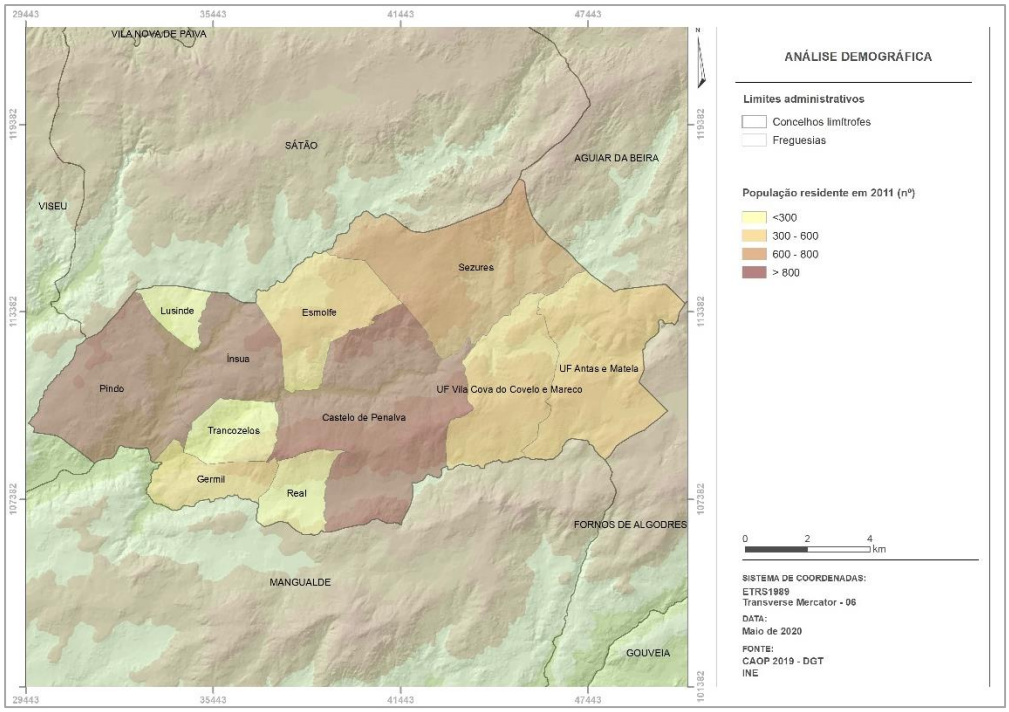
Fonte: www.ine.pt.

O dispositivo territorial expressa, assim, um nítido fenómeno de concentração da população residente nas freguesias de Ínsua e Pindo, que se afirmam como os principais polos de atração.

Esta repartição da população residente é já evidente na análise dos dados relativos a 2001 e 1991, sendo que durante todo o período em estudo o peso da freguesia de Ínsua no território municipal tem vindo a crescer (19,15% em 1991, 22,67% em 2001 e 25,70% em 2011), enquanto o da freguesia de Pindo se tem mantido estável (24,60% em 1991, 24,89% em 2001 e 24,08% em 2011).

Relativamente à dinâmica populacional das 11 freguesias que atualmente constituem o município de Penalva do Castelo nas últimas duas décadas, é possível identificar um padrão de comportamento comum à esmagadora maioria das freguesias (Anexo IX). Examinando a década

mais recente (Figura 4 e mapa 3), contata-se que todas as freguesias registaram um decréscimo populacional, exceção feita à freguesia de Ínsua, que regista o mesmo número de habitantes (2045 residentes em 2001 e 2011). A UF Vila Cova do Covelo e Mareco observa a diminuição mais expressiva (-28,76%, correspondente a -128 residentes), seguida da freguesia de Lusinde (-23,48%, representando -58 indivíduos) e Trancozelos (-18,98%, correspondendo a -63 residentes). Por sua vez, a freguesia de Germil verificou a perda populacional menos significativa (-4,04%, representando -18 indivíduos).



Mapa 2. População residente por freguesia em 2011.

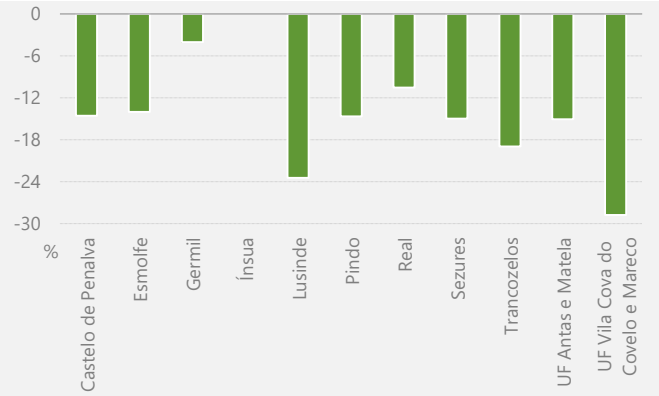
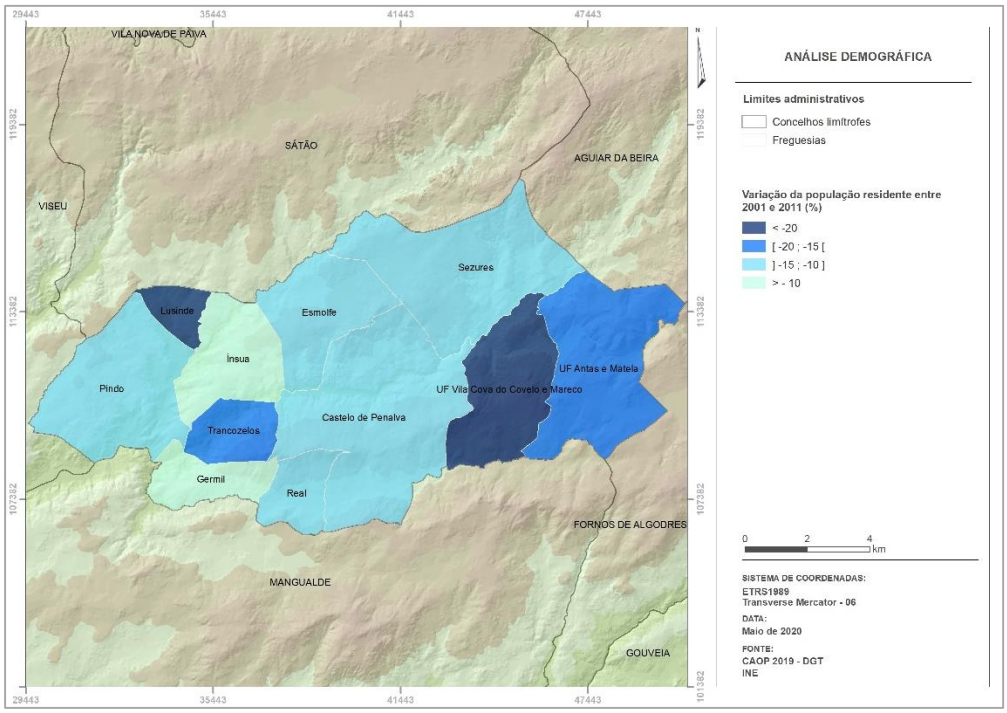


Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 3. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011.

Esta realidade é distinta da existente entre 1991 e 2001 (Figura 5). De facto, no período intercensitário anterior existiam ainda duas freguesias a registar um aumento do número de habitantes, Ínsua (16,52%, correspondendo a 290 residentes) e a UF Antas e Matela (3,34%, representando 18 residentes). As restantes freguesias já nesta década viram a sua população residente diminuir. A maior redução ocorreu na UF Vila Cova do Covelo e Mareco (-15,08%, correspondendo a -79 habitantes) e nas freguesias de Trancozelos (-13,32%, representando -51 indivíduos) e Real (-11,98%, correspondendo a -40 habitantes).

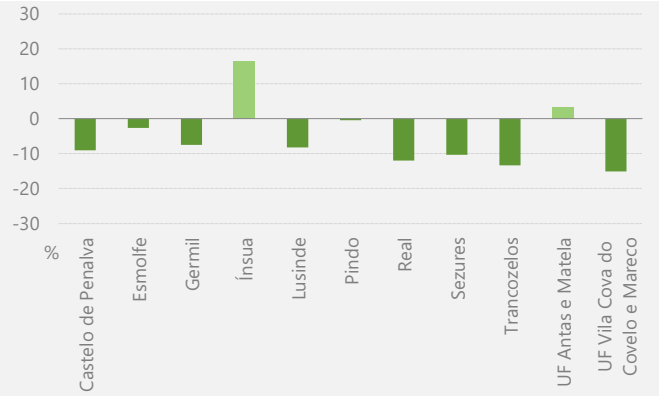


Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 1991 e 2001.

Fonte: www.ine.pt.

Como se observa, todas as freguesias que registaram decréscimo populacional entre 1991 e 2001 mantiveram o comportamento na década seguinte. A UF Vila Cova do Covelo e Mareco é a que observa as diminuições mais expressivas, passando de -15,08% para -28,76%. De notar que a UF Antas e Matela, que no período intercensitário anterior verificou um aumento populacional (3,34%), na última década regista um decréscimo população já significativo (-15,08%).

A realidade descrita no município de Penalva do Castelo deve ser entendida no contexto do quadro evolutivo que caracteriza a população portuguesa desde os anos cinquenta do século XX, tendo em atenção a diversidade de territórios e de dinamismos (social, económico, cultural e político) existentes.

2.1.2. Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo

Crescimento natural, saldo natural ou saldo fisiológico

Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Saldo migratório

Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Crescimento efetivo

Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

As variações observadas num município e nas freguesias que o integram relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais da dinâmica demográfica: por um lado, o crescimento natural e, por outro lado, o saldo migratório.

A análise da evolução dos valores do crescimento natural entre 2001 e 2020 para o município de Penalva do Castelo revela um comportamento irregular expresso em ligeiros aumentos e decréscimos (Figura 6 e anexo X).

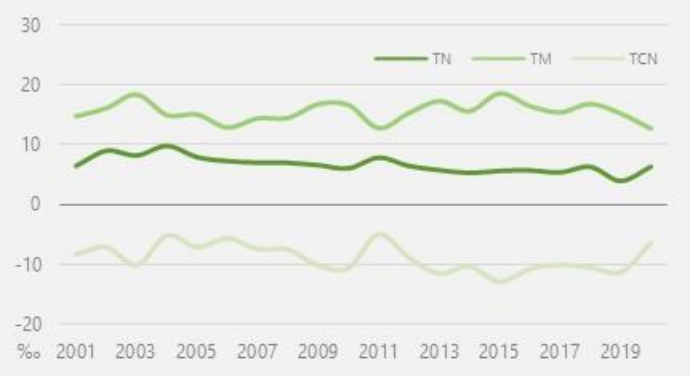


Figura 6. Crescimento natural entre 2001 e 2020.

Fonte: www.ine.pt.

A consideração da natalidade mostra um número médio de nados-vivos anual ligeiramente acima das seis dezenas até 2012 e próximo das quatro dezenas a partir de 2013. O valor mais elevado ocorreu no ano de 2004, com 84 nascimentos. Por sua vez, no ano de 2019 atinge-se o valor mais baixo, com 28 nascimentos. Verifica-se, assim, uma tendência no sentido da diminuição

Taxa de natalidade ou taxa bruta de natalidade

Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).

Taxa de mortalidade ou taxa bruta de mortalidade

Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10^3) habitantes).

do número de nados-vivos, embora interrompida por alguns anos que registam ligeiros crescimentos.

A evolução da taxa de natalidade mostra uma tendência generalizada de decréscimo (de 6,43‰ em 2001 para 6,30‰ em 2020), ainda que oscilando entre pequenos aumentos e diminuições. À semelhança da natalidade, a taxa de natalidade mais elevada do período considerado verifica-se no ano de 2004 (9,74‰) e a taxa de natalidade mais baixa regista-se no ano de 2019 (3,94‰).

A apreciação da mortalidade evidencia, ao longo do período em análise, um número médio de 123 óbitos. O valor mais elevado foi de 159 óbitos no ano de 2003, enquanto o valor mais baixo foi de 91 óbitos em 2020. Nos anos mais recentes o número de óbitos parece observar uma tendência no sentido de uma certa diminuição, passando de 138 óbitos em 2015 para 91 óbitos em 2020. Esta tendência de decréscimo foi interrompida apenas no ano de 2018, que registou um ligeiro aumento (de 112 para 120).

O comportamento da taxa de mortalidade no período em análise é bastante irregular, ainda que com uma tendência generalizada de crescimento (de 14,75‰ em 2001 para 12,74‰ em 2020). O ano de 2015 foi aquele que apresentou a mais elevada taxa de mortalidade (18,42‰), enquanto o menor valor ocorreu, à semelhança do observado na mortalidade, no ano de 2020 (12,74‰).

A análise conjunta dos valores da natalidade e mortalidade permite constatar que os nascimentos apresentam sempre valores inferiores aos óbitos, realidade que se traduz num crescimento natural negativo em todos os anos. As perdas populacionais com maior significado aconteceram nos anos de 2015, 2013 e 2019 (-12,81‰, -11,46‰ e -11,24‰, a que correspondem -96, -88 e -80 indivíduos). Por sua vez, as perdas populacionais menos expressivas ocorreram nos anos de 2011, 2004 e 2006 (-5,03‰, -5,22‰ e -5,69‰, que representam -40, -45 e -48 habitantes).

Considerando uma outra escala espacial de análise sublinha-se, para o ano de 2011 (Figura 7 e anexo XI), o crescimento natural positivo nas freguesias de Lusinde (10,58‰), Trancozelos (7,43‰) e Sezures (6,89‰). De referir o crescimento natural nulo nas freguesias de Esmolfe e Real. As restantes freguesias evidenciam um cenário de crescimento natural negativo. A perda populacional mais expressiva verificou-se na freguesia de Germil, com -21,08‰, valor que corresponde a um decréscimo de -9 indivíduos. Por sua vez, a perda populacional com menor significado ocorreu na freguesia de Pindo, com -2,09‰, que representa uma diminuição de -4 indivíduos.

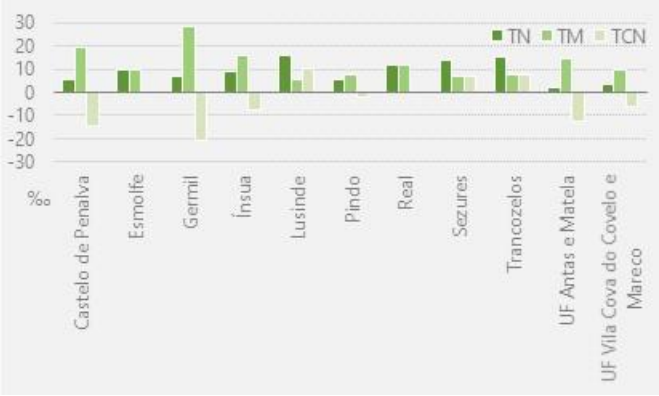


Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

De uma forma geral entre 2001 e 2011 o número de nados-vivos diminuiu em relação aos óbitos, passando-se de um crescimento natural negativo de -8,32‰ para -5,03‰ (de -75 para -40 pessoas). Ao nível das freguesias, em 2001 destaca-se o crescimento natural positivo na freguesia de Esmolfe, com 4,12‰, valor que reflete um aumento de apenas 2 indivíduos (Figura 8). Nas restantes freguesias o comportamento foi idêntico ao observado na década seguinte. O decréscimo mais expressivo ocorreu nas freguesias de Lusinde (-20,24‰, que representa -4 indivíduos) e Germil (-20,22‰, que representa -9 indivíduos). Por seu turno, a diminuição menos significativa verificou-se na freguesia de Pindo, com -0,45‰, que representa uma diminuição de -1 indivíduos.

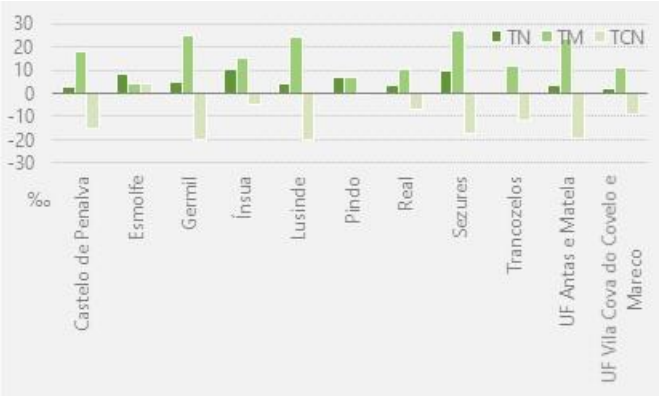


Figura 8. Crescimento natural por freguesia em 2001.

Fonte: www.ine.pt.

A consideração do crescimento efetivo no município de Penalva do Castelo para o período entre 2001 e 2011 vem confirmar o cenário de perda populacional (Figura 9 e anexo XII). Tanto

crescimento natural (-710 residentes), como o saldo migratório (-353 pessoas) são negativos, assumindo o crescimento efetivo o valor de -1063 indivíduos.

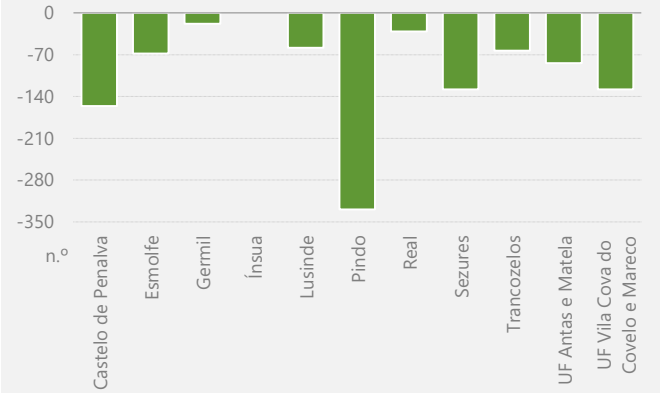


Figura 9. Crescimento efetivo por freguesia entre 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

A realidade descrita estende-se a todas as freguesias, não existindo nenhuma a registar crescimento efetivo positivo. De salientar que a freguesia de Ínsua regista um crescimento efetivo nulo. As freguesias de Pindo e Castelo de Penalva apresentam os valores mais baixos, com -329 e -156 indivíduos, respetivamente. Seguindo-se a freguesia de Sezures e a UF Vila Cova do Covelo e Mareco, ambas com -128 pessoas.

Não obstante o panorama geral, a análise à freguesia permite constatar a maior capacidade de atração de pessoas que algumas freguesias assumem no contexto do território municipal, nomeadamente a freguesia de Ínsua, que apresenta um saldo migratório positivo de 181 indivíduos. Embora com valores muito inferiores, é de referir também as freguesias de Germil e Real, que registam um saldo migratório positivo de 29 e 2 indivíduos, respetivamente.

Os comportamentos descritos devem ser contextualizados no âmbito dos valores absolutos da população residente e no quadro da história do município e do território envolvente.

2.1.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da evolução e distribuição da população residente deve contemplar também o estudo da estrutura etária, envelhecimento e dependência. Para este efeito interessa começar por conhecer os perfis populacionais através da observação da repartição da população residente por grupo etário. Neste particular, a interpretação das pirâmides etárias revela-se fundamental, uma vez que estas representações gráficas não traduzem apenas a imagem da população num dado momento, mas permitem uma leitura da perspetiva histórica dos acontecimentos que a marcam.

Em paralelo importa também conhecer alguns índices que resumem o comportamento da estrutura etária da população residente e que, conjuntamente com os dados avançados para a dinâmica demográfica, permitem contextualizar e refletir sobre as principais características da população.

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população residente por grupo etário no município de Penalva do Castelo entre 1950 e 2011 parece ser a contínua diminuição dos grupos etários mais jovens, prosseguida pelo sucessivo aumento dos grupos etários mais idosos, o que espelha de modo bastante claro uma tendência crescente para o envelhecimento da população, aspeto comum à generalidade dos territórios portugueses (Figura 10 e quadro 3).

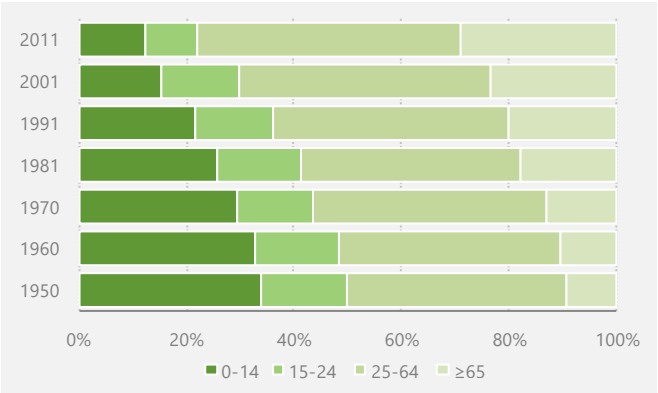


Figura 10. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 3. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011.

Grupos etários	1950		1960		1970		1981		1991		2001		2011	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
0-14	4951	33,87	4493	32,83	3265	29,56	2609	25,65	1993	21,74	1372	15,21	979	12,31
15-24	2334	15,97	2130	15,56	1565	14,17	1598	15,71	1309	14,28	1307	14,49	786	9,88
25-64	5953	40,72	5646	41,25	4780	43,28	4168	40,98	4041	44,09	4215	46,73	3890	48,89
≥65	1380	9,44	1417	10,35	1435	12,99	1797	17,67	1823	19,89	2125	23,56	2301	28,92
Total	**14618**	**100**	**13686**	**100**	**11045**	**100**	**10172**	**100**	**9166**	**100**	**9019**	**100**	**7956**	**100**

Fonte: www.ine.pt.

Procedendo-se a uma observação mais pormenorizada verifica-se que a população jovem (0-14 anos) e a jovem adulta (15-24 anos) registaram uma diminuição da importância, no contexto deste território municipal, de -21,56% (de 33,87% para 12,31%) e de -6,09% (de 15,97% para 9,88%), respetivamente. Em sentido oposto, a população adulta (25-64 anos) e a população idosa (65 anos ou mais) viram o seu peso aumentar de 8,17% (de 40,72% para 48,89%) e 19,48% (de 9,44% para 28,92%), respetivamente.

Analisando apenas o último período intercensitário, a diminuição foi de -2,91% na população jovem (de 15,21% para 12,31%) e de -4,61% na população jovem adulta (de 14,49% para 9,88%) e o acréscimo foi de 2,16% na população adulta (de 46,73% para 48,89%) e de 5,36% na população idosa (de 23,56% para 28,92%).

Esta evolução com perda de jovens e ganho de idosos traduz-se num duplo envelhecimento da população, realidade que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos e que se instalou muito repentinamente, devendo a rapidez com que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida merecer uma profunda reflexão.

A observação da pirâmide etária do município de Penalva do Castelo para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 1950, este duplo envelhecimento da população, que se traduz por um estreitamento da base e um alargamento do topo (Figura 11).

Considerando a pirâmide etária da década mais recente, verifica-se que o número de indivíduos total e por sexo na população jovem, jovem adulta e adulta (até aos 25-29 anos) em 2011 é inferior em relação a 2001 (Figura 12). Na população idosa (a partir dos 75-79 anos) o número de indivíduos total e por sexo é superior em 2011 relativamente a 2001, existindo neste caso diferenças por sexo o número de idosos é superior no sexo feminino.

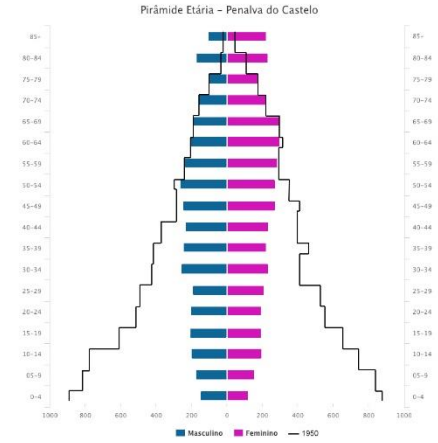


Figura 11. Pirâmide etária da população residente em 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

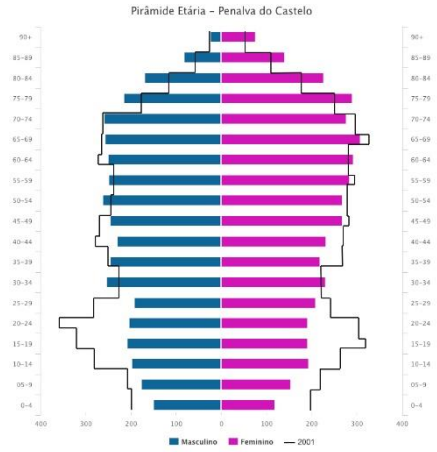


Figura 12. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Índice de envelhecimento

Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (por cada 100 jovens existem *x* idosos).

Os valores do índice de envelhecimento confirmam o cenário de envelhecimento da população, o que quer dizer que ocorreu um aumento do peso dos idosos em relação aos jovens. Efetivamente, entre 2001 e 2011 observou-se um acréscimo de 80,15%, passando de 154,88% para 235,04% (Figura 13, mapa 4 e anexo XIII). Isto significa que para cada 100 jovens existiam aproximadamente 155 e 235 idosos em 2001 e 2011, respetivamente. Considerando que no contexto da CIM Viseu Dão Lafões esta relação era de 123,68% em 2001 e 166,89% em 2011, que no quadro da Região Centro era de 129,60% em 2001 e 163,43% em 2011 e que em termos nacionais era de 102,23% em 2001 e 127,84% em 2011, tratam-se de valores bastante relevantes, evidenciando que também neste indicador o município apresenta mais uma vez uma posição desfavorável.

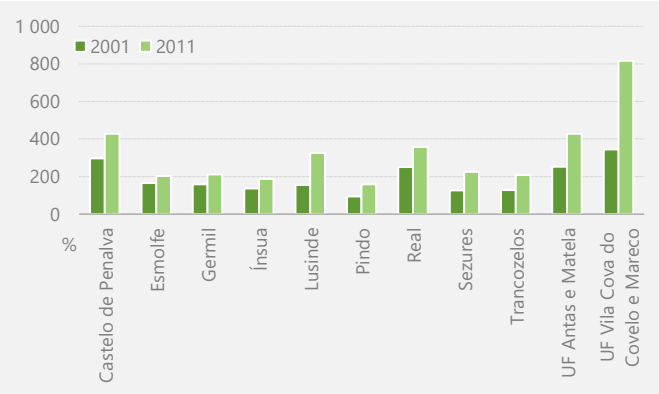
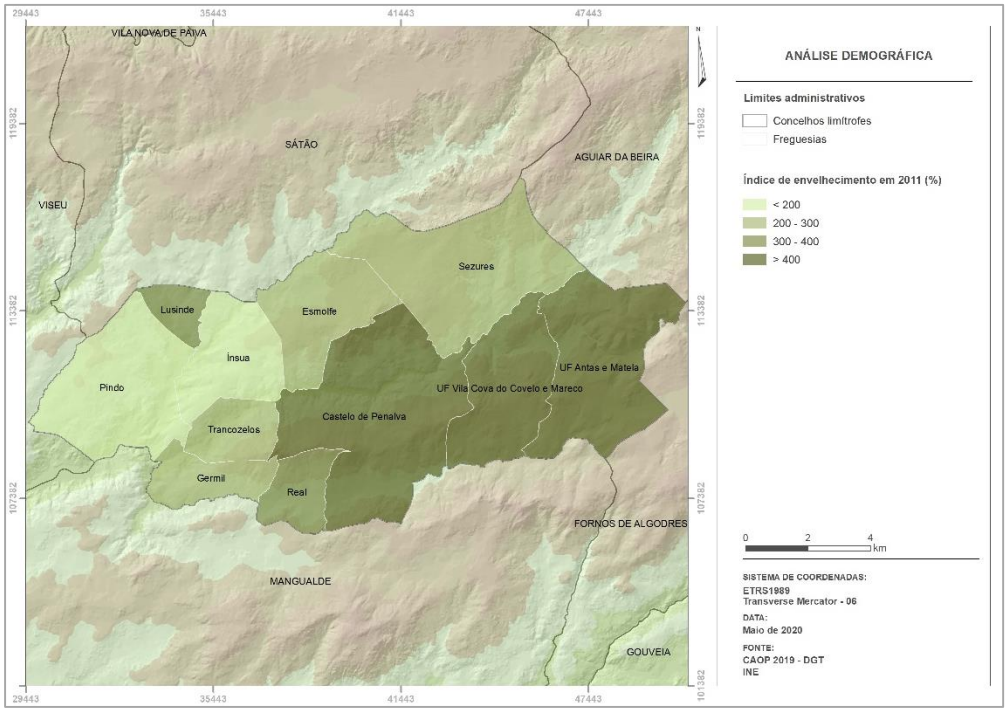


Figura 13. Índice de envelhecimento por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 4. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011.

Considerando os valores por freguesia para o ano de 2011, destacam-se, por apresentarem os resultados mais expressivos e preocupantes, a UF Vila Cova do Covelo e Mareco (816,67%), a UF Antas e Matela (427,91%) e a freguesia de Castelo de Penalva (427,16%). Por sua vez, as freguesias de Ínsua (187,81%) e Pindo (158,76%), caracterizadas pelo seu maior grau de urbanidade, registam os resultados menos significativos, ainda que igualmente alarmantes. Numa referência à última década, verifica-se um aumento do índice de envelhecimento nas 11 freguesias que constituem este território municipal. As freguesias, constata-se que o aumento mais pronunciado ocorreu na UF Vila Cova do Covelo e Mareco (472,48%), que passou de 344,19% em 2001 para 816,67% em 2011. Por oposição, o acréscimo menos evidente observou-se na freguesia de Esmolfe (38,80%), que passou de 164,71% em 2001 para 230,51% em 2011.

Índice de dependência total

Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam *x* jovens e idosos).

A leitura dos resultados do índice de dependência total corrobora esta realidade e a necessidade de a debater (Figura 14 e mapa 5). Entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento de 6,82% (de 63,33% para 70,15%), o que significa que se verificou um acréscimo da importância dos não ativos para os ativos. Quer isto dizer que para cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2001 e 2011 existiam cerca de 63 e 70 não ativos, respetivamente. Esta evolução encontra-se em sintonia com a registada na CIM Viseu Dão Lafões (de 54,97% em 2001 para 58,84% em 2011), na Região Centro (de 52,56% em 2001 para 56,57% em 2011) e no país (de 47,82% em 2001 para 51,33% em 2011).

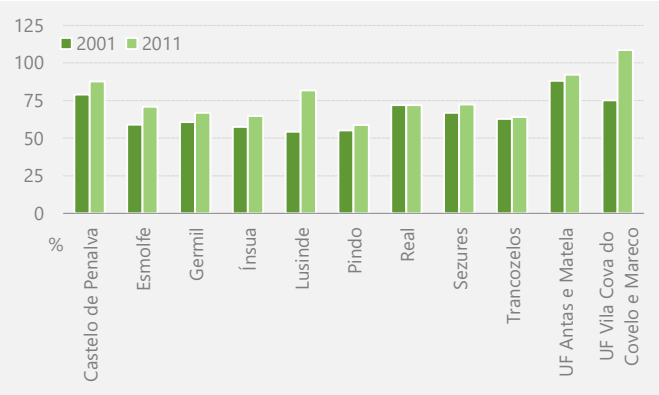
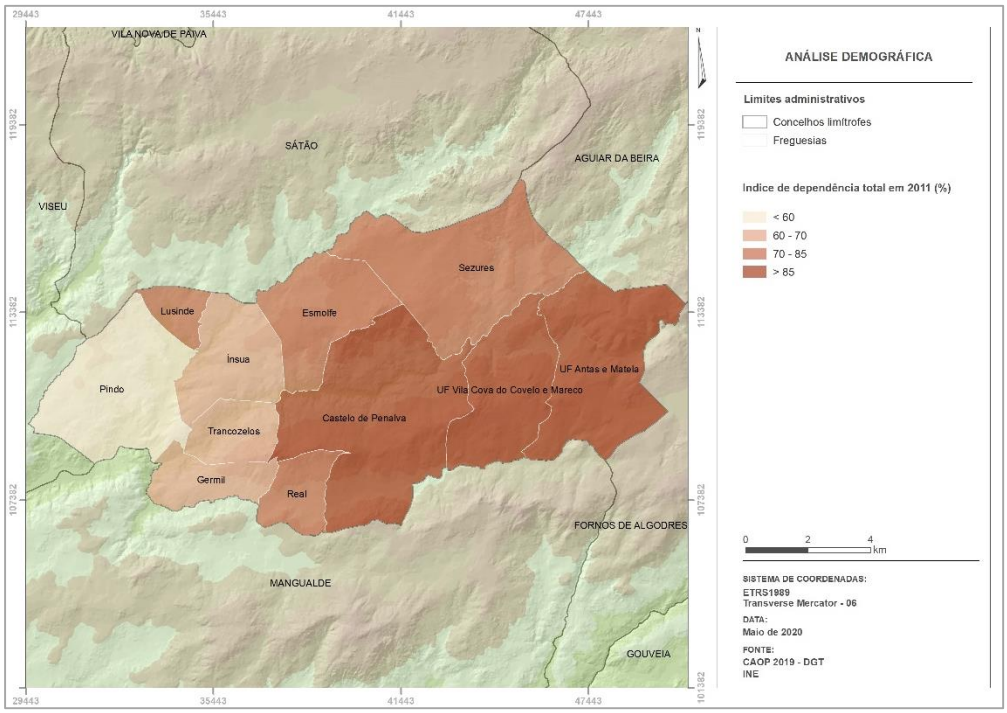


Figura 14. Índice de dependência total por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Observando agora os valores por freguesia para o ano mais recente, consta-se que é a UF Vila Cova do Covelo e Mareco (108,55%) e a UF Antas e Matela (92,28%) onde o peso dos dependentes sobre os ativos é maior. Nas freguesias de Ínsua (64,65%), Trancozelos (64,02%) e Pindo (58,79%) o esforço da sociedade sobre a população ativa é menor, ainda que significativo. Entre 2001 e 2011 todas as freguesias verificaram um aumento dos valores do índice de dependência total, exceção feita à freguesia de Real, em que se verificou a estabilização de valores, passando de 71,93%, em 2001, para 71,90%, em 2011.



Mapa 5. Índice de dependência total por freguesia em 2011.

Índice de dependência de idosos

Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam x idosos).

O agravamento do índice de dependência total resulta do aumento do índice de dependência de idosos, que registou um crescimento de 10,73% na última década, passando de 38,48% para 49,21% (Figura 15 e mapa 6). Em 2011 o peso dos idosos sobre a população ativa é mais vincado UF Vila Cova do Covelo e Mareco (96,71%) e menos vincado na freguesia de Pindo (36,04%). Entre 2001 e 2011 todas as freguesias observaram um incremento dos valores do índice de dependência de idosos.

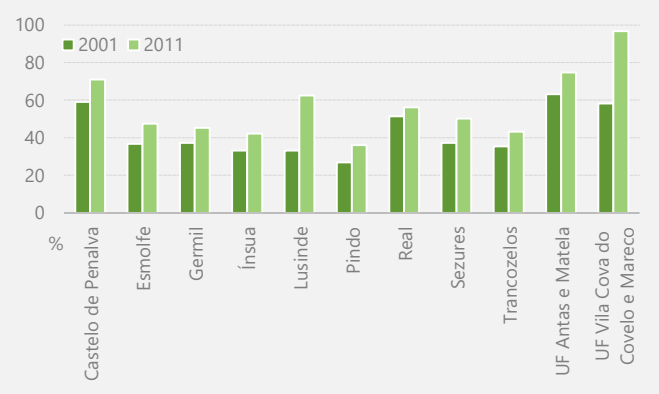
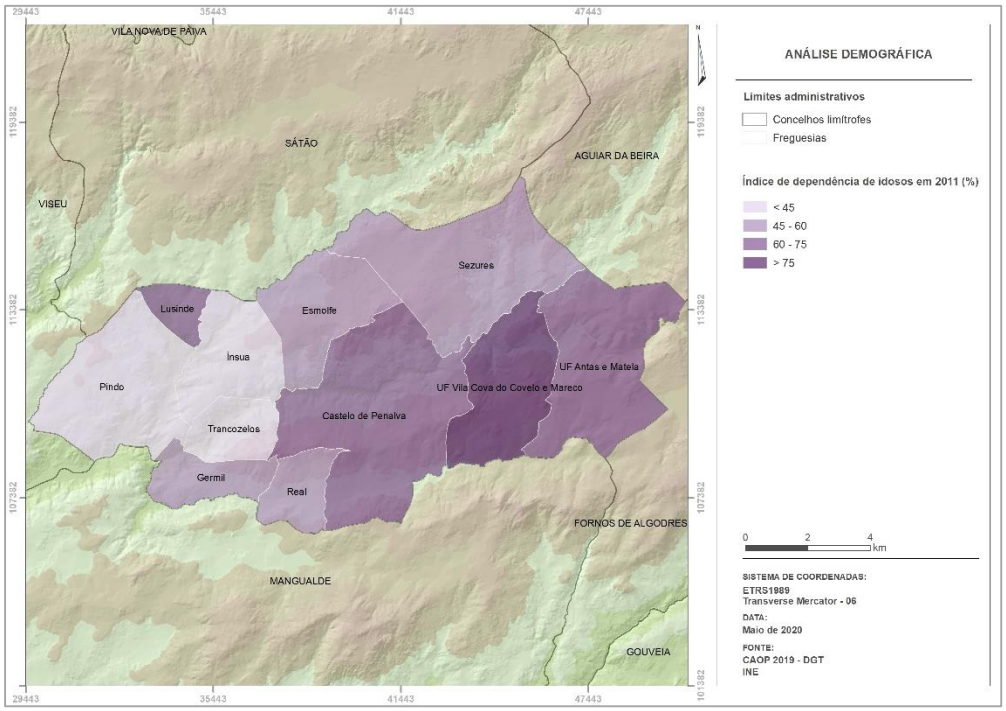


Figura 15. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 6. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011.

Índice de dependência de jovens

Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (por cada 100 potencialmente ativos existiam *x* jovens).

Por sua vez, o índice de dependência de jovens regista uma diminuição, passando de 24,85% em 2001 para 20,94% em 2011 (Figura 16 e mapa 7). Em 2011 o peso dos jovens sobre a população ativa é mais visível nas freguesias de Esmolfe (23,36%), Pindo (22,70%), Ínsua (22,46%) e Sezures (22,33%). E, por seu turno, menos visível nas freguesias de Real (15,69%) e na UF Vila Cova do Covelo e Mareco (11,84%). Na última década todas as freguesias registaram uma diminuição do índice de dependência de jovens, com exceção da freguesia de Esmolfe, onde se verificou um aumento, passando de 22,30% para 23,36%.

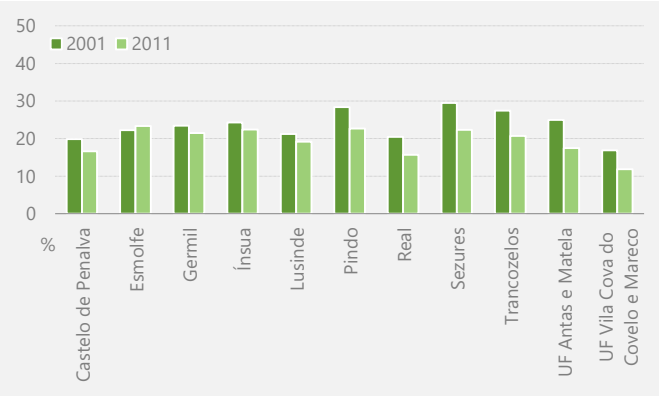
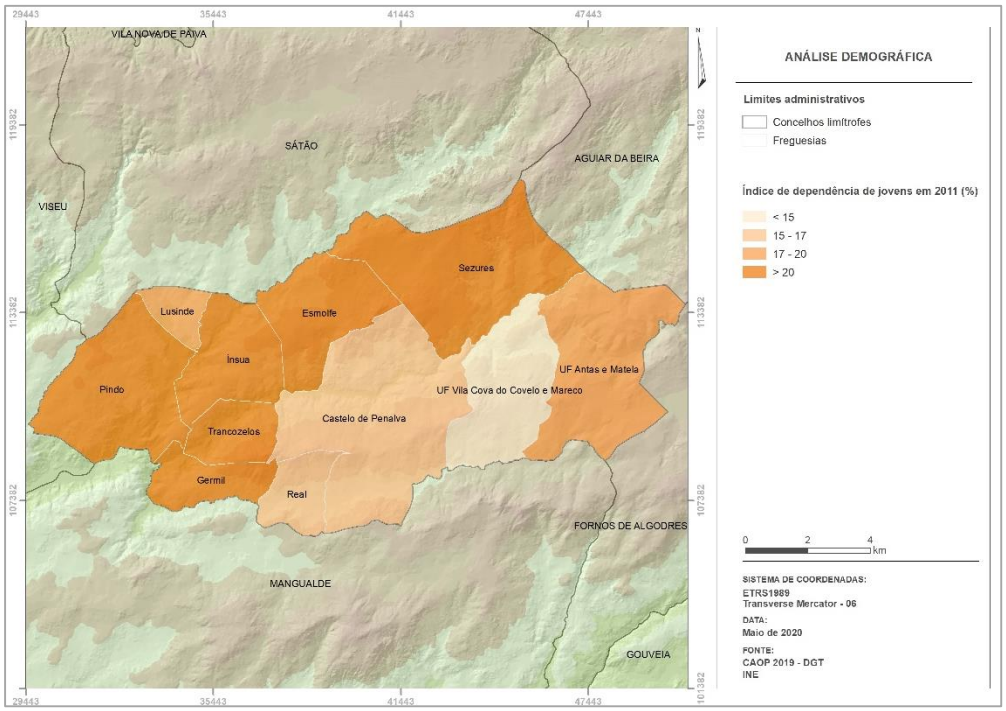


Figura 16. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.



Mapa 7. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011.

Em síntese, o município de Penalva do Castelo tem vindo a envelhecer, existindo cada vez menos jovens e ativos e cada vez mais idosos e não ativos. Este envelhecimento populacional, que é comum à generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, onde representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes, está relacionado com a profunda mudança de mentalidades, que se reflete na diminuição do número de filhos por casal, mas também com a procura de melhores condições de vida por parte da população ativa jovem e em idade de procriar, que migra para os espaços urbanos mais próximos, para as duas grandes metrópoles nacionais ou para o estrangeiro. Mas este fenómeno é também o resultado de um notável progresso social, em muito resultante da melhoria das condições de vida da população, que prolongou a esperança média de vida. Esta melhoria das condições de vida da população encontra-se diretamente relacionada com a drástica alteração dos hábitos alimentares, de prática de atividade física e outros, com os progressos na medicina e com o sucesso das políticas públicas de saúde (melhoria da assistência médica) e de proteção social (alargamento dos sistemas de apoio).

O envelhecimento populacional é, assim, um fenómeno extremamente controverso. O grande problema associado não é o aumento da esperança média de vida da população, mas sim o decréscimo do número de nascimentos, pois se estes se mantivessem em valores equilibrados, estaríamos apenas perante uma sociedade de pessoas que vivem durante mais tempo e não de uma sociedade envelhecida. Neste caso haveria apenas a necessidade de adaptar a sociedade a

uma nova, mas boa, realidade, resultado do desenvolvimento económico e social. Mas não é isto que acontece e, na verdade, estamos perante um fenómeno de duplo envelhecimento populacional.

Este fenómeno tem marcadamente reflexos de âmbito económico e social com impacto no desenho das políticas públicas, sendo claro que as políticas públicas de saúde, ação social e sustentabilidade tenderão a ter mais peso nas estratégias de desenvolvimento dos territórios no futuro, e na adoção de novos estilos de vida, onde deverão ocorrer alterações de índole individual e coletiva conducentes a um envelhecimento ativo e saudável e a uma melhoria da qualidade de vida.

Sendo amplamente conhecidos os efeitos dramáticos do envelhecimento populacional nos territórios e reconhecendo a necessidade de inverter esta preocupante tendência demográfica instalada, urge definir políticas públicas ativas e eficazes de incentivo à natalidade e de apoio à família.

2.2. Tendências evolutivas: de 2011 a 2031

Estando já descrito o comportamento demográfico do último período intercensitário e das décadas antecedentes e as suas principais implicações do ponto de vista da organização dos equipamentos, importa agora conhecer as tendências de evolução da população residente no horizonte temporal dos próximos 20 anos do século XXI. Para o efeito utilizou-se o método das componentes por *coortes* como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos etários).

2.2.1. População residente

Tendo por base uma metodologia de projeção da população residente que considera apenas a dinâmica natural da população (nascimentos e óbitos), a análise dos resultados obtidos indica a diminuição da população residente no município de Penalva do Castelo nas próximas duas décadas do século XXI (Figura 17 e quadro 4). Com efeito, tendo por referência a população residente em 2011 (7956 habitantes), Penalva do Castelo terá -1299 pessoas em 2031, valor correspondente a -16,33%. Por década este crescimento demográfico negativo traduz-se num decréscimo populacional de -602 indivíduos em 2021, valor que representa -7,56% (de 7956 para 7354 habitantes), e de -698 pessoas em 2031, valor que equivale a -9,48% (de 7354 para 6657 indivíduos).

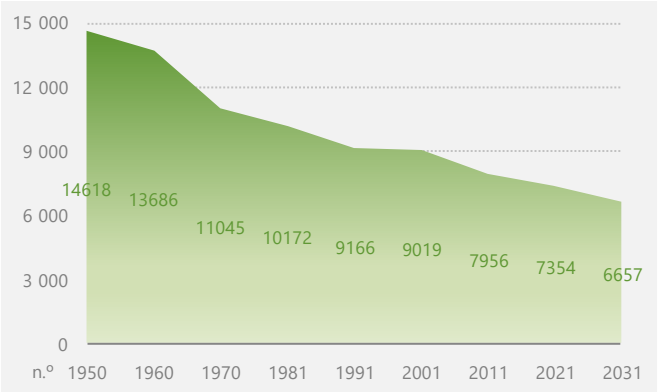


Figura 17. População residente entre 1950 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 4. População residente entre 1950 e 2011.

Anos	População residente (n.º)	Variação populacional (n.º)	(%)
1950	14618	–	–
1960	13686	-932	-6,38
1970	11045	-2641	-19,30
1981	10172	-873	-7,90
1991	9166	-1006	-9,89
2001	9019	-147	-1,60
2011	7956	-1063	-11,79
2021	7354	-602	-7,56
2031	6657	-698	-9,48

Fonte: www.ine.pt.

2.2.2. Natalidade

A evolução projetada do número de nados-vivos no município de Penalva do Castelo evidencia desde logo uma quebra contínua em relação aos valores de 2011 (62 nascimentos), esperando-se 50 nascimentos em 2021 e 44 nascimentos em 2031 (Quadro 5).

Quadro 5. Natalidade entre 2011 e 2031.

Anos	Natalidade (n.º)
2011	62
2021	50
2031	44

Fonte: www.ine.pt.

Por sua vez, prevê-se que a taxa de natalidade no município de Penalva do Castelo passe de 7,79‰ em 2011, para 6,80‰ em 2021 e para 6,61‰ em 2031 (Quadro 6).

Quadro 6. Taxa de natalidade entre 2011 e 2031.

Anos	Taxa de natalidade (‰)
2011	7,79
2021	6,80
2031	6,61

Fonte: www.ine.pt.

2.2.3. Envelhecimento e dependência

No quadro da organização dos equipamentos no território é ainda indispensável analisar a evolução da população prevista por grupo etário. A consideração do envelhecimento e dependência, ao permitir identificar o volume e as características da população e, consequentemente, as suas necessidades específicas, é determinante para a definição da política de investimento do município, quer na vertente quantitativa (localização, dimensão, número e capacidade), mas sobretudo na vertente qualitativa (tipologia).

Os resultados do índice de envelhecimento para o município de Penalva do Castelo espelham um aumento deste indicador entre 2011 e 2031, passando de 235,04% em 2011 para 294,39% em 2021 e 306,90% em 2031 (Quadro 7). Isto significa que para cada 100 jovens existirão, em 2021 e em 2031, 295 e 307 idosos, respetivamente.

Quadro 7. Índice de envelhecimento e índice de dependência entre 2011 e 2031.

Anos	Índice de envelhecimento (%)	Índice de dependência (%)
2011	235,04	70,15
2021	294,39	72,22
2031	306,90	77,33

Fonte: www.ine.pt

Relativamente ao índice de dependência total projeta-se igualmente um aumento dos valores no município de Penalva do Castelo a partir de 2011, atingindo o valor de 72,22% em 2021 e de 77,33% em 2031, quando em 2011 o valor era de 70,15%.

3. Socioeconomia

O conhecimento rigoroso e detalhado da dinâmica socioeconómica de um município é primordial num processo de planeamento territorial estratégico, não só porque permite um melhor entendimento da sua base económica real, em especial do seu tecido empresarial, mas sobretudo porque possibilita detetar as suas principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do seu posicionamento face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial e da sua capacidade de criação de emprego e riqueza, essenciais para a qualidade de vida das populações, para a atração e fixação de população jovem e para combater os fenómenos de desertificação e envelhecimento populacional, particularmente em territórios interiores de baixa densidade.

É neste contexto que a caracterização da atividade, emprego e mercado de trabalho, do desemprego, das empresas e das condições de vida no município de Penalva do Castelo se assume como fundamental, pois é esse conhecimento que permitirá suportar a tomada de decisão no âmbito da educação e formação e criar as bases para um processo de desenvolvimento que se pretende sustentável.

3.1. Atividade, emprego e mercado de trabalho

População ativa

População com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituía a mão de obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (população empregada e desempregada).

No que diz respeito à caraterização da população ativa no município de Penalva do Castelo em 2011 (Figura 18 e anexo XIV), em termos globais contabiliza-se um total de 2932 ativos, dos quais 1693 são homens (57,74%) e 1239 são mulheres (42,26%). Por freguesia, tal como seria expetável, são as freguesias de Ínsua e Pindo que apresentam os maiores quantitativos populacionais (901 e 740 ativos), seguindo-se, ainda que com valores claramente distanciados, Castelo de Penalva (279 ativos), Sezures (198 ativos), Esmolfe (166 ativos), Germil (156 ativos) e a UF Antas e Matela (160 ativos). De referir o facto de todas as freguesias apresentarem valores mais elevados no sexo masculino.

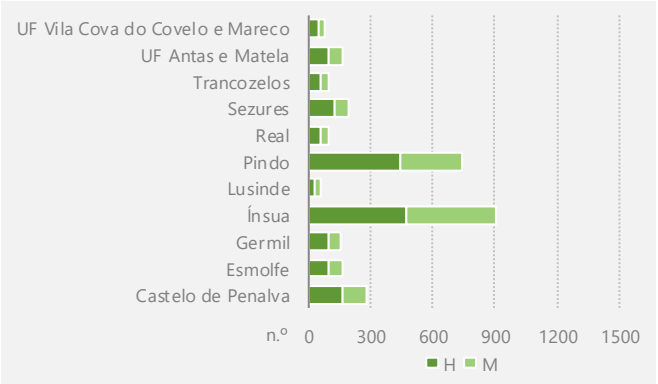


Figura 18. População ativa segundo a freguesia e sexo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Relativamente à distribuição da população ativa segundo o grupo etário (Figura 19), é notório o predomínio do grupo etário dos 25 aos 39 anos (38,71%), seguindo-se o grupo etário dos 40 aos 54 anos (34,89%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 55 ou mais anos (15,83%) e dos 15 aos 24 anos (10,57%). Esta tendência é visível em todas as freguesias, bem como na CIM Viseu Dão Lafões, na Região Centro e em Portugal.

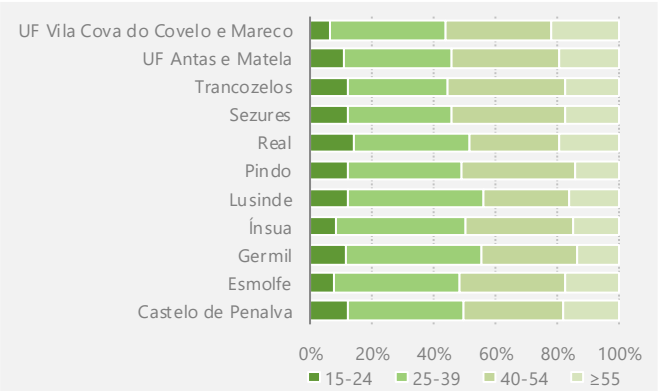


Figura 19. População ativa segundo a freguesia e grupo etário em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Taxa de atividade

Taxa que permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

A taxa de atividade no município de Penalva do Castelo era de 42,02% no ano de 2011 (Quadro 8), sendo inferior à da CIM Viseu Dão Lafões (49,64%), da Região Centro (52,60%) e de Portugal (55,90%). O sexo masculino apresenta uma taxa de atividade bastante superior (51,32%) ao sexo feminino (33,69%). Apesar da evolução demográfica negativa, entre 2001 e 2011 o território municipal registou uma estabilização da taxa de atividade (de 42,37% para 42,02%).

Quadro 8. Taxa de atividade segundo o sexo em 2011.

Unidade territorial	H	M	HM
		(%)	
Castelo de Penalva	41,98	25,91	33,49
Esmolfe	54,97	38,10	46,11
Germil	55,93	29,23	41,94
Ínsua	57,25	45,61	51,02
Lusinde	43,24	26,32	33,73
Pindo	55,96	34,79	45,07
Real	48,65	35,16	41,42
Sezures	42,95	20,96	31,33
Trancozelos	52,78	33,07	42,13
UF Antas e Matela	47,60	27,48	37,21
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	34,75	17,72	25,75
Penalva do Castelo	**51,32**	**33,69**	**42,02**
Viseu Dão Lafões	**56,60**	**43,50**	**49,64**
Centro	**58,40**	**47,40**	**52,60**
Portugal	**61,40**	**51,00**	**55,90**

Fonte: www.ine.pt.

Empregado

Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: 1) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; 2) tinha uma ligação formal a um emprego mas não estava temporariamente ao serviço; 3) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica; 4) estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Por sua vez, no ano de 2011 existiam 2569 indivíduos empregados no município de Penalva do Castelo (Figura 20 e anexo XV), 1565 homens (60,92%) e 1004 mulheres (39,08%). Em termos de distribuição territorial, concentram-se, à semelhança do observado na população ativa, nas freguesias de Ínsua e Pindo (796 e 657 empregados). Seguindo-se, com valores muito inferiores, as freguesias de Castelo de Penalva (237 empregados), Sezures (166 empregados), Esmolfe (153 empregados), UF Antas e Matela (138 empregados) e Germil (133 empregados). De salientar o facto de todas as freguesias registarem valores superiores no sexo masculino.

No que respeita à caracterização da população empregada por grupo etário (Figura 21), constata-se, à semelhança da população ativa, a preponderância do grupo etário dos 25 aos 39 anos (39,04%) e dos 40 aos 54 anos (35,31%). Com valores inferiores surgem os grupos etários dos 55 ou mais anos (16,23%) e dos 15 aos 24 anos (9,42%). A realidade descrita é comum a todas as freguesias, bem como na CIM Viseu Dão Lafões, na Região Centro e em Portugal.

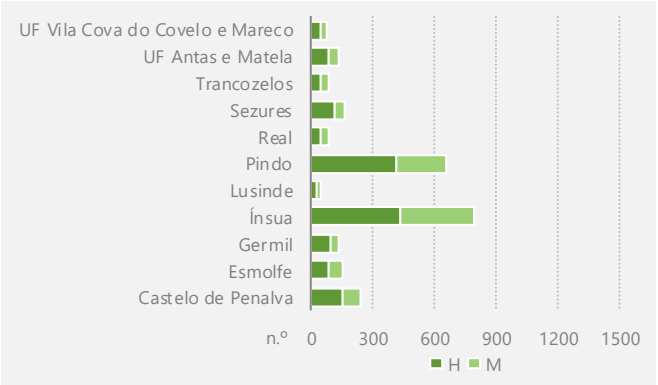


Figura 20. População empregada segundo a freguesia e sexo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

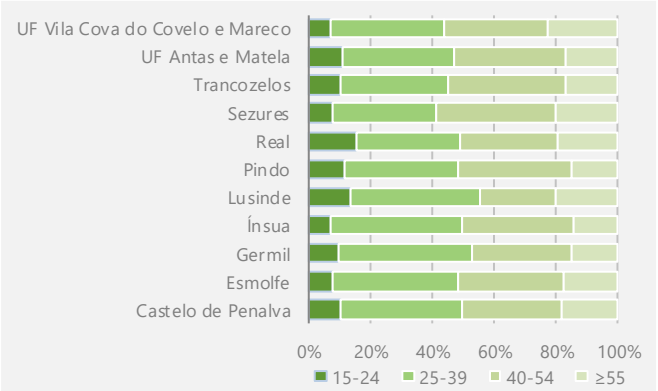


Figura 21. População empregada segundo a freguesia e grupo etário em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Numa referência ao perfil dos empregados no município de Penalva do Castelo em 2011 (Figura 22 e anexo XVI), a maioria apresenta apenas o ensino básico como nível de escolaridade mais elevado completo (64,23%). Com este valor Penalva do Castelo revela um nível habilitacional inferior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (51,83%), na Região Centro (49,73%) e em Portugal (47,27%), onde a percentagem de população empregada com o ensino básico é menor. Uma percentagem de 20,36% dos empregados detém como nível de escolaridade mais elevado o ensino secundário, valor inferior ao verificado na CIM Viseu Dão Lafões (23,22%), na Região Centro (24,56%) e em Portugal (24,56%). Por último, apenas 13,08% dos empregados possui habilitações de nível superior, valor muito inferior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (23,08%), na Região Centro (23,48%) e em Portugal (25,75%), confirmando a menor qualificação escolar dos trabalhadores em Penalva do Castelo. As categorias sem nenhum nível de escolaridade concluído e com ensino pós-secundário são residuais.

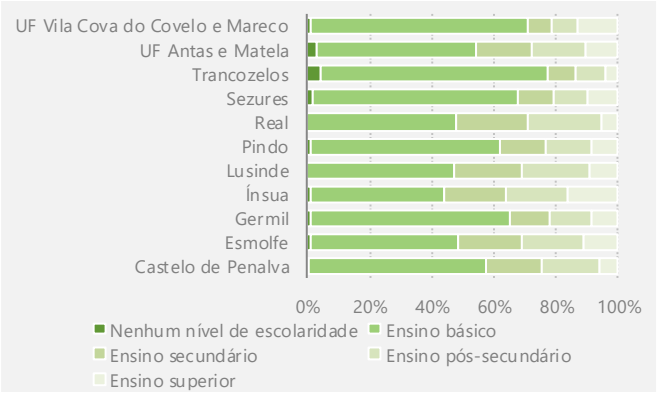


Figura 22. População empregada segundo a freguesia e nível de escolaridade em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Atividade económica

A atividade económica inclui a agricultura, a indústria transformadora, a construção e obras públicas, o comércio e outros ramos de atividade em que se podem agrupar quem produz o mesmo tipo de bens e de serviços. É frequente agrupar as atividades económicas em três grandes setores: 1. Primário, incluindo agricultura, floresta, caça, pesca e extração mineral; 2. Secundário, incluindo indústria transformadora e construção; e 3. Terciário, incluindo os serviços, tais como comércio, transportes, administração pública, educação ou saúde.

Olhando para a repartição da população empregada por setor de atividade económica em 2011 (Figura 23 e anexo XVII), é de sublinhar a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município de Penalva do Castelo, que representa 54,85%, sendo que não se encontram diferenças significativas entre o terciário de natureza social (50,25%) e o relacionado com a atividade económica (49,75%). Trata-se de um valor inferior ao observado na CIM Viseu Dão Lafões (66,40%), na Região Centro (66,20%) e em Portugal (70,46%). O setor secundário corresponde a 37,02%, valor superior ao observado na CIM Viseu Dão Lafões (28,89%), na Região Centro (30,08%) e em Portugal (26,48%). Por último, os empregados no setor primário equivalem a apenas 8,14%, valor superior ao apresentado na CIM Viseu Dão Lafões (4,71%), na Região Centro (3,72%) e em Portugal (3,06%).

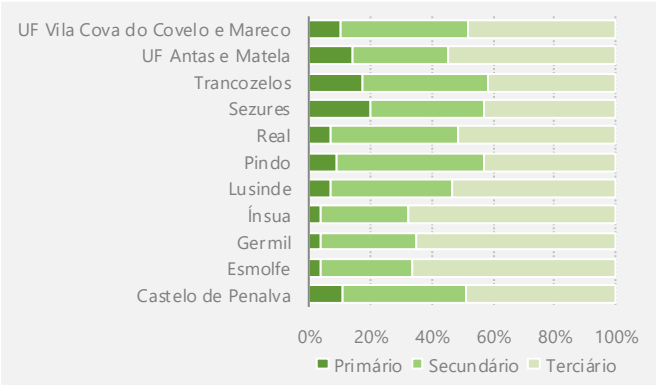


Figura 23. População empregada segundo a freguesia e setor de atividade económica em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

A leitura da estrutura da população empregada segundo a situação na profissão, os níveis de qualificação e os grupos de profissões em 2011 permite ampliar o conhecimento da

socioeconomia do território. Relativamente à situação na profissão (Quadro 9), predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (80,19%), seguindo-se, com valores bastante idênticos, os trabalhadores por conta própria (8,95%) e os empregadores (8,52%). Tratam-se de valores semelhantes ao observado nas unidades territoriais de referência.

Quadro 9. População empregada segundo a situação na profissão em 2011.

Unidade territorial	Empregador		Trabalhador por conta própria		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador por conta de outrem		Membro de uma cooperativa de produção		Outra situação		Total
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)
Castelo de Penalva	25	10,55	24	10,13	1	0,42	186	78,48	1	0,42	0	0,00	237
Esmolfe	8	5,23	13	8,50	0	0,00	131	85,62	0	0,00	1	0,65	153
Germil	8	6,02	10	7,52	1	0,75	113	84,96	0	0,00	1	0,75	133
Ínsua	73	9,17	52	6,53	4	0,50	662	83,17	2	0,25	3	0,38	796
Lusinde	7	15,56	6	13,33	2	4,44	29	64,44	0	0,00	1	2,22	45
Pindo	58	8,83	51	7,76	8	1,22	534	81,28	0	0,00	6	0,91	657
Real	9	10,47	10	11,63	0	0,00	66	76,74	0	0,00	1	1,16	86
Sezures	13	7,83	25	15,06	6	3,61	121	72,89	0	0,00	1	0,60	166
Trancozelos	3	3,45	9	10,34	3	3,45	72	82,76	0	0,00	0	0,00	87
UF Antas e Matela	8	5,80	11	7,97	14	10,14	102	73,91	0	0,00	3	2,17	138
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	7	9,86	19	26,76	1	1,41	44	61,97	0	0,00	0	0,00	71
Penalva do Castelo	219	8,52	230	8,95	40	1,56	2060	80,19	3	0,12	17	0,66	2569
Viseu Dão Lafões	10220	10,10	7498	7,41	1137	1,12	81403	80,42	47	0,05	921	0,91	101226
Centro	102495	10,90	70539	7,50	6836	0,73	749892	79,76	420	0,04	10029	1,07	940211
Portugal	459123	10,53	286090	6,56	24130	0,55	3540336	81,18	2157	0,05	49351	1,13	4361187

Fonte: www.ine.pt.

Já no que diz respeito aos níveis de qualificação e grupos de profissões (Quadro 10), predomina o grupo das profissões manuais qualificadas (43,01%). Deste grupo salientam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (23,94%) e os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (11,68%). Segue-se o grupo das profissões não manuais qualificadas (22,23%), onde sobressaem os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (16,54%). Imediatamente abaixo encontra-se o grupo das profissões não manuais altamente qualificadas (18,72%), aqui destacando-se os especialistas das atividades intelectuais e científicas (8,02%). Com valor inferior, mas ainda assim expressivo, surge o grupo das profissões elementares, que integra os trabalhadores não qualificados (15,18%). Por último, os profissionais das forças armadas são os que apresentam uma menor representatividade (0,86%). Como se constata, em termos globais evidenciam-se os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (23,94%), os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (16,54%) e os trabalhadores não qualificados (15,18%). Esta realidade é distinta da existente na CIM Viseu Dão Lafões, na Região Centro e em Portugal, onde os especialistas das atividades intelectuais e científicas assumem relevo em detrimento dos trabalhadores não qualificados.

Quadro 10. População empregada segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões em 2011.

Níveis de qualificação	Grupos de profissões	Penalva do Castelo		Viseu Dão Lafões		Centro		Portugal
		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)
Profissões não manuais altamente qualificadas	Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	147	5,72	7043	6,96	67436	7,17	320887
	Especialistas das atividades intelectuais e científicas	206	8,02	14659	14,48	129069	13,73	649096
	Técnicos e profissões de nível intermédio	128	4,98	9048	8,94	91610	9,74	479732
Profissões não manuais qualificadas	Pessoal administrativo	146	5,68	6986	6,90	76875	8,18	394500
	Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	425	16,54	19298	19,06	182781	19,44	857975
Profissões manuais qualificadas	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	190	7,40	4176	4,13	27246	2,90	102044
	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	615	23,94	18033	17,81	164352	17,48	685808
	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	300	11,68	7464	7,37	68364	7,27	265593
Profisões elementares	Trabalhadores não qualificados	390	15,18	13859	13,69	125599	13,36	573062
-	Profissões das forças armadas	22	0,86	660	0,65	6879	0,73	32490
	Total	**2569**	**100**	**101226**	**100**	**940211**	**100**	**4361187**

Fonte: www.ine.pt.

Analisando as profissões com um maior grau de desagregação, importa perceber aquelas que apresentam um maior número de população empregada (Quadro 11). Os trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares (9,81%) é, claramente, a profissão que predomina. Seguem-se, com valores inferiores, mas, ainda assim, expressivos, os motoristas de veículos pesados e de autocarros (5,37%), os vendedores em lojas (4,67%) e os trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios (4,24%). Por fim, merecem também referência os empregados de escritório em geral (3,66%), o agricultor e trabalhador qualificado da agricultura e produção animal combinadas, orientados para o mercado (3,54%), os trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde (3,50%), os trabalhadores da confeção de vestuário, curtidores de peles, sapateiros e similares (3,50%) e as outras profissões elementares (3,11%).

Complementando a leitura anterior, os 2569 indivíduos empregados existentes no município de Penalva do Castelo no ano de 2011 correspondem a 87,62% da população ativa e a 32,29% da população residente (Quadros 12 e 13). No caso da proporção de população ativa os valores são inferiores à CIM Viseu Dão Lafões (88,48%) e à Região Centro (89,02%) e superiores a Portugal

(86,82%). Para a CIM Viseu Dão Lafões, a Região Centro e Portugal, os valores são inferiores no caso da proporção da população residente (37,82%, 40,39% e 41,29%).

Quadro 11. Profissões com um maior número de população empregada em 2011.

Profissões	População empregada	
	(n.º)	(%)
Trabalhadores qualificados da construção das estruturas básicas e similares	252	9,81
Motoristas de veículos pesados e de autocarros	138	5,37
Vendedores em lojas	120	4,67
Trabalhadores de limpeza em casas particulares, hotéis e escritórios	109	4,24
Empregado de escritório em geral	94	3,66
Agricultor e trabalhador qualificado da agricultura e produção animal combinadas, orientados para o mercado	91	3,54
Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde	90	3,50
Trabalhadores da confecção de vestuário, curtidores de peles, sapateiros e similares	90	3,50
Outras profissões elementares	80	3,11
Trabalhadores não qualificados da indústria transformadora	73	2,84
Trabalhadores de chapas metálicas, preparadores e montadores de estruturas metálicas, moldadores de metal, soldadores e trabalhadores similares	71	2,76
Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva e construção	70	2,72
Professor dos ensinos básico (2º e 3º ciclos) e secundário	63	2,45
Pessoal dos serviços de protecção e segurança	58	2,26
Agricultor de subsistência	46	1,79
Mecânicos e reparadores, de máquinas e de veículos	45	1,75
Operadores de equipamentos móveis	45	1,75
Directores das indústrias transformadoras, extractivas, da construção, transportes e distribuição	44	1,71
Cozinheiro	44	1,71
Operadores de instalações, da extracção mineira e de processamento de minerais	42	1,63
Professores dos ensinos básico (1º ciclo) e educadores de infância	38	1,48
Trabalhadores qualificados da transformação de alimentos	38	1,48
Agricultores e trabalhadores qualificados de culturas agrícolas de mercado	34	1,32
Directores e gerentes, do comércio a retalho e por grosso	33	1,28
Pintores, limpadores de fachadas e similares	33	1,28
Pessoal de recepção e de informação a clientes	32	1,25
Trabalhadores da montagem	31	1,21
Empregados de mesa e bar	30	1,17
Auxiliares de educadores de infância e de professores	30	1,17
Trabalhadores qualificados em acabamentos da construção e similares	30	1,17
Trabalhadores da recuperação de resíduos	27	1,05
Técnicos de nível intermédio da área financeira e matemática	25	0,97
Total	**2569**	**100**

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 12. Proporção da população ativa que está empregada, segundo o sexo, em 2011.

Unidade territorial	H	M	HM
		(%)	
Castelo de Penalva	93,94	71,93	84,95
Esmolfe	93,62	90,28	92,17
Germil	92,93	71,93	85,26
Ínsua	92,98	83,29	88,35
Lusinde	87,50	68,00	78,95
Pindo	93,27	81,97	88,78
Real	94,44	77,78	86,87
Sezures	89,84	72,86	83,84
Trancozelos	89,47	85,71	87,88
UF Antas e Matela	86,87	85,25	86,25
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	93,88	89,29	92,21
Penalva do Castelo	**92,44**	**81,03**	**87,62**
Viseu Dão Lafões	**89,83**	**86,94**	**88,48**
Centro	**90,01**	**87,92**	**89,02**
Portugal	**87,42**	**86,17**	**86,82**

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 13. Proporção da população residente que está empregada, segundo o sexo, em 2011.

Unidade territorial	H	M	HM
		(%)	
Castelo de Penalva	35,23	17,30	25,93
Esmolfe	44,00	29,95	36,69
Germil	44,44	18,64	31,15
Ínsua	45,14	33,33	38,92
Lusinde	31,82	16,83	23,81
Pindo	43,84	24,92	34,29
Real	41,46	25,00	32,70
Sezures	33,33	13,39	22,87
Trancozelos	42,15	24,32	32,34
UF Antas e Matela	37,89	21,14	29,18
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	31,29	14,71	22,40
Penalva do Castelo	**41,02**	**24,25**	**32,29**
Viseu Dão Lafões	**43,25**	**32,93**	**37,82**
Centro	**44,81**	**36,36**	**40,39**
Portugal	**45,10**	**37,81**	**41,29**

Fonte: www.ine.pt.

Taxa de emprego

Taxa que permite definir a relação entre a população empregada e a população em idade ativa (população com 15 e mais anos de idade).

A taxa de emprego total no município de Penalva do Castelo registou um decréscimo, passando de 47,9%, em 1981, para 36,8%, em 2011 (Figuras 24 e 25 e quadro 14). Esta dinâmica deve-se ao forte decréscimo da taxa de emprego no sexo masculino nesse período (de 71,2% para 47,4%). Ainda assim, de salientar que durante todo o período em análise o sexo masculino observa sempre uma taxa de emprego bastante superior à registada no sexo feminino. Estes valores são inferiores aos observados na CIM Viseu Dão Lafões, na Região Centro e em Portugal.

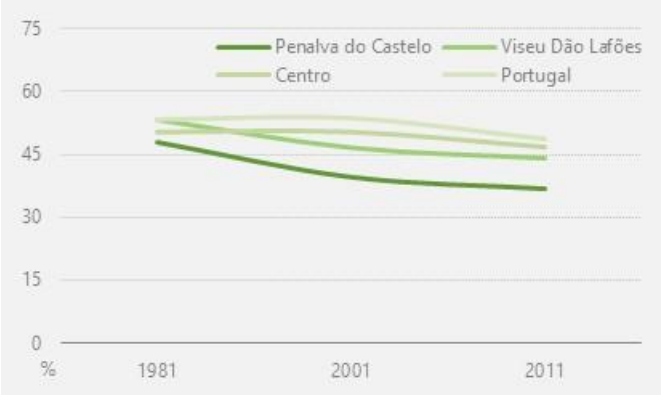


Figura 24. Evolução da taxa de emprego entre 1981 e 2011.
Fonte: www.ine.pt.

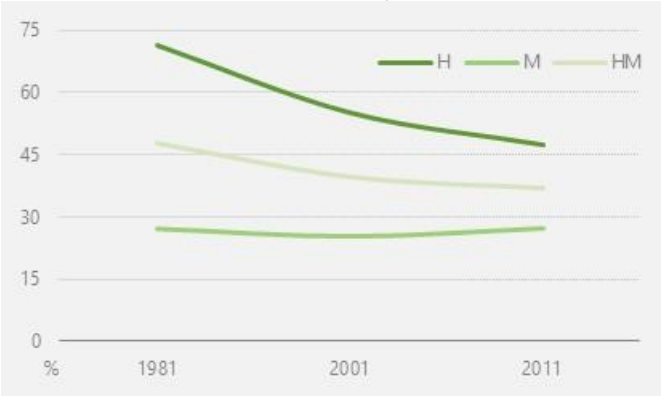


Figura 25. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011.
Fonte: www.ine.pt.

Quadro 14. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011.

Unidade territorial	H			M			HM		
	1981	2001	2011	1981	2001	2011	1981	2001	2011
					(%)				
Penalva do Castelo	71,2	55,1	47,4	27,2	25,4	27,3	47,9	39,6	36,8
Viseu Dão-Lafões	73,1	58,2	50,8	36,1	36,0	37,8	53,3	46,5	43,9
Centro	72,9	60,4	52,5	30,2	41,3	41,7	50,4	50,4	46,8
Portugal	75,0	62,6	53,6	33,7	45,1	43,9	53,2	53,5	48,5

Fonte: www.ine.pt.

Ganho mensal

Montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos no município de Penalva do Castelo em 2018 era de 866,95€ (Figura 26 e quadro 15). Com este valor o território municipal apresenta-se numa posição desfavorável, uma vez que o salário médio mensal é inferior ao da CIM Viseu Dão Lafões (986,58€), da Região Centro (1032,83€) e de Portugal (1166,88€). A diferença é superior em relação a Portugal (-299,93€) e inferior em relação à CIM Viseu Dão Lafões (-119,63€). O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos varia em função do género, das atividades económicas e das habilitações

literárias. No que diz respeito ao género, constata-se que o diferencial salarial entre homens e mulheres assume-se desfavorável às mulheres em todas as unidades territoriais de referência (Figura 27). Com efeito, e olhando apenas para Penalva do Castelo, o vencimento médio mensal nos homens é de 923,38€ e nas mulheres é de 780,40€, o que se traduz numa disparidade salarial de 142,98€, valor inferior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (176,37€), na Região Centro (232,19€) e em Portugal (225,29€).

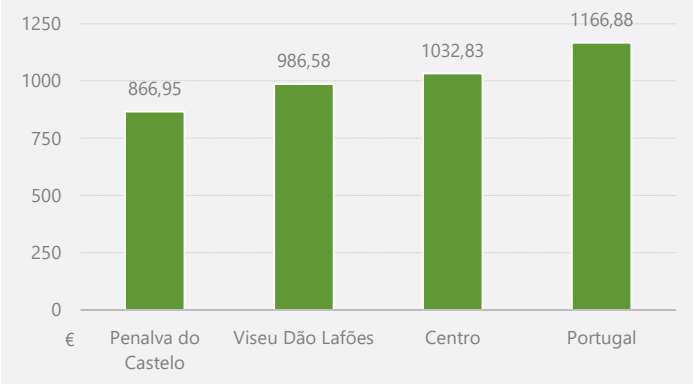


Figura 26. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2018.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 15. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2018.

Unidade territorial	Ganho médio mensal				Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	H	M	HM	Disparidade salarial (€)	H	M	HM
Penalva do Castelo	923,38	780,40	866,95	142,98	-	-	-
Viseu Dão Lafões	**1065,40**	**889,03**	**986,58**	**176,37**	**-142,02**	**-108,63**	**-119,63**
Centro	**1138,02**	**905,83**	**1032,83**	**232,19**	**-214,64**	**-125,43**	**-165,88**
Portugal	**1269,60**	**1044,31**	**1166,88**	**225,29**	**-346,22**	**-263,91**	**-299,93**

Fonte: www.ine.pt.

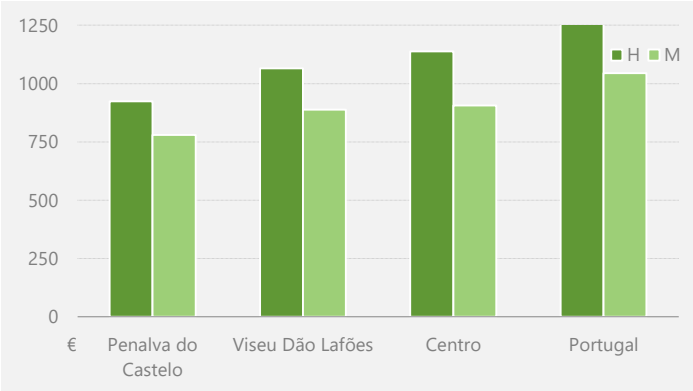


Figura 27. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2018.

Fonte: www.ine.pt.

Relativamente ao setor da atividade económica (Figura 28 e quadro 16), em Penalva do Castelo o setor secundário é aquele que apresenta um ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos superior, com 916,21€, valor inferior ao auferido na CIM Viseu Dão Lafões (-93,33€), na Região Centro (-174,95€) e em Portugal (-188,89€). Em seguida surge o setor terciário, onde a desigualdade em relação às unidades territoriais de referência é maior, com 838,89€ de remuneração média mensal, menos -137,09€ que na CIM Viseu Dão Lafões, -161,73€ que na Região Centro e -364,48€ que em Portugal. Em último lugar encontra-se o setor primário, com um rendimento médio mensal de 751,35€ (-59,25€ na CIM Viseu Dão Lafões, -108,89€ na Região Centro e -145,35€ em Portugal). Como se observa, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Penalva do Castelo é em todos os setores inferior ao das unidades territoriais de referência. De referir que na totalidade das unidades espaciais consideradas o setor primário aparece sempre em último lugar, sendo que na CIM Viseu Dão Lafões e na Região Centro é o setor secundário que ocupa o primeiro lugar, enquanto em Portugal este é substituído pelo setor terciário, que se destaca claramente.

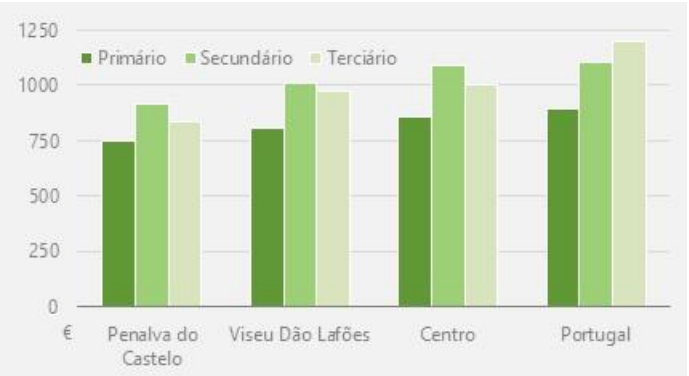


Figura 28. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2018.
Fonte: www.ine.pt.

Quadro 16. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2018.

Unidade territorial	Ganho médio mensal			Diferença salarial face às unidades territoriais de referência		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
	(€)					
Penalva do Castelo	751,35	916,21	838,89	-	-	-
Viseu Dão Lafões	**810,60**	**1009,54**	**975,98**	**-59,25**	**-93,33**	**-137,09**
Centro	**860,24**	**1091,16**	**1000,62**	**-108,89**	**-174,95**	**-161,73**
Portugal	**896,70**	**1105,10**	**1203,37**	**-145,35**	**-188,89**	**-364,48**

Fonte: www.ine.pt.

Quanto às habilitações literárias, e tal como acontece na generalidade dos territórios portugueses, em Penalva do Castelo o ganho médio mensal dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (bacharelato, licenciatura e mestrado) é superior relativamente ao dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais baixos (Quadros 17 e 18). Numa referência aos valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 459,41€ do que as pessoas com o 1.º ciclo do ensino básico (CEB), mais 364,90€ do que as pessoas que possuem o 3.º CEB e mais 322,13€ do que as pessoas que detêm o ensino secundário. Atendendo a esta realidade, poder-se-á concluir que embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades no ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a remuneração dos diferentes profissionais. A média salarial praticada no município de Penalva do Castelo é inferior à praticada em todas as unidades territoriais de referência na totalidade dos níveis de ensino, diferencial que explica em grande medida a baixa atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada.

Quadro 17. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2018.

Unidade territorial	Inferior ao 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Total
						(€)				
Penalva do Castelo	695,49	749,04	825,01	843,55	886,32	1307,91	1208,45	1012,12	1423,98	866,95
Viseu Dão Lafões	730,02	807,34	866,12	871,82	944,80	1448,99	1450,43	1501,23	2197,34	986,58
Centro	758,47	845,11	901,26	913,71	990,23	1522,08	1494,84	1511,40	2356,33	1032,83
Portugal	771,76	845,25	882,68	920,31	1095,65	1841,78	1850,09	1825,57	2605,37	1166,88

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 18. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2018.

Unidade territorial	Inferior ao 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
						(€)			
Viseu Dão Lafões	-34,53	-58,30	-41,11	-28,27	-58,48	-141,08	-241,98	-489,11	-773,36
Centro	-62,98	-96,07	-76,25	-70,16	-103,91	-214,17	-286,39	-499,28	-932,35
Portugal	-76,27	-96,21	-57,67	-76,76	-209,33	-533,87	-641,64	-813,45	-1181,39

Fonte: www.ine.pt.

3.2. Desemprego

Taxa de desemprego

Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Entre 2001 e 2011 verificou-se um aumento da taxa de desemprego no município de Penalva do Castelo (de 6,60% para 12,38%), acompanhando a tendência generalizada observada nas unidades territoriais de referência (Figura 29 e anexo XVIII). Ainda assim, a taxa de desemprego de Penalva do Castelo em 2011 é superior à da CIM Viseu Dão Lafões (11,52%) e da Região Centro (10,98%) e inferior à de Portugal (13,18%). Por freguesia (Figura 30), o acréscimo mais expressivo

foi em Lusinde (de 6,86% para 21,05%), Sezures (de 3,74% para 16,16%) e Trancozelos (de 1,82% para 12,12%). De salientar que a freguesia de Castelo de Penalva registou uma ligeira diminuição da taxa de desemprego, passando de 16,40% para 15,05%. Segundo o sexo, e como seria expectável, a taxa de desemprego é superior nas mulheres (18,97%) em relação aos homens (7,56%), dinâmica que se verifica na totalidade das freguesias (Figura 31).

Desempregado

Indivíduo com idade dos 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas seguintes situações: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz as seguintes diligências: 1) contacto com centros de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) realização de provas ou entrevistas para seleção; 7) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria, no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes).

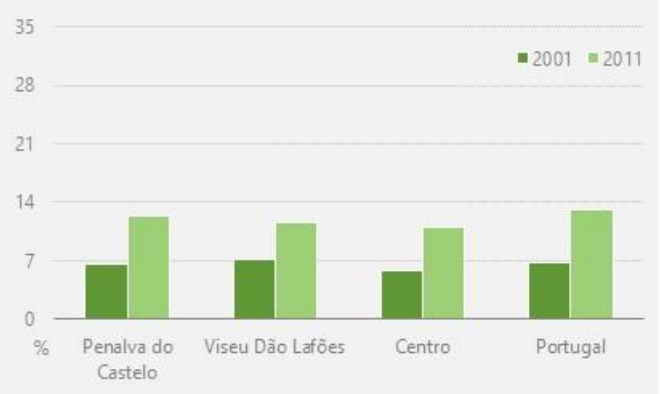


Figura 29. Taxa de desemprego em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

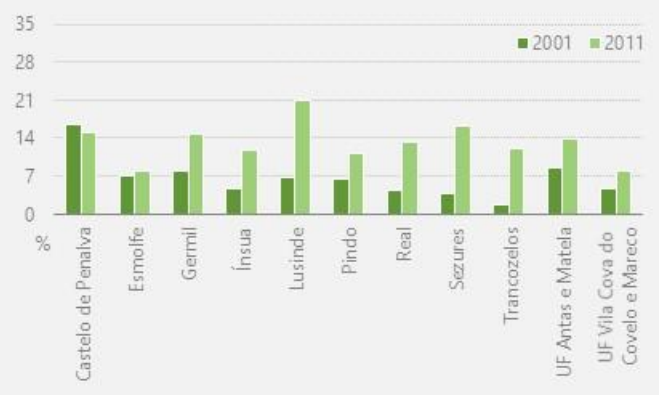


Figura 30. Taxa de desemprego segundo a freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

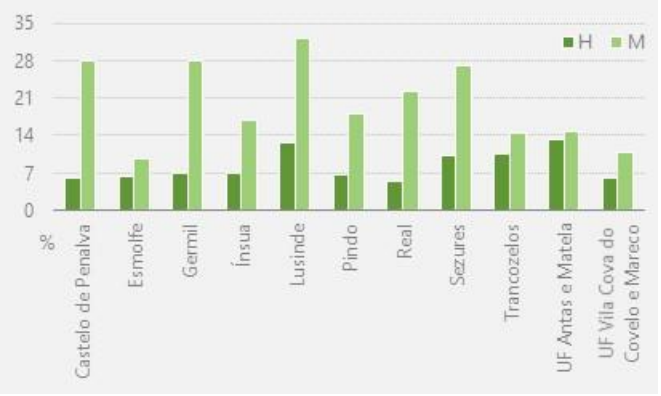


Figura 31. Taxa de desemprego segundo a freguesia e sexo em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Tendo por base as estatísticas do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) para a última década, verifica-se, entre os anos de 2011 e 2021, uma diminuição do número de desempregados, passando de 426 a 256 desempregados, valor que representa -39,91%, isto é, -

170 desempregados (Figura 32). De referir que esta dinâmica foi interrompida nos anos de 2013, 2014 e 2021, anos marcados por um aumento no número de desempregados.

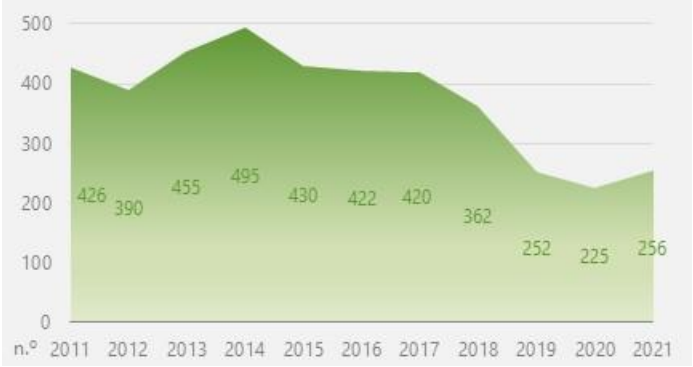
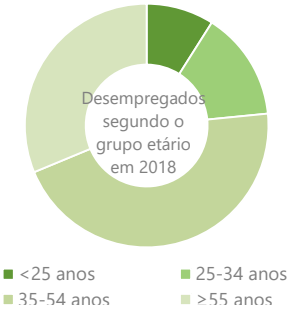
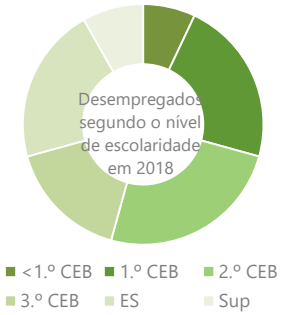
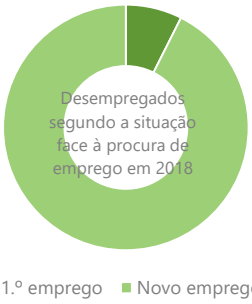


Figura 32. Evolução da população desempregada entre 2008 e 2021 (janeiro).

Fonte: www.ine.pt.







Numa referência ao perfil dos desempregados no município de Penalva do Castelo em 2021, constata-se que os grupos etários dos 35 aos 54 anos e dos 55 ou mais anos são aqueles que assumem maior representatividade, correspondendo a 45,31% e 31,25%, respetivamente. Os grupos etários dos 25 aos 34 anos e com idade inferior a 25 anos representam apenas 14,45% e 8,98%, respetivamente. No que respeita ao nível de escolaridade, o 2.º CEB é o mais representativo (25%), seguindo-se o 1.º CEB (22,27%), o ensino secundário (21,09%) e o 3.º CEB (16,41%). Com valores inferiores surgem o ensino superior (8,20%) e o inferior ao 1.º CEB (7,03%). Relativamente ao tempo de inscrição, 66,41% dos desempregados estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto 33,59% estão inscritos há um ano e mais. Por último, quanto à situação face à procura de emprego, o maior número de desempregados encontra-se à procura de novo emprego (92,58%), correspondendo os desempregados numa situação de 1.º emprego a apenas 7,42%.

3.3. Empresas

No ano de 2015 existiam 845 empresas no município de Penalva do Castelo, sendo que entre 2007 e 2015 ocorreu um aumento de 68,66%, correspondendo a mais 344 empresas (Quadro 19). Este crescimento foi bastante superior ao verificado em todos os municípios limítrofes, na CIM Viseu Dão Lafões (12,39%), na Região Centro (4,41%) e em Portugal (5,57%). Ainda assim, este número traduz-se numa densidade de empresas relativamente baixa (6,3 empresas/km^2), inferior à da CIM Viseu Dão Lafões (8,3 empresas/km^2), da Região Centro (8,9 empresas/km^2) e de Portugal (12,6 empresas/km^2). No contexto da CIM Viseu Dão Lafões somente Aguiar da Beira, Castro Daire, São Pedro do Sul, Sátão, Vila Nova de Paiva e Vouzela registam valores menores. Em termos de pessoal ao serviço, o total de empresas existentes apresenta 1588 indivíduos,

Pessoal ao serviço

Número de pessoas que contribuem para a atividade de uma empresa ou instituição, tais como empregados, gerentes ou familiares não remunerados.

tendo-se verificado entre 2007 e 2015 um aumento de 30,70%, que representa mais 373 indivíduos. Este crescimento acontece apesar da dinâmica negativa observada na CIM Viseu Dão Lafões (-2,57%), na Região Centro (-6,16%) e em Portugal (-6,58%). De entre os municípios que constituem a CIM Viseu Dão Lafões, apenas Aguiar da Beira regista um acréscimo superior. Com este valor, que se traduz num número médio de pessoas por empresa de 1,9 indivíduos, a proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço é de 98,5%, cenário comum à totalidade das unidades territoriais de referência. Outro indicador dá conta que 84,85% das empresas são propriedade individual, valor superior ao observado nas unidades territoriais de referência. Face a esta descrição pode afirmar-se que o tecido empresarial municipal é formado, essencialmente, por pequenas e muito pequenas empresas e por empresários em nome individual, acompanhando a estrutura dimensional do tecido empresarial nacional.

Quadro 19. Indicadores de empresas em 2015 e variação entre 2007 e 2015.

Unidade territorial	Número de empresas		Densidade de empresas		Pessoal ao serviço		Pessoal ao serviço por empresa		Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço		Proporção de empresas individuais	
	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15
	(n.º)	(%)	(n.º/km²)		(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(%)	(pp)	(%)	(pp)
Aguiar da Beira	693	45,59	3,4	1,10	1 416	46,28	2,0	-1,65	97,3	-0,18	73,16	0,47
Carregal do Sal	863	6,28	7,4	0,45	2 559	-19,78	3,0	-23,64	96,4	1,45	70,80	-0,01
Castro Daire	1 292	15,98	3,4	0,46	2 836	1,87	2,2	-11,97	97,2	1,06	71,44	-1,18
Mangualde	1 867	9,12	8,5	0,70	6 954	-13,44	3,7	-21,20	96,6	1,16	74,40	2,45
Nelas	1 270	15,35	10,1	1,34	3 588	-4,42	2,8	-17,88	97,1	1,19	74,72	4,33
Oliveira de Frades	1 144	28,40	7,9	1,77	5 536	29,95	4,8	0,39	94,6	2,23	61,63	2,93
Penalva do Castelo	**845**	**68,66**	**6,3**	**2,57**	**1 588**	**30,70**	**1,9**	**-21,65**	**98,5**	**1,49**	**84,85**	**5,61**
Santa Comba Dão	1 007	-1,37	9,0	-0,12	2 378	-13,21	2,4	-10,57	96,7	0,62	71,10	-1,77
São Pedro do Sul	1 598	10,90	4,6	0,47	3 409	0,68	2,1	-10,63	98,0	0,71	73,15	-4,37
Sátão	1 207	13,98	6,0	0,76	2 415	4,01	2,0	-8,79	97,8	0,63	75,23	-2,30
Tondela	2 991	16,74	8,1	1,20	7 728	6,10	2,6	-8,55	97,5	1,25	75,86	0,61
Vila Nova de Paiva	496	21,57	2,8	0,48	879	18,30	1,8	-1,16	99,0	0,23	74,40	-1,58
Viseu	10 557	5,37	20,8	1,04	25 974	-8,59	2,5	-11,85	96,7	0,50	67,29	-1,24
Vouzela	1 078	30,51	5,6	1,34	2 175	0,18	2,0	-23,91	97,8	2,04	75,88	0,82
Viseu Dão Lafões	**26 908**	**12,39**	**8,3**	**-**	**69 435**	**-2,57**	**2,6**	**-**	**97,0**	**-**	**71,18**	**-**
Centro	**250 423**	**4,41**	**8,9**	**0,40**	**662 754**	**-6,16**	**2,6**	**-11,71**	**96,5**	**0,70**	**70,47**	**-0,23**
Portugal	**1 163 082**	**5,57**	**12,6**	**0,64**	**3 578 913**	**-6,58**	**3,1**	**-10,85**	**96,4**	**0,98**	**68,00**	**-0,19**

Fonte: www.ine.pt.

Volume de negócios

Montante obtido por uma empresa com a venda de bens e a prestação de serviços, excluindo impostos.

Valor acrescentado bruto (VAB)

Riqueza gerada na produção, descontando o valor dos bens e serviços consumidos para a obter, tais como as matérias-primas.

Acompanhando a tendência de aumento no número de empresas e do pessoal ao serviço, em Penalva do Castelo ocorreu também um crescimento do volume de negócios, que passou de 54863 a 70429 milhares de euros entre 2007 e 2015, que corresponde a 28,37%, valor expressivo tendo em conta que na CIM Viseu Dão Lafões e Região Centro o acréscimo foi de 3,53% e 0,64%, respetivamente e que Portugal observou um decréscimo de -6,41% (Quadro 20). Do conjunto de municípios que fazem parte da CIM Viseu Dão Lafões somente Oliveira de Frades registou um aumento superior. Por empresa o volume de negócios é de 83,3 milhares de euros, tendo verificado um decréscimo de -23,93% entre 2007 e 2015. No que diz respeito ao valor acrescentado bruto (VAB), a dinâmica positiva do território municipal mantém-se. Entre 2007 e 2015 ocorreu um acréscimo de 8,25%, passando de 18490 para 20015 milhares de euros. Este aumento ganha outro significado quando se percebe que na Região Centro (-7,12%) e em Portugal (-9,81%) o quadro é de diminuição. Em termos comparativos, no território da CIM Viseu Dão Lafões somente Aguiar da Beira, Oliveira de Frades e Vila Nova de Paiva apresentam crescimento superior. Por empresa o VAB é de 23,7 milhares de euros, que traduz um decréscimo de -35,82%. Ao nível da concentração do volume de negócios e do VAB das quatro maiores empresas, cerca de 39,20% e 40,87%, respetivamente, está concentrado nas quatro maiores empresas, valores muito superiores à generalidade das unidades territoriais de referência.

Quadro 20. Indicadores de empresas em 2015 e variação entre 2007 e 2015 (continuação).

Unidade territorial	Volume de negócios		Volume de negócios por empresa		Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas		VAB		VAB por empresa		Indicador de concentração do VAB das 4 maiores empresas	
	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15	2015	07-15
	(milhares de euros)	(%)	(milhares de euros)	(%)	(%)	(pp)	(milhares de euros)	(%)	(milhares de euros)	(%)	(%)	(pp)
Aguiar da Beira	81 400	18,02	117,5	-18,91	22,77	-3,31	18 971	29,45	27,4	-11,08	27,42	3,57
Carregal do Sal	160 675	-7,04	186,2	-12,53	36,86	3,16	49 789	-14,26	57,7	-19,33	46,21	7,51
Castro Daire	163 446	8,53	126,5	-6,43	21,47	7,63	45 684	3,27	35,4	-10,96	28,83	7,77
Mangualde	1 019 986	-11,29	546,3	-18,70	76,63	-2,60	164 240	-22,00	88,0	-28,52	59,73	-7,06
Nelas	394 540	-14,23	310,7	-25,63	64,71	5,24	69 598	-29,41	54,8	-38,81	52,68	-0,95
Oliveira de Frades	1 160 953	72,17	1014,8	34,09	64,43	10,11	128 285	10,32	112,1	-14,08	37,60	-5,44
Penalva do Castelo	**70 429**	**28,37**	**83,3**	**-23,93**	**39,20**	**10,46**	**20015**	**8,25**	**23,7**	**-35,82**	**40,87**	**8,96**
Santa Comba Dão	127 272	-16,71	126,4	-15,54	27,39	-4,54	30 802	-23,63	30,6	-22,57	23,38	-6,56
São Pedro do Sul	183 758	3,55	115,0	-6,62	38,65	7,39	43 018	-13,86	26,9	-22,32	26,74	0,70
Sátão	114 797	10,56	95,1	-3,01	27,46	4,93	30 774	-3,07	25,5	-14,96	27,64	5,84
Tondela	765 334	15,31	255,9	-1,22	43,57	3,12	185 698	8,07	62,1	-7,43	43,33	0,93
Vila Nova de Paiva	50 725	6,02	102,3	-12,77	39,28	7,33	15 197	14,40	30,6	-5,90	51,27	11,83
Viseu	1 776 450	-10,18	168,3	-14,75	12,91	-4,29	477 919	-24,78	45,3	-28,61	15,80	-19,75
Vouzela	107 923	-3,99	100,1	-26,44	43,99	9,99	26 145	-17,25	24,3	-36,60	39,66	14,67
Viseu Dão Lafões	**6 177 689**	**3,53**	**229,6**	**-**	**5,29**	**-**	**1 306 135**	**-**	**48,5**	**-**	**4,60**	**-**
Centro	**55 427 005**	**0,64**	**221,3**	**-3,63**	**4,05**	**0,08**	**13 036 914**	**-7,12**	**52,1**	**-11,05**	**3,63**	**-0,15**
Portugal	**331 601 856**	**-6,41**	**285,1**	**-11,35**	**5,16**	**0,09**	**80 547 613**	**-9,81**	**69,3**	**-14,57**	**4,48**	**0,12**

Fonte: www.ine.pt.

Observando o número de empresas no município de Penalva do Castelo no ano de 2017 (828), verifica-se uma dinâmica negativa, com uma diminuição de 17 empresas em relação a 2015. Por atividade económica destaca-se a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, com 391 empresas, que corresponde a 47,22% (Figura 33). Seguem-se o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, com 95 empresas, e a construção, com 94 empresas, que representam 11,47% e 11,35%, respetivamente. Logo abaixo encontram-se o alojamento, restauração e similares, com 50 empresas, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, com 33 empresas, atividades administrativas e dos serviços de apoio, com 32 empresas, as indústrias transformadoras, com 29 empresas, as outras atividades de serviços e transportes e armazenagem, com 24 empresas, que equivalem a 6,04%, 3,99%, 3,86%, 3,50%, 3,02% e 2,90%, respetivamente. Com menor representatividade surgem as atividades de saúde humana, apoio social, com 19 empresas, educação, com 15 empresas, representam 2,29%, 1,81%, respetivamente. Em último lugar aparecem as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, com 9 empresas, a eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, com 4 empresas, as indústrias extrativas e as atividades imobiliárias, ambas com 3 empresas, e as atividades de informação e de comunicação, com 2 empresas, que, no conjunto, concentram apenas 2,54%.

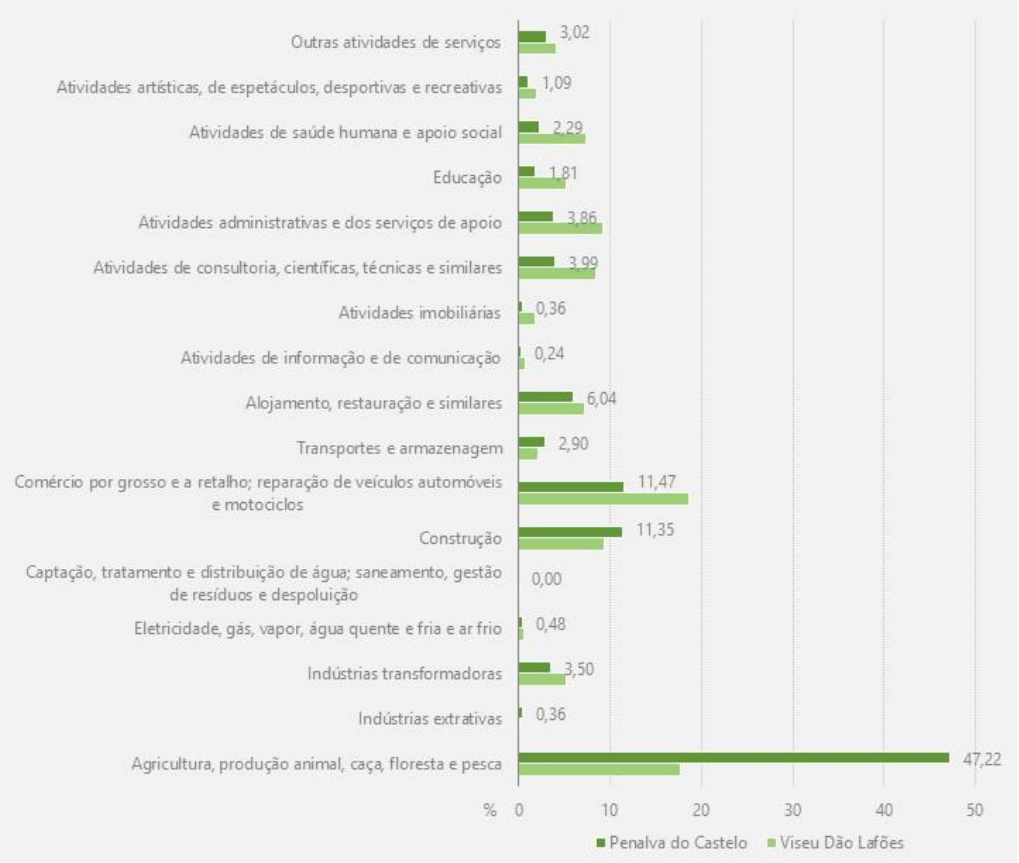


Figura 33. Empresas segundo a atividade económica em 2017.
Fonte: www.ine.pt.

Relativamente ao pessoal ao serviço nos estabelecimentos segundo a atividade económica no município de Penalva do Castelo em 2017 (Figura 34), salienta-se a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, com 24,17% (415 indivíduos)[2]. Seguem-se a construção, o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, os transportes e armazenagem, as indústrias transformadoras, o alojamento, restauração e similares, com 21,03%, 13,34%, 12,70%, 8,27% e 6,81% (361, 229, 218, 142 e 117 indivíduos), respetivamente. Com menor expressão surgem as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e as indústrias extrativas, que correspondem, respetivamente, a 3,15% e 3,09% (54 e 53 indivíduos). Em último lugar aparecem as atividades administrativas e dos serviços de apoio, as outras atividades de serviços, a educação, as atividades de saúde humana e apoio social, as atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, a eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e as atividades imobiliárias, que, no conjunto, concentram 7,28% (125 indivíduos).

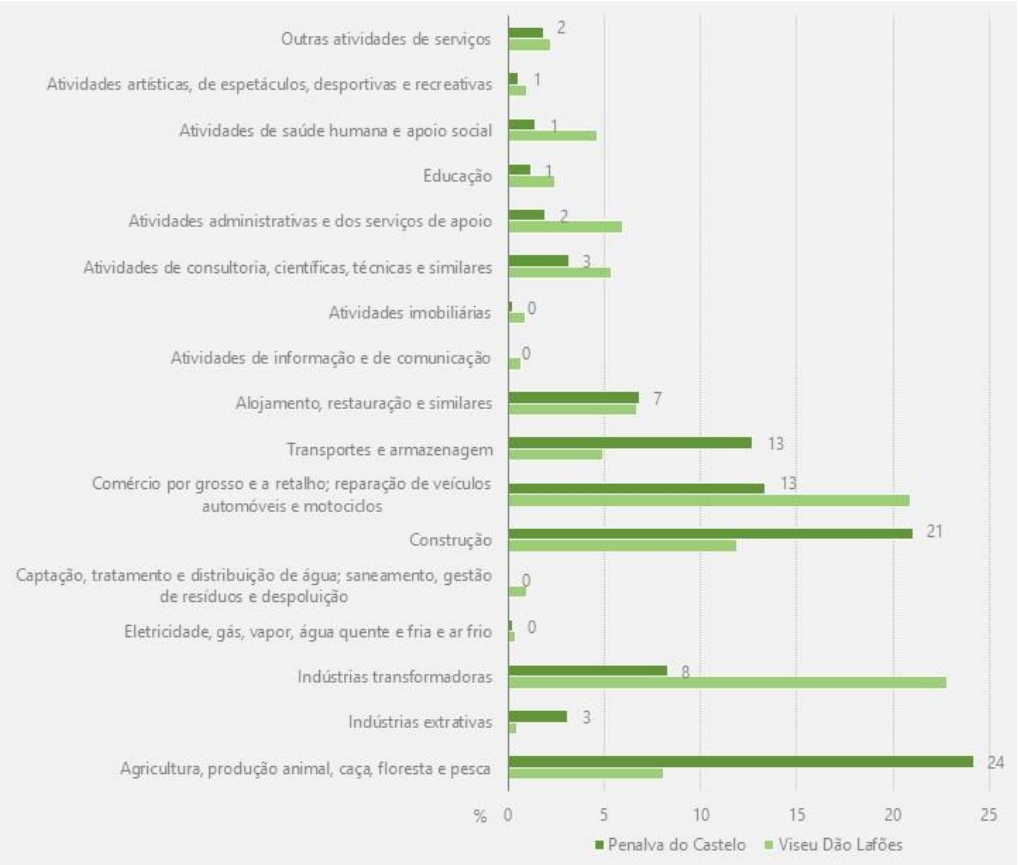


Figura 34. Pessoal ao serviço nos estabelecimentos segundo a atividade económica em 2017.

Fonte: www.ine.pt.

[2] Os dados do pessoal ao serviço nas empresas segundo a atividade económica estão sob segredo estatístico.

Taxa de sobrevivência

Quociente entre o número de empresas ativas no ano n que tendo nascido no ano n-t, sobreviveram t anos, e o número de empresas nascidas no ano n-t.

A taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes no município de Penalva do Castelo em 2016 é de 62,35%, valor superior à totalidade das unidades territoriais de referência (Figura 35). É, inclusive, no contexto dos municípios que constituem a CIM Viseu Dão Lafões a taxa mais elevada, sendo de referir que o município de Vila Nova de Paiva apresenta uma taxa de sobrevivência bastante idêntica, ainda, que inferior 62,26%. Entre 2010 e 2017 este indicador oscilou entre aumentos e diminuições, sendo que nos últimos dois anos a tendência é de diminuição (Figura 36).

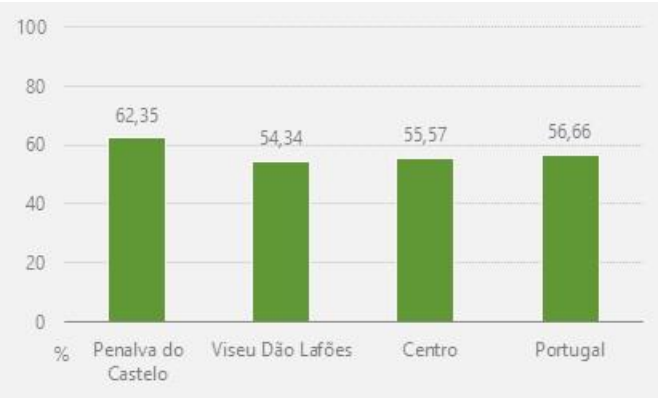


Figura 35. Taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes em 2017.

Fonte: www.ine.pt.

Figura 36. Evolução da taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes entre 2010 e 2017.

Fonte: www.ine.pt.

O VAB, resultando da diferença do valor da produção das empresas e dos custos necessários a essa produção, traduz a capacidade de criação de riqueza. Analisando a evolução do VAB no município de Penalva do Castelo entre 2008 e 2017 constata-se que a tendência generalizada é de crescimento, com o registo de um aumento de 24,72% (Figura 37). De salientar que esta dinâmica foi interrompida entre 2010 e 2012 e no ano de 2014, momentos em que se verificou um decréscimo.

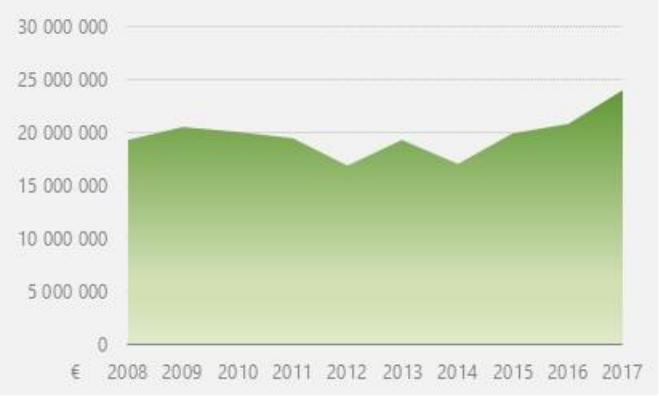


Figura 37. Evolução do valor acrescentado bruto nas empresas entre 2008 e 2017.

Fonte: www.ine.pt.

Considerando a distribuição do VAB por setor de atividade no município de Penalva do Castelo em 2017 (Figura 38), o setor secundário é responsável por 47,78% da produção de riqueza em Penalva do Castelo, valor ligeiramente inferior ao da Região Centro (50,44%) e muito superior ao de Portugal (36,07%). Por sua vez, o setor terciário é responsável por 47,35% da riqueza criada no município. Trata-se de um valor idêntico ao da Região Centro (45,77%) e muito inferior ao de Portugal (61,90%). Como se observa, Penalva do Castelo não revela uma especialização produtiva, uma vez os setores secundário e terciário, contribuem quase de igual modo para a riqueza produzida no município[3]. Descendo ao pormenor das atividades económicas, no setor secundário salienta-se a construção, que corresponde a 65,17% da riqueza criada pelo setor secundário em Penalva do Castelo. No setor terciário ganham destaque os transportes e armazenagem que representam 46,26% da riqueza produzida pelo setor terciário no município. Em termos globais, a construção é responsável por 31,24% da riqueza criada no município de Penalva do Castelo, seguindo-se os transportes e armazenagem (21,90%).

3.4. Condições de vida

Em Penalva do Castelo no ano de 2011 o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos de idade é o trabalho (36,85%) e a reforma/pensão (36,36%), situação que reflete o envelhecimento da população no território municipal (Quadro 21). Seguem-se as pessoas a cargo da família, que representam 18,59%. O outro corresponde a 3,12% e o subsídio de desemprego a 2,64%. De salientar que nas freguesias de Esmolfe, Germil, Ínsua, Pindo, Trancozelos o trabalho é o principal meio de vida, à semelhança da totalidade das unidades

[3] O segredo estatístico em algumas atividades económicas do setor secundário na CIM Viseu Dão Lafões impossibilitou a sua análise.

territoriais de referência. Já em Castelo de Penalva, Lusinde, Real, Sezures, Antas e Matela e Vila Cova do Covelo e Mareco o principal meio de vida é a situação de reforma/pensão.

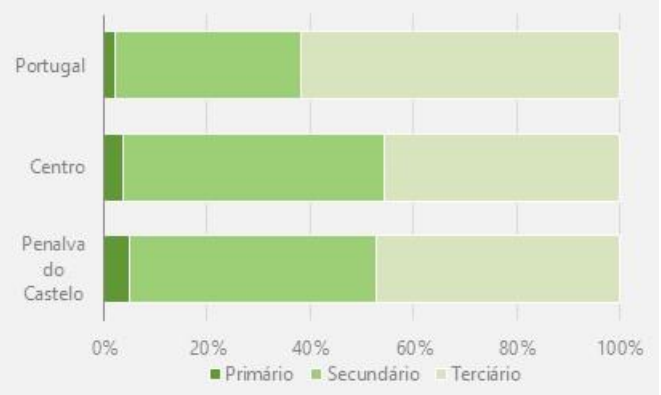


Figura 38. Composição setorial da riqueza criada (VAB) nas empresas, por setor de atividade económica, em 2017.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 21. População residente com 15 e mais anos de idade segundo o principal meio de vida em 2011.

Unidade territorial	Trabalho	Reforma/ Pensão	Subsidio de desemprego	Subsidio por acidente de trabalho ou doença profissional	Rendimento social de inserção	Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	Rendimento da propriedade ou da empresa	Apoio social	A cargo da família	Outro	Total
	(n.º)										
Castelo de Penalva	241	378	14	3	3	4	3	6	127	54	833
Esmolfe	150	126	7	1	1	0	2	4	58	11	360
Germil	132	124	11	1	8	1	2	3	83	7	372
Ínsua	778	589	70	1	13	5	9	8	252	41	1766
Lusinde	47	75	4	1	0	2	1	1	35	3	169
Pindo	639	496	43	6	14	7	8	11	379	39	1642
Real	86	100	6	0	0	4	0	1	38	4	239
Sezures	203	228	4	2	0	2	3	9	161	20	632
Trancozelos	91	78	7	2	2	1	1	0	38	15	235
UF Antas e Matela	136	187	13	0	7	0	0	3	78	6	430
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	68	156	5	1	0	1	1	1	48	18	299
Penalva do Castelo	**2571**	**2537**	**184**	**18**	**48**	**27**	**30**	**47**	**1297**	**218**	**6977**
Viseu Dão Lafões	100527	71595	6050	480	2183	933	1007	1122	39362	7225	230484
Centro	930727	621714	53592	4087	14413	10077	8261	8211	303206	54209	2008497
Portugal	4335856	2459338	299147	18986	105911	51207	40733	39622	1382836	256213	8989849

Fonte: www.ine.pt.

Por fim, o indicador do poder de compra *per capita*, que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados de 2017 (Figura 39), Penalva do Castelo apresenta um poder de compra *per capita* de 58,36, sendo um valor abaixo do registado na CIM Viseu Dão Lafões (80,04) e na Região Centro (88,30). De salientar que Penalva do Castelo é no contexto da CIM Viseu Dão Lafões o município com o poder de compra *per capita* mais baixo. Em termos evolutivos, até 2013 observa-se um aumento do poder de compra *per capita*, apenas, interrompido no ano de 2007, passando de 44,02 a 60,38 (Figura 40). Já nos dois últimos anos em

estudo observa-se uma estabilização do poder de compra *per capita*, atingindo 58,59 no ano de 2015 e 58,36 no ano de 2017.

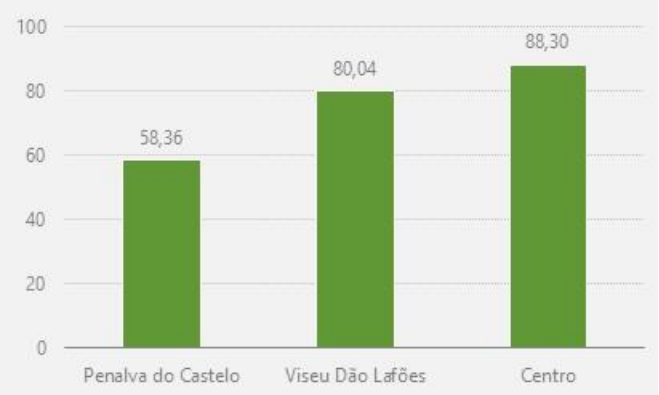


Figura 39. Poder de compra *per capita* em 2017.

Fonte: www.ine.pt.

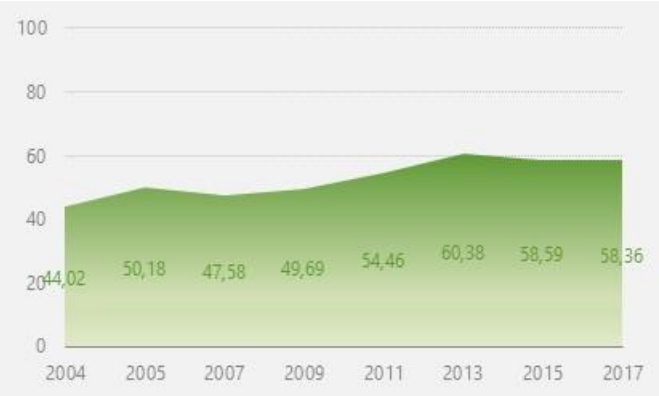


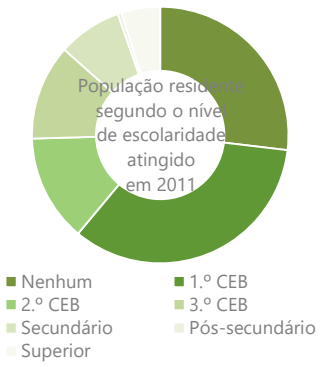
Figura 40. Evolução do poder de compra *per capita* entre 2004 e 2017.

Fonte: www.ine.pt.

4. Indicadores socioeducativos

4.1. Nível de escolaridade

A população de Penalva do Castelo apresenta, em termos relativos, uma menor escolarização do que a generalidade da população portuguesa na sua globalidade (Figura 41 e quadro 22). Para esta afirmação contribui a análise da população em dois níveis extremos. Por um lado, a população residente em Penalva do Castelo sem nenhum nível de escolaridade completo (26,89%) e apenas com o 1.º CEB (34,18%) é superior à média nacional (18,93% e 25,45%), da Região Centro (20,03% e 27,52%) e da CIM Viseu Dão Lafões (21,04% e 29,06%). Por outro lado, a população residente em Penalva do Castelo que atinge níveis de escolaridade superiores - ensino secundário (8,04%) e ensino superior (4,88%) - é inferior à média nacional (13,37% e 11,78%), da Região Centro (12,50% e 10,46%) e da CIM Viseu Dão Lafões (11,58% e 9,72%).



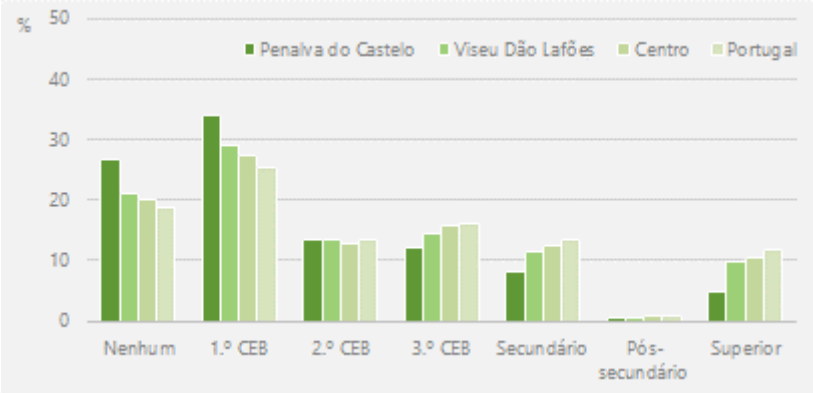


Figura 41. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

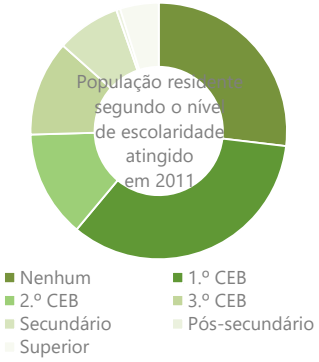
Fonte: www.ine.pt.

Quadro 22. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

Unidade territorial	Sem nível de escolaridade completo	1º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
				(n.º)			
Castelo de Penalva	279	364	103	86	56	3	23
Esmolfe	114	144	48	45	39	2	25
Germil	91	169	66	64	19	2	16
Ínsua	444	574	316	294	232	13	172
Lusinde	50	79	17	15	19	2	7
Pindo	524	605	300	257	146	5	79
Real	69	94	14	48	27	1	10
Sezures	211	289	93	66	38	3	26
Trancozelos	80	110	36	22	15	2	4
UF Antas e Matela	155	170	47	41	39	3	18
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	122	121	34	19	10	3	8
Penalva do Castelo	2139	2719	1074	957	640	39	388
Viseu Dão Lafões	56300	77785	35838	39098	30981	1616	26015
Centro	466146	640510	297911	370419	290871	18427	243471
Portugal	1999754	2688308	1412580	1716970	1411801	88023	1244742

Fonte: www.ine.pt.

Quando se analisa os níveis de escolaridade da população de Penalva do Castelo com 15 e mais anos de idade sobressai o valor mais reduzido da população sem nenhum nível de escolaridade completo (de 26,89% para 21,63%), uma vez que não estão contabilizadas as crianças que, em virtude da sua idade, ainda não concluíram nenhum ciclo de estudos (Figura 42 e quadro 23). Com exceção do 2.º CEB, que sofreu igualmente uma diminuição (de 13,50% para 12,51%), nos restantes níveis de escolaridade verifica-se um aumento (de 34,18% para 36,86% no 1.ºCEB, de 12,03% para 13,70% no 3.º CEB, de 8,04% para 9,17% no ensino secundário, de 0,49% para 0,56% no ensino pós-secundário e de 4,88% para 5,56% no ensino superior).



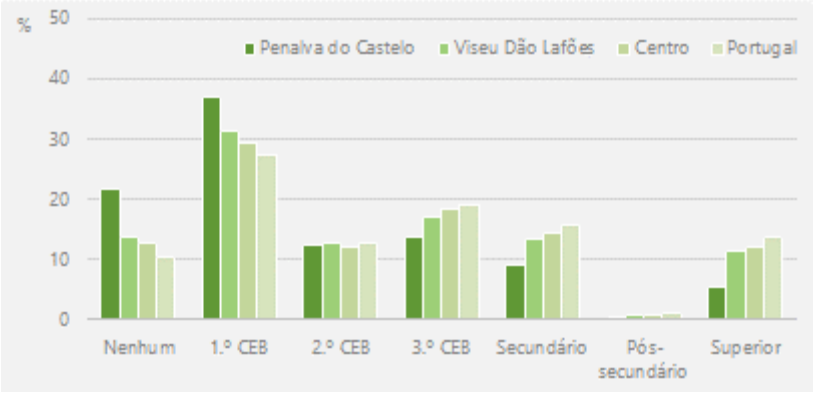


Figura 42. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Em síntese, em 2011 mais de metade da população de Penalva do Castelo com 15 e mais anos de idade não tinha completado nenhum nível de escolaridade (21,63%) ou tinha apenas o 1.º CEB (36,86%). Seguem-se, com valores muito distanciados, o 3.º CEB (13,70%), o 2.º CEB (12,51%), o ensino secundário (9,17%), o ensino superior (5,56%) e o ensino pós-secundário (0,56%).

4.2. Analfabetismo

Analfabeto

Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., que é incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou escrever uma frase completa.

Outro indicador que permite analisar o grau de escolarização da população de Penalva do Castelo é a observação do fenómeno do analfabetismo (Figura 43 e quadro 24). No último período intercensitário em Penalva do Castelo verificou-se uma redução da população residente analfabeta com 10 ou mais anos, passando de 1456 para 893 pessoas (-563 habitantes, que corresponde a -38,67%). A diminuição foi mais expressiva nas mulheres (-368 indivíduos, que representa -40,09%), que nos homens (-195 habitantes, que corresponde a -36,25%).

Analisando o ano mais recente, verifica-se uma grande desigualdade entre os homens (343 indivíduos), com valores inferiores, e as mulheres (550 indivíduos), com valores superiores. Note-se que além dos 893 analfabetos identificados em Penalva do Castelo em 2011, são de considerar também os indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não completaram nenhum nível de escolaridade e que não raramente se enquadram na categoria de analfabetismo funcional.

Quadro 23. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011.

Unidade territorial	Sem nível de escolaridade completo	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior
				(n.º)			
Castelo de Penalva	230	349	86	86	56	3	23
Esmolfe	79	133	37	45	39	2	25
Germil	53	164	54	64	19	2	16
Ínsua	245	538	272	294	232	13	172
Lusinde	37	76	13	15	19	2	7
Pindo	360	563	233	256	146	5	79
Real	51	89	13	48	27	1	10
Sezures	152	276	71	66	38	3	26
Trancozelos	61	105	26	22	15	2	4
UF Antas e Matela	129	161	39	41	39	3	18
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	112	118	29	19	10	3	8
Penalva do Castelo	1509	2572	873	956	640	39	388
Viseu Dão Lafões	31795	71993	29044	39040	30981	1616	26015
Centro	253276	590388	242072	369992	290871	18427	243471
Portugal	934129	2444206	1152362	1714586	1411801	88023	1244742

Fonte: www.ine.pt.

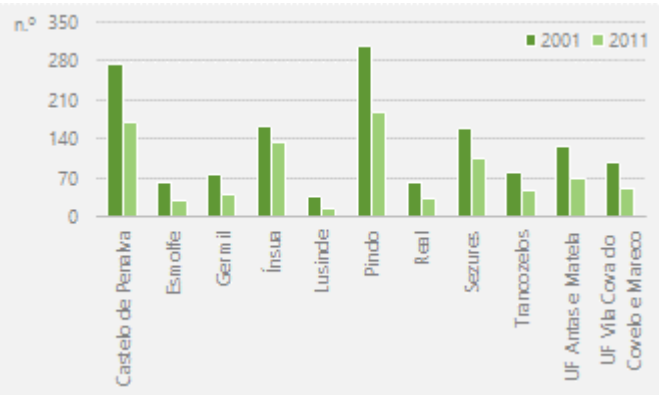


Figura 43. População residente analfabeta com 10 ou mais anos por freguesia em 2001 e 2011.

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 24. População residente analfabeta com 10 ou mais anos em 2001 e 2011.

Unidade territorial	2001			2011			2001-2011					
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM
	(n.º)						(n.º)			(%)		
Castelo de Penalva	108	168	276	63	109	172	-45	-59	-104	-41,67	-35,12	-37,68
Esmolfe	24	38	62	15	17	32	-9	-21	-30	-37,50	-55,26	-48,39
Germil	32	46	78	20	22	42	-12	-24	-36	-37,50	-52,17	-46,15
Ínsua	50	113	163	42	93	135	-8	-20	-28	-16,00	-17,70	-17,18
Lusinde	10	26	36	3	12	15	-7	-14	-21	-70,00	-53,85	-58,33
Pindo	115	192	307	75	113	188	-40	-79	-119	-34,78	-41,15	-38,76
Real	28	36	64	17	17	34	-11	-19	-30	-39,29	-52,78	-46,88
Sezures	56	105	161	38	67	105	-18	-38	-56	-32,14	-36,19	-34,78
Trancozelos	34	48	82	18	30	48	-16	-18	-34	-47,06	-37,50	-41,46
UF Antas e Matela	43	84	127	28	43	71	-15	-41	-56	-34,88	-48,81	-44,09
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	38	62	100	24	27	51	-14	-35	-49	-36,84	-56,45	-49,00
Penalva do Castelo	538	918	1456	343	550	893	-195	-368	-563	-36,25	-40,09	-38,67
Viseu Dão Lafões	8982	19922	28904	5143	12205	17348	-3839	-7717	-11556	-42,74	-38,74	-39,98
Centro	73958	157448	231406	40620	95131	135751	-33338	-62317	-95655	-45,08	-39,58	-41,34
Portugal	281889	556251	838140	159705	340231	499936	-122184	-216020	-338204	-43,34	-38,83	-40,35

Fonte: www.ine.pt.

Taxa de analfabetismo

Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário (População residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever/População residente com 10 e mais anos * 100).

A taxa de analfabetismo reflete o quadro descrito (Figura 44 e quadro 25). Com efeito, entre 2001 e 2011 Penalva do Castelo observou uma diminuição da taxa de analfabetismo, passando de 17,77% para 12,13%. Esta evolução assemelha-se à registada no país (de 9,03% para 5,23%), na Região Centro (de 10,91% para 6,39%) e na CIM Viseu Dão Lafões (de 21,41% para 7,10%). Considerando o último ano, o desequilíbrio existente entre sexos traduz-se numa taxa de analfabetismo de 9,82% nos homens e de 14,21% nas mulheres.

Apesar da evolução extremamente positiva da taxa de analfabetismo registada na última década, Penalva do Castelo ocupa o 12.º lugar no contexto da CIM Viseu Dão Lafões, existindo, apenas, dois municípios com taxas superiores: Vila Nova de Paiva, com 12,38% e Aguiar da Beira, com 15,02% (Quadro 26).

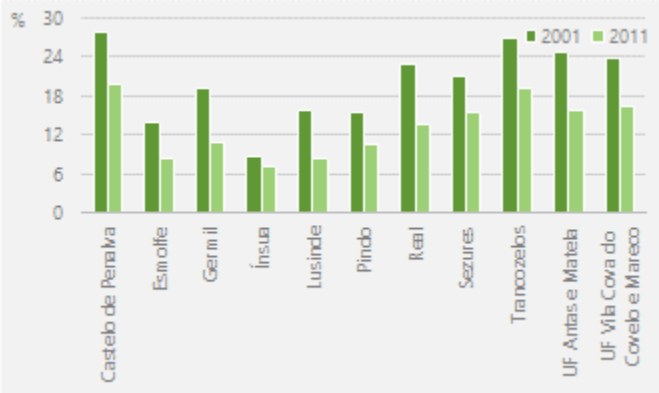


Figura 44. Taxa de analfabetismo por freguesia em 2001 e 2011.
Fonte: www.ine.pt.

Quadro 25. Taxa de analfabetismo em 2001 e 2011.

Unidade territorial	2001			2011		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Castelo de Penalva	22,88	32,06	27,71	15,33	23,90	19,84
Esmolfe	11,32	16,31	13,93	8,24	8,37	8,31
Germil	15,61	22,66	19,12	10,87	10,68	10,77
Ínsua	5,77	11,54	8,83	4,84	9,40	7,27
Lusinde	8,93	22,41	15,79	3,80	12,37	8,52
Pindo	11,64	19,05	15,38	8,66	12,61	10,67
Real	22,58	23,38	23,02	14,91	12,88	13,82
Sezures	14,93	27,20	21,16	12,03	18,66	15,56
Trancozelos	22,97	30,57	26,89	15,79	21,90	19,12
UF Antas e Matela	18,14	30,43	24,76	12,84	18,70	15,85
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	18,72	28,70	23,87	16,78	16,36	16,56
Penalva do Castelo	**13,64**	**21,59**	**17,77**	**9,82**	**14,21**	**12,13**
Viseu Dão Lafões	181,71	15,35	21,45	4,47	9,43	7,10
Centro	7,28	14,24	10,91	4,03	8,51	6,39
Portugal	6,34	11,52	9,03	3,52	6,77	5,23

Fonte: www.ine.pt.

Quadro 26. Taxa de analfabetismo em 2011.

Município	Taxa de analfabetismo (%)
Aguiar da Beira	15,02
Carregal do Sal	7,58
Castro Daire	11,39
Mangualde	6,57
Nelas	5,65
Oliveira de Frades	6,18
Penalva do Castelo	12,13
Santa Comba Dão	5,94
São Pedro do Sul	9,05
Sátão	10,34
Tondela	6,18
Vila Nova de Paiva	12,38
Viseu	5,37
Vouzela	6,41

Fonte: www.ine.pt.

PARTE II . DIAGNÓSTICO DO SISTEMA EDUCATIVO

5. Oferta escolar

5.1. Rede escolar

O município de Penalva do Castelo encontra-se bem equipado do ponto de vista da oferta escolar (Quadro 27). No ano letivo 2019/2020 a rede escolar é constituída por seis estabelecimentos de educação e ensino, que asseguram a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário, a saber, o Jardim-de-Infância (JI) Pindo de Baixo, Penalva do Castelo, a Escola Básica (EB) Roriz, Penalva do Castelo, a EB Castelo de Penalva, Penalva do Castelo, a EB Sezures, Penalva do Castelo, a EB Ínsua, Penalva do Castelo[4], e a Escola Básica e Secundária (EBS) Penalva do Castelo, integrados no Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo, que desde 2010 passou a integrar a EBS Penalva do Castelo, anteriormente não agrupada.

Acompanhando o panorama do parque escolar nacional nos territórios de baixa densidade, a rede escolar é constituída apenas por estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, não existindo nenhum equipamento educativo da rede solidária e privada.

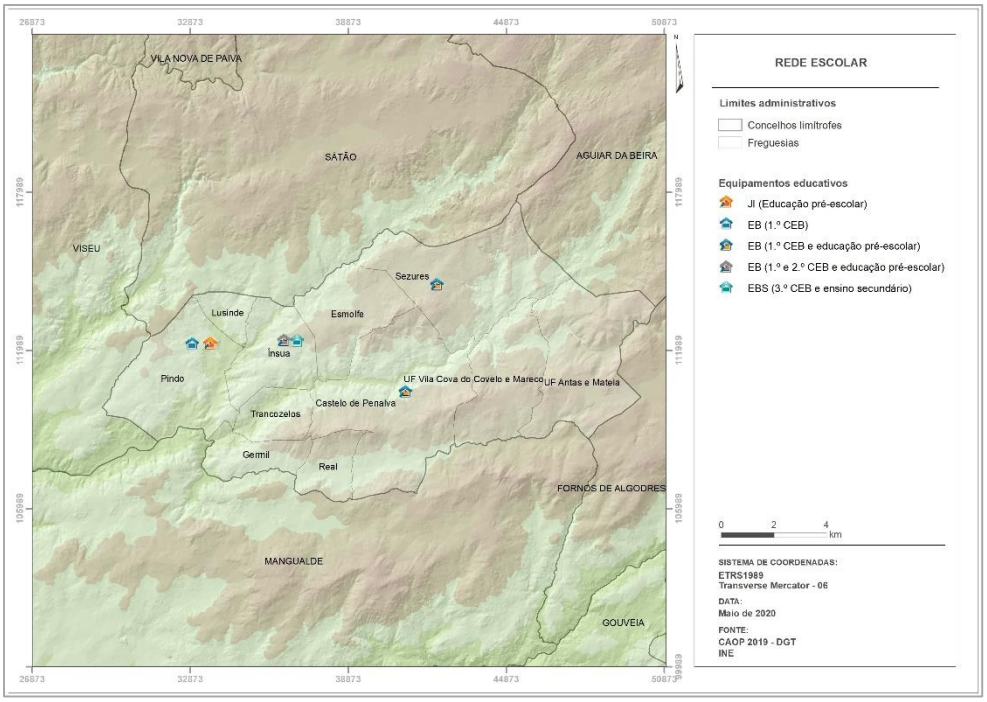
---

[4] Atendendo a que o presente documento se reporta apenas ao município de Penalva do Castelo, doravante deixaremos de incluir o nome do município na denominação dos estabelecimentos de educação e ensino públicos e passaremos a assumir as seguintes designações: EB Castelo de Penalva, EB Ínsua, JI Pindo de Baixo, EB Roriz e EB Sezures.

Quadro 27. Rede escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Agrupamento de escolas	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	Rede
Castelo de Penalva	Penalva do Castelo	EB Castelo de Penalva, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar 1.º CEB	Pública
Ínsua	Penalva do Castelo	EB Ínsua, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar 1.º e 2.º CEB	Pública
		EBS Penalva do Castelo	3.º CEB Ensino secundário	Pública
Pindo	Penalva do Castelo	JI Pindo de Baixo, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar	Pública
		EB Roriz, Penalva do Castelo	1.º CEB	Pública
Sezures	Penalva do Castelo	EB Sezures, Penalva do Castelo	Educação pré-escolar 1.º CEB	Pública

Os estabelecimentos de educação e ensino encontram-se distribuídos pelo território municipal de forma a assegurar uma cobertura abrangente, sendo que do total de onze freguesias que integram o município de Penalva do Castelo, sete não são servidas por nenhum equipamento educativo, a saber: Esmolfe, Germil, Lusinde, Real, Trancozelos, UF Antas e Matela e UF Vila Cova do Covelo e Mareco (Mapa 8).



Mapa 8. Rede escolar no ano letivo 2019/2020.

A sua repartição espacial reflete, naturalmente, o padrão de distribuição populacional, concentrando-se na sede de município, onde se encontram todos os níveis de educação e ensino existentes no território municipal - educação pré-escolar, 1.º, 2.º e 3.º CEB e ensino secundário - e nos outros três principais núcleos populacionais - Castelo de Penalva, Pindo e Sezures -, servidos apenas pela educação pré-escolar e pelo 1.º CEB.

Sublinha-se o facto do padrão de localização dos equipamentos educativos não ser homogéneo, diferenciando-se dois critérios locativos distintos: o local, para os níveis de educação e ensino de proximidade - educação pré-escolar e 1.º CEB -, que se disseminam de forma mais uniforme pelo território, distribuindo-se por quatro polos educativos, e o municipal, para os níveis de ensino com uma área de influência superior - 2.º e 3.º CEB e ensino secundário -, que apresentam um carácter fortemente polarizado, concentrando-se no principal núcleo populacional.

Embora na sua génese não sejam consideradas como oferta escolar, mas sim como respostas sociais, é de referir a existência no território municipal de duas creches, da rede solidária, a saber, a creche da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e a creche do Centro Social Paroquial de Sezures, localizadas nas freguesias de Ínsua e Sezures e com capacidade instalada para 68 crianças (Quadro 28).

Quadro 28. Rede de creches no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Entidade gestora	Equipamento social	Rede	Capacidade
Ínsua	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	Solidária	35 crianças
Sezures	Centro Social Paroquial de Sezures	Centro Social Paroquial de Sezures	Solidária	33 crianças

5.2. Caracterização física e funcional

Dada a importância de que se revestem as condições materiais dos estabelecimentos de educação e ensino, caracterizar-se-á seguidamente, do ponto de vista físico e funcional, a rede escolar do município de Penalva do Castelo, de acordo com um conjunto de indicadores que, ainda que não sendo exaustivo, permite ter uma visão global das condições dos equipamentos educativos. Serão analisados o estado de conservação, acessibilidade e segurança, a capacidade instalada e taxa de ocupação e os espaços escolares de apoio. Sendo uma componente indispensável da carta educativa, esta descrição é também uma ferramenta essencial à tomada de decisão no âmbito da conservação e manutenção de edifícios escolares, que é uma competência municipal.

5.2.1. Estado de conservação, acessibilidade e segurança

Relativamente ao estado de conservação, verifica-se que este é bom na EB Castelo de Penalva e no JI Pindo de Baixo e razoável na EB Ínsua, na EBS Penalva do Castelo, na EB Roriz e na EB Sezures, tanto nos espaços exteriores, como nos espaços interiores (Quadro 29). Em todos os edifícios escolares, com exceção dos espaços interiores e exteriores da EB Roriz, observa-se a ausência de barreiras arquitetónicas, o que facilita o acesso para pessoas com mobilidade reduzida, tanto no exterior, como no interior. Por fim, ao nível da segurança, observa-se que nem o JI Pindo de Baixo, nem a EB Sezures possuem sinalização vertical. De referir, ainda, que a EB Castelo de Penalva, o JI Pindo de Baixo e a EB Roriz não têm plano de emergência.

Quadro 29. Estado de conservação, acessibilidade e segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de educação e ensino	Estado de conservação		Barreiras arquitetónicas		Segurança	
	Exterior	Interior	Exterior	Interior	Sinalização vertical	Plano de emergência
EB Castelo de Penalva	Bom	Bom	Não	Não	Sim	Não
EB Ínsua	Razoável	Razoável	Não	Não	Sim	Sim
EBS Penalva do Castelo	Razoável	Razoável	Não	Não	Sim	Sim
JI Pindo de Baixo	Bom	Bom	Não	Não	Não	Não
EB Roriz	Razoável	Razoável	Sim	Sim	Sim	Não
EB Sezures	Razoável	Razoável	Não	Não	Não	Sim

5.2.2. Capacidade instalada e taxa de ocupação

A taxa de ocupação[5] no município de Penalva do Castelo está abaixo dos 100% em todos os níveis de educação e ensino, o que reflete uma capacidade[6] superior à frequência (Quadros 30, 31 e 32). O 2.ºCEB é onde esta diferença é mais expressiva. Efetivamente, com uma capacidade para 192 alunos (8 salas de aula) e uma frequência de 101 alunos, apresenta uma taxa de ocupação de apenas 52,60%. Seguem-se o 3.º CEB e o ensino secundário, com 56,11%, e o 1.º

[5] Relação entre a capacidade de um estabelecimento de educação e ensino em regime normal de funcionamento e o número de crianças/alunos que o frequentam em período diurno [(frequência/capacidade) X 100].

[6] Para o cálculo da capacidade foram considerados os limites mínimos para a constituição de turmas definidos no Despacho Normativo n.º 16/2019: 20 crianças na educação pré-escolar e 24 alunos no ensino básico e secundário.

CEB, com 56,67%, valores que traduzem uma capacidade para 720 alunos (30 salas de aula) e uma frequência de 404 alunos no 3.º CEB e ensino secundário e uma capacidade para 360 alunos (15 salas de aula) e uma frequência de 204 alunos no 1.º CEB. Na educação pré-escolar a taxa de ocupação é de 80%, valor que corresponde a uma capacidade para 160 crianças (8 salas de atividade) e uma frequência de 128 crianças.

Quadro 30. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de educação	Salas	Capacidade (n.º)	Crianças	Taxa de ocupação (%)
EB Castelo de Penalva	1	20	16	80
EB Ínsua	5	100	80	80
JI Pindo de Baixo	1	20	13	65
EB Sezures	1	20	19	95
Total	**8**	**160**	**128**	**80**

Quadro 31. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de ensino	Salas	Capacidade (n.º)	Alunos	Taxa de ocupação (%)
EB Castelo de Penalva	2	48	18	37,50
EB Ínsua	7	168	132	78,57
EB Roriz	4	96	31	32,29
EB Sezures	2	48	23	47,92
Total	**15**	**360**	**204**	**56,67**

Quadro 32. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de ensino	Salas	Capacidade (n.º)	Alunos	Taxa de ocupação (%)
EB Ínsua	8	192	101	52,60
EBS Penalva do Castelo	30	720	404	56,11

Analisando a taxa de ocupação por estabelecimento na educação pré-escolar e no 1.º CEB, verifica-se que existem diferenças expressivas. Na educação pré-escolar os valores oscilam entre os 95% na EB Sezures, os 80% na EB Castelo de Penalva e na EB Ínsua e os 65% no JI Pindo de Baixo. Esta diferença explica-se pelo número de crianças inscritas, uma vez que todos os estabelecimentos de educação pré-escolar integram, apenas, uma sala de atividade, exceção feita à EB Ínsua. Efetivamente, a EB Ínsua apresenta não só o maior número de salas de atividade (5 salas), como a população escolar mais elevada (80 crianças). No 1.º CEB a taxa de ocupação varia entre os 78,57% na EB Ínsua, os 47,92% na EB Sezures, os 37,57% na EB Castelo de Penalva e os 32,29% na EB Roriz. Tal como se observa na educação pré-escolar, é, também, a EB Ínsua, com 132 alunos e 7 salas de aula, a que regista a maior taxa de ocupação. De referir que a EB Roriz, com 31 alunos, ocupa três das quatro salas de aula disponíveis. Note-se que dos 4 estabelecimentos de ensino de 1.º CEB existentes no município de Penalva do Castelo, dois, mais concretamente a EB Castelo de Penalva e a EB Sezures, com duas salas de aula, não garantem uma sala e um professor por ano de escolaridade.

5.2.3. Espaços escolares de apoio

Para a caracterização dos espaços escolares de apoio foram consideradas as salas específicas, as instalações desportivas e outros espaços (Quadro 33).

Quadro 33. Espaços escolares de apoio nos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.

	Salas específicas		Instalações desportivas		Outros espaços						
Estabelecimento de educação e ensino	Ensino especial	Sala de informática	Pavilhão gimnodesportivo	Campo polidesportivo	Biblioteca (n.º)	Refeitório	Cozinha/copa	Sala polivalente	Recreio coberto	Recreio descoberto	Espaço verde
EB Castelo de Penalva	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não
EB Ínsua	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim
EBS Penalva do Castelo	Sim	Sim	Sim	SIm	Sim	Sim	Sin	Sim	Sim	Sim	Sim
JI Pindo de Baixo	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
EB Roriz	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não
EB Sezures	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não

A observação das salas específicas, assim como das instalações desportivas revela que apenas os estabelecimentos de ensino de 2.º CEB e de 3.º CEB e ensino secundário disponibilizam sala de ensino especial, sala de informática, pavilhão gimnodesportivo e campo polidesportivo. No que diz respeito aos outros espaços, verifica-se que a EB Castelo de Penalva, a EB Ínsua e a EBS Penalva do Castelo estão equipadas com biblioteca. Relativamente à cozinha/copa, a EB Sezures

é o único equipamento educativo que não dispõe deste espaço. Por seu turno, são 2 os estabelecimentos que não integram refeitório, mais concretamente a EB Castelo de Penalva e o JI Pindo de Baixo. No que se refere à sala polivalente, a EB Castelo de Penalva, a EBS Penalva do Castelo e o JI Pindo de Baixo dispõem deste espaço. Todos os edifícios escolares, exceção feita ao JI Pindo de Baixo, estão dotados de recreio descoberto. Situação bastante diferente quando se analisa a existência de recreio coberto, encontrando-se apenas este espaço na EBS Penalva do Castelo e na EB Roriz. Por fim, com espaço verde são de referir a EB Ínsua e a EBS Penalva do Castelo.

6. Procura escolar

6.1. Situação atual e evolução recente

6.1.1. Caracterização global

Penalva do Castelo é um centro educativo de pequena dimensão. No ano letivo 2019/2020 o universo estudantil do território municipal perfaz um total de 837 alunos que frequentam desde a educação pré-escolar ao ensino secundário (Quadro 34). Uma análise por nível de educação e ensino revela que 128 crianças frequentam a educação pré-escolar (15,29%), 497 alunos o ensino básico (59,38%) e 212 alunos o ensino secundário (25,33%). Por sua vez, o ensino básico reparte-se pelo 1.º CEB, com 204 alunos (24,37%), 2.º CEB, com 101 alunos (12,07%) e 3.º CEB, com 192 alunos (22,94%).

Quadro 34. Frequência por nível de educação e ensino e rede no ano letivo 2019/2020.

Nível de ensino	Número de alunos	
	(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	128	15,29
1º CEB	204	24,37
2.º CEB	101	12,07
3.º CEB	192	22,94
Ensino secundário	212	25,33
Total	**837**	**100**

A distribuição territorial da procura escolar reflete a repartição espacial da oferta escolar, diretamente relacionada com o padrão do povoamento (Quadro 35). A freguesia de Ínsua, que apresenta todos os níveis de educação e ensino existentes no território municipal, é naturalmente a que concentra a maior fatia da população escolar, com 717 alunos (85,66%). Apenas com a educação pré-escolar e o 1.º CEB, segue-se a freguesia de Pindo, a segunda freguesia em termos populacionais, com 44 alunos (5,26%), a freguesia de Sezures, a quarta freguesia em termos populacionais, com 42 alunos (5,02%), e, por fim, a freguesia de Castelo de Penalva, a terceira freguesia em termos populacionais, com 34 alunos (4,06%). As freguesias de Esmolfe, Germil, Lusinde, Real, Trancozelos, UF Antas e Matela e a UF Vila Cova do Covelo e Mareco não são servidas por nenhum equipamento educativo.

Quadro 35. Frequência por freguesia e nível de educação e ensino no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Educação pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário	Total
	(n.º)					
Castelo de Penalva	16	18				34
Ínsua	80	132	101	192	212	717
Pindo	13	31				44
Sezures	19	23				42
Total	**128**	**204**	**101**	**192**	**212**	**837**

Analisando a evolução dos valores da população escolar no município de Penalva do Castelo no período que decorre entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020, é manifesta a quebra substancial generalizada que afetou todos os níveis de educação e ensino, fruto da redução da natalidade em décadas passadas (Figuras 45 e 46, quadro 36 e anexos XIX e XX). Regista-se uma diminuição da procura escolar total de -23,49% nos últimos 10 anos letivos (-257 alunos), particularmente evidente no 2.º CEB (-32,67%, valor correspondente a -49 alunos) e com menor expressão no caso do ensino secundário (-14,17%, valor que representa -35 alunos). Numa posição intermédia encontram-se o 3.º CEB, a educação pré-escolar e o 1.º CEB, com decréscimos de -27,55%, -24,26% e -22,43%, que correspondem a -73, -41 e -59 alunos. O declínio do número de crianças na educação pré-escolar, que mais tarde se vai traduzir nos níveis de ensino subsequentes, reflete a quebra na população jovem diretamente relacionada com o envelhecimento da população e com a crise financeira e económica. O ano letivo 2019/2020 é nesta série temporal o que verificou o menor número de alunos.

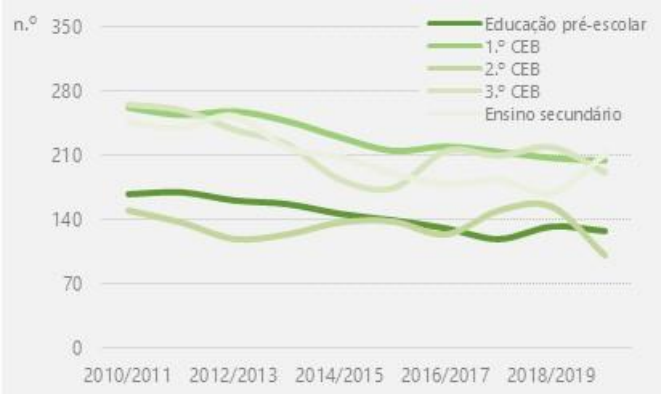


Figura 45. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

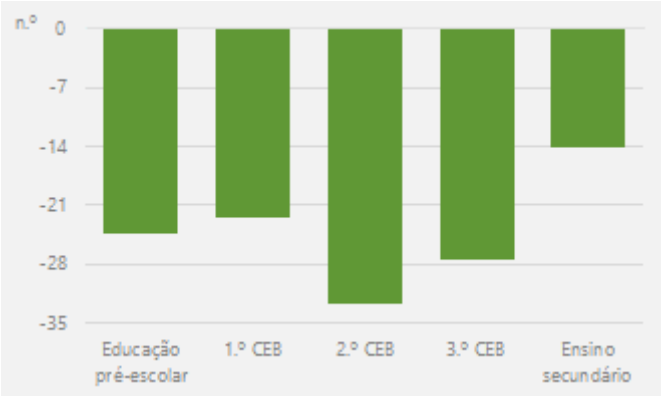


Figura 46. Variação da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Quadro 36. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Nível de ensino	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	Variação	
	(n.º)										(n.º)	(%)
Educação pré-escolar	169	171	162	158	147	140	131	119	133	128	-41	-24,26
1.º CEB	263	255	259	248	230	215	220	214	207	204	-59	-22,43
2.º CEB	150	137	119	124	137	138	124	150	154	101	-49	-32,67
3.º CEB	265	259	238	222	184	175	215	210	219	192	-73	-27,55
Ensino secundário	247	241	254	219	209	191	179	184	169	212	-35	-14,17
Total	**1094**	**1063**	**1032**	**971**	**907**	**859**	**869**	**877**	**882**	**837**	**-257**	**-23,49**

Acompanhando a diminuição crescente da população escolar verificada, consequência da quebra da natalidade observada ao longo dos últimos anos no município de Penalva do Castelo, tem-se vindo a registar o encerramento gradual de estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º CEB (Quadro 37).

Considerando o período entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020, nos últimos dez anos letivos encerraram cinco estabelecimentos de educação pré-escolar e um estabelecimento de ensino de 1.º CEB, a saber: os JI's Roriz e Trancoselinhos e a EB Pindo de Baixo, no ano letivo 2010/2011, o JI Germil, no ano letivo 2014/2015, o JI Antas, no ano letivo 2016/2017, e o JI Esmolfe, no ano letivo 2019/2020, todos da rede pública. Estes seis equipamentos educativos localizam-se nas freguesias de Pindo (2), Esmolfe (1), Germil (1), Trancoselos (1) e UF Antas e Matela (1).

Alargando a análise ao ano letivo 2005/2006, na última década e meia encerraram mais um estabelecimento de educação pré-escolar, o JI Vila Cova do Covelo, no ano letivo 2009/2010, e dezasseis estabelecimentos de ensino de 1.º CEB, a EB Casal das Donas, no ano letivo 2005/2006, as EB's Cantos, Sandiães, Vila Mendo e Lusinde, no ano letivo 2006/2007, as EB's Esmolfe, Germil, Encoberta e Real, no ano letivo 2007/2008, e as EB's Corga[7], Moinhos de Pepim, Santa Eulália, Trancoselinhos, Antas, Matela e Vila Cova do Covelo[8], no ano letivo 2008/2009, todos da rede

[7] Passou a funcionar como polo da EB Roriz nos anos letivos 2008/2009 e 2009/2010.

[8] Passou a funcionar como polo da EB Castelo de Penalva nos anos letivos 2008/2009, 2009/2010 e 2010/2011.

pública. Estes dezassete equipamentos educativos situam-se nas freguesias de Castelo de Penalva (4), Pindo (4), UF Antas e Matela (2), UF Vila Cova do Covelo e Mareco (2), Esmolfe (1), Germil (1), Lusinde (1), Real (1) e Trancoselos (1).

Como se constata, as freguesias onde encerraram mais estabelecimentos de educação e ensino durante todo este período foram Pindo (6), Castelo de Penalva (4) e UF Antas e Matela (3). As freguesias de Esmolfe, Germil, Trancoselos e UF Vila Cova do Covelo e Mareco perderam dois equipamentos educativos cada, enquanto as freguesias de Lusinde e Real perderam ambas apenas um equipamento educativo.

Note-se que entre 2005 e 2009 o ME decretou o encerramento dos estabelecimentos de ensino de 1.º CEB com menos de 10 alunos, sendo que, a partir de 2010, o valor fixou-se em 21 alunos pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho.

Quadro 37. Estabelecimentos de educação e ensino encerrados entre os anos letivos 2005/2006 e 2019/2020.[9] [10]

Ano letivo de encerramento	Freguesia	Estabelecimento de educação ou ensino	Nível de educação e ensino	Nível de educação ou ensino encerrado	Estabelecimento de educação ou ensino de acolhimento
2005/2006	Castelo de Penalva	EB Casal das Donas	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Castelo de Penalva
2006/2007	Castelo de Penalva	EB Cantos	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Sezures
2006/2007	Castelo de Penalva	EB Sandiães	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Castelo de Penalva
2006/2007	Castelo de Penalva	EB Vila Mendo	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Castelo de Penalva
2006/2007	Lusinde	EB Lusinde	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Roriz
2007/2008	Esmolfe	EB Esmolfe	Educação pré-escolar 1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Ínsua
2007/2008	Germil	EB Germil	Educação pré-escolar 1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Ínsua
2007/2008	Pindo	EB Encoberta	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Roriz
2007/2008	Real	EB Real	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Castelo de Penalva
2008/2009	Pindo	EB Corga	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Roriz

(Continua)

[9] O ano letivo de encerramento corresponde ao ano letivo em que o nível de educação ou ensino deixou de funcionar.

[10] No ano letivo 2010/2011 mudaram de instalações três estabelecimentos de educação pré-escolar, designadamente o JI Penalva do Castelo, que passou a funcionar na EB Ínsua, o JI Sezures, que passou a funcionar na EB Sezures, e a EB Pindo de Baixo, que passou a funcionar no JI Pindo de Baixo.

(Continuação)

Ano letivo de encerramento	Freguesia	Estabelecimento de educação ou ensino	Nível de educação e ensino	Nível de educação ou ensino encerrado	Estabelecimento de educação ou ensino de acolhimento
2008/2009	Pindo	EB Moinhos de Pepim	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Roriz
2008/2009	Pindo	EB Santa Eulália	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Roriz
2008/2009	Trancoselos	EB Trancoselinhos	Educação pré-escolar 1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Ínsua
2008/2009	UF Antas e Matela	EB Antas	Educação pré-escolar 1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Castelo
2008/2009	UF Antas e Matela	EB Matela	1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Castelo de Penalva
2008/2009	UF Vila Cova do Covelo e Mareco	EB Vila Cova do Covelo	Educação pré-escolar 1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Castelo de Penalva
2009/2010	UF Vila Cova do Covelo e Mareco	JI Vila Cova do Covelo	Educação pré-escolar	Educação pré-escolar	EB Castelo de Penalva
2010/2011	Pindo	EB Pindo de Baixo	Educação pré-escolar 1.º CEB	1.º ciclo do ensino básico	EB Roriz
2010/2011	Pindo	JI Roriz	Educação pré-escolar	Educação pré-escolar	JI Pindo de Baixo
2010/2011	Trancoselos	JI Trancoselinhos	Educação pré-escolar	Educação pré-escolar	EB Ínsua
2014/2015	Germil	JI Germil	Educação pré-escolar	Educação pré-escolar	EB Ínsua
2016/2017	UF Antas e Matela	JI Antas	Educação pré-escolar	Educação pré-escolar	EB Castelo de Penalva
2019/2020	Esmolfe	JI Esmolfe	Educação pré-escolar	Educação pré-escolar	EB Ínsua

Considerando agora a resposta social de creche para efeitos de análise da procura escolar, ao total de 837 alunos que perfazem o universo estudantil do município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020, acrescem as 53 crianças que no mesmo período estavam inscritas nas duas creches da rede solidária existentes no território municipal.

6.1.2. Caracterização por nível de ensino

6.1.2.1. Creche

No ano letivo 2019/2020 a creche em Penalva do Castelo é frequentada por um total de 53 crianças, 33 crianças na creche da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo e 20 crianças na creche do Centro Social Paroquial de Sezures (Quadro 38). A análise da distribuição da frequência por idade mostra que o maior número de crianças se situa na faixa etária dos 24 aos 36 meses, com 21 crianças, seguida, com valores bastante idênticos, dos 12 aos 24 meses, com 17 crianças, e dos 3 aos 12 meses, com 15 crianças.

Quadro 38. Frequência na creche por estabelecimento e idade no ano letivo 2019/2020.

Equipamento social	3-12 meses	12-24 meses	24-36 meses	Total
	(n.º)			
Creche da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Penalva do Castelo	10	10	13	33
Creche da Centro Social Paroquial de Sezures	5	7	8	20
Total	**15**	**17**	**21**	**53**

Em termos globais, entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020 o número de crianças inscritas na creche sofreu um aumento, com a passagem das 28 às 53 crianças, o que corresponde a um crescimento de 89,29% (Figura 47). A comparação do número de crianças inscritas com os nascimentos registados no período correspondente à frequência (previsão) revela que a frequência real é muito inferior à potencial.

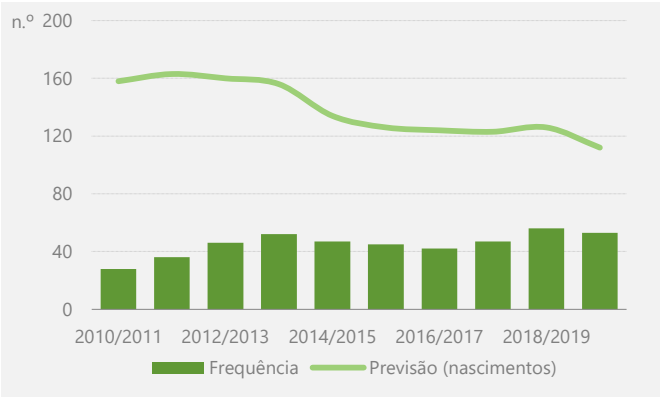


Figura 47. Evolução da frequência real e potencial (nascimentos) na creche entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Acompanhando a realidade descrita anteriormente, a taxa de ocupação verificou, igualmente, uma evolução positiva, tendo passado de 41,18% em 2010/2011 para 77,94% em 2019/2020 (Quadro 39). Apesar desta evolução positiva, na generalidade os valores encontram-se bastante abaixo dos 100%, o que pode significar que os pais e/ou encarregados de educação optam por não inscrever as suas crianças na creche ou preferem frequentar esta resposta social noutros territórios.

Quadro 39. Taxas de ocupação e cobertura na creche entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Ano letivo	Frequência	Previsão (nascimentos)	Taxa de ocupação	Taxa de cobertura	Taxa de cobertura efetiva
	(n.º)			(%)	
2010/2011	28	158	41,18	43,04	49,98
2011/2012	36	163	52,94	41,72	48,45
2012/2013	46	160	67,65	42,50	49,35
2013/2014	52	156	76,47	43,59	50,62
2014/2015	47	134	69,12	50,75	58,93
2015/2016	45	126	66,18	53,97	62,67
2016/2017	42	124	61,76	54,84	63,68
2017/2018	47	123	69,12	55,28	64,20
2018/2019	56	126	82,35	53,97	62,67
2019/2020	53	112	77,94	60,71	70,51

Numa outra perspetiva de análise, constatamos que a taxa de cobertura[11] (de 43,04% em 2010/2011 para 60,71% em 2019/2020) e a taxa de cobertura efetiva[12] (de 49,98% em 2010/2011 para 70,51% em 2019/2020) registaram também uma evolução positiva, neste caso relacionada com a redução da população de referência (nascimentos), uma vez que a capacidade não sofreu alterações. A observação da taxa de cobertura mostra-nos que, apesar da evidente carência de creche em alguns setores do território municipal, este é um indicador positivo, na medida em que se encontra em todos os anos bastante acima do valor definido em 2002, no Conselho Europeu de Barcelona, como meta para 2010 em matéria de infraestruturas de acolhimento de crianças com menos de 3 anos (33%).

Considerando a residência das crianças inscritas na creche no ano letivo 2019/2020, verificamos que, na generalidade, são provenientes das freguesias onde se localizam as duas

[11] Relação entre a capacidade e a população de referência (nascimentos) [(capacidade/população de referência) X 100].

[12] Relação entre a capacidade e a população de referência (nascimentos) menos cinco meses de licença de maternidade [(capacidade/(população de referência/36*31) X 100].

creches (15 crianças de Ínsua e 10 crianças de Sezures) e da freguesia de Pindo (13 crianças), sendo pouco significativo o número de crianças oriundas de outros municípios (Quadro 40).

Quadro 40. Residência das crianças inscritas na creche no ano letivo 2019/2020.

Residência	Crianças (n.º)
Castelo de Penalva	3
Esmolfe	1
Germil	2
Ínsua	15
Lusinde	
Pindo	13
Real	
Sezures	10
Trancozelos	1
UF Antas e Matela	6
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	
Outros municípios	2
Município	**51**
Outros municípios	**2**
Total	**53**

6.1.2.2. Educação pré-escolar

No ano letivo 2019/2020 a educação pré-escolar em Penalva do Castelo é frequentada por um total de 128 crianças (Quadro 41). A análise da distribuição da frequência por idade mostra que o maior número de crianças se situa na faixa etária dos 4 anos, com 49 crianças, seguida, com valores bastante idênticos, dos 5 anos, com 40 crianças, e dos 3 anos, com 39 crianças.

Quadro 41. Frequência na educação pré-escolar por estabelecimento e idade no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de educação	3 anos	4 anos	5 anos	Total
	(n.º)			
EB Castelo de Penalva	3	10	3	16
EB Ínsua	22	31	27	80
JI Pindo de Baixo	5	4	4	13
EB Sezures	9	4	6	19
Total	**39**	**49**	**40**	**128**

Nos últimos dez anos letivos verificou-se um decréscimo da frequência na educação pré-escolar, apenas, interrompido pelo aumento observado em 2011/2012 e 2018/2019 (Figura 48). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 o número de crianças reduziu -24,26%, valor que corresponde a -41 crianças (de 169 para 128 crianças).

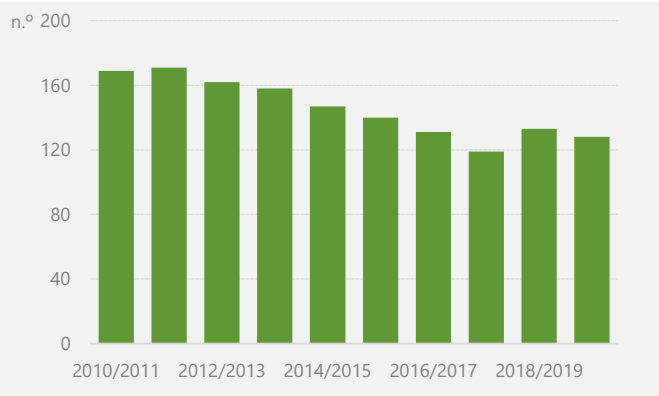


Figura 48. Evolução da frequência na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

A observação da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento no mesmo período revela que apenas o JI Pindo de Baixo acompanha esta tendência de decréscimo (Figuras 49, 50, 51 e 52). Neste estabelecimento verifica-se, entre 2010/2011 e 2019/2020, um decréscimo de -58,06%, que representa -18 crianças inscritas. Pela positiva, destacam-se a EB Sezures, a EB Ínsua e a EB Penalva do Castelo que registaram um aumento de 7, 11 e 1 crianças, valores que equivalem a 58,05%, 15,94%, e 6,67%.

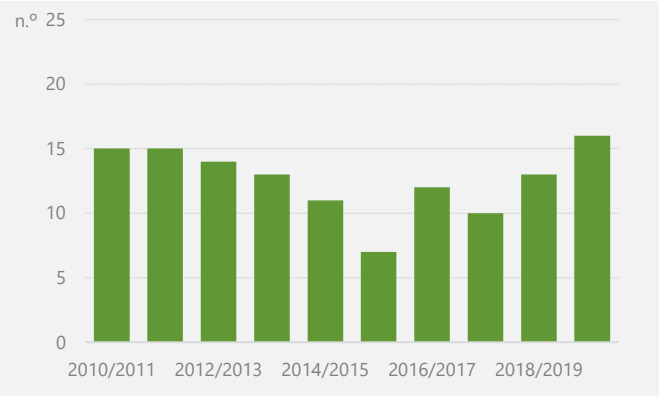


Figura 49. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

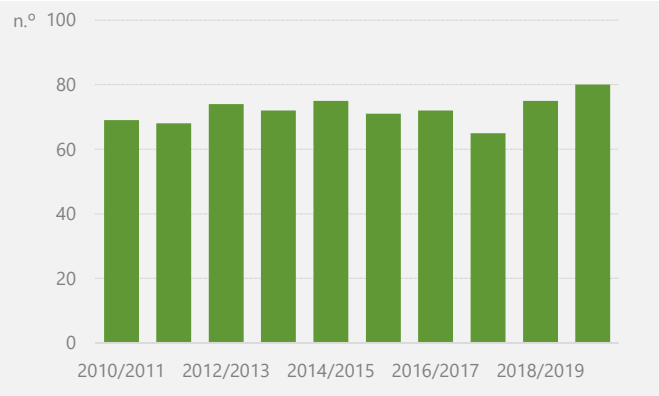


Figura 50. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

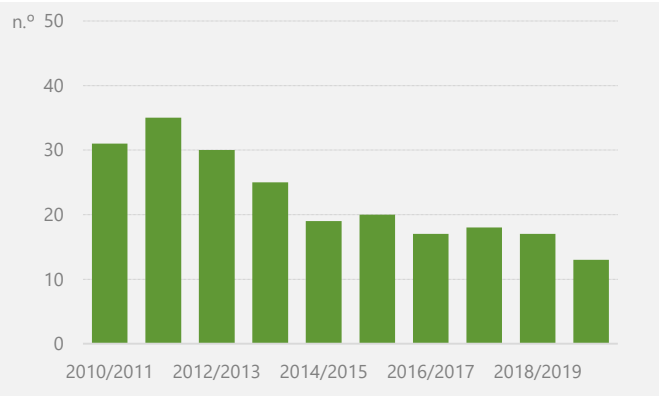


Figura 51. Evolução da frequência na educação pré-escolar no JI Pindo de Baixo entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

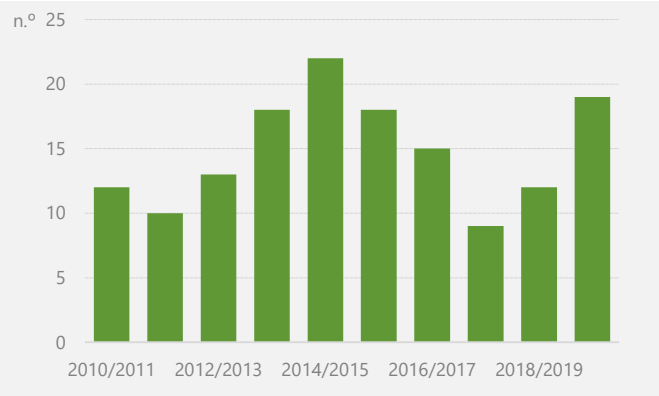


Figura 52. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

6.1.2.3. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 o 1.º CEB em Penalva do Castelo é frequentado por um total de 204 alunos (Quadro 42). A análise da distribuição da frequência por ano de escolaridade mostra que o maior número de alunos se encontra matriculado no 3.º e 4.º anos de escolaridade, ambos com 52 alunos, seguidos, com valores muito próximos, do 2.º ano de escolaridade, com 51 alunos, e do 1.º ano de escolaridade, com 49 alunos.

Quadro 42. Frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

Estabelecimento de ensino	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	Total
			(n.º)		
EB Castelo de Penalva	5	5	3	5	18
EB Ínsua	32	34	37	29	132
EB Roriz	9	8	5	9	31
EB Sezures	3	4	7	9	23
Total	**49**	**51**	**52**	**52**	**204**

À semelhança da educação pré-escolar, nos últimos dez anos letivos observou-se uma diminuição ininterrupta da frequência no 1.º CEB, exceção feita ao aumento verificado nos anos letivos 2012/2013 e 2016/2017 (Figura 53). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 o número de alunos reduziu -22,43%, valor que corresponde a -59 alunos (de 263 para 204 alunos).

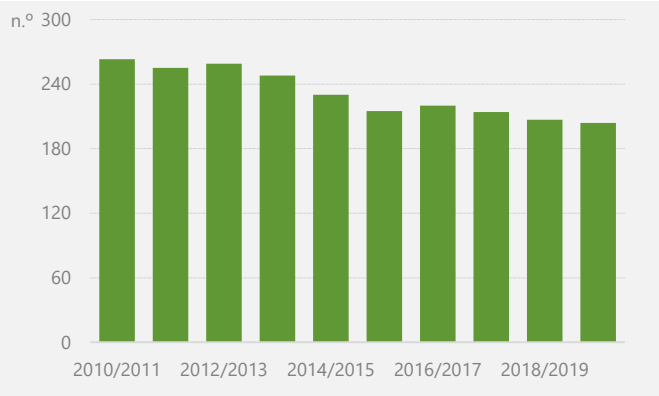


Figura 53. Evolução da frequência no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

A observação da frequência no 1.º CEB por estabelecimento no mesmo período revela uma tendência generalizada de decréscimo (Figuras 54, 55, 56 e 57). A EB Penalva do Castelo apresenta a menor redução (-5,26%, correspondente a -1 aluno), enquanto a EB Roriz observa o maior decréscimo (-50,79%, que representa -32 alunos). A EB Sezures e a EB Ínsua verificaram uma diminuição de -20,69% e -8,97%, que significa -6 e -13 alunos.

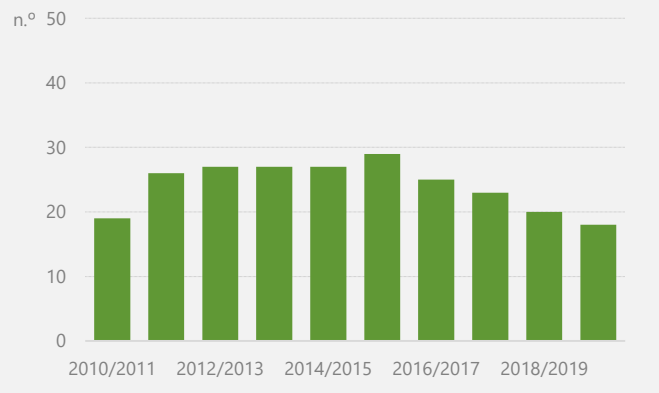


Figura 54. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

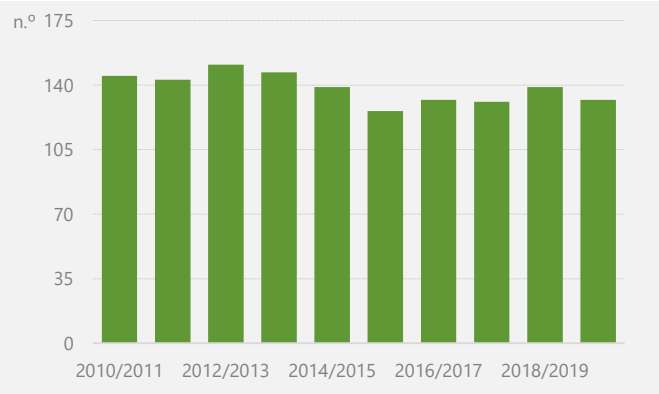


Figura 55. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

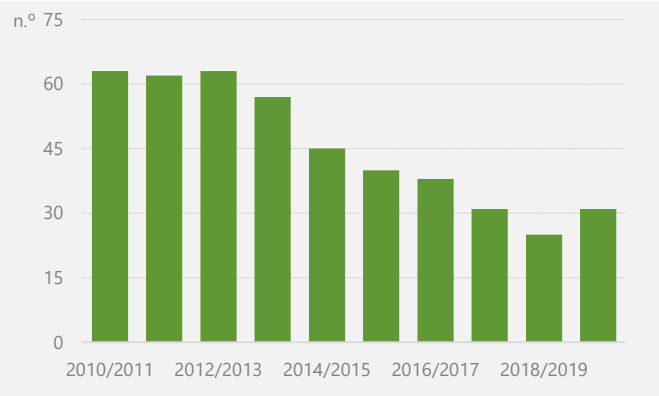


Figura 56. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Roriz entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

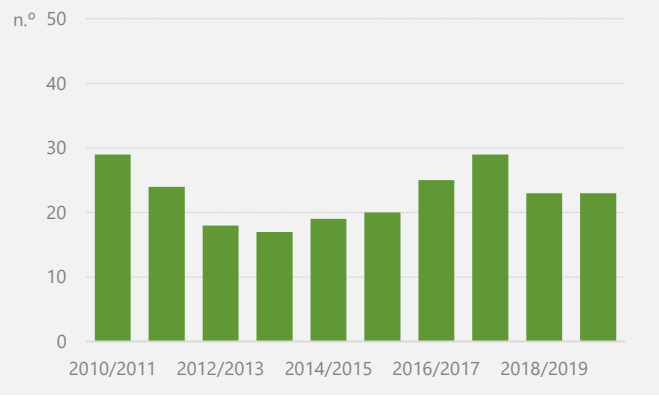


Figura 57. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

6.1.2.4. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 o 2.º CEB em Penalva do Castelo é frequentado por um total de 101 alunos, 47 alunos no 5.º ano de escolaridade e 54 alunos no 6.º ano de escolaridade (Quadro 43). De salientar que dos 101 alunos, 77 encontram-se a frequentar o ensino regular e 24 o ensino articulado.

Quadro 43. Frequência no 2.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

5.º ano			6.º ano			Total		
Regular	Articulado	Total	Regular	Articulado	Total	Regular	Articulado	Total
				(n.º)				
35	12	47	42	12	54	77	24	101

A análise da evolução da frequência no 2.º CEB nos últimos dez anos letivos mostra uma quebra acentuada, embora pontualmente interrompida por ligeiros aumentos (Figura 58). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 observou-se uma diminuição de -32,67%, valor que representa -49 alunos (de 150 para 101 alunos).

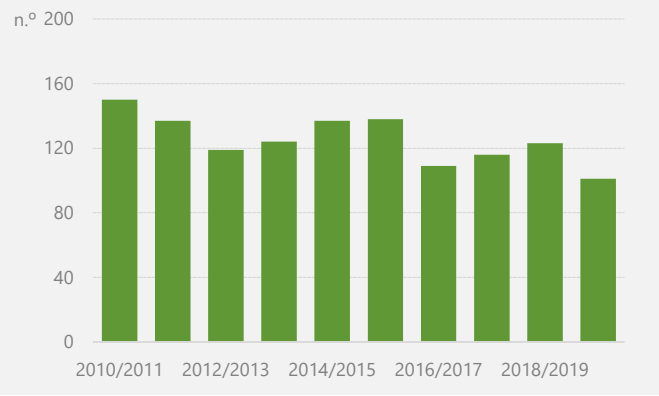


Figura 58. Evolução da frequência no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Em igual período no ensino regular verifica-se um comportamento idêntico (Figura 59). Efetivamente, entre 2010/2011 e 2019/2020 o ensino regular registou a frequência de -73 alunos, valor que representa um decréscimo de -48,67% (de 150 para 77 alunos). A redução mais expressiva ocorreu em 2016/2017, que registou um decréscimo de -31,88% (-44 alunos), ano em que entrou em funcionamento o ensino articulado. Já a frequência no ensino articulado no 2º CEB registou um aumento de 9 alunos, o que corresponde a um acréscimo de 60%, passando de 15 a 24 alunos entre 2016/2017 e 2019/2020. De salientar que no último ano letivo registou-se uma redução de -22,58%, valor correspondente a -7 alunos (de 31 para 24 alunos).

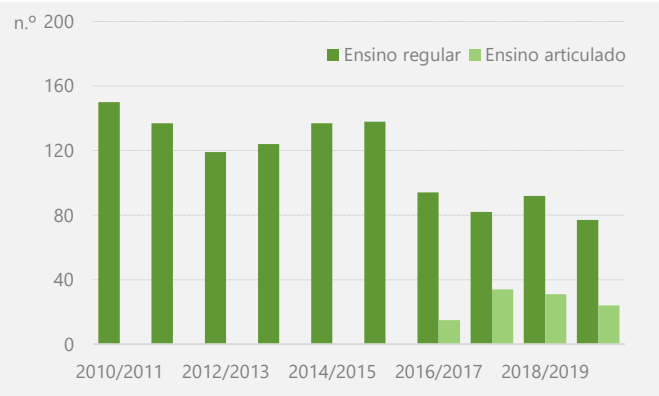


Figura 59. Evolução da frequência nos ensinos regular e articulado no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

6.1.2.5. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 o 3.º CEB em Penalva do Castelo é frequentado por um total de 192 alunos, 67 alunos no 7.º ano de escolaridade, 61 alunos no 8.º ano de escolaridade e 64 alunos no 9.º ano de escolaridade (Quadro 44). De salientar que dos 192 alunos, 164 encontram-se a frequentar o ensino regular e 28 o ensino articulado.

Quadro 44. Frequência no 3.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

7.º ano			8.º ano			9.º ano			Total		
Regular	Articulado	Total	Regular	Articulado	Total	Regular	Articulado	Total	Regular	Articulado	Total
(n.º)											
53	14	67	47	14	61	64	0	64	164	28	192

À semelhança do 2.º CEB, a análise da evolução da frequência no 3.º CEB nos últimos dez anos letivos revela uma descida expressiva, ainda que aqui apenas interrompida pelo aumento observado no ano letivo 2016/2017 (Figura 60). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 observou-se uma diminuição de -27,55%, valor que representa -73 alunos (de 265 para 192 alunos).

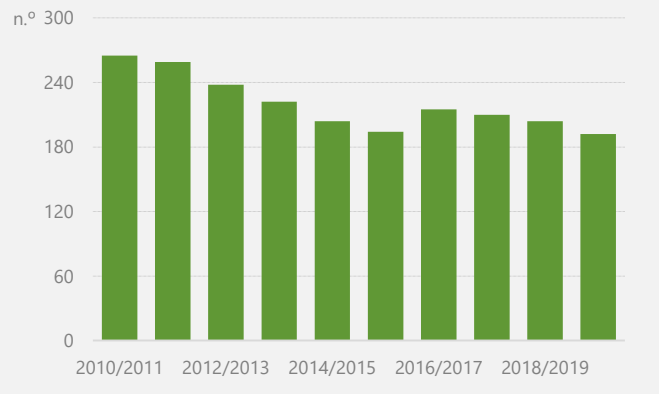


Figura 60. Evolução da frequência no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

A análise da evolução da frequência no ensino regular no 3.º CEB em igual período mostra um comportamento idêntico (Figura 61). Efetivamente, entre 2010/2011 e 2019/2020 observou-se uma diminuição de -31,95%, valor que representa -77 alunos (de 241 para 164 alunos). Durante este período existiram dois momentos em que aconteceram reduções expressivas, o primeiro entre 2011/2012 e 2015/2016, que registou um decréscimo de -29,44% (-73 alunos), e o segundo entre 2017/2018 e 2019/2020, que observou uma diminuição de -21,90% (-46 alunos). O ensino articulado no 3.º CEB entrou em funcionamento no ano letivo 2018/2019, com a frequência de 15 alunos, o que representa um aumento de 86,67% (13 alunos), comparativamente com a frequência de 28 alunos observada no ano letivo seguinte.

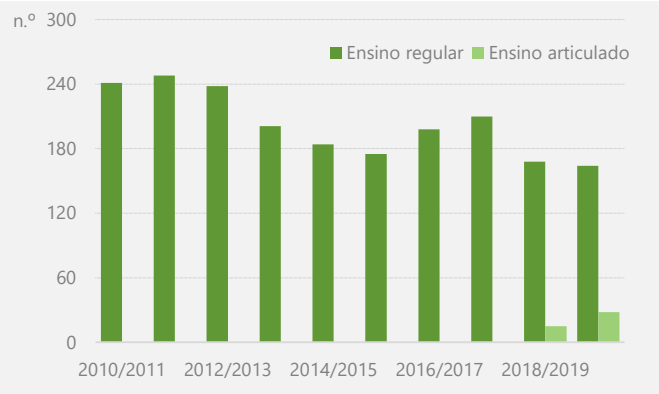


Figura 61. Evolução da frequência nos ensinos regular e articulado no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

6.1.2.6. Ensino secundário

No ano letivo 2019/2020 o ensino secundário em Penalva do Castelo é frequentado por um total de 212 alunos, 88 alunos no 10.º ano, 60 alunos no 11.º ano e 64 alunos no 12.º ano (Quadro 45). Os cursos científico-humanísticos registam a frequência de 131 alunos, 72 alunos no curso de ciências e tecnologias e 59 alunos no curso de línguas e humanidades. Já os 81 alunos que frequentam os cursos profissionais distribuem-se por seis cursos: técnico de cozinha e pastelaria, com 21 alunos, técnico de eletrotecnia, com 16 alunos, técnico de auxiliar de saúde, com 14 alunos, técnico de eletrónica, automação e instrumentação e técnico de manutenção industrial, ambos com 11 alunos e, por último, técnico de restaurante bar, com 8 alunos.

Quadro 45. Frequência no ensino secundário por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020.

Curso		10.º ano	11.º ano	12.º ano	Total
		(n.º)			
Curso científico-humanístico	Línguas e humanidades	25	21	13	59
	Ciências e tecnologias	31	20	21	72
	Subtotal	**56**	**41**	**34**	**131**
Curso profissional	Técnico de cozinha e pastelaria	21	0	0	21
	Técnico de eletrónica, automação e instrumentação	11	0	0	11
	Técnico de restaurante bar	0	8	0	8
	Técnico de manutenção industrial	0	11	0	11
	Técnico de auxiliar de saúde	0	0	14	14
	Técnico de eletrotecnia	0	0	16	16
	Subtotal	**32**	**19**	**30**	**81**
Total		**88**	**60**	**64**	**212**

A análise da evolução da frequência no ensino secundário nos últimos dez anos letivos evidencia uma quebra contínua, apenas interrompida nos anos letivos 2012/2013, 2017/2018 e 2019/2020, que registaram um aumento (Figura 62). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 ocorreu uma descida de -14,17%, valor que representa -35 alunos (de 247 para 212 alunos).

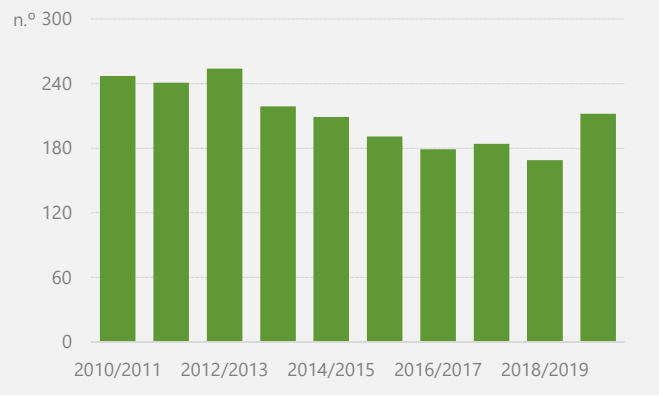


Figura 62. Evolução da frequência no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Entre os anos letivos 2010/2011 e 2018/2019 verifica-se uma estabilidade da frequência no ensino regular no ensino secundário, oscilando apenas entre o valor máximo de 105 alunos registado em 2010/2011 e o valor mínimo de 93 alunos observado em 2011/2012 (Figura 63). Já no último ano letivo em estudo verifica-se um aumento bastante expressivo, com um crescimento de 36,46% (35 alunos). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 ocorreu um crescimento de 24,76%, valor que representa mais 26 alunos (de 105 para 131 alunos).

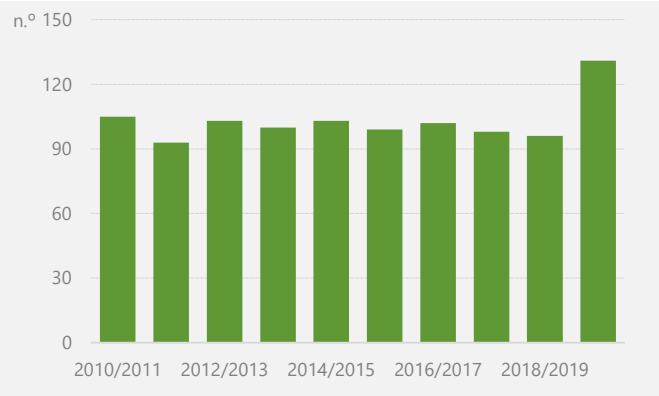


Figura 63. Evolução da frequência no ensino regular no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Por fim, ao contrário do observado no ensino regular a análise da evolução da frequência no ensino profissional nos últimos dez anos letivos revela uma descida, embora pontualmente interrompida por ligeiros aumentos (Figura 64). Em termos globais, entre 2010/2011 e 2019/2020 observou-se uma diminuição de -23,58%, valor que representa -25 alunos (de 106 para 81 alunos). O decréscimo mais significativo ocorreu entre os anos letivos 2013/2014 e 2016/2017, quando se registou uma redução de -31,25%, valor correspondente a -35 alunos (de 112 para 77 alunos).

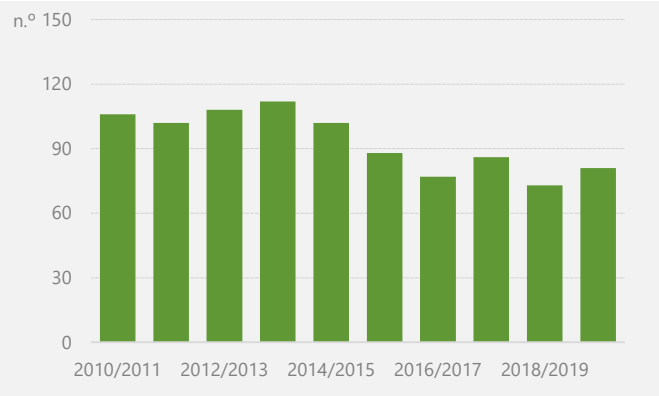


Figura 64. Evolução da frequência no ensino profissional no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Olhando agora para a taxa de empregabilidade dos cursos profissionais, e considerando o conceito de empregabilidade indicado pela ANQEP (2018), que reúne os indicadores "trabalho", "estágio profissional" e "prossegue estudos", os diplomados do curso de técnico de eletrotecnia apresentam uma taxa de empregabilidade de 63,6% e os do curso de técnico de auxiliar de saúde de 45,5%.[13] Numa referência ao valor da taxa de empregabilidade global, verifica-se que no conjunto de diplomados no ciclo 2017-2020, após seis meses da conclusão da sua formação, esta é de 54,5%. Por sua vez, a taxa de desemprego é de 40,9%.[14]

6.2. Fluxos escolares

A análise dos fluxos escolares nos diferentes níveis de educação e ensino no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020 torna possível a leitura da mobilidade intra e inter-regional e a compreensão da maior ou menor atratividade do território municipal e dos diferentes equipamentos educativos.

6.2.1. Educação pré-escolar

A observação dos fluxos escolares nos estabelecimentos de educação pré-escolar no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020 mostra que estes são maioritariamente frequentados por crianças residentes no território municipal (Quadro 46 e mapas 9, 10, 11 e 12). Efetivamente, do total de 128 crianças que frequentam a educação pré-escolar, apenas uma é proveniente de outro município. Esta criança encontra-se inscrita na EB Ínsua. Descendo de escala

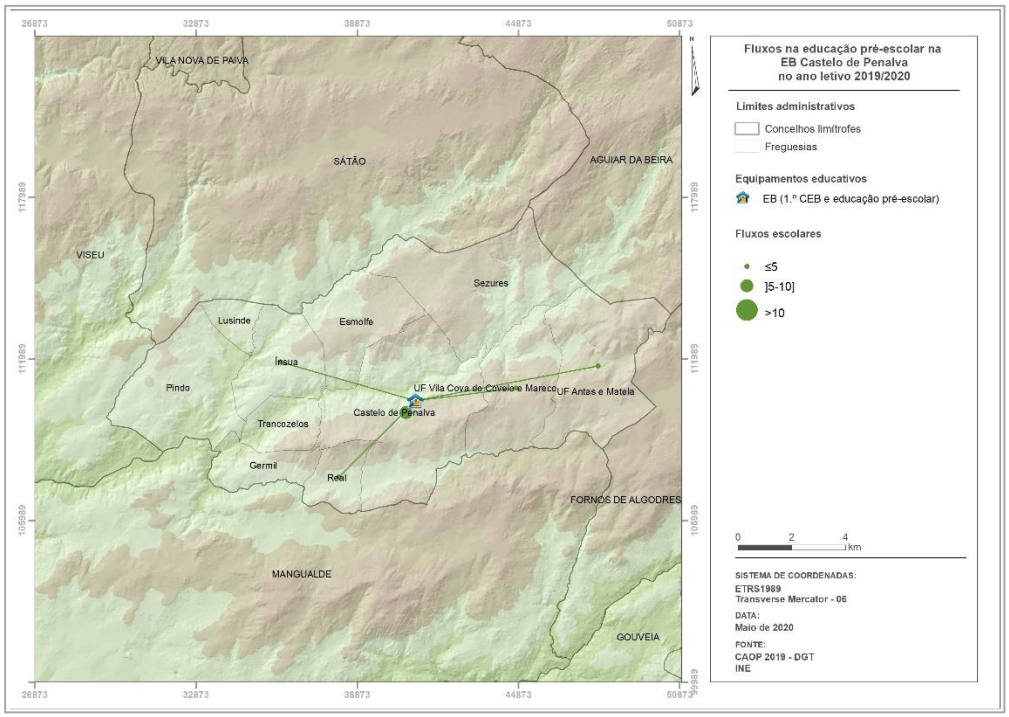
[13] Nos restantes cursos profissionais ainda não é possível efetuar o trabalho de monitorização do percurso pós-formação dos formandos. Os cursos de técnico de eletrónica, automação e instrumentação e de cozinha e pastelaria encontram-se no terceiro e último ano. Os cursos de técnico de restaurante bar e de manutenção industrial cessaram as atividades de formação, mas ainda não passaram os seis meses necessários após a sua conclusão.

[14] Exclui-se destas duas condições um ex-aluno cuja situação contratual é indefinida, que representa os restantes 4,6% (outra situação").

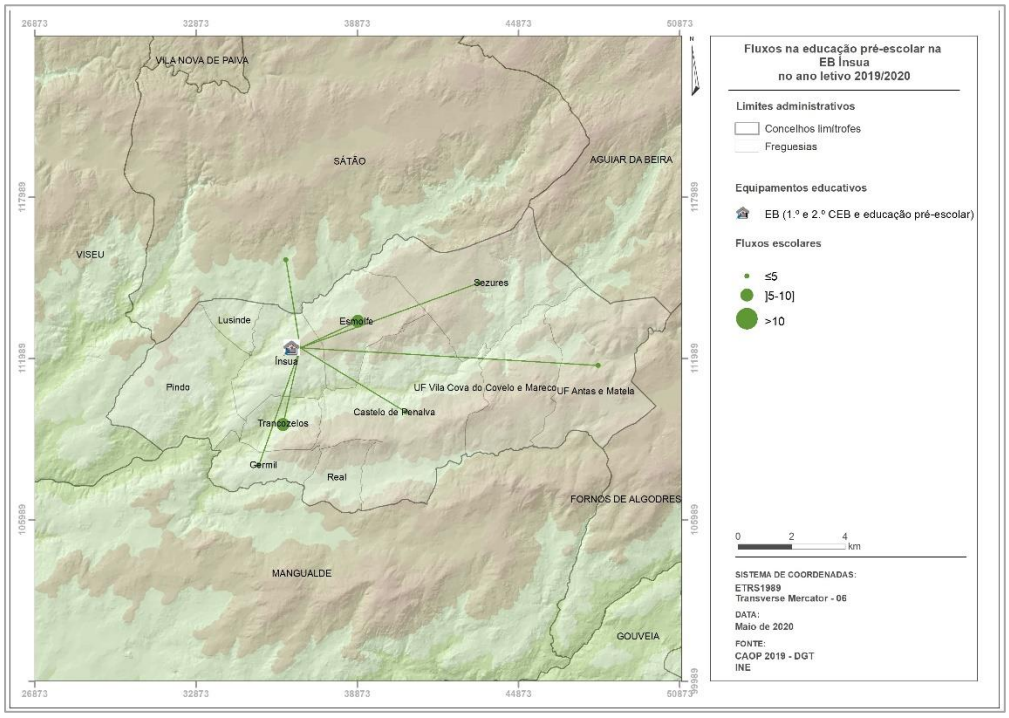
de análise para o nível da área de influência, identificam-se padrões de comportamento distintos. O JI Pindo de Baixo é frequentado na sua totalidade por crianças residentes na sua área de influência (12 da freguesia de Pindo e uma da freguesia de Lusinde). Situação idêntica verifica-se na EB Castelo de Penalva, na qual apenas uma criança inscrita reside fora da sua área de influência. Por seu turno, a EB Ínsua e a EB Sezures evidenciam uma certa capacidade de atração de crianças residentes noutros territórios educativos. Na EB Ínsua observa-se a frequência de 17 crianças de fora da sua área de influência (9 da freguesia de Pindo, 3 da freguesia de Sezures, 3 da freguesia de Castelo de Penalva, 1 da UF Antas e Matela e 1 do município de Sátão). Na EB Sezures para além das 13 crianças residentes na própria freguesia, encontram-se inscritas 4 crianças provenientes da freguesia de Ínsua e 2 da freguesia de Esmolfe.

Quadro 46. Fluxos na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

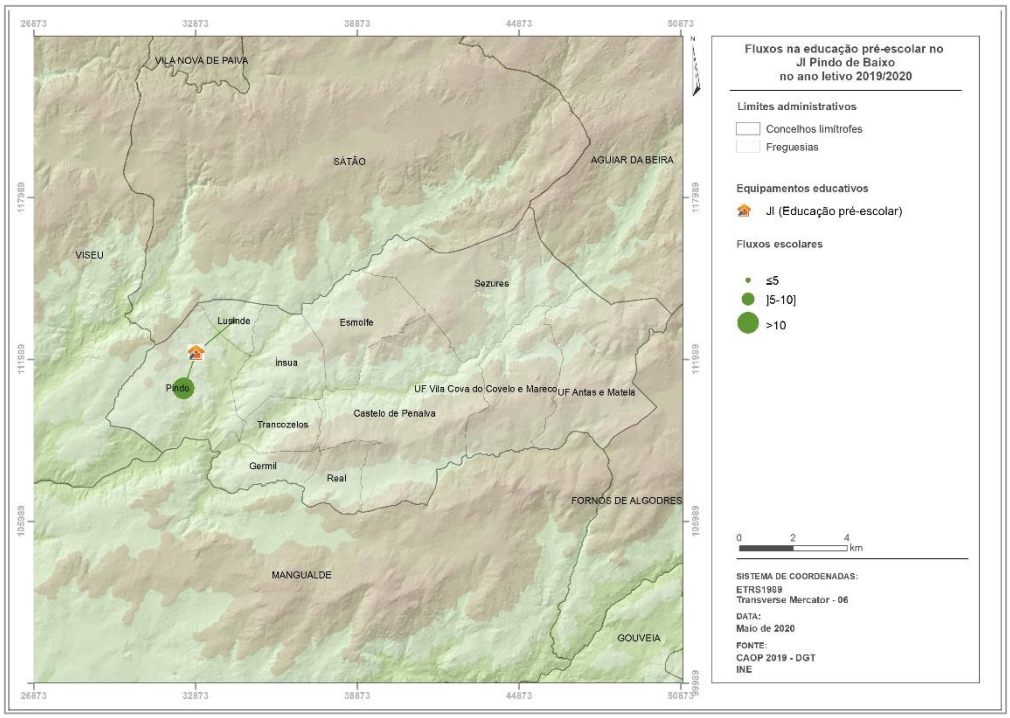
Território educativo	Residência	EB Castelo de Penalva	EB Ínsua	JI Pindo de Baixo	EB Sezures	Total
		(n.º)				
Castelo de Penalva	Castelo de Penalva	9	3	0	0	12
	Real	1	0	0	0	1
	UF Antas e Matela	2	1	0	0	3
	UF Vila Cova do Covelo e Mareco	3	0	0	0	3
Penalva do Castelo	Ínsua	1	49	0	4	54
	Esmolfe	0	5	0	2	7
	Germil	0	2	0	0	2
	Trancozelos	0	7	0	0	7
Pindo	Pindo	0	9	12	0	21
	Lusinde	0	0	1	0	1
Sezures	Sezures	0	3	0	13	16
Outros municípios		0	1	0	0	1
Área de influência		**15**	**63**	**13**	**13**	**104**
Outros territórios educativos		**1**	**16**	**0**	**6**	**23**
Outros municípios		**0**	**1**	**0**	**0**	**1**
Total		**16**	**80**	**13**	**19**	**128**



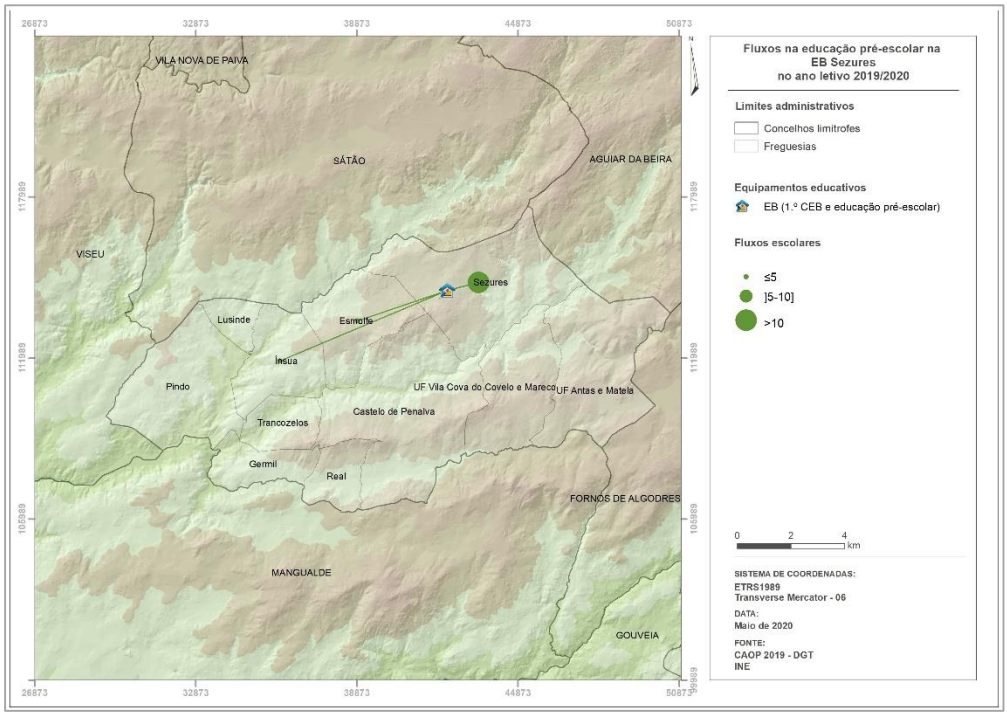
Mapa 9. Fluxos na educação pré-escolar na EB Castelo de Penalva no ano letivo 2019/2020.



Mapa 10. Fluxos na educação pré-escolar na EB Ínsua no ano letivo 2019/2020.



Mapa 11. Fluxos na educação pré-escolar no JI Pindo de Baixo no ano letivo 2019/2020.



Mapa 12. Fluxos na educação pré-escolar na EB Sezures no ano letivo 2019/2020.

6.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico

A realidade do 1.º CEB é em tudo idêntica à descrita para a educação pré-escolar. A observação dos fluxos escolares nos estabelecimentos de ensino de 1.º CEB no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020 revela que estes são igualmente maioritariamente frequentados por alunos residentes no território municipal (Quadro 47 e mapas 13, 14, 15 e 16). De facto, do total de 204 alunos que frequentam o 1.º CEB, apenas 4 são provenientes de outros municípios (3 na EB Ínsua e 1 na EB Roriz). Descendo de escala de análise para o nível da área de influência, encontram-se mais uma vez padrões de comportamento diferentes. A EB Castelo de Penalva é frequentada na sua totalidade por alunos residentes na sua área de influência (9 da freguesia Castelo de Penalva, 5 da freguesia de Real, 3 da UF Vila Cova do Covelo e Mareco e 1 da UF Antas e Matela). A EB Roriz (26 da freguesia de Pindo, 4 da freguesia de Lusinde e 1 do município de Sátão) e a EB Sezures (20 da freguesia de Sezures e 3 da freguesia de Esmolfe) são na generalidade frequentadas por alunos residentes na sua área de influência. A EB Ínsua é o único estabelecimento de 1.º CEB que revela uma certa capacidade de atração, uma vez que dos 132 alunos matriculados, 28 são de fora da sua área de influência (25 de outros territórios educativos municipais e 3 de outros municípios).

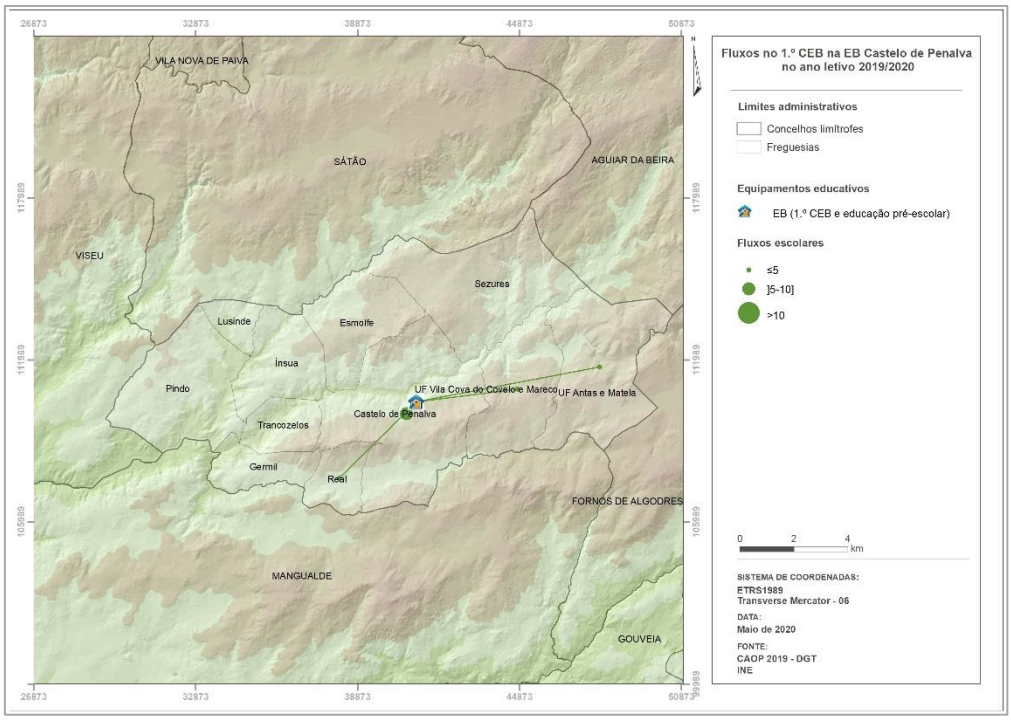
Quadro 47. Fluxos no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Território educativo	Residência	EB Castelo de Penalva	EB Ínsua	EB Roriz	EB Sezures	Total
			(n.º)			
Castelo de Penalva	Castelo de Penalva	9	3	0	0	12
	Real	5	0	0	0	5
	UF Antas e Matela	1	0	0	0	1
	UF Vila Cova do Covelo e Mareco	3	2	0	0	5
Penalva do Castelo	Ínsua	0	76	0	0	76
	Esmolfe	0	12	0	3	15
	Germil	0	8	0	0	8
	Trancozelos	0	8	0	0	8

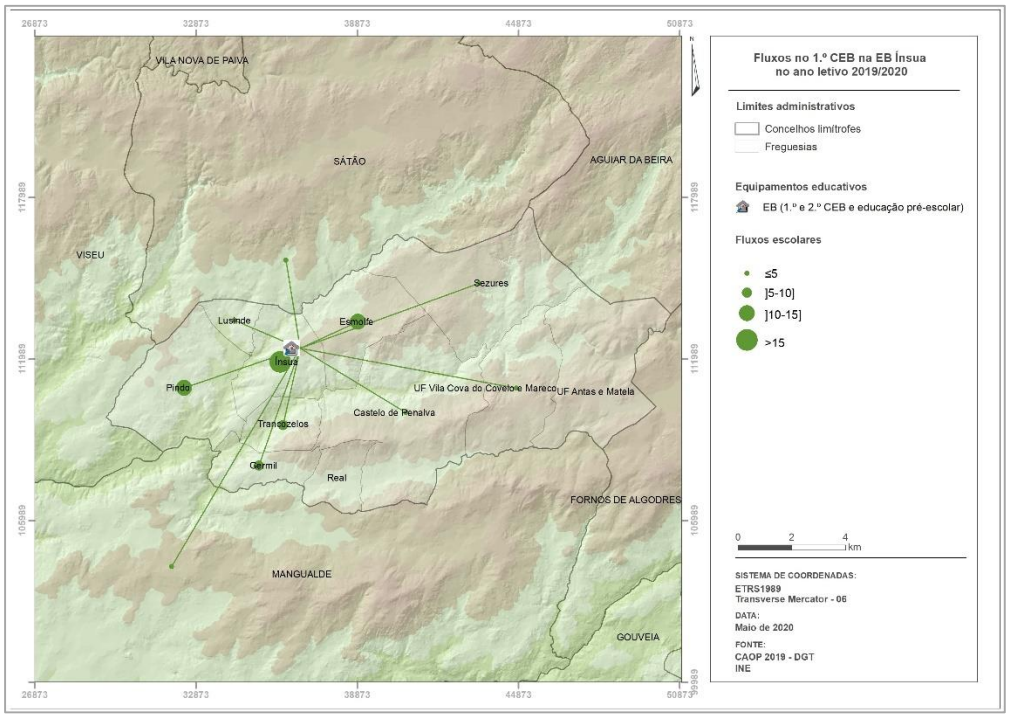
(Continua)

(Continuação)

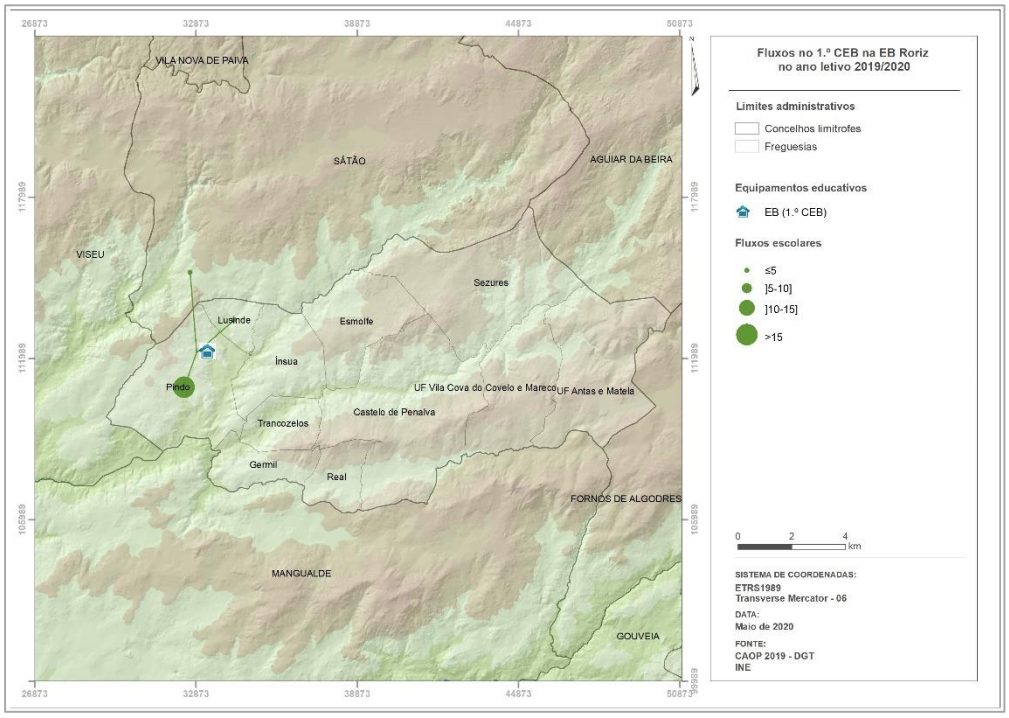
Território educativo	Residência	EB Castelo de Penalva	EB Ínsua	EB Roriz	EB Sezures	Total
			(n.º)			
Pindo	Pindo	0	15	26	0	41
	Lusinde	0	1	4	0	5
Sezures	Sezures	0	4	0	20	24
Outros municípios		0	3	1	0	4
Área de influência		**18**	**104**	**30**	**20**	**172**
Outros territórios educativos		**0**	**25**	**0**	**3**	**28**
Outros municípios		**0**	**3**	**1**	**0**	**4**
Total		**18**	**132**	**31**	**23**	**204**



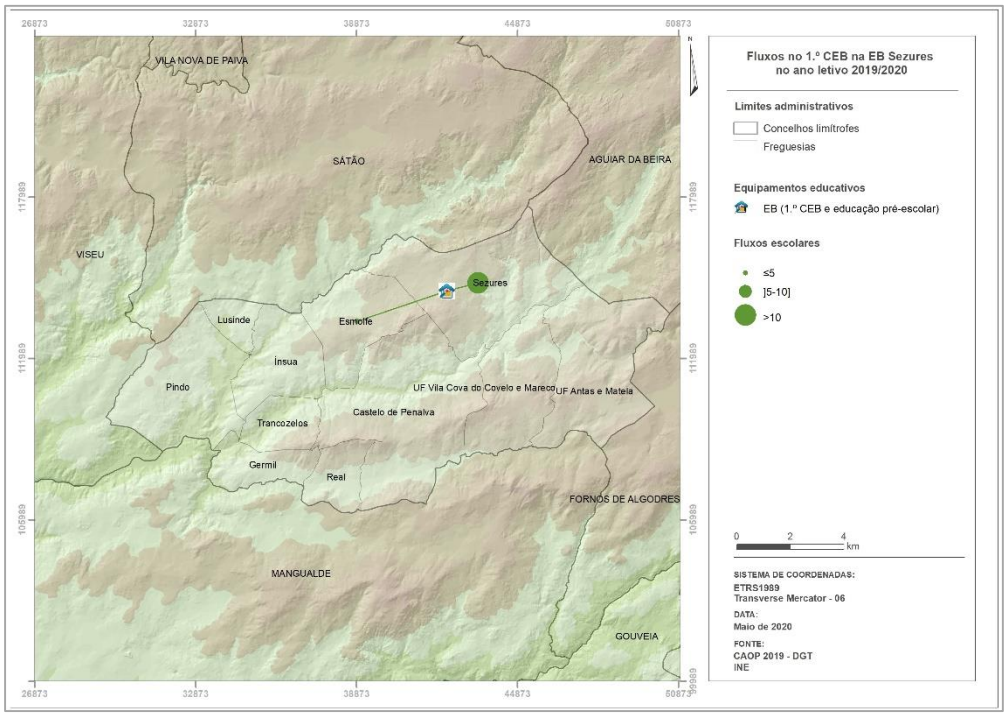
Mapa 13. Fluxos no 1.º CEB na EB Castelo de Penalva no ano letivo 2019/2020.



Mapa 14. Fluxos no 1.º CEB na EB Ínsua no ano letivo 2019/2020.



Mapa 15. Fluxos no 1.º CEB na EB Roriz no ano letivo 2019/2020.



Mapa 16. Fluxos no 1.º CEB na EB Sezures no ano letivo 2019/2020.

6.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico

A observação dos fluxos escolares no 2.º CEB no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020 mostra que este é quase exclusivamente frequentado por alunos residentes no território municipal (Quadro 48 e mapa 17). Efetivamente, do total de 101 alunos que frequentam o 2.º CEB, apenas 1 reside noutro município, mais concretamente no município vizinho de Sátão. Os restantes 100 alunos são provenientes maioritariamente da freguesia de Ínsua, com 35 alunos, e da freguesia do Pindo, com 23 alunos.

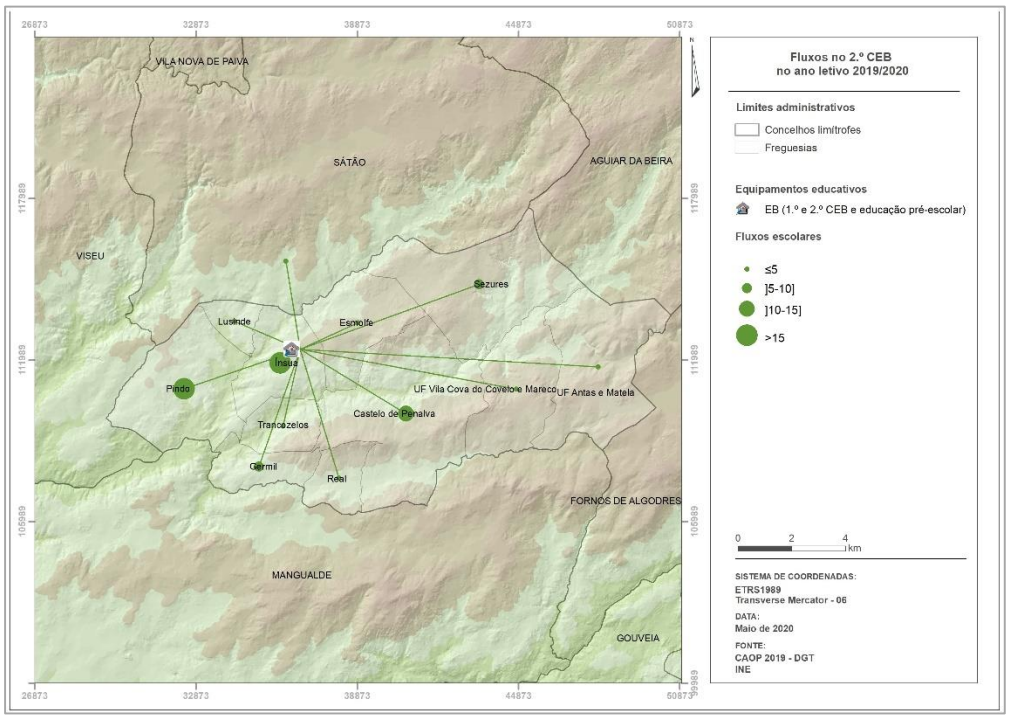
Quadro 48. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Residência	EB Ínsua (n.º)
Castelo de Penalva	12
Esmolfe	3
Germil	6
Ínsua	35
Lusinde	3

(Continua)

(Continuação)

Residência	EB Ínsua (n.º)
Pindo	23
Real	1
Sezures	8
Trancozelos	5
UF Antas e Matela	3
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	1
Outros municípios	1
Município	**100**
Outros municípios	**1**
Total	**101**



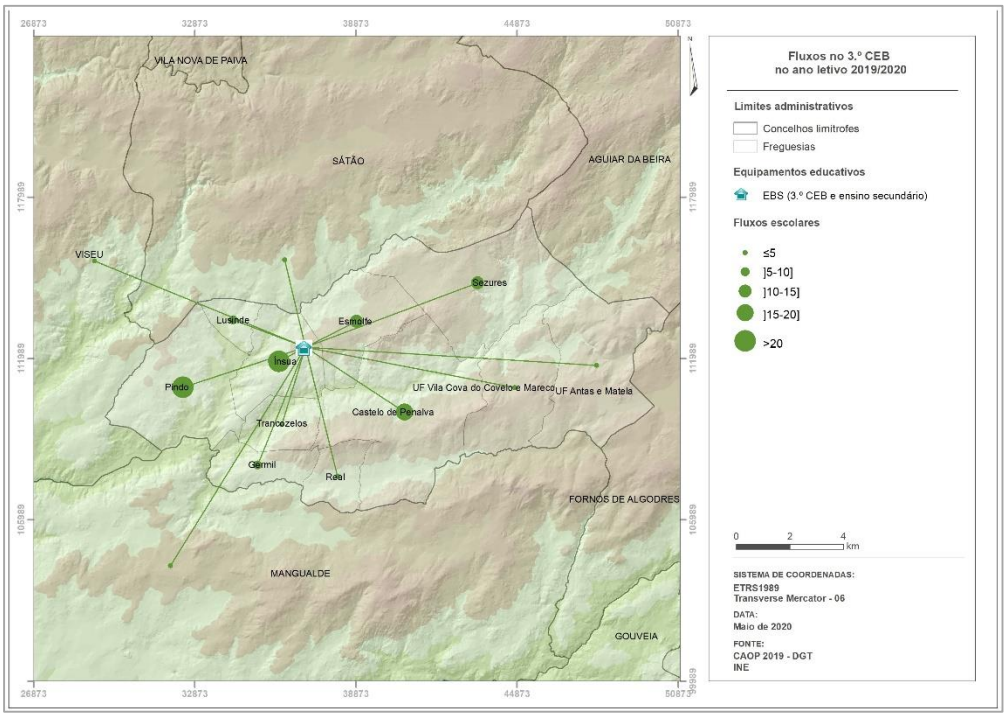
Mapa 17. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

6.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico

A análise dos fluxos escolares no 3.º CEB no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020 revela que este é quase exclusivamente frequentado por alunos residentes no território municipal (Quadro 49 e mapa 18). De facto, do total de 192 alunos que frequentam o 3.º CEB, apenas 6 são provenientes de outros municípios (4 do município de Sátão, 1 do município de Mangualde e 1 do município de Viseu). Os restantes 186 alunos residem maioritariamente na freguesia de Ínsua, com 75 alunos, e na freguesia de Pindo, com 43 alunos.

Quadro 49. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Residência	EBS Penalva do Castelo (n.º)
Castelo de Penalva	18
Esmolfe	12
Germil	6
Ínsua	75
Lusinde	6
Pindo	43
Real	2
Sezures	14
Trancozelos	2
UF Antas e Matela	4
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	4
Outros municípios	6
Município	**186**
Outros municípios	**6**
Total	**192**



Mapa 18. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

6.2.5. Ensino secundário

A observação dos fluxos escolares no ensino secundário no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020 mostra que, tal como nos níveis de educação e ensino anteriores, este é quase exclusivamente frequentado por alunos residentes no território municipal (Quadro 50 e mapa 19). Efetivamente, do total de 212 alunos matriculados na EBS Penalva do Castelo, apenas 13 são provenientes de outros territórios municipais (6 do município de Mangualde, 4 do município de Sátão e 3 do município de Viseu). Os restantes 199 alunos residem maioritariamente na freguesia de Ínsua, com 78 alunos, e na freguesia de Pindo, com 48 alunos.

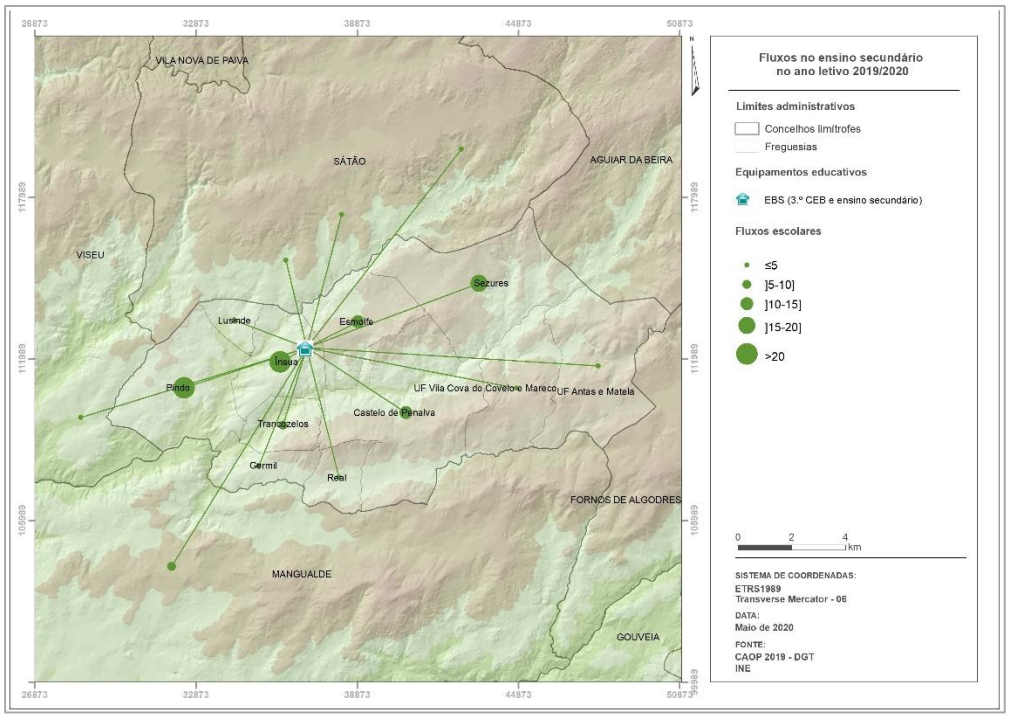
Quadro 50. Fluxos no ensino secundário no ano letivo 2019/2020.

Residência	EBS Penalva do Castelo (n.º)
Castelo de Penalva	14
Esmolfe	12
Germil	4
Ínsua	78

(Continua)

(Continuação)

Residência	EBS Penalva do Castelo (n.º)
Lusinde	4
Pindo	48
Real	2
Sezures	19
Trancozelos	10
UF Antas e Matela	3
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	5
Outros municípios	13
Município	**199**
Outros municípios	**13**
Total	**212**



Mapa 19. Fluxos no ensino secundário no ano letivo 2019/2020.

Em síntese, uma primeira ideia a retirar da análise dos fluxos escolares nos diferentes níveis de educação e ensino no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020 permite concluir que é um território pouco atrativo (Quadro 51). Efetivamente, do total de 837 alunos matriculados nos estabelecimentos de educação e de ensino, apenas 25 são provenientes de outros municípios. No que respeita apenas ao comportamento da população escolar na educação pré-escolar e no 1.º CEB, constata-se que a EB Ínsua apresenta uma dinâmica idêntica à verificada na generalidade das escolas situadas nas sedes de município. Os dados mostram que apresenta a maior capacidade de atração do município (com um total de 17 crianças na educação pré-escolar e de 28 alunos no 1.º CEB residentes fora da sua área de influência).

Quadro 51. Fluxos por nível de ensino no ano letivo 2019/2020.

Residência	Educação pré-escolar	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino secundário
Área de influência	104	172	100	186	199
Outras freguesias do município	23	28			
Outros municípios	1	4	1	6	13
Total	**128**	**204**	**101**	**192**	**212**

6.3. Cenário prospetivo

6.3.1. Modelo de projeção adotado

O modelo de previsão adotado para a realização das projeções da população escolar e, consequentemente, das necessidades de salas a médio e longo prazo para os diferentes níveis de educação e ensino foi construído com base nos nascimentos registados e assentou no pressuposto de que as crianças nascidas no município de Penalva do Castelo vão completar a totalidade do seu percurso escolar na rede escolar municipal.

Para a conversão dos nascimentos em população escolar no período correspondente à frequência utilizaram-se os nascimentos observados no intervalo de tempo situado entre os anos de 1991 e de 2018 (último ano disponível) e considerou-se como idade de entrada no sistema educativo os três anos, que corresponde ao primeiro ano em que é possível a inscrição na educação pré-escolar. De salientar, no entanto, que a frequência da educação pré-escolar não é obrigatória e que a idade de entrada pode variar entre os três e os cinco anos.

As projeções da população escolar foram efetuadas para os dez anos letivos em análise (de 2010/2011 a 2019/2020) e para os próximos anos letivos (de 2020/2021 a 2033/2034) para os

diferentes níveis de educação e ensino. Num momento inicial foram elaboradas ao município para todos os níveis de educação e ensino e, num momento seguinte, foram feitas ao território educativo, mas neste caso apenas para a educação pré-escolar e o 1.º CEB, uma vez que nos restantes níveis de ensino a área de influência é municipal.

Deve, contudo, ser esclarecido que os quantitativos de população escolar resultantes da aplicação da metodologia descrita são valores potenciais e apontam tendências de evolução do número de crianças e alunos, supondo que a dinâmica demográfica e socioeconómica do município de Penalva do Castelo se mantém estável e não há alterações significativas na procura de educação e ensino. No caso da educação pré-escolar, de frequência não obrigatória, as projeções da população escolar assumem um carácter ainda mais indicativo.

Mas a realidade municipal é dinâmica e são muitos e variados os fatores suscetíveis de alterar a geografia da procura de educação e ensino durante o período de tempo que decorre entre o ano do nascimento e o ano de entrada no sistema educativo e mesmo durante o decorrer do percurso escolar, destacando-se os que se seguem:

- Insucesso escolar (retenção, desistência e abandono);
- "Importação" ou "exportação" de população escolar, que depende de fatores como:
    - Oferta educativa e formativa existente no território municipal;
    - Preferência dos alunos e/ou pais e/ou encarregados de educação, relacionada com a imagem ou qualidade apercebida das escolas;
    - Conveniência dos pais e/ou encarregados de educação, como acontece com as crianças e os alunos que acompanham os pais e/ou encarregados de educação nas deslocações casa-trabalho e frequentam os estabelecimentos de educação e ensino localizados na proximidade dos respetivos locais de trabalho;
    - Questões migratórias, internas e externas, que envolvam pessoas em idade fértil ou já com filhos em idade escolar.
- Quadro de desenvolvimento demográfico e socioeconómico esperado, que faz variar a atratividade dos territórios.

De referir que o efeito destes fatores apresenta significativa variabilidade espacial dentro do território municipal. Tal resulta, desde logo, da existência de espaços físicos e sociais de génese diferenciada, de ruralidade e urbanidade, e da localização espacial da oferta escolar, associada às escolas existentes e às respetivas capacidades instaladas.

Numa primeira fase foram analisadas as projeções da população escolar para os próximos anos letivos (de 2020/2021 a 2033/2034) para os diferentes níveis de educação e ensino. Numa segunda fase, para melhor apreciar os resultados das projeções da população escolar realizadas

com base no modelo de previsão adotado e os efeitos dos fatores suscetíveis de alterar a geografia da procura de educação e ensino no território municipal, foram analisadas as projeções da população escolar para os dez anos letivos em análise (de 2010/2011 a 2019/2020) para os diferentes níveis de educação e ensino e compararam-se os seus resultados com o número de crianças e alunos que efetivamente frequentaram a rede escolar municipal nesses mesmos anos letivos.

Com esta abordagem pretende-se, por um lado, estimar a procura de crianças e alunos potencial para os vários níveis de educação e ensino e identificar as carências atuais e previstas para o período considerado, e, por outro lado, avaliar a margem de erro da metodologia descrita e conhecer as diversas dinâmicas existentes na população escolar, estabelecendo padrões de comportamento nos diferentes níveis de educação e ensino e nos diferentes territórios educativos.

6.3.2. Projeções da população escolar

6.3.2.1. Educação pré-escolar

As projeções da população escolar na educação pré-escolar para o ano letivo 2021/2022 (126 crianças) indiciam, em relação ao ano letivo 2019/2020, momento em que era frequentada por 128 crianças, um ligeiro decréscimo (Figura 65 e quadro 52). Esta dinâmica segue a tendência de decréscimo da população escolar potencial que se manifesta desde o ano letivo 2010/2011, que apenas foi interrompida nos anos letivos 2014/2015 e 2021/2022, anos marcados por ligeiros aumentos. Atendendo ao comportamento da população escolar, a redução descrita poderá ser inferior ao previsto. A análise comparativa do número de crianças inscritas e do número de nascimentos registados no período correspondente à frequência indica-nos que Penalva do Castelo nos anos letivos 2018/2019 e 2019/2020 apresenta uma população escolar superior à que seria expectável, contrariando a tendência observada nos anos letivos anteriores.

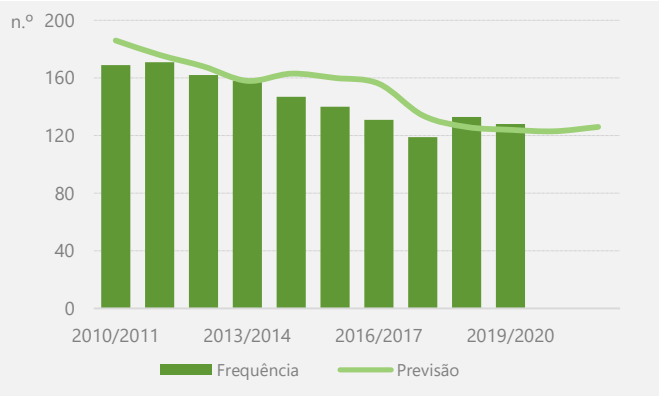


Figura 65. População escolar potencial na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

Quadro 52. Síntese da educação pré-escolar.

Estabelecimento de educação	2019/2020		2021/2022	Variação	
	Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2021/2022
	(n.º)				
EB Castelo de Penalva	16	24	27	-8	3
EB Ínsua	80	63	56	17	-7
JI Pindo de Baixo	13	25	31	-12	6
EB Sezures	19	12	12	7	0
Total	**128**	**124**	**126**	**4**	**2**

Descendo à escala de análise do estabelecimento de educação pré-escolar, em termos de população escolar potencial no ano letivo 2021/2022, percebemos que a EB Ínsua é a que apresenta um número de crianças disponíveis superior, com 56 crianças (Figuras 66, 67, 68 e 69). Segue-se o JI Pindo de Baixo, com 31 crianças, a EB Castelo de Penalva, com 27 crianças e a EB Sezures com 12 crianças. Estes valores traduzem a realidade dos nascimentos registados em cada território educativo, mas não consideram a mobilidade intra e intermunicipal, que altera de forma drástica o quadro descrito. Efetivamente, a observação dos fluxos escolares mostra a existência de dinâmicas expressivas que devem merecer uma profunda reflexão. Aqui é de referir o número de crianças residentes na área de influência do JI Pindo de Baixo que opta por frequentar a educação pré-escolar na EB Ínsua (9 crianças) e o elevado número de crianças residentes noutros territórios educativos que optam por frequentar a educação pré-escolar na EB Ínsua (17 crianças).

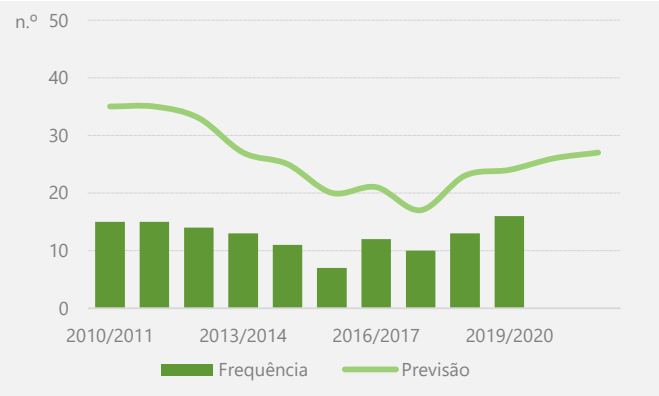


Figura 66. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

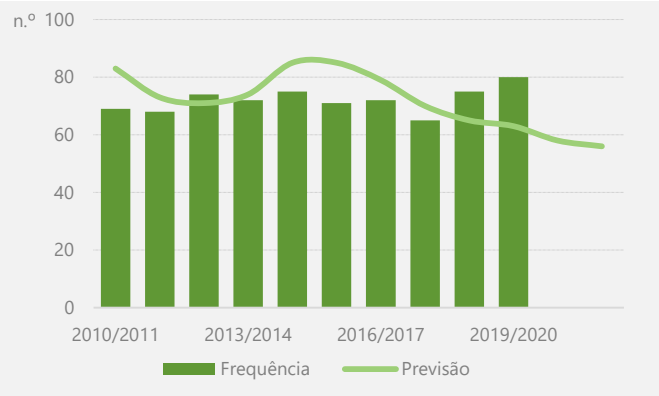


Figura 67. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

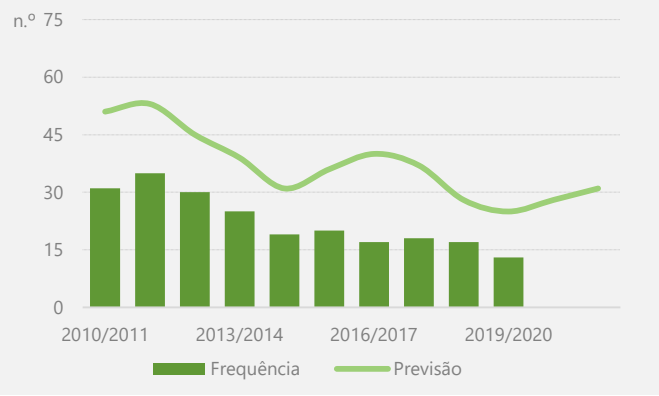


Figura 68. População escolar potencial na educação pré-escolar no JI Pindo de Baixo entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

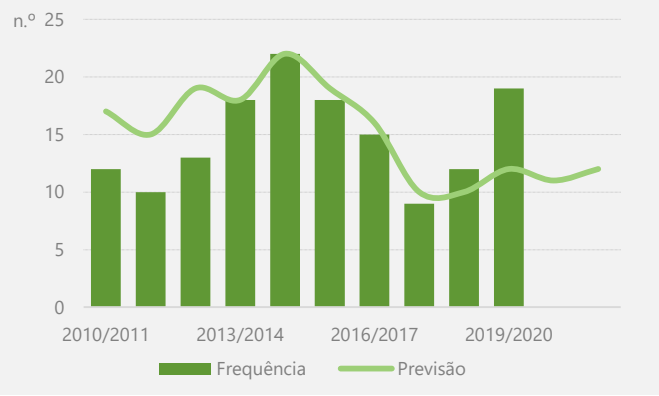


Figura 69. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022.

6.3.2.2. 1.º Ciclo do ensino básico

Mantendo a tendência de diminuição que se verifica desde o ano letivo 2010/2011, as projeções da população escolar no 1.º CEB para o ano letivo 2024/2025 (168 alunos) indiciam, em relação ao ano letivo 2019/2020, momento em que era frequentado por 204 alunos, um decréscimo, ainda que no último ano letivo se observe um aumento que não é despiciente (Figura 70 e quadro 53). Atendendo ao comportamento da população escolar, a redução descrita (de 204

alunos em 2019/2020 para 168 alunos em 2024/2025) poderá ser bastante idêntica à projetada. Efetivamente, a análise comparativa do número de alunos matriculados e do número de nascimentos registados no período correspondente à frequência entre os anos letivos 2016/2017 e 2019/2020 mostra-nos que Penalva do Castelo apresenta uma população escolar bastante idêntica à que seria expectável, revelando uma elevada fidelização das crianças nascidas aos estabelecimentos de ensino de ensino do município. Note-se que no ano letivo de 2019/2020 a frequência é igual à previsão (205 alunos), o que é um sinal muito positivo.

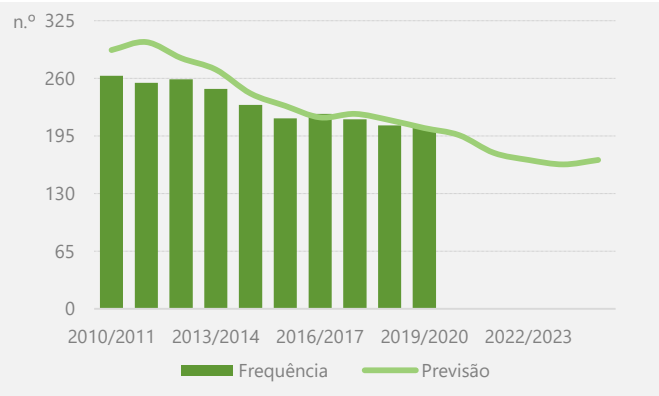


Figura 70. População escolar potencial no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

Quadro 53. Síntese do 1.º CEB.

Estabelecimento de ensino	2019/2020		2024/2025	Variação	
	Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2024/2025
	(n.º)				
EB Castelo de Penalva	18	26	38	-8	12
EB Ínsua	132	108	78	24	-30
EB Roriz	31	48	37	-17	-11
EB Sezures	23	22	15	1	-7
Total	**204**	**204**	**168**	**0**	**-36**

Observando a população escolar potencial no ano letivo 2024/2025 nos diferentes estabelecimentos de ensino de 1.º CEB percebemos que, à semelhança da educação pré-escolar, a EB Ínsua é a que apresenta o maior número de alunos disponível, com 78 alunos, seguindo-se, com um número bastante idêntico, EB Castelo de Penalva, com 38 alunos, e a EB Roriz, com 37 alunos (Figuras 71, 72, 73 e 74). Por último, surge a EB Sezures com apenas 15 alunos. Estes

valores, que traduzem a realidade dos nascimentos registados em cada território educativo, uma vez mais não consideram a mobilidade intra e intermunicipal, que aqui interfere de forma significativa no quadro descrito. No caso da EB Ínsua, a sua capacidade de atração determina uma frequência superior à que seria expectável. Esta capacidade de atração tem conseguido afirmar a escola como a maior deste território municipal, lugar que irá continuar a ocupar no curto e médio prazo, embora se estime um decréscimo acentuado da população escolar potencial. No caso da EB Castelo de Penalva, a população escolar potencial de 38 alunos permite garantir o seu funcionamento a curto e médio prazo. No entanto, tem que se referir que ao longo de todo o período em estudo a população escolar foi sempre inferior à frequência prevista, o que poderá colocar este estabelecimento em risco de encerramento, caso continue a observar esta dinâmica. Já a EB Roriz regista uma população escolar potencial (37 alunos) capaz de garantir o seu funcionamento a curto e médio prazo, no entanto, a sua incapacidade em fixar as crianças nascidas na freguesia, que saem maioritariamente para a EB Ínsua (16 crianças), poderá colocá-la em risco real de encerramento se nada for feito para alterar este cenário. Por último, na EB Sezures prevê-se já a partir do ano letivo 2020/2021 uma frequência abaixo da legalmente definida como limite mínimo para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1.º CEB (21 alunos), colocando-a em risco real de encerramento.

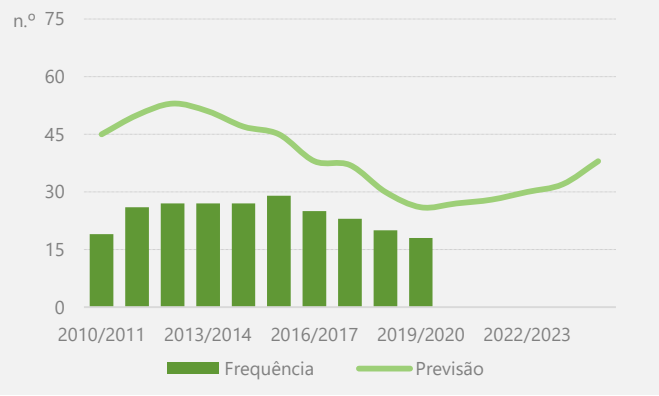


Figura 71. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

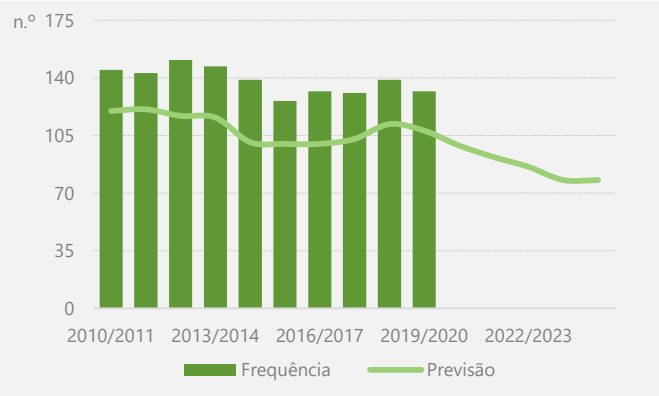


Figura 72. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

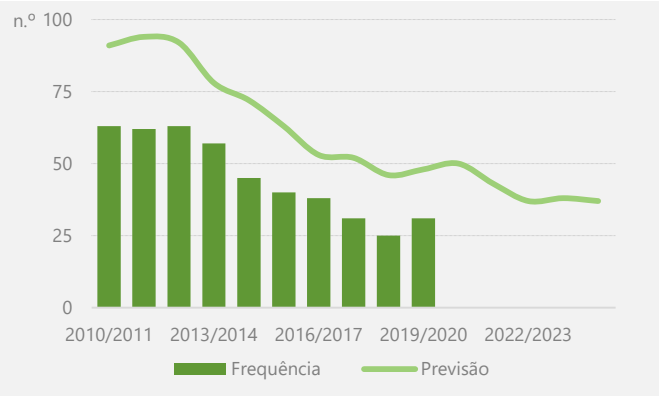


Figura 73. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Roriz entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

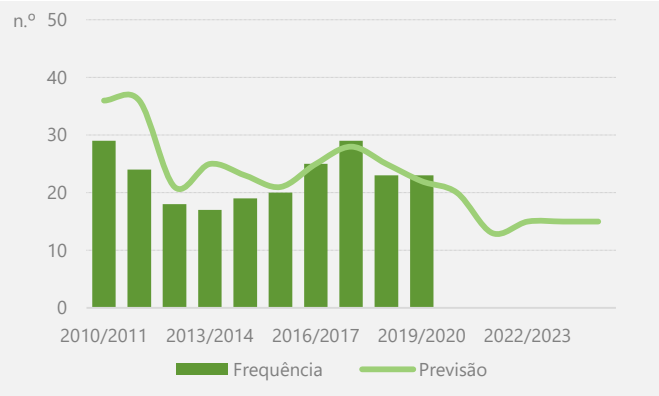


Figura 74. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025.

6.3.2.3. 2.º Ciclo do ensino básico

As projeções da população escolar no 2.º CEB para o ano letivo 2028/2029 indiciam, em relação ao ano letivo 2019/2020, uma diminuição do número de alunos (Figura 75 e quadro 54). Efetivamente, entre 2019/2020 e 2028/2029 os nascimentos registados fazem prever uma redução de -23,64% da população escolar (de 110 para 84 alunos). De referir que no ano letivo 2027/2028 estima-se o menor número de alunos, prevendo-se a frequência de apenas 81 alunos. É de salientar que, atendendo ao facto da frequência ser habitualmente inferior ao valor projetado no período em análise, poderemos esperar um decréscimo superior ao previsto.

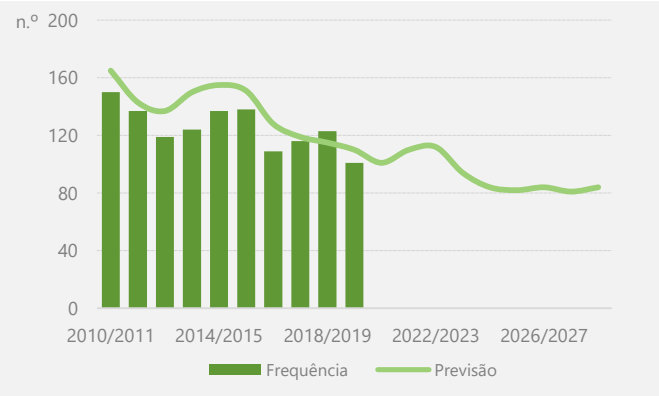


Figura 75. População escolar potencial no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2028/2029.

Quadro 54. Síntese do 2.º CEB.

2019/2020		2028/2029	Variação	
Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2028/2029
(n.º)				
101	110	84	-9	-26

6.3.2.4. 3.º Ciclo do ensino básico

A evolução da população escolar potencial no 3.º CEB é em tudo idêntica à do 2.º CEB (Figura 76 e quadro 55). Em termos globais, entre 2019/2020 e 2030/2031 os nascimentos registados em Penalva do Castelo fazem prever uma diminuição da população escolar (de 186 para 126 alunos). Esta dinâmica é, apenas, interrompida nos anos letivos 2023/2024 e 2030/2031, anos em que se prevê um ligeiro aumento na população escolar potencial. Também aqui a diferença entre a frequência e a previsão é bastante reduzida, exceção feita ao período entre os anos letivos 2014/2015 e 2017/2018. Esta diferença é de apenas 6 crianças no ano letivo 2019/2020, na medida em que a frequência foi de 192 alunos e a previsão de 186 alunos. Deste modo, tal como foi referido no 2.º CEB, também no 3.º CEB poderemos esperar um decréscimo bastante idêntico ao previsto.

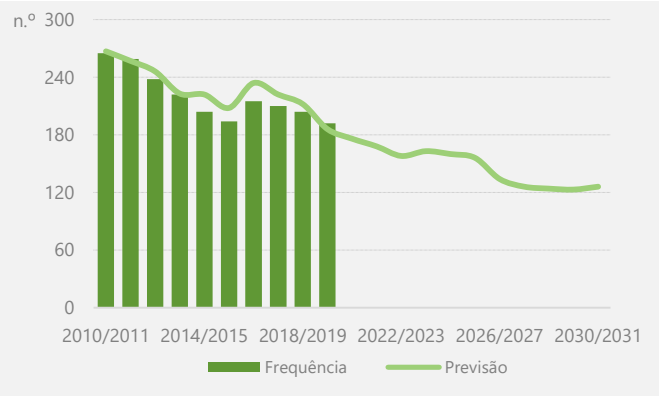


Figura 76. População escolar potencial no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2030/2031.

Quadro 55. Síntese do 3.º CEB.

2019/2020		2030/2031	Variação	
Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2028/2029
(n.º)				
192	186	126	6	-60

6.3.2.5. Ensino secundário

Refletindo a quebra da natalidade que se tem vindo a observar nos últimos anos, entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034 a população escolar potencial no ensino secundário regista uma diminuição, passando de 257 para 126 alunos, valor correspondente a -131 alunos (Figura 77 e quadro 56). Este decréscimo acentua-se a partir do ano letivo 2019/2020, sendo, no entanto, interrompido nos anos letivos 2026/2027 e 2033/2034, anos marcados por um ligeiro aumento da população escolar potencial. A análise comparativa do número de alunos matriculados e do número de nascimentos registados no período correspondente à frequência entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020 indica-nos que Penalva do Castelo apresenta uma população escolar inferior à que seria expectável, revelando que perde alunos para outros territórios municipais, que não é suficientemente compensada com a entrada de alunos provenientes de outros municípios (13 alunos). Efetivamente, a diferença entre os alunos matriculados e os alunos potenciais tem vindo a diminuir nos últimos anos letivos, sendo que no último ano letivo é de apenas 22 jovens (212 alunos matriculados e 234 alunos potenciais).

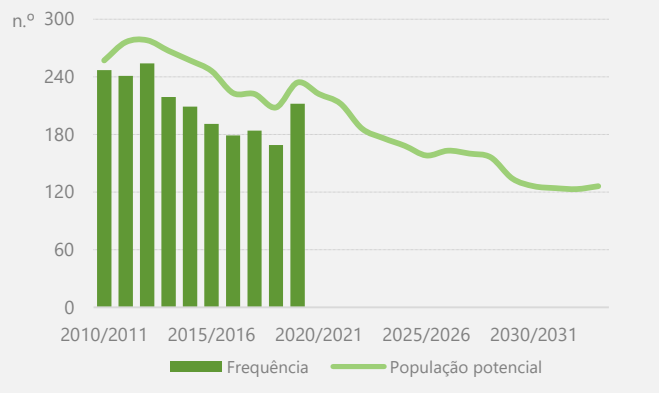


Figura 77. População escolar potencial no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034.

Quadro 56. Síntese do ensino secundário.

2019/2020		2033/2034	Variação	
Real	Potencial	Potencial	Real-potencial 2019/2020	Potencial 2019/2020-2033/2034
(n.º)				
212	234	126	-22	-108

Observando a população escolar potencial no ensino secundário regular e profissional entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034 a redução é de 81 alunos no ensino regular e 50 alunos no ensino profissional (Figuras 78 e 79). Este decréscimo diminui ligeiramente a partir do ano letivo 2019/2020, prevendo-se -67 alunos no ensino regular e -41 alunos no ensino profissional até ao ano letivo 2033/2034.

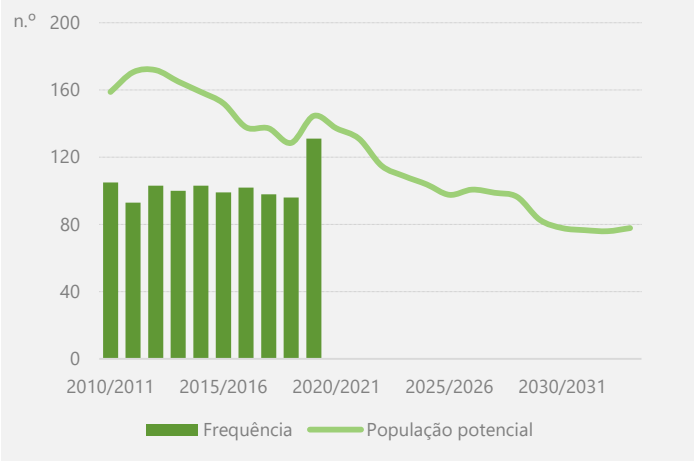


Figura 78. População escolar potencial no ensino regular no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034.

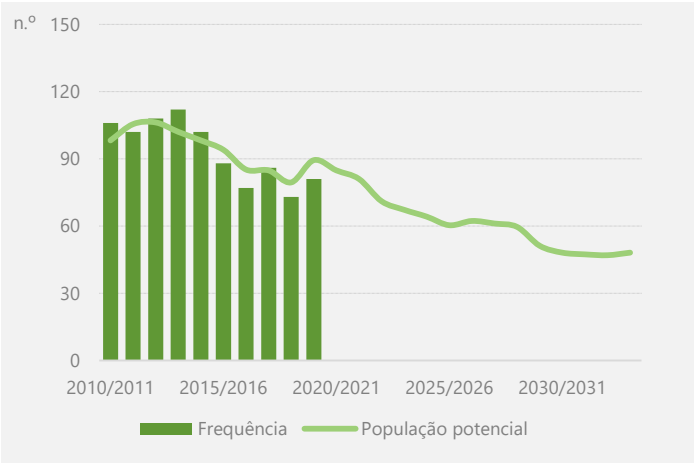


Figura 79. População escolar potencial no ensino profissional no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034.

Em suma, com exceção da educação pré-escolar, que verifica um crescimento de 1,61%, todos os níveis de ensino registam uma diminuição da sua população escolar potencial (Quadro 57). O maior decréscimo encontra-se no ensino secundário (-46,15%), seguido do 3.º CEB (-32,26%) e do 2.º CEB (-23,64%). A menor redução observa-se no 1.º CEB (-17,65%).

Note-se que estes valores não são indiferentes aos diferentes períodos de projeção. Efetivamente, existe uma relação direta entre o intervalo temporal e a dinâmica da população escolar que mostra que quanto mais avançamos no tempo mais se sentem os efeitos da quebra da natalidade na população escolar.

De referir, ainda, que, como referido anteriormente, estes valores devem ser entendidos como indicadores de tendências no momento de planear a rede escolar e tomar decisões.

Quadro 57. Variação da população escolar potencial.

Nível de educação e ensino	2019/2020	2021/2022	2024/2025	2028/2029	2030/2031	2033/2034	Variação
	(n.º)						(%)
Educação pré-escolar	124	126					1,61
1.º CEB	204		168				-17,65
2.º CEB	110			84			-23,64
3.º CEB	186				126		-32,26
Ensino secundário	234					126	-46,15

7. Indicadores de sucesso escolar

7.1. Resultados escolares[15]

7.1.1. Provas de aferição

A análise dos resultados das provas de aferição no município de Penalva do Castelo no ano letivo 2018/2019 dá um contributo importante para a recolha de informação relevante sobre o processo de ensino e aprendizagem e para a definição e operacionalização de medidas que se possam traduzir em mais e melhores aprendizagens para os alunos.

Nos quadros e figuras abaixo encontram-se os resultados dos alunos do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo e das diversas escolas que o constituem e apresenta-se uma

[15] Atendendo a que as provas de aferição dos 2.º, 5.º e 8.º anos e as provas finais de ciclo do 9.º ano não se realizaram no ano letivo 2019/2020, na sequência do conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da Covid-19 no âmbito dos ensinos básico e secundário, na análise dos resultados escolares recorreu-se ao período temporal que decorre entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

comparação entre os seus níveis de desempenho e o desempenho dos alunos a nível nacional e regional, tendo como referência as NUTIII.

A observação dos resultados das provas de aferição do 2.º ano mostra que estes são, na generalidade, superiores aos nacionais nos diversos domínios em avaliação em cada disciplina (Quadro 58). Se atendermos ao desempenho por escola, concluímos que os alunos da EB Ínsua foram os que obtiveram melhores resultados. Em sentido inverso, os alunos da EB Castelo de Penalva foram os que obtiveram piores resultados.

Quadro 58. Provas de aferição no ano letivo 2018/2019 - 1.º CEB (2.º ano).

Disciplina	Nacional				AE Penalva do Castelo				EB Castelo de Penalva				EB Ínsua				EB Roriz				EB Sezures			
Português	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC
Oralidade	59,7	24,1	15,7	0,5	52,7	25,5	21,8	0,0	66,7	33,3	0,0	0,0	55,6	22,2	22,2	0,0	42,9	28,6	28,6	0,0	44,4	33,3	22,2	0,0
Leitura e Iniciação à Educação Literária	6,2	36,6	48,7	8,3	12,7	45,5	38,2	3,6	0,0	33,3	33,3	33,3	8,3	47,2	41,7	2,8	14,3	42,9	42,9	0,0	33,3	44,4	22,2	0,0
Gramática	18,9	2,8	40,1	36,5	23,6	7,3	49,1	20,0	0,0	0,0	0,0	100,0	33,3	11,1	47,2	8,3	14,3	0,0	57,1	28,6	0,0	0,0	66,7	33,3
Escrita	26,3	24,2	22,9	17,6	16,4	34,5	29,1	18,2	0,0	33,3	33,3	0,0	16,7	38,9	27,8	16,7	42,9	14,3	28,6	14,3	0,0	33,3	33,3	33,3
Matemática	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC
Números e Operações	17,7	22,5	41,5	18,2	13,0	37,0	33,3	16,7	0,0	0,0	33,3	66,7	17,1	40,0	28,6	14,3	14,3	28,6	42,9	14,3	0,0	44,4	44,4	11,1
Geometria e Medida	18,3	23,4	35,5	22,6	25,9	42,6	24,1	7,4	33,3	0,0	33,3	33,3	34,4	40,0	22,9	5,7	14,3	71,4	14,3	0,0	11,1	44,4	33,3	11,1
Organização e Tratamento de Dados	70,6	0,0	18,9	9,4	81,5	0,0	14,8	3,7	66,7	0,0	33,3	0,0	85,7	0,0	11,4	2,9	71,4	0,0	14,3	14,3	77,8	0,0	22,2	0,0
Estudo do Meio	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC
À Descoberta de Si Mesmo	34,7	15,3	27,2	21,7	53,7	14,8	13,0	18,5	33,3	33,3	0,0	33,3	52,8	8,3	13,9	22,2	57,1	28,6	14,3	0,0	55,6	22,2	11,1	11,1
À Descoberta dos Outros e das Instituições	5,6	13,2	29,0	50,8	10,9	16,4	30,9	41,8	0,0	66,7	33,3	0,0	13,9	11,1	38,9	36,1	14,3	14,3	14,3	57,1	0,0	22,2	11,1	66,7
À Descoberta do Ambiente Natural	16,3	35,6	33,8	13,6	12,7	47,3	29,1	10,9	0,0	33,3	33,3	33,3	13,9	50,0	27,8	8,3	28,6	14,3	42,9	14,3	0,0	66,7	22,2	11,1
À Descoberta das Inter-Relações Entre Espaços	45,5	0,0	0,0	52,6	57,4	0,0	0,0	42,6	0,0	0,0	0,0	100,0	63,9	0,0	0,0	33,3	57,1	0,0	0,0	42,9	44,4	0,0	0,0	55,6
À Descoberta dos Materiais e Objetos	28,4	38,6	25,6	7,0	29,6	48,1	16,7	5,6	0,0	33,3	33,3	33,3	41,7	41,7	11,1	2,8	0,0	57,1	42,9	0,0	11,1	66,7	11,1	11,1
Expressões Artísticas	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC
Expressão e Educação Musical	45,0	27,9	20,1	6,8	60,0	20,0	16,4	3,6	66,7	0,0	33,3	0,0	61,1	27,8	11,1	0,0	28,6	14,3	42,9	14,3	77,8	0,0	11,1	11,1
Expressão e Educação Dramática	45,1	30,7	18,6	5,3	45,5	25,5	14,5	14,5	0,0	0,0	66,7	33,3	63,9	22,2	13,9	0,0	0,0	14,3	14,3	71,4	22,2	55,6	0,0	22,2
Expressão e Educação Plástica	52,7	28,2	15,7	3,3	63,6	30,9	5,5	0,0	66,7	33,3	0,0	0,0	66,7	30,6	2,8	0,0	42,9	42,9	14,3	0,0	66,7	22,2	11,1	0,0
Expressões Físico-Motoras	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC	C	CM	RD	NC
Deslocamentos e Equilíbrios	32,1	31,5	28,6	7,7	72,7	16,4	9,1	1,8	66,7	33,3	0,0	0,0	80,6	11,1	5,6	2,8	85,7	14,3	0,0	0,0	33,3	33,3	33,3	0,0
Perícias e Manipulações	28,0	29,5	33,7	8,7	21,8	40,0	36,4	1,8	0,0	100,0	0,0	0,0	30,6	41,7	27,8	0,0	14,3	0,0	71,4	14,3	0,0	44,4	55,6	0,0
Jogos Infantis	68,3	24,0	5,9	1,3	76,4	16,4	7,3	0,0	66,7	0,0	33,3	0,0	77,8	13,9	8,3	0,0	71,4	28,6	0,0	0,0	77,8	22,2	0,0	0,0

Fonte: Instituto de Avaliação Educativa.

Notas técnicas:

1) De acordo com a informação registada pela escola, apenas são geradas fichas informativas por cada turma com 10 ou mais alunos que a ela possam ser associados;

2) Os valores apresentados referem-se à distribuição dos alunos, em percentagem, por domínio e conteúdo avaliado nas provas, segundo a categoria de desempenho: C - Conseguiu... (o aluno respondeu de acordo com o esperado, ou fê-lo com falhas pontuais); CM - Conseguiu... mas ... (o aluno respondeu de acordo com o esperado, mas pode ainda melhorar); RD - Revelou dificuldade... (o aluno mostrou dificuldade na resposta); NC - Não conseguiu... (o aluno não respondeu de acordo com o esperado);

3) A diferença entre o valor percentual máximo (100%) e a soma dos valores percentuais das categorias de desempenho C, CM, RD e NC corresponde à categoria NR - Não respondeu, cujo valor não está representado;

4) Os resultados apresentados em cada domínio por categoria de desempenho não resultam de uma média aritmética dos resultados apresentados por subdomínio ou conteúdo, na medida em que o tratamento da informação é fortemente condicionado pelo número e pela tipologia de itens que constituem cada subdomínio ou conteúdo. Tendo presente esta especificidade, a leitura dos valores registados deve ser feita *per se*.

A análise da figura seguinte revela que, com exceção dos domínios "Conhecer/Reproduzir" e "Aplicar/Interpretar" de Expressões Artísticas, o Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo apresenta resultados superiores aos nacionais nos diversos domínios cognitivos em avaliação em cada disciplina. Comparando com a região o panorama mantém-se positivo, embora seja globalmente menos favorável. Os resultados do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo são inferiores aos regionais nos domínios "Conhecer/Reproduzir" e "Aplicar/Interpretar" de Português e Expressões Artísticas e no domínio "Aplicar/Interpretar" de Matemática.

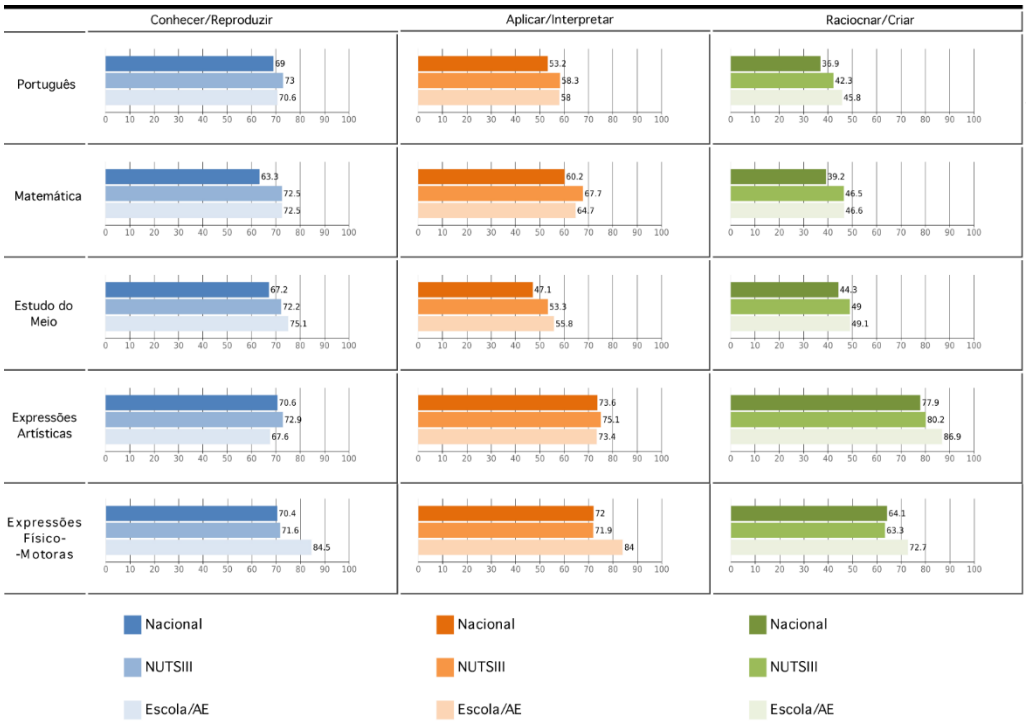


Figura 80. Comparação do desempenho por disciplina e domínio cognitivo dos alunos do 2.º ano no ano letivo 2018/2019.

Fonte: Instituto de Avaliação Educativa.

A observação dos resultados das provas de aferição do 5.º ano mostra que também aqui estes são, na globalidade, superiores aos nacionais nos diversos domínios em avaliação em cada disciplina (Quadro 59).

A análise da figura seguinte revela que, com exceção dos domínios "Conhecer/Reproduzir" e "Aplicar/Interpretar" de História e Geografia de Portugal, o Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo apresenta resultados superiores aos nacionais nos diversos domínios cognitivos em avaliação em cada disciplina. Comparando com a região o cenário é menos favorável. Os resultados do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo são superiores aos regionais na disciplina de Educação Física e no domínio "Conhecer/Reproduzir" de Matemática e Ciências Naturais. Os resultados do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo são inferiores aos

regionais na disciplina de História e Geografia de Portugal e nos domínios "Aplicar/Interpretar" e "Raciocinar/Criar" de Matemática e Ciências Naturais.

Quadro 59. Provas de aferição no ano letivo 2018/2019 - 2.º CEB (5.º ano).

Disciplina	Nacional				AE Penalva do Castelo			
História e Geografia de Portugal	**C**	**CM**	**RD**	**NC**	**C**	**CM**	**RD**	**NC**
A Península Ibérica: Localização e Quadro Natural	9,0	26,4	49,9	14,6	9,3	31,5	42,6	16,7
A Península Ibérica: Dos Primeiros Povos à Formação de Portugal	23,2	30,5	38,0	8,2	16,7	35,2	35,2	13,0
Portugal do Século XIII ao Século XVII	5,2	17,1	43,2	34,3	3,7	20,4	37,0	38,9
Matemática e Ciências Naturais	**C**	**CM**	**RD**	**NC**	**C**	**CM**	**RD**	**NC**
Números e Operações	1,8	4,5	18,1	75,6	5,6	11,1	25,9	57,4
Álgebra	24,7	8,5	7,4	39,0	40,7	7,4	7,4	38,9
Geometria e Medida	1,1	6,2	28,5	64,2	1,9	5,6	33,3	59,3
Organização e Tratamento de Dados	4,3	3,8	28,7	61,9	7,4	3,7	33,3	55,6
A Água, o Ar, as Rochas e o Solo - Materiais Terrestres	15,8	21,2	40,5	22,4	20,4	33,3	31,5	14,8
Diversidade de Seres Vivos e Suas Interações Com o Meio	2,4	20,5	40,4	36,7	3,7	24,1	46,3	25,9
Unidade na Diversidade de Seres Vivos	20,7	0,0	6,2	42,6	27,8	0,0	3,7	61,1
Educação Física	**C**	**CM**	**RD**	**NC**	**C**	**CM**	**RD**	**NC**
Ginástica	35,9	18,4	27,1	16,5	48,1	20,4	20,4	9,3
Jogos Desportivos Coletivos	28,2	29,1	0,0	40,6	31,5	35,2	0,0	31,5
Patinagem	30,2	17,2	19,8	16,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Jogos	41,3	37,7	0,0	18,7	31,5	42,6	0,0	22,2
Atividades Rítmicas Expressivas	31,9	29,3	0,0	14,6	31,5	64,8	0,0	1,9

Fonte: Instituto de Avaliação Educativa.

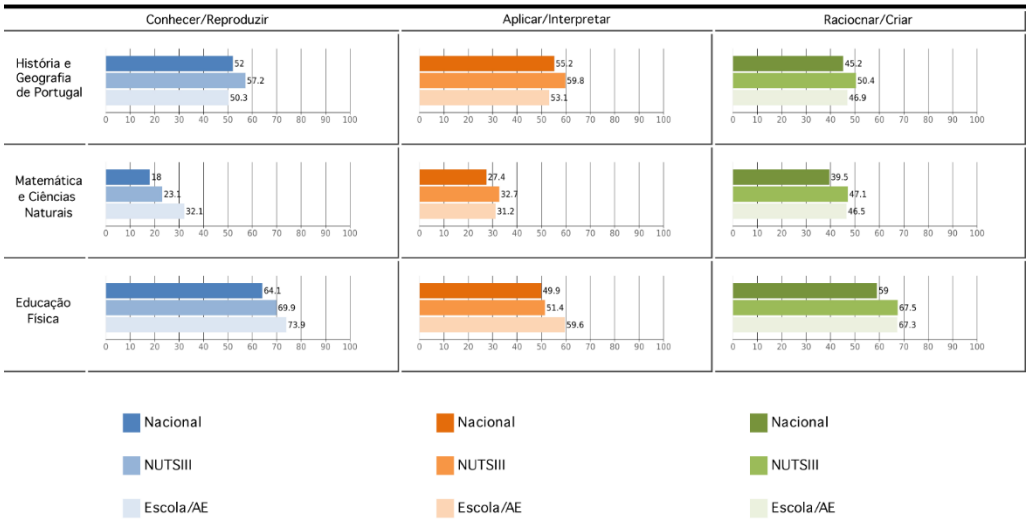


Figura 81. Comparação do desempenho por disciplina e domínio cognitivo dos alunos do 5.º ano no ano letivo 2018/2019.

Fonte: Instituto de Avaliação Educativa.

A observação dos resultados das provas de aferição do 8.º ano mostra que novamente estes são, na generalidade, superiores aos nacionais nos diversos domínios em avaliação em cada disciplina (Quadro 60).

Quadro 60. Provas de aferição no ano letivo 2018/2019 - 3.º CEB (8.º ano).

Disciplina	Nacional				AE Penalva do Castelo			
Português	**C**	**CM**	**RD**	**NC**	**C**	**CM**	**RD**	**NC**
Oralidade	33,0	33,7	21,3	12,0	35,6	33,9	22,0	8,5
Leitura e Educação Literária	7,1	24,4	54,1	14,4	8,5	27,1	52,5	11,9
Gramática	6,1	22,1	58,1	13,6	8,5	18,6	66,1	6,8
Escrita	29,5	38,2	19,7	7,9	18,6	42,4	32,2	3,4
Geografia	**C**	**CM**	**RD**	**NC**	**C**	**CM**	**RD**	**NC**
A Terra: Estudos e Representações	11,1	15,9	37,6	35,3	20,3	22,0	32,2	25,4
O Meio Natural	4,3	11,9	41,5	42,1	1,7	13,6	42,4	42,4
População e Povoamento	6,5	18,0	46,9	28,5	5,1	15,3	59,3	20,3
Atividades Económicas	33,1	6,3	21,2	38,9	49,2	3,4	27,1	18,6
História	**C**	**CM**	**RD**	**NC**	**C**	**CM**	**RD**	**NC**
A Herança do Mediterrâneo Antigo	15,5	21,3	25,4	37,7	27,1	28,8	23,7	20,3
A Formação da Cristandade Ocidental e a Expansão Islâmica	3,7	0,0	49,4	46,7	10,2	0,0	49,2	40,7
O Contexto Europeu do Século XII ao XIV	22,7	15,1	27,0	34,7	37,3	16,9	22,0	23,7
Expansão e Mudança nos Séculos XV e XVI	0,5	2,2	13,0	83,8	0,0	5,1	13,6	81,4
O Contexto Europeu dos Séculos XVII e XVIII	4,3	7,3	17,0	70,8	0,0	0,0	16,9	83,1
O Arranque da «Revolução Industrial» e o Triunfo Dos Regimes Liberais	24,2	32,1	2,5	41,2	39,0	32,2	3,4	25,4

Fonte: Instituto de Avaliação Educativa.

A análise da figura seguinte revela que, com exceção do domínio "Raciocinar/Criar", o Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo apresenta resultados superiores aos nacionais nos diversos domínios cognitivos em avaliação em cada disciplina. Comparando com a região o quadro é, mais uma vez, menos favorável. Os resultados do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo são superiores aos regionais no domínio "Conhecer/Reproduzir" de Português e nos domínios "Conhecer/Reproduzir" e "Aplicar/Interpretar" de Geografia e História. Os resultados do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo são inferiores aos regionais nos domínios "Aplicar/Interpretar" e "Raciocinar/Criar" de Português e no domínio "Raciocinar/Criar" de Geografia e História.

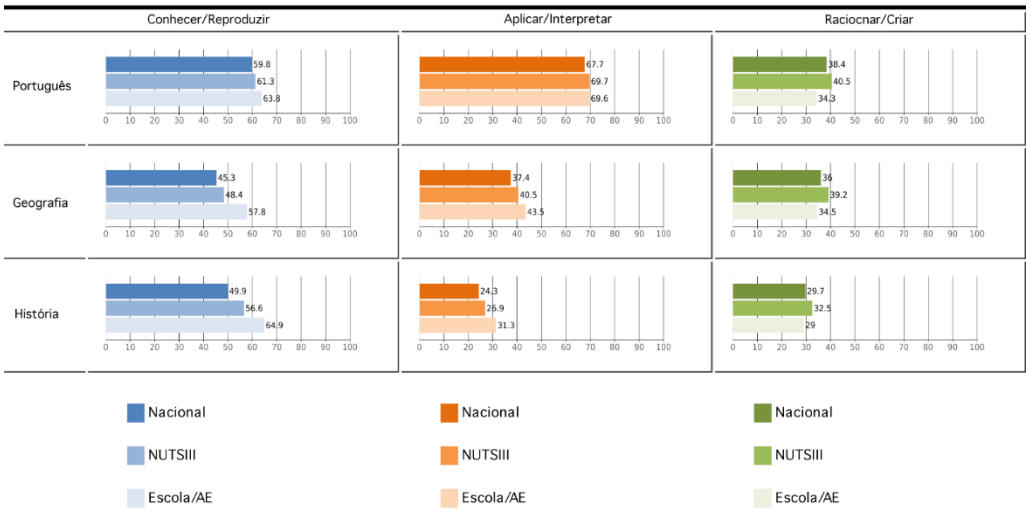


Figura 82. Comparação do desempenho por disciplina e domínio cognitivo dos alunos do 8.º ano no ano letivo 2018/2019.

Fonte: Instituto de Avaliação Educativa.

7.1.2. Provas finais do 3.º CEB

A observação das médias das provas finais do 9.º ano no município de Penalva do Castelo entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019 revela uma tendência de crescimento, apesar de oscilar entre aumentos e diminuições constantes (Figura 83). Efetivamente, neste período ocorreu um acréscimo de 2,91 no ano letivo 2014/2015 para 3,36 no ano letivo 2018/2019. Uma análise comparativa com as médias regionais e nacionais permite identificar duas realidades distintas. Em relação à média regional, Penalva do Castelo apresenta, na generalidade, resultados inferiores, ainda que no último ano letivo tenha verificado uma recuperação significativa. Por sua vez, em relação à média nacional, Penalva do Castelo regista, com exceção do ano letivo 2017/2018, resultados superiores.

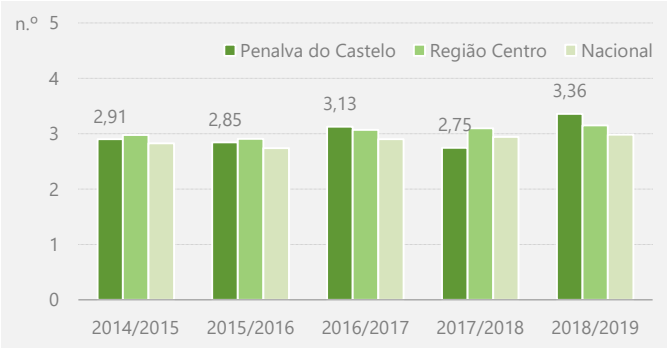


Figura 83. Evolução das médias das provas finais entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: https://bime.mec.pt.

Por disciplina, de destacar, desde logo, os resultados superiores na disciplina de Português, que regista médias superiores às verificadas na disciplina de Matemática em três dos cinco anos letivos em análise (Figuras 84 e 85 e quadro 61). Numa análise mais pormenorizada, é de salientar o quadro mais favorável na disciplina de Matemática, onde Penalva do Castelo obteve na generalidade resultados superiores às médias regionais e nacionais (em relação à média regional apenas obteve resultados inferiores em dois anos e em relação à média nacional apenas obteve resultados inferiores num ano). Na disciplina de Português, Penalva do Castelo consegue alcançar resultados superiores às médias regionais e nacionais em dois e três anos, respetivamente. No último ano letivo em análise os resultados são superiores às médias regionais e nacionais em ambas as disciplinas.

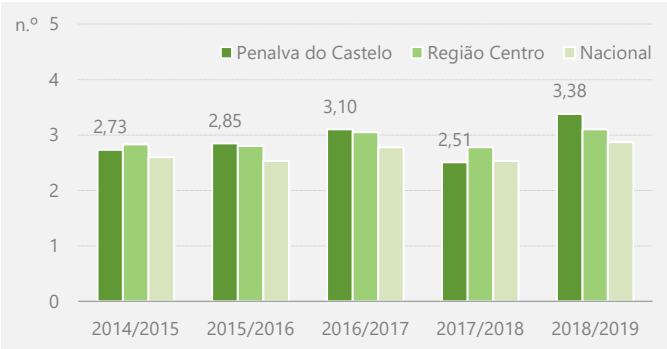


Figura 84. Evolução das médias das provas finais de Matemática entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: https://bime.mec.pt.

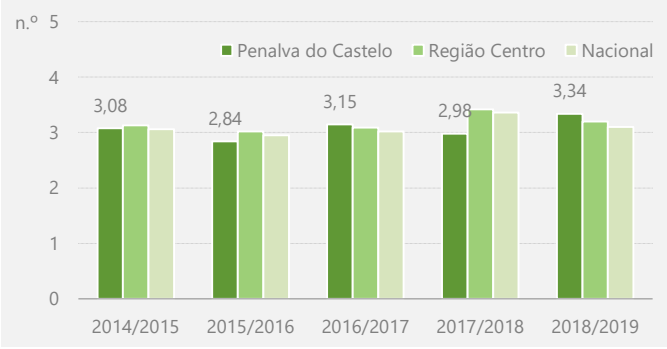


Figura 85. Evolução das médias das provas finais de Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: https://bime.mec.pt.

Quadro 61. Evolução das médias das provas finais de Matemática e Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Ano letivo	Disciplina	Média município	Média região	Média nacional	Variação face à média regional	Variação face à média nacional
2014/2015	Matemática	2,73	2,83	2,60	-0,10	0,13
	Português	3,08	3,13	3,06	-0,05	0,02
2015/2016	Matemática	2,85	2,80	2,53	0,05	0,32
	Português	2,84	3,02	2,95	-0,18	-0,11
2016/2017	Matemática	3,10	3,05	2,78	0,05	0,32
	Português	3,15	3,09	3,02	0,06	0,13
2017/2018	Matemática	2,51	2,78	2,53	-0,27	-0,02
	Português	2,98	3,42	3,36	-0,44	-0,38
2018/2019	Matemática	3,38	3,10	2,87	0,28	0,51
	Português	3,34	3,20	3,10	0,14	0,24

Fonte: https://bime.mec.pt.

7.1.3. Exames finais do ensino secundário

À semelhança das médias das provas finais do 9.º ano, a observação das médias dos exames finais do ensino secundário no município de Penalva do Castelo entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019 revela uma tendência de crescimento, apesar de oscilar entre aumentos e diminuições constantes (Figura 86). Efetivamente, neste período ocorreu um acréscimo de 11,03 no ano letivo 2014/2015 para 11,32 no ano letivo 2018/2019. Uma análise comparativa com as médias regionais e nacionais permite identificar duas realidades distintas. Em relação à média regional, Penalva do Castelo apresenta, na generalidade, resultados inferiores. Por sua vez, em relação à média nacional, Penalva do Castelo regista, com exceção do último ano letivo, resultados superiores.

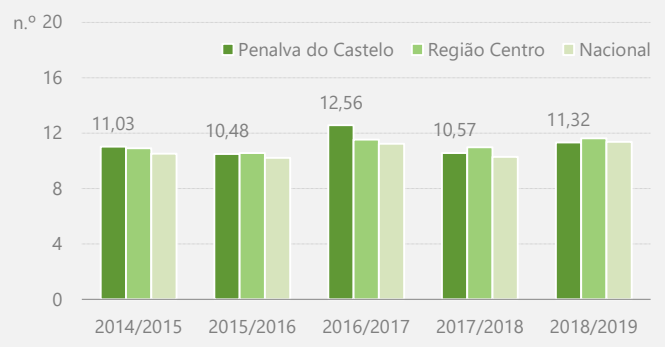


Figura 86. Evolução das médias dos exames finais entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: https://bime.mec.pt.

Por disciplina, é de salientar o quadro mais favorável na disciplina de Matemática, onde Penalva do Castelo obteve, na generalidade, resultados superiores às médias regionais e nacionais (Figuras 87, 88 e 89 e quadro 62). Na disciplina de Português, Penalva do Castelo conseguiu alcançar resultados superiores às médias regionais e nacionais em apenas dois anos. Por sua vez, na disciplina de História A, Penalva do Castelo obteve resultados superiores às médias regionais e nacionais em apenas um ano. Comparando os resultados das disciplinas de Matemática e de Português, de destacar os resultados superiores na disciplina de Matemática, que, com exceção do último ano letivo, registou em todos os anos letivos médias superiores às verificadas na disciplina de Português. No último ano letivo em análise, Penalva do Castelo apresenta resultados inferiores às médias regionais e nacionais apenas na disciplina de História A.

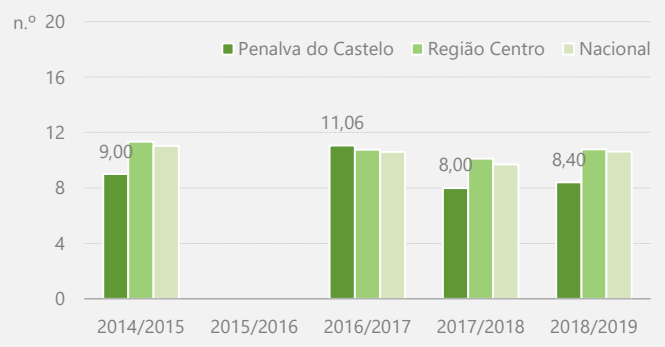


Figura 87. Evolução das médias dos exames finais de História A entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: https://bime.mec.pt.

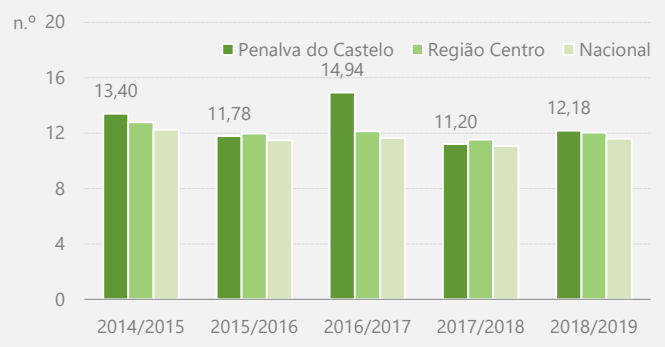


Figura 88. Evolução das médias dos exames finais de Matemática A entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: https://bime.mec.pt.

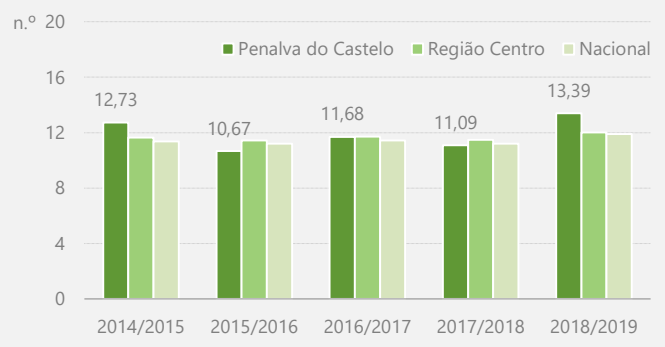


Figura 89. Evolução das médias dos exames finais de Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Fonte: https://bime.mec.pt.

7.2. Taxa de retenção e desistência[16]

Taxa de retenção e desistência

Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (Alunos que ficaram retidos e/ou desistiram/Alunos matriculados * 100).

Os dados relativos à taxa de retenção e desistência no ano letivo 2018/2019 revelam um cenário positivo no ensino básico (Quadro 63), onde o valor de 2,3% coloca Penalva do Castelo numa posição favorável quando comparada com a CIM Viseu Dão Lafões (2,5%), a Região Centro (2,9%) e o Continente (3,7%). Analisando os diferentes ciclos, verifica-se que apresentam realidades distintas: no 1.º e 2.º CEB os valores são inferiores aos registados nas unidades territoriais de referência, particularmente no 2.º CEB, onde a taxa de retenção e desistência é de 0%; no 3.º CEB (4,9%) o valor é superior ao registado na CIM Viseu Dão Lafões (3,9%) e na Região Centro (4,3%). Em sentido inverso, no ensino secundário o valor global de 13,4% da taxa de retenção e desistência coloca Penalva do Castelo numa posição desfavorável quando comparada com a CIM Viseu Dão Lafões (10,4%), a Região Centro (11,4%) e o Continente (12,9%). Numa análise mais pormenorizada, constata-se que o valor mais elevado surge nos cursos

[16] A informação referente ao ano letivo 2019/2020 ainda não foi disponibilizada.

gerais/científico-humanísticos, com 14,6%. Nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais o valor é de 11,8%.

Quadro 62. Evolução das médias dos exames finais de História A, Matemática A e Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Ano letivo	Disciplina	Média município	Média região	Média nacional	Variação face à média regional	Variação face à média nacional
2014/2015	Física e Química	9,00	7,85	7,38	1,15	1,62
	História A	9,00	11,34	11,03	-2,34	-2,03
	Matemática A	13,40	12,78	12,25	0,62	1,15
	Português	12,73	11,64	11,37	1,09	1,36
2015/2016	Física e Química	9,00	8,30	7,96	0,70	1,04
	Matemática A	11,78	11,96	11,49	-0,18	0,29
	Português	10,67	11,43	11,20	-0,76	-0,53
2016/2017	História A	11,06	10,77	10,61	0,29	0,45
	Matemática A	14,94	12,13	11,64	2,81	3,30
	Português	11,68	11,70	11,43	-0,02	0,25
2017/2018	Geografia A	12,00	10,75	9,14	1,25	2,86
	História A	8,00	10,11	9,69	-2,11	-1,69
	Matemática A	11,20	11,53	11,06	-0,33	0,14
	Português	11,09	11,49	11,20	-0,40	-0,11
2018/2019	História A	8,40	10,78	10,63	-2,38	-2,23
	Matemática A	12,18	12,05	11,60	0,13	0,58
	Português	13,39	12,02	11,90	1,37	1,49

Fonte: https://bime.mec.pt.

Quadro 63. Taxa de retenção e desistência por nível de ensino no ano letivo 2018/2019.

Nível de ensino		Penalva do Castelo	Viseu Dão Lafões	Centro	Continente
		(%)			
Ensino básico	1.º CEB	1,4	1,6	1,8	2,0
	2.º CEB	0,0	1,9	2,9	3,8
	3.º CEB	4,9	3,9	4,3	5,6
	Total	2,3	2,5	2,9	3,7
Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	14,6	11,0	13,0	14,5
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	11,8	9,5	8,9	10,1
	Total	13,4	10,4	11,4	12,9

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

No contexto da CIM Viseu Dão Lafões, Penalva do Castelo ocupa o 6.º lugar no ensino básico e o 12.º lugar no ensino secundário, posições que confirmam o quadro anteriormente descrito (Quadros 64 e 65).

Quadro 64. Taxa de retenção e desistência no ensino básico no ano letivo 2018/2019.

Município	Taxa de retenção e desistência (%)
Santa Comba Dão	0,6
Sátão	1,6
Aguiar da Beira	1,8
São Pedro do Sul	1,9
Vila Nova de Paiva	2,0
Penalva do Castelo	2,3
Viseu	2,3
Castro Daire	2,4
Tondela	2,7
Nelas	3,0
Mangualde	3,4
Carregal do Sal	3,7
Vouzela	3,9
Oliveira de Frades	4,8

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

Quadro 65. Taxa de retenção e desistência no ensino secundário no ano letivo 2018/2019.

Município	Taxa de retenção e desistência (%)
Aguiar da Beira	4,3
Vouzela	4,5
Sátão	8,2
São Pedro do Sul	8,4
Castro Daire	9,4
Mangualde	9,7
Tondela	9,8
Vila Nova de Paiva	10,3
Viseu	11,0
Santa Comba Dão	12,0
Nelas	12,2
Penalva do Castelo	13,4
Oliveira de Frades	13,7
Carregal do Sal	17,2

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

Em termos evolutivos, a taxa de retenção e desistência no ensino básico registou uma diminuição expressiva, com a passagem dos 8% no ano letivo 2014/2015 aos 2,3% no ano letivo 2018/2019, valor correspondente a uma descida de -5,7% (Quadro 66). A redução mais significativa aconteceu no 3.º CEB, com a passagem dos 15,1% aos 4,9% (-10,2%). No 1.º e 2.º CEB o decréscimo foi de -3,6%, traduzido na passagem dos 5% aos 1,4% no 1.º CEB e dos 3,6% ao 0% no 2.º CEB. Em sentido inverso, no ensino secundário verificou-se um aumento, com a passagem dos 6,8% no ano letivo 2014/2015 aos 13,4% no ano letivo 2018/2019, valor que representa um crescimento de 6,6%. O acréscimo foi mais expressivo nos cursos técnicos/tecnológicos e profissionais (7%, de 4,8% para 11,8%) e menos significativo nos cursos gerais/científico-humanísticos (5,9%, de 8,7% para 14,6%). O quadro descrito no ensino secundário deve ser alvo de uma reflexão profunda com vista à inversão desta tendência.

Quadro 66. Evolução da taxa de retenção e desistência por nível de ensino entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019.

Nível de ensino		14/15	15/16	16/17	17/18	18/19	Variação 14/15-18/19
		(%)					
Ensino básico	1.º CEB	5	6,5	4,5	2,3	1,4	-3,6
	2.º CEB	3,6	0,7	0	0,9	0	-3,6
	3.º CEB	15,1	10,2	2,5	6,2	4,9	-10,2
	Total	8	6,2	2,8	3,5	2,3	-5,7
Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	8,7	11,2	15,5	17,3	14,6	5,9
	Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	4,8	4,5	3,8	4,7	11,8	7
	Total	6,8	8	10,5	11,5	13,4	6,6

Fonte: www.dgeec.mec.pt.

7.3. Metas Penalva do Castelo 2026

Apresentam-se de seguida, para o município de Penalva do Castelo, as metas a atingir para os diferentes indicadores que se acredita que sejam exequíveis no horizonte temporal de cinco anos.

Quadro 67. Metas Penalva do Castelo 2026.

Indicador			Média nacional	Média município	Meta Penalva do Castelo 2026
Provas finais do 3. CEB		Matemática	2,87	3,38	Melhorar progressivamente os resultados das provas finais do 3. CEB, diminuindo a distância em relação à média nacional
		Português	3,10	3,34	
Exames finais do ensino secundário		Biologia e Geologia	10,80	9,81	Obter classificações, no mínimo, iguais à média nacional nas disciplinas com resultados inferiores aos nacionais
		Física e Química A	10,12	9,33	
		História A	10,63	8,40	
		Matemática A	11,60	12,18	Melhorar continuamente as classificações nas disciplinas com resultados superiores aos nacionais, diminuindo a distância em relação à média nacional
		Português	11,90	13,39	
Taxa de retenção e desistência	Ensino básico	1.º CEB	2,0	1,4	Reduzir a taxa de retenção e desistência no 1.º CEB para valores inferiores a 1%
		2.º CEB	3,8	0,0	Manter a taxa de retenção e desistência no 2.º CEB de 0%
		3.º CEB	5,6	4,9	Reduzir a taxa de retenção e desistência no 3.º CEB para valores inferiores a 4%
		Total	3,7	2,3	
	Ensino secundário	Cursos gerais/científico-humanísticos	14,5	14,6	Obter uma taxa de retenção e desistência, no mínimo, igual à média nacional
		Cursos técnicos/tecnológicos e profissionais	10,1	11,8	
		Total	12,9	13,4	

8. Educação inclusiva

Portugal estabeleceu como uma das suas prioridades a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vem concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que responda às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O principal normativo legal que enquadra o apoio prestado aos alunos com necessidades educativas específicas em Portugal é o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, que estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa, e identifica as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares específicas, bem como os recursos específicos a mobilizar para responder às necessidades educativas de

todas e de cada uma das crianças e jovens ao longo do seu percurso escolar, nas diferentes ofertas de educação e formação.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão têm como finalidade a adequação às necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantia das condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória. São desenvolvidas tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento da escola, os quais devem ser convocados pelos profissionais da escola, numa lógica de trabalho colaborativo e de corresponsabilização com os docentes de educação especial, em função das especificidades dos alunos. A sua implementação ocorre em todas as modalidades e percursos de educação e de formação, de modo a garantir que todos os alunos têm igualdade de oportunidades no acesso e na frequência das diferentes ofertas educativas e formativas.

As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais.

As medidas universais correspondem às respostas educativas que a escola tem disponíveis para todos os alunos com objetivo de promover a participação e a melhoria das aprendizagens. Consideram-se medidas universais, entre outras: a) A diferenciação pedagógica; b) As acomodações curriculares; c) O enriquecimento curricular; d) A promoção do comportamento pró-social; e) A intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

As medidas seletivas visam colmatar as necessidades de suporte à aprendizagem não supridas pela aplicação de medidas universais. Consideram-se medidas seletivas: a) Os percursos curriculares diferenciados; b) As adaptações curriculares não significativas; c) O apoio psicopedagógico; d) A antecipação e o reforço das aprendizagens; e) O apoio tutorial.

As medidas adicionais visam colmatar dificuldades acentuadas e persistentes ao nível da comunicação, interação, cognição ou aprendizagem que exigem recursos especializados de apoio à aprendizagem e à inclusão. Consideram-se medidas adicionais: a) A frequência do ano de escolaridade por disciplinas; b) As adaptações curriculares significativas; c) O plano individual de transição; d) O desenvolvimento de metodologias e estratégias de ensino estruturado; e) O desenvolvimento de competências de autonomia pessoal e social.

No município de Penalva do Castelo existem no ano letivo 2019/2020 um total de 56 alunos com necessidades educativas específicas, encontrando-se os valores mais significativos associados ao ensino secundário (17 alunos), ao 2.º CEB (13 alunos) e ao 3.º CEB (12 alunos). Os valores menos expressivos surgem no 1.º CEB (9 alunos) e na educação pré-escolar (5 crianças).

Relativamente à distribuição dos alunos com necessidades educativas específicas por tipologia (Figura 90), verifica-se que apresentam, na sua generalidade, dificuldades cognitivas (39 alunos).

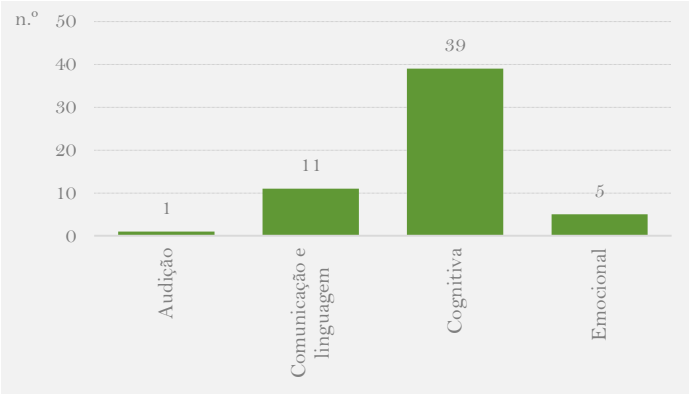


Figura 90. Distribuição dos alunos com necessidades educativas específicas por tipologia no ano letivo 2019/2020.

8.1. Educação pré-escolar

Do total de 128 crianças matriculadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020 apenas 5 apresentam necessidades educativas especiais, valor que corresponde a 3,91% (Quadro 68). Estas crianças manifestam dificuldades cognitivas (4 crianças) e emocionais (1 criança). Salienta-se, ainda, o facto de 3 crianças terem 4 anos (todas do sexo masculino) e de 2 terem 5 anos de idade (uma do sexo masculino e uma do sexo feminino).

A EB Ínsua, com 3 crianças, é o estabelecimento de educação pré-escolar que apresenta o maior número de crianças com necessidades educativas especiais, o que representa 3,75% do seu total de crianças inscritas. O JI Pindo de Baixo e a EB Sezures registam a frequência de 1 criança, cada, o que corresponde a 7,69% e a 5,26% do total de inscritos. A EB Castelo de Penalva não regista a frequência de crianças com necessidades educativas especiais.

8.2. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 apenas 9 dos 204 alunos matriculados no 1.º CEB registam necessidades educativas especiais, valor que representa 4,41% (Quadro 69). Estes alunos revelam maioritariamente dificuldades cognitivas (8 alunos). De salientar que, apenas, 1 aluno apresenta dificuldades de comunicação e linguagem. Por ano de escolaridade estes alunos concentram-se no 4.º ano, com 5 alunos, seguindo-se o 3.º ano, com 3 alunos, e o 2.º ano, com 1 aluno. Em termos de sexo existe uma diferença expressiva (6 alunos do sexo masculino e 3 alunos do sexo feminino). Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, a EB Ínsua e a EB Sezures são as que observam o maior número de alunos com necessidades educativas especiais, ambas com 4 alunos, valor que corresponde a 3,03% e a 17,39% do total de alunos matriculados. Com

apenas 1 aluno surge a EB Roriz, valor correspondente a 3,23% do total de alunos matriculados. A EB Castelo de Penalva não regista a matrícula de alunos com necessidades educativas especiais, tal como se observou na educação pré-escolar.

Quadro 68. Número de crianças com necessidades educativas especiais na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Tipo de NEE	3 anos			4 anos			5 anos			Total					
			H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H		M		HM	
							(n.º)					(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	EB Ínsua	Cognitiva	0	0	0	1	0	1	1	0	1	2	2,50	0	0	2	2,50
		Emocional	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1,25	1	1,25
		Total	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**1**	**2**	**2**	**2,50**	**1**	**1,25**	**3**	**3,75**
Pindo	Jl Pindo de Baixo	Cognitiva	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	7,69	0	0	1	7,69
Sezures	EB Sezures	Cognitiva	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	5,26	0	0	1	5,26
	Cognitiva		**0**	**0**	**0**	**3**	**0**	**3**	**1**	**0**	**1**	**4**	**3,13**	**0**	**0**	**4**	**3,13**
	Emocional		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**	**0**	**0**	**1**	**0,78**	**1**	**0,78**
	Total		**0**	**0**	**0**	**3**	**0**	**3**	**1**	**1**	**2**	**4**	**3,13**	**1**	**0,78**	**5**	**3,91**

Quadro 69. Número de alunos com necessidades educativas especiais no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Tipo de NEE	1.º ano			2.º ano			3.º ano			4.º ano			Total					
			H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H		M		HM	
								(n.º)							(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Ínsua	EB Ínsua	Cognitiva	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	2	1	0,76	2	1,52	3	2,27
		Comunicação e linguagem	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0,76	0	0	1	0,76
		Total	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**1**	**2**	**1**	**3**	**2**	**1,52**	**2**	**1,52**	**4**	**3,03**
Pindo	EB Roriz	Cognitiva	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	3,23	0	0	1	3,23
Sezures	EB Sezures	Cognitiva	0	0	0	1	0	1	0	1	1	2	0	2	3	13,04	1	4,35	4	17,39
	Comunicação e linguagem		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**0,49**	**0**	**0**	**1**	**0,49**
	Cognitiva		**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**2**	**3**	**3**	**1**	**4**	**5**	**2,45**	**3**	**1,47**	**8**	**3,92**
	Total		**0**	**0**	**0**	**1**	**0**	**1**	**1**	**2**	**3**	**4**	**1**	**5**	**6**	**2,94**	**3**	**1,47**	**9**	**4,41**

8.3. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 existem 13 alunos com necessidades educativas especiais no 2.º CEB, valor que corresponde a 12,87% do total de 101 alunos matriculados (Quadro 70). Estes alunos

apresentam maioritariamente dificuldades cognitivas (8 alunos), emocionais (3 alunos) e de comunicação e linguagem (2 alunos). Olhando para a distribuição dos alunos por ano de escolaridade verificamos que se repartem de forma equilibrada, com 7 alunos no 5.º ano e 6 alunos no 6.º ano. Por sexo as diferenças são mais expressivas, com 10 alunos do sexo masculino e 3 alunos do sexo feminino.

Quadro 70. Número de alunos com necessidades educativas especiais no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Tipo de NEE	5.º ano			6.º ano			Total					
	H	M	HM	H	M	HM	H		M		HM	
	(n.º)						(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Cognitiva	2	1	3	5	0	5	7	6,93	1	0,99	8	7,92
Comunicação e linguagem	1	0	1	0	1	1	1	0,99	1	0,99	2	1,98
Emocional	2	1	3	0	0	0	2	1,98	1	0,99	3	2,97
Total	**5**	**2**	**7**	**5**	**1**	**6**	**10**	**9,90**	**3**	**2,97**	**13**	**12,87**

8.4. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 são 12 os alunos com necessidades educativas especiais no 3.º CEB, valor que representa 6,25% do total de 192 alunos matriculados (Quadro 71). Estes alunos revelam maioritariamente dificuldades cognitivas (10 alunos). Com dificuldades de audição e de comunicação e linguagem surge, apenas, 1 aluno, cada. Observando a distribuição dos alunos por ano de escolaridade constatamos que 4 alunos frequentam o 7.º ano, 6 alunos frequentam o 8.º ano e 2 alunos frequentam o 9.º ano. Por sexo verifica-se um predomínio do sexo masculino (10 alunos) em relação ao feminino (2 alunos).

Quadro 71. Número de alunos com necessidades educativas especiais no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Tipo de NEE	7.º ano			8.º ano			9.º ano			Total					
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H		M		HM	
	(n.º)									(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Audição	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,52	0	0	1	0,52
Cognitiva	3	0	3	4	1	5	1	1	2	8	4,17	2	1,04	10	5,21
Comunicação e linguagem	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0,52	0	0	1	0,52
Total	**4**	**0**	**4**	**5**	**1**	**6**	**1**	**1**	**2**	**10**	**5,21**	**2**	**1,04**	**12**	**6,25**

8.5. Ensino secundário

No ensino secundário existem 17 alunos com necessidades educativas especiais, valor que corresponde a 8,02% do total de 212 alunos matriculados (Quadro 72). Estes alunos apresentam dificuldades cognitivas (9 alunos), de comunicação e linguagem (7 alunos) e emocionais (1 aluno). Analisando-se a distribuição dos alunos por ano de escolaridade, verifica-se um igual número de alunos no 10.º ano e no 11.º ano (7 alunos). Já no 12.º ano de escolaridade são 3 os alunos com necessidades educativas especiais. Por sexo verifica-se um predomínio do sexo masculino (11 alunos) em relação ao feminino (6 alunos).

Quadro 72. Número de alunos com necessidades educativas especiais no ensino secundário no ano letivo 2019/2020.

Tipo de NEE	10.º ano			11.º ano			12.º ano			Total					
	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H		M		HM	
	(n.º)									(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Cognitiva	2	1	3	2	1	3	2	1	3	6	2,83	3	1,42	9	4,25
Comunicação e linguagem	1	3	4	3	0	3	0	0	0	4	1,89	3	1,42	7	3,30
Emocional	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0,47	0	0	1	0,47
Total	**3**	**4**	**7**	**6**	**1**	**7**	**2**	**1**	**3**	**11**	**5,19**	**6**	**2,83**	**17**	**8,02**

9. Apoios e complementos educativos

9.1. Atividades de animação e de apoio à família

Consideram-se AAAF as que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2019/2020 a taxa de participação das crianças nas AAAF é de 97,66% (Quadro 73). Efetivamente, do total de 128 crianças matriculadas na educação pré-escolar, 125 estão inscritas nas AAAF. De salientar que taxa de participação é de 100% em todos os estabelecimentos de educação, exceção feita à EB Sezures que regista uma taxa de 84,21%.

Quadro 73. Número de crianças inscritas nas AAAF no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas no estabelecimento de educação	Crianças inscritas nas AAAF	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	16	16	100
Ínsua	EB Ínsua	80	80	100
Pindo	JI Pindo de Baixo	13	13	100
Sezures	EB Sezures	19	16	84,21
Total		**128**	**125**	**97,66**

9.2. Componente de apoio à família

Considera-se CAF o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º CEB antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2019/2020 a taxa de participação dos alunos na CAF é de 99,02% (Quadro 74). Efetivamente, do total de 204 alunos matriculados no 1.º CEB, 202 estão inscritos na CAF. Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, constata-se que todos os alunos matriculados na EB Castelo de Penalva e na EB Ínsua encontram-se inscritos na CAF. Já a EB Roriz e a EB Sezures registam uma taxa de participação de 96,77% e 95,65%, respetivamente.

Quadro 74. Número de alunos inscritos na CAF no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Alunos incritos na CAF	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	18	18	100
Ínsua	EB Ínsua	132	132	100
Pindo	EB Roriz	31	30	96,77
Sezures	EB Sezures	23	22	95,65
Total		**204**	**202**	**99,02**

9.3. Atividades de enriquecimento curricular

Consideram-se AEC no 1.º CEB as atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação (Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto).

No ano letivo 2019/2020 o município de Penalva do Castelo oferece a todos os alunos do 1.º CEB cinco AEC (Quadro 75). As atividades que apresentam maior número de alunos inscritos é a atividade físico desportiva, com 164 alunos, valor correspondente a 80,39%, e as expressões artísticas, com 106 alunos, valor que representa 51,61%. Segue-se TIC/Programação, com 89 alunos, valor correspondente a 43,63%. Com valores bastante idênticos encontram-se as expressões artísticas (M), com 71 alunos, e as expressões artísticas (P), com 68 alunos, o que representa 34,80% e 33,33%, respetivamente.

Quadro 75. Número de alunos inscritos nas AEC no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Alunos incritos nas AEC									
			Expressões artísticas		Expressões artísticas (M)		Expressões artísticas (P)		Atividade físico desportiva		TIC/Programação	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	18	6	33,33	9	50	7	38,89	17	94,44	8	44,44
Ínsua	EB Ínsua	132	69	52,27	38	28,79	37	28,03	93	70,45	51	38,64
Pindo	EB Roriz	31	22	70,97	17	54,84	17	54,84	31	100	14	45,16
Sezures	EB Sezures	23	9	39,13	7	30,43	7	30,43	23	100	16	69,57
Total		**204**	**106**	**51,96**	**71**	**34,80**	**68**	**33,33**	**164**	**80,39**	**89**	**43,63**

9.4. Atividades extracurriculares

9.4.1. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 são cinco as atividades extracurriculares existentes na EB Ínsua no 2.º CEB (Quadro 76). O clube de artes, frequentado por 11 dos 101 alunos matriculados no 2.º CEB, é o mais procurado. Com valores intermédios surge o clube de matemática, com 8 alunos inscritos e os clubes de inglês e música, com 7 alunos, cada. Por fim, com apenas 5 alunos inscritos, encontra-se o clube de madeiras.

Quadro 76. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Atividades extracurriculares	Alunos incritos	
	(n.º)	(%)
Clube de artes	11	10,89
Clube de inglês	7	6,93
Clube de madeiras	5	4,95
Clube de matemática	8	7,92
Clube de música	7	6,93

9.4.2. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 são seis as atividades extracurriculares existentes na EBS Penalva do Castelo no 3.º CEB (Quadro 77). O clube de jornalismo e o clube de madeiras, frequentados por 19 e 14 dos 192 alunos matriculados no 3.º CEB, respetivamente, são os mais procurados. Numa posição intermédia surge o clube de ciências/ecoescolas, com 10 alunos inscritos, e o clube de matemática, com 9 alunos inscritos. Com valores inferiores encontram-se o clube de leitura/poesia, com 6 alunos inscritos, e o clube de francês, com 5 alunos inscritos.

Quadro 77. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Atividades extracurriculares	Alunos incritos	
	(n.º)	(%)
Clube de ciências/ecoescolas	10	5,21
Clube de jornalismo	19	9,90
Clube de leitura/poesia	6	3,13
Clube de madeiras	14	7,29
Clube de matemática	9	4,69
Clube de francês	5	2,60

10. Desporto escolar

10.1. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 os alunos matriculados no 2.º CEB na EB Ínsua frequentam seis desportos escolares (Quadro 78). O atletismo e a natação, frequentados por 27 e 25 dos 101 alunos matriculados no 2.º CEB, respetivamente, são os mais procurados. Numa posição intermédia surge o futsal, com 20 alunos inscritos, o andebol, com 18 alunos inscritos e as atividades rítmicas expressivas, com 15 alunos inscritos. Por fim, com apenas 2 alunos inscritos encontra-se o boccia.

10.2. 3.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 os alunos matriculados no 3.º CEB na EBS Penalva do Castelo frequentam sete desportos escolares (Quadro 79). O futsal e a natação, frequentados por 43 e 42 dos 192 alunos matriculados no 3.º CEB, respetivamente, são os mais procurados. Segue-se o atletismo e o ténis de mesa, com um total de 23 e 19 alunos inscritos, respetivamente. Já o andebol e as atividades rítmicas expressivas registam a inscrição de um igual número de alunos,

mais concretamente 14 alunos. Com valores bastante inferiores encontra-se o boccia, com 3 alunos inscritos.

Quadro 78. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Desporto escolar	Alunos incritos	
	(n.º)	(%)
Andebol	18	17,82
Atividades rítmicas expressivas	15	14,85
Atletismo	27	26,73
Boccia	2	1,98
Futsal	20	19,80
Natação	25	24,75

Quadro 79. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Desporto escolar	Alunos incritos	
	(n.º)	(%)
Andebol	14	7,29
Atividades rítmicas expressivas	14	7,29
Atletismo	23	11,98
Boccia	3	1,56
Futsal	43	22,40
Natação	42	21,88
Ténis de mesa	19	9,90

10.3. Ensino secundário

No ano letivo 2019/2020 os alunos matriculados no ensino secundário na EBS Penalva do Castelo frequentam seis desportos escolares (Quadro 80). O futsal e o andebol, frequentados por

19 e 15 dos 212 alunos matriculados no ensino secundário, respetivamente, são os que registam a maior procura. Numa posição intermédia surge a natação, com 9 alunos inscritos, e o boccia, com 7 alunos inscritos. Com valores inferiores encontram-se o atletismo, com 5 alunos inscritos, e as atividades rítmicas expressivas, com, apenas, um aluno inscrito.

Quadro 80. Número de alunos inscritos no desporto escolar no ensino secundário no ano letivo 2019/2020.

Desporto escolar	Alunos incritos	
	(n.º)	(%)
Andebol	15	7,08
Atividades rítmicas expressivas	1	0,47
Atletismo	5	2,36
Boccia	7	3,30
Futsal	19	8,96
Natação	9	4,25

11. Ação social escolar

11.1. Educação pré-escolar

Do total de 128 crianças matriculadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020, apenas 51 crianças são beneficiárias de ação social escolar, valor correspondente a 39,84% (Quadro 81). No caso da educação pré-escolar este auxílio consiste em apoio na refeição e subdivide-se em escalão A e B. Os dois escalões abrangem um número bastante idênticos de crianças, o escalão B, com 26 crianças, e o escalão A, com 25 crianças, valores que representam 20,31% e 19,53%. Descendo de escala de análise ao estabelecimento de educação pré-escolar, a EB Ínsua é a que apresenta o maior número de crianças beneficiárias, com 28 crianças (35%), seguida da EB Sezures, com 11 crianças (57,89%). Com um valor muito distanciado encontra-se a EB Castelo de Penalva e o JI Pindo de Baixo, ambas com 6 crianças, correspondendo respetivamente a 37,50% e 46,15%.

Quadro 81. Número de crianças beneficiárias de ação social escolar na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas no estabelecimento de educação	Refeição					
			Escalão A		Escalão B		Total	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	16	4	25	2	12,50	6	37,50
Ínsua	EB Ínsua	80	8	10	20	25	28	35
Pindo	JI Pindo de Baixo	13	4	30,77	2	15,38	6	46,15
Sezures	EB Sezures	19	9	47,37	2	10,53	11	57,89
Total		**128**	**25**	**19,53**	**26**	**20,31**	**51**	**39,84**

11.2. 1.º Ciclo do ensino básico

Do total de 204 alunos matriculados no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020, apenas 80 alunos são beneficiários de ação social escolar, valor correspondente a 39,22% (Quadro 82). No ensino básico este auxílio consiste em apoio nos cadernos de apoio e material escolar e na refeição e subdivide-se, igualmente, em escalão A e B. O escalão B é o que abrange o maior número de alunos, com 45 alunos, valor que representa 22,06%. O escalão A, com 35 alunos, corresponde a 17,16%. Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, a EB Ínsua é o que apresenta o maior número de alunos beneficiários, com 39 alunos (29,55%), seguindo-se com valores bastante idênticos a EB Sezures, com 15 alunos (65,22%) e EB Roriz, com 14 alunos (45,16%). Por último, encontra-se a EB Castelo de Penalva, com 12 alunos (66,67%).

Quadro 82. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Refeição					
			Escalão A		Escalão B		Total	
		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	18	7	38,89	5	27,78	12	66,67
Ínsua	EB Ínsua	132	12	9,09	27	20,45	39	29,55
Pindo	EB Roriz	31	6	19,35	8	25,81	14	45,16
Sezures	EB Sezures	23	10	43,48	5	21,74	15	65,22
Total		**204**	**35**	**17,16**	**45**	**22,06**	**80**	**39,22**

11.3. 2.º Ciclo do ensino básico

Do total de 101 alunos matriculados no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020, 49 alunos são beneficiários de ação social escolar, valor que representa 48,51% (Quadro 83). O escalão A abrange 25 alunos, valor correspondente a 24,75%, enquanto do escalão B beneficiam 24 alunos, que representa 23,76%.

Quadro 83. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Refeição					
	Escalão A		Escalão B		Total	
(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
101	25	24,75	24	23,76	49	48,51

11.4. 3.º Ciclo do ensino básico

No 3.º CEB 43,75% da população escolar usufrui deste apoio (Quadro 84). Efetivamente, do total de 192 alunos matriculados no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020, 84 são beneficiários de ação social escolar. O escalão B é o que apresenta o maior número de alunos, com 43 alunos, valor que representa 22,40%. Com um valor muito próximo segue-se o escalão A, que, com 21 alunos, corresponde a 21,35%.

Quadro 84. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Refeição					
	Escalão A		Escalão B		Total	
(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
192	41	21,35	43	22,40	84	43,75

11.5. Ensino secundário

Do total de 212 alunos matriculados no ensino secundário na EBS Penalva do Castelo no ano letivo 2019/2020, apenas 32 alunos são beneficiários de ação social escolar, valor correspondente a 15,09% (Quadro 85). Os escalões A e B abrangem um número de alunos bastante idêntico, com 15 e 17 alunos, valor que representa 7,08% e 8,02%, respetivamente.

Quadro 85. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no ensino secundário no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Refeição					
	Escalão A		Escalão B		Total	
(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
212	15	7,08	17	8,02	32	15,09

12. Transportes escolares

12.1. Educação pré-escolar

No ano letivo 2019/2020 apenas 22,66% (29 crianças) das 128 crianças matriculadas na educação pré-escolar são transportadas (Quadro 86). Descendo de escala de análise ao estabelecimento de educação pré-escolar, verifica-se que no JI Pindo de Baixo apenas uma criança não é transportada (92,31%). Na EB Castelo de Penalva são transportadas 68,75% das crianças (11 crianças), enquanto na EB Sezures são transportadas 10,53% (2 crianças). Por último, na EB Ínsua são transportadas apenas 5% das crianças (5 crianças).

Quadro 86. Número de crianças transportadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	Crianças matriculadas no estabelecimento de educação	Crianças transportadas	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	16	11	68,75
Ínsua	EB Ínsua	80	4	5
Pindo	JI Pindo de Baixo	13	12	92,31
Sezures	EB Sezures	19	2	10,53
	Total	**128**	**29**	**22,66**

12.2. 1.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 apenas 32,84% (67 alunos) dos 204 alunos matriculados no 1.º CEB são transportados (Quadro 87). Descendo de escala de análise ao estabelecimento de ensino, verifica-se que na EB Castelo de Penalva (94,44%, ou seja, 17 alunos) e na EB Roriz (90,32%, isto é, 28 alunos) a maioria dos alunos são transportados. Na EB Sezures são transportados 21,74% dos alunos (5 alunos), enquanto na EB Ínsua são transportados 12,88% (17 alunos).

Quadro 87. Número de alunos transportados no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Alunos transportados	
		(n.º)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	18	17	94,44
Ínsua	EB Ínsua	132	17	12,88
Pindo	EB Roriz	31	28	90,32
Sezures	EB Sezures	23	5	21,74
	Total	**204**	**67**	**32,84**

12.3. 2.º Ciclo do ensino básico

No ano letivo 2019/2020 mais de metade dos alunos matriculados no 2.º CEB são transportados (Quadro 88). Efetivamente, do total de 101 alunos matriculados, 56 são transportados (55,45%).

Quadro 88. Número de alunos transportados no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Alunos transportados	
(n.º)	(n.º)	(%)
101	56	55,45

12.4. 3.º Ciclo do ensino básico

À semelhança do 2.º CEB, no ano letivo 2019/2020 mais de metade dos alunos matriculados no 3.º CEB são transportados (Quadro 89). Efetivamente, do total de 192 alunos matriculados, 116 são transportados (60,42%).

Quadro 89. Número de alunos transportados no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Alunos transportados	
(n.º)	(n.º)	(%)
192	116	60,42

12.5. Ensino secundário

No ano letivo 2019/2020 apenas 56,60% (120 alunos) dos 212 alunos matriculados no ensino secundário são transportados (Quadro 90).

Quadro 90. Número de alunos transportados no ensino secundário no ano letivo 2019/2020.

Alunos matriculados no estabelecimento de ensino	Alunos transportados	
(n.º)	(n.º)	(%)
212	120	56,60

13. Recursos humanos

13.1. Pessoal docente

O Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo integra um total de 120 docentes no ano letivo 2019/2020 (Figura 91). Em termos evolutivos, globalmente observou-se um aumento entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020, com a passagem dos 117 aos 120 docentes.

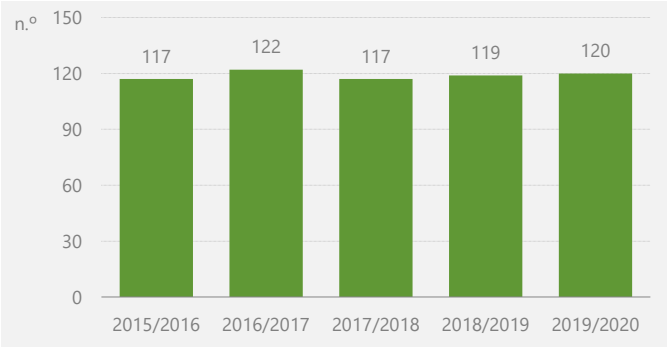


Figura 91. Evolução do pessoal docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

13.1.1. Nível de educação e ensino

Olhando para a repartição por nível de educação e ensino, fica evidente a preponderância do 2.º e 3.º CEB e ensino secundário, com 87 docentes, em relação ao 1.º CEB, com 24 docentes, e à educação pré-escolar, com 9 docentes (Figura 92). Considerando os últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020), verificamos que, com exceção da educação pré-escolar, que sofreu uma diminuição, o 1.º CEB e o 2.º e 3.º CEB e ensino secundário registaram um acréscimo do número de docentes.

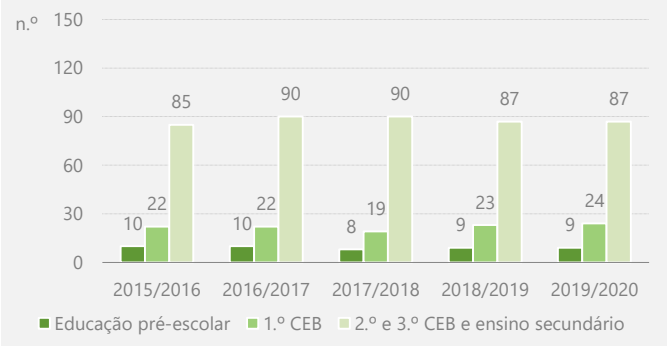


Figura 92. Evolução do pessoal docente por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

13.1.2. Tipo de vínculo

Numa referência ao tipo de vínculo, constatamos que nos últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020) o pessoal docente se encontra, na sua maioria, no quadro (Figura 93).

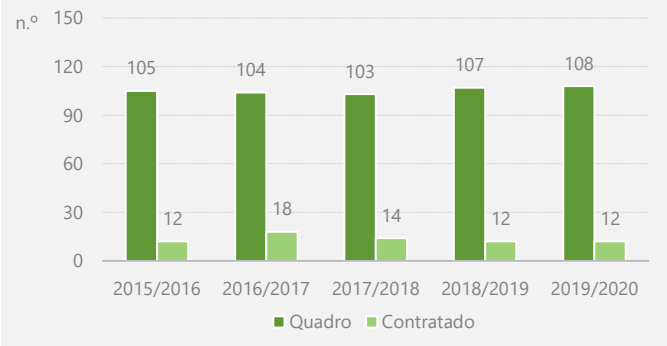


Figura 93. Evolução do pessoal docente por tipo de vínculo entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

13.1.3. Estrutura etária

No que se refere à estrutura etária, fica claro o envelhecimento do corpo docente, na medida em que existe apenas um docente com idade inferior a 40 anos (Figura 94). Olhando para a sua distribuição por grupo etário no ano letivo 2019/2020, observamos que 55% (66 docentes) apresenta idades compreendidas entre os 50 e os 59 anos, 28,33% (34 docentes) situa-se no

intervalo etário entre os 40 e os 49 anos e 15,83% (19 docentes) apresenta idades superiores a 60 anos.

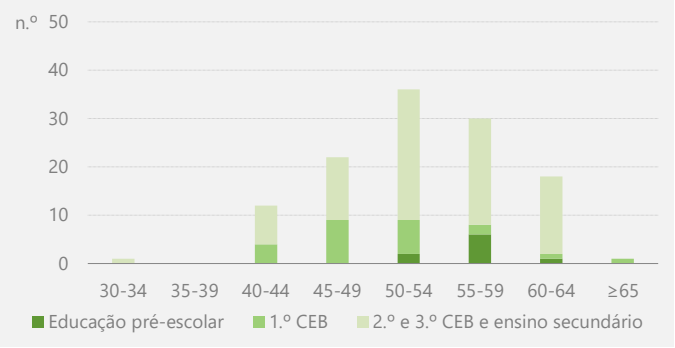


Figura 94. Pessoal docente por grupo etário no ano letivo 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

13.1.4. Habilitações literárias

Relativamente às habilitações literárias, no ano letivo 2019/2020 a generalidade dos docentes são licenciados (Figura 95). Numa referência ao nível de educação e ensino, verificamos que é na educação pré-escolar e no 1.º CEB que se concentram os níveis de qualificação inferiores (bacharelato) e que é no 2.º e 3.º CEB e ensino secundário que se concentram os níveis de qualificação superiores (mestrado e doutoramento).

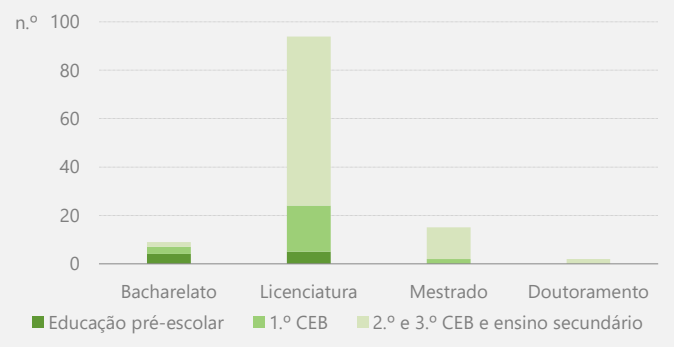


Figura 95. Pessoal docente por habilitação literária no ano letivo 2019/2020.

Fonte: Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo.

13.2. Pessoal não docente

No ano letivo 2019/2020 o pessoal não docente afeto ao Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo é constituído por um conjunto de 42 colaboradores (Figura 96). Considerando os últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020) observou-se uma diminuição, passando

de 49 colaboradores no ano letivo 2015/2016 a 42 colaboradores no ano letivo 2019/2020 (-14,29%, valor correspondente a -7 colaboradores).

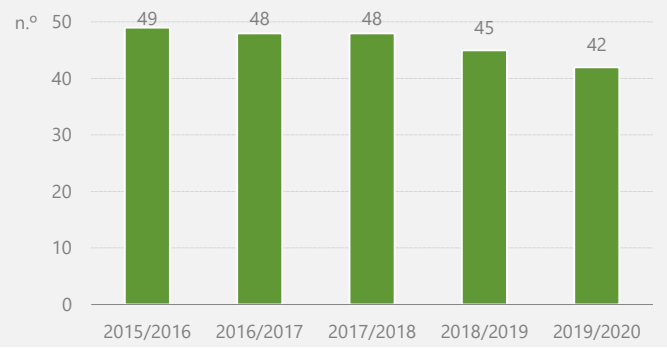


Figura 96. Evolução do pessoal não docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: https://bime.mec.pt.

13.2.1. Tipo de vínculo

Numa referência ao tipo de vínculo, verificamos que nos últimos cinco anos letivos (de 2015/2016 a 2019/2020) o pessoal não docente se encontra, na sua totalidade, em contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

13.2.2. Carreira e categoria

Analisando a carreira e categoria, e considerando apenas o ano letivo 2019/2020, constatamos a existência de 34 colaboradores na carreira de assistente operacional, 33 na categoria de assistente operacional e apenas um na categoria de encarregado operacional (Figura 97)[17]. Dando cumprimento à legislação em vigor, na carreira de assistente técnico encontram-se, no mesmo ano, oito colaboradores, sete na categoria de assistente técnico e um na categoria de coordenador técnico[18]. Observando os anos letivos antecedentes, de registar apenas o

[17] De acordo com a Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, o *ratio* de assistentes operacionais é de um por cada grupo de crianças regularmente constituído em sala, em conformidade com o limite definido em despacho normativo de constituição de turmas, na educação pré-escolar, e de um por cada conjunto de 21 a 48 alunos, acrescendo mais um assistente operacional por cada conjunto adicional de 1 a 48 alunos, no 1.º CEB. No 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário o número de assistentes operacionais é calculado de acordo com a fórmula constante no n.º 3 do artigo 7.º do referido diploma legal.

[18] A Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro, na sua alínea a) do artigo 6.º, estabelece como fórmula de cálculo para os assistentes técnicos, que tem por base o número de alunos do 2.º e 3.º CEB e secundário do agrupamento ou escola não agrupada, cinco assistentes técnicos, incluindo o coordenador técnico, ou o chefe de serviços de administração escolar integrado em carreira subsistente, para um número de alunos menor ou igual a 300, e define, na sua alínea b), que, quando o número de alunos for maior que 300 e menor ou igual a 1100, acresce mais um assistente técnico por cada conjunto adicional de 1 a 200 alunos.

decréscimo dos colaboradores na categoria de assistente operacional, que passaram de 40 colaboradores no ano letivo 2015/2016 a 33 colaboradores no ano letivo 2019/2020 (-17,50%, valor que representa -7 colaboradores).

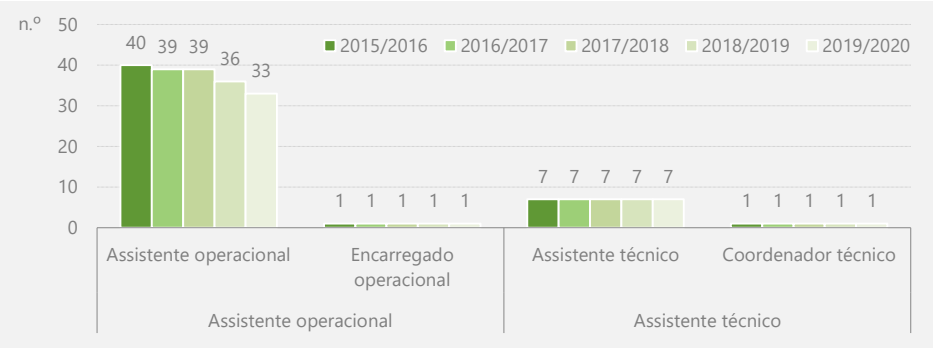


Figura 97. Evolução do pessoal não docente por carreira e categoria entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: https://bime.mec.pt.

13.2.3. Estrutura etária

Observando a estrutura etária, e considerando novamente apenas o ano letivo 2019/2020, verificamos que 71,43% do pessoal não docente apresenta idades acima dos 50 anos (Figura 98). Numa análise mais pormenorizada, constatamos que os grupos etários com maior representatividade são os dos 60 aos 64 anos e dos 50 aos 54 anos, com 11 e 10 colaboradores, respetivamente. Em sentido inverso, o grupo etário com menor expressão é o do ≥65 anos, com 3 colaboradores. Os restantes grupos etários (40-44 anos, 45-49 anos e 55-59 anos) apresentam todos 6 colaboradores cada. Em relação ao ano de 2015/2016 é possível identificar uma tendência no sentido do envelhecimento do pessoal não docente.

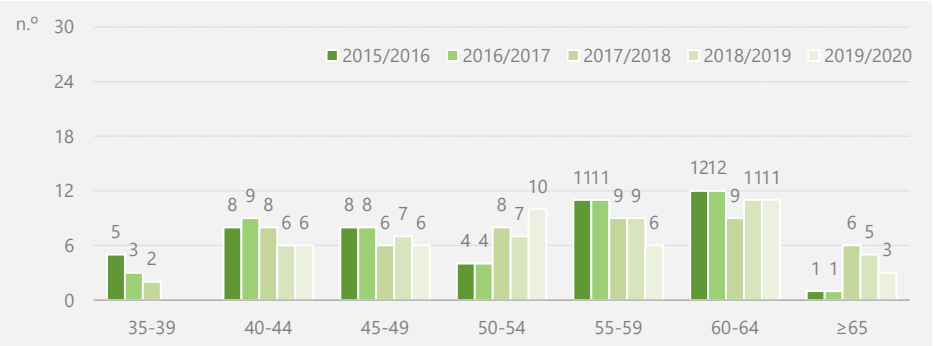


Figura 98. Evolução do pessoal não docente por grupo entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020.

Fonte: https://bime.mec.pt.

PARTE III . SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E MATRIZ SWOT

Ao longo do diagnóstico realizado, através da análise de um conjunto vasto de indicadores de diferentes dimensões, relacionados diretamente com a educação ou que de alguma forma exercem influência sobre esta, é fornecida a base de evidência e de enquadramento necessária à identificação dos principais problemas e necessidades em educação, essencial ao processo de planeamento e ordenamento subjacente à elaboração da proposta de reorganização da rede escolar, que se pretende holística, participada e territorializada.

A observação dos indicadores demográficos mais relevantes, relativos à população, sua distribuição, estrutura e evolução nos últimos anos e nos anos futuros, fornece um retrato que posiciona Penalva do Castelo como um dos territórios menos populosos e mais envelhecidos do conjunto de 14 municípios que integram a Comunidade Intermunicipal (CIM) Viseu Dão Lafões.

Com uma população residente total de 7956 habitantes em 2011, Penalva do Castelo verificou no último período intercensitário uma diminuição de 1063 habitantes, valor que representa -11,79% (de 9019 para 7956 residentes). A tendência de decréscimo populacional parece manter-

se para os anos mais recentes, prevendo-se uma redução de 811 habitantes entre 2011 e 2020, o que corresponde a -10,19% (de 7956 para 7145 residentes).

Descendo de escala de análise para o nível das freguesias, em 2011 as freguesias de Ínsua (2045 habitantes, correspondendo a 25,70%) e Pindo (1916 habitantes, correspondendo a 24,08%) assumem-se como as mais populosas, distinguindo-se de forma clara das restantes unidades territoriais. Com valores bastante distanciados seguem-se as freguesias de Castelo de Penalva e Sezures, que, com 914 e 726 residentes, representam 11,49% e 9,13% do total populacional. Segue-se a UF Antas e Matela e as freguesias de Germil e Esmolfe, com 473, 427 e 417 habitantes, valores que correspondem a 5,95%, 5,37% e 5,24% da população residente total. Por fim, encontram-se a UF Vila Cova do Covelo e Mareco e as freguesias de Trancozelos, Real e Lusinde, com apenas 317, 269, 263 e 189 residentes, valores que representam 3,98%, 3,38%, 3,31% e 2,38% do total populacional. Como fica evidente, o dispositivo territorial expressa, assim, um nítido fenómeno de concentração da população residente nas freguesias de Ínsua e Pindo, que se afirmam como os principais polos de atração.

No último período intercensitário, com exceção de Ínsua, que regista o mesmo número de habitantes (2045 residentes em 2001 e 2011), todas as freguesias registaram uma perda populacional. A UF Vila Cova do Covelo e Mareco observou a diminuição mais expressiva (-28,76%, correspondente a -128 residentes) e, em sentido inverso, a freguesia de Germil verificou o decréscimo menos significativo (-4,04%, representando -18 indivíduos).

Apesar das variações mais ou menos significativas de ano para ano, a análise da natalidade na última década mostra uma tendência generalizada de diminuição (de 58 em 2001 para 45 em 2020).

A consideração da estrutura etária em 2011, comparativamente a 2001, revela que Penalva do Castelo acompanha a realidade do duplo envelhecimento da população que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, apresentando uma evolução com perda de jovens (de 15,21% para 12,31%) e ganho de idosos (de 23,56% para 28,92%).

Confirmando o cenário de envelhecimento da população, entre 2001 e 2011 o índice de envelhecimento observou um aumento de 154,88% para 235,04%, o que significa que passaram a existir aproximadamente mais 80 idosos por cada 100 jovens em 2011.

A projeções demográficas mostram que a tendência de decréscimo se mantém, esperando-se que Penalva do Castelo tenha -1299 pessoas em 2031 (de 7956 para 6657 habitantes), valor que corresponde a -16,33%. Na natalidade prevê-se igualmente uma diminuição (de 62 em 2011 para 44 em 2031). Já no índice de envelhecimento projeta-se um forte agravamento, com a passagem dos 235 aos 307 idosos por cada 100 jovens em 2031 (de 235,04% para 306,90%).

Numa outra perspetiva de análise, a leitura dos principais indicadores socioeconómicos em Penalva do Castelo sublinha, para o ano de 2011, a preponderância do setor terciário (54,85%) em relação ao setor secundário (37,02%) e ao setor primário (8,14%).

A observação do ganho médio mensal em 2018 (866,95€) coloca Penalva do Castelo numa posição desfavorável, uma vez que o salário médio mensal é inferior ao da CIM Viseu Dão Lafões (986,58€), da Região Centro (1032,83€) e de Portugal (1166,88€). No que diz respeito ao género, o diferencial salarial entre homens e mulheres assume-se desfavorável às mulheres, que ganham em média -142,98€ (923,38€ contra 780,40€).

Analisando o fenómeno do desemprego, entre 2001 e 2011 verificou-se um crescimento da taxa de desemprego em Penalva do Castelo (de 6,60% para 12,38%), acompanhando a tendência generalizada. Segundo o sexo, a taxa de desemprego é superior nas mulheres (18,97%) em relação aos homens (7,56%).

Ao nível das condições de vida, em Penalva do Castelo no ano de 2011 o principal meio de vida da população residente com 15 e mais anos de idade é o trabalho (36,85%) e a reforma/pensão (36,36%), situação que reflete o envelhecimento populacional. Seguem-se as pessoas a cargo da família (18,59%). O subsídio de desemprego representa 2,64% e o Rendimento Social de Inserção (RSI) 0,69%.

Por fim, de acordo com dados de 2017 Penalva do Castelo apresenta um poder de compra per capita de 58,36, valor abaixo do registado nas unidades territoriais de referência. No contexto da CIM Viseu Dão Lafões Penalva do Castelo é o município com o poder de compra *per capita* mais baixo.

Numa referência ao contexto educativo, em termos globais a população residente em Penalva do Castelo apresenta um nível de escolaridade inferior à média nacional, da Região Centro e da CIM Viseu Dão Lafões, visível no maior número de população residente sem nenhum nível de escolaridade completo e apenas com o 1.º CEB e no menor número de população residente que apresenta níveis de escolaridade superiores (ensino secundário e superior).

Passando agora para a avaliação do sistema educativo, no ano letivo 2019/2020 a rede escolar de Penalva do Castelo é constituída por seis estabelecimentos de educação e ensino (1 JI, 4 EB e 1 EBS), que asseguram a educação pré-escolar, o ensino básico e o ensino secundário. Este valor traduz uma redução significativa relativamente à rede escolar existente à data de elaboração da primeira carta educativa (2003/2004), momento em que era constituída por 33 estabelecimentos de educação e ensino (10 JI, 22 EB e 1 EBS).

Em termos de espaço físico, na generalidade os edifícios escolares apresentam condições espaciais e materiais adequadas às novas exigências administrativas, pedagógicas e sociais que têm vindo a ser caucionadas, não só pelas reformas enunciadas pela tutela, como também pela

política educativa local, sendo de referir apenas a existência de dois equipamentos educativos que no 1.º CEB não apresentam condições para garantir uma sala de aula e um professor por ano de escolaridade, a EB Castelo de Penalva e a EB Sezures, ambas com duas salas de aula.

Resultado da progressiva perda de população residente e da diminuição dos nascimentos e dos seus efeitos no decréscimo da população escolar e, consequentemente, no esvaziar dos edifícios escolares, os estabelecimentos de educação e ensino apresentam, na sua generalidade, taxas de ocupação baixas, existindo mesmo um em risco de suspender a sua atividade devido ao reduzido número de alunos.

No mesmo ano letivo o universo estudantil em Penalva do Castelo perfaz um total de 837 alunos que frequentam a educação pré-escolar (128 crianças), o 1.º CEB (204 alunos), o 2.º e 3.º CEB (com 293 alunos) e o ensino secundário (212 alunos). Em relação a 2005/2006, quando o universo estudantil era constituído por um total de 1410 alunos (189 na educação pré-escolar, 526 no 1.º CEB, 505 no 2.º e 3.º CEB e 190 no ensino secundário), estamos perante uma redução de -40,64% (-573 alunos).

A análise das áreas de influência dos equipamentos educativos revela que em Penalva do Castelo a população escolar não apresenta grandes flutuações, podendo dizer-se, de uma forma generalizada, que quem nasce no município frequenta os estabelecimentos de educação e ensino locais, ainda que se identifiquem fluxos significativos dentro do território municipal na educação pré-escolar e no 1.º CEB para as EB's Ínsua e Sezures, que atraem um grande número de alunos das áreas de influência dos outros equipamentos educativos. Em termos de atração de alunos de outros municípios, Penalva do Castelo é um território pouco atrativo, uma vez que os estabelecimentos de educação e ensino são frequentados quase exclusivamente por crianças e jovens residentes no território municipal.

As projeções da população escolar, realizadas com base nos nascimentos registados, mostram que a tendência de diminuição não só se mantém, como aumenta à medida que o intervalo de projeção alarga numa relação direta. Efetivamente, com exceção da educação pré-escolar, que verifica um crescimento de 1,61% (2021/2022), relacionado com o curto período de projeção, que torna os efeitos da quebra da natalidade na população escolar pouco visíveis, todos os níveis de ensino observam um decréscimo da população escolar potencial: -17,65% no 1.º CEB (2024/2025), -23,64 no 2.º CEB (2028/2029), -32,26% no 3.º CEB (2030/2031) e -46,15% no ensino secundário (2033/2034).

Finalmente, no que concerne aos resultados escolares, Penalva do Castelo apresenta um quadro que pode ser considerado favorável. No que se refere às provas de aferição, Penalva do Castelo apresenta, na globalidade, resultados superiores aos nacionais. Relativamente às médias das provas finais do 9.º ano, Penalva do Castelo registou uma evolução positiva nos últimos anos, verificando em 2018/2019 médias superiores às regionais e nacionais, quer na disciplina de

Português, quer na disciplina de Matemática. No que respeita aos exames finais do ensino secundário, Penalva do Castelo verificou uma evolução positiva nos últimos anos, registando em 2018/2019 médias inferiores às regionais e nacionais apenas na disciplina de História A. Por fim, a evolução dos dados relativos à taxa de retenção e desistência em Penalva do Castelo nos últimos cinco anos revelam duas realidades distintas: uma redução no ensino básico, traduzida em valores abaixo dos registados na CIM Viseu Dão Lafões, na Região Centro e no Continente no ano mais recente, e um aumento no ensino secundário, traduzida num desempenho inferior ao verificado nas unidades territoriais de referência no último ano em análise.

Em jeito de conclusão, procede-se agora à construção de uma análise SWOT, instrumento fundamental que tem como objetivo avaliar os fatores internos, através da identificação dos pontos fortes e fracos, e externos, através do reconhecimento das oportunidades e ameaças. Este exercício de planeamento estratégico é uma etapa determinante para fornecer informações que permitam a construção de cenários de antecipação que sirvam de suporte à elaboração da proposta de reorganização da rede escolar.

Quadro 91. Análise SWOT.

Pontos fortes	Pontos fracos
. Educação assumida como área estratégica prioritária	. Carência de respostas locais de educação e formação para jovens e adultos
. Política educativa local que assume e ultrapassa as competências atribuídas	. Desadequação entre a oferta formativa e as necessidades do mercado de trabalho
. Boa articulação entre o município, as juntas de freguesia, o agrupamento de escolas e a comunidade educativa	. Persistência de alguma falta de reconhecimento da importância do ensino profissional como via alternativa no percurso escolar por parte dos jovens e/ou das famílias
. Investimento na requalificação e modernização do parque escolar	. Baixa taxa de ocupação dos edifícios escolares
. Qualidade dos edifícios e equipamentos educativos	. Progressiva redução da população escolar
. Existência de ensino artístico articulado	. Médias dos exames finais do ensino secundário inferiores às regionais e nacionais
. Oferta de ensino profissional	. Médias das provas finais do 9.º ano superiores às regionais e nacionais
. Capacidade de resposta na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário	. Resultados das provas de aferição globalmente superiores aos nacionais
. Baixa taxa de retenção e desistência em comparação com a média regional e nacional no ensino básico	. Elevada taxa de retenção e desistência em comparação com a média regional e nacional no ensino secundário
. Diversidade de atividades de complemento curricular	. Aparente desmotivação crescente dos profissionais da educação
	. Baixa qualificação profissional dos assistentes operacionais
	. Fraco envolvimento dos pais e/ou encarregados de educação no acompanhamento do percurso escolar dos alunos

(Continua)

(Continuação)

Oportunidades	Ameaças
. Descentralização de competências na área da educação	. Concorrência de outros centros urbanos e regiões
. Proximidade do novo quadro comunitário de apoio	. Estigma do interior
. Localização geográfica e acessibilidades	. Desequilíbrios demográficos e ao nível da oferta de serviços públicos, empregabilidade e acessibilidade/mobilidade entre as freguesias
. Atração do interior e dos territórios de baixa densidade	. Fraca rede de transportes públicos
. Tecido económico local	. Existência de famílias em situação de desvantagem socioeconómica
. Património cultural e natural e produtos endógenos	. Reduzida qualificação escolar e profissional da população em idade ativa
. Diversidade de respostas sociais	. Insuficiência de creches em alguns setores do território municipal
. Dinamismo associativo	. Diminuição da população residente
. Recuperação da natalidade	. Envelhecimento populacional
	. Despovoamento

PARTE IV . ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO

14. Proposta de reorganização da rede escolar

14.1. Objetivos a prosseguir

De acordo com o diagnóstico apresentado e com a política educativa local, a proposta de intervenção na rede escolar do município de Penalva do Castelo assume como objetivos a prosseguir:

- Assegurar a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- Manter o equilíbrio espacial entre a oferta e a procura escolar;
- Garantir condições de ensino e de aprendizagem adequadas às exigências educativas atuais, cada vez mais amplas e abrangentes;

- Proporcionar condições de igualdade de acesso a uma educação/formação de qualidade para todos os alunos;
- Contribuir para a redução do abandono escolar precoce e para a promoção do sucesso educativo dos alunos;
- Potenciar um sistema urbano mais equilibrado e eficiente;
- Melhorar a qualidade de vida da população residente no território municipal.

14.2. Linhas estratégicas de atuação

Como resultado dos objetivos a prosseguir definidos, neste exercício de planeamento educativo o município de Penalva do Castelo delineou como linhas estratégicas de atuação:

- Promover o respeito pelo atual quadro normativo e orientador do sistema educativo;
- Manter tipologias que integrem mais do que um nível de ensino;
- Garantir uma sala e um professor por ano de escolaridade, sempre que possível;
- Assegurar o regime normal de funcionamento, de turno único, dos estabelecimentos de ensino de 1.º CEB;
- Salvaguardar a harmonia dos percursos casa-escola dos alunos (Distância e duração);
- Propiciar condições de higiene, conforto, segurança e qualidade funcional, arquitetónica e ambiental nos estabelecimentos de educação e ensino;
- Explorar complementaridades, sinergias e partilhas na gestão e utilização dos recursos humanos e materiais existentes;
- Reforçar o papel do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo;
- Aumentar a participação educativa da comunidade local.

14.3. Principais medidas a adotar

Apresenta-se de seguida a proposta de reorganização da rede escolar do município de Penalva do Castelo, que se espera que venha a ser respeitada por todas as entidades envolvidas com competências atribuídas no domínio educativo. A proposta de reorganização da rede escolar apresentada tem por base a localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico e as projeções de desenvolvimento e reflete os objetivos a prosseguir e as linhas estratégicas de atuação da política educativa local, garantindo o seu rigoroso cumprimento.

14.3.1. Educação pré-escolar e 1.º CEB

No ano letivo 2019/2020 a rede escolar do município de Penalva do Castelo na educação pré-escolar e no 1.º CEB é constituída por cinco estabelecimentos de educação e ensino regular da rede pública, a saber: o JI Pindo de Baixo, a EB Roriz, a EB Castelo de Penalva, a EB Sezures e a EB Ínsua.

Localizados nas freguesias mais populosas (Ínsua, Pindo, Castelo de Penalva e Sezures), os cinco estabelecimentos de educação e ensino regular da rede pública existentes no município de Penalva do Castelo organizam o território municipal em quatro territórios educativos, todos dotados de um equipamento de educação pré-escolar e de 1.º CEB (Quadro 92 e mapa 20).

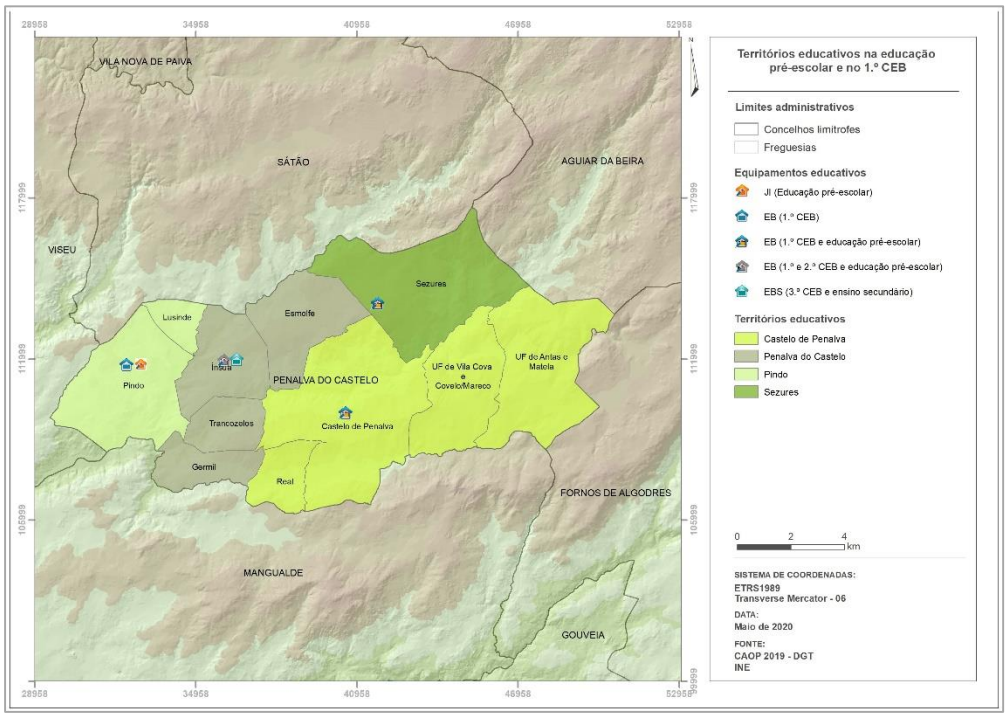
Quadro 92. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB.[19]

Território educativo	Área de influência	Estabelecimento de educação e ensino	Nível de educação e ensino	2019/2020			2024/2025			
				Frequência	Salas (n.º)	Grupos/ turmas	Previsão (n.º)	Variação 2019/2020-2024/2025 (n.º)	Variação 2019/2020-2024/2025 (%)	Necessidade de salas (n.º)
Castelo de Penalva	Castelo de Penalva Real UF Antas e Matela UF Vila Cova do Covelo e Mareco	EB Castelo de Penalva	Educação pré-escolar	16	1	1	27	11	68,75	2
			1.º CEB	18	2	1	38	20	111,11	2
Penalva do Castelo	Ínsua Esmolfe Germil Trancozelos	EB Ínsua	Educação pré-escolar	80	5	4	56	-24	-30,00	3
			1.º CEB	132	7	6	78	-54	-40,91	4
Pindo	Pindo Lusinde	JI Pindo de Baixo	Educação pré-escolar	13	1	1	31	18	138,46	2
		EB Roriz	1.º CEB	31	4	2	37	6	19,35	2
Sezures	Sezures	EB Sezures	Educação pré-escolar	19	1	1	12	-7	-36,84	1
			1.º CEB	23	2	1	15	-8	-34,78	1
Total			**Educação pré-escolar**	**128**	**8**	**7**	**126**	**-2**	**-1,56**	**7**
			1.º CEB	**204**	**15**	**10**	**168**	**-36**	**-17,65**	**7**

Os quatro territórios educativos apresentam dimensões e características distintas. O território educativo de Penalva do Castelo (EB Ínsua), com polo na freguesia sede de município, onde se concentram os restantes níveis de ensino existentes no território municipal, concentra, naturalmente, o maior número de alunos, com 80 crianças na educação pré-escolar (4 grupos) e 132 alunos no 1.º CEB (6 turmas). Embora com valores bastante distanciados, segue-se o território educativo de Pindo (JI Pindo de Baixo e EB Roriz), com 13 crianças na educação pré-escolar (1

[19] Na educação pré-escolar as projeções são referentes ao ano letivo 2021/2022.

grupo) e 31 alunos no 1.º CEB (2 turmas). Com valores muito próximos surge o território educativo de Sezures (EB Sezures), com 19 crianças na educação pré-escolar (1 grupo) e 23 alunos no 1.º CEB (1 turma). Os valores mais baixos encontram-se no território educativo de Castelo de Penalva (EB Castelo de Penalva), com 16 crianças na educação pré-escolar (1 grupo) e 18 alunos no 1.º CEB (1 turma).



Mapa 20. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB.

Em termos de espaço físico, no 1.º CEB apenas dois territórios educativos são dotados de equipamentos que apresentam condições para garantir uma sala de aula e um professor por ano de escolaridade: Penalva do Castelo (EB Ínsua), com 7 salas de aula, e Pindo (EB Roriz), com 4 salas de aula. Nos territórios educativos de Sezures (EB Sezures) e Castelo de Penalva (EB Castelo de Penalva) os equipamentos apresentam 2 salas de aula. Na educação pré-escolar, com exceção do território educativo de Penalva do Castelo (EB Ínsua), com 5 salas de atividade, todos os territórios educativos apresentam equipamentos com 1 sala de atividade.

As previsões da população escolar para a educação pré-escolar e o 1.º CEB para o ano letivo 2024/2025 mostram, em termos globais, uma diminuição da frequência na educação pré-escolar e no 1.º CEB, com a passagem de 128 a 126 crianças na educação pré-escolar (-2 crianças, valor correspondente a -1,56%) e de 204 a 168 alunos no 1.º CEB (-36 alunos, valor correspondente a -17,65%). Descendo de escala de análise, por território educativo verifica-se a existência de diferentes dinâmicas. Nos territórios educativos de Penalva do Castelo e Sezures a dinâmica

acompanha a realidade municipal, prevendo-se um decréscimo de -30% (-24 crianças) e -36,84% (-7 crianças) na educação pré-escolar, respetivamente, e de -40,91% (-54 alunos) e -34,78% (-8 alunos) no 1.º CEB, respetivamente. Em contraponto, nos territórios educativos de Castelo de Penalva e Pindo a dinâmica é positiva, prevendo-se um aumento de 68,75% (11 crianças) e 138,46% (18 crianças) na educação pré-escolar, respetivamente, e de 111,11% (20 alunos) e 19,35% (6 alunos) no 1.º CEB, respetivamente. Estes valores traduzem, no entanto, os nascimentos registados em cada território educativo, mas não consideram a mobilidade intramunicipal, que altera de forma drástica o quadro descrito. Efetivamente, a observação da mobilidade intramunicipal revela-nos a existência de padrões de comportamento distintos nos quatro territórios educativos que integram o território municipal: por um lado, perda de crianças/alunos nos territórios educativos de Castelo de Penalva e Pindo, e, por outro lado, ganho de crianças/alunos nos territórios educativos de Penalva do Castelo e Sezures, mais expressivo no território educativo de Penalva do Castelo, que funciona como polo de atração. Assim sendo, e caso não se consiga inverter a tendência de fuga da população escolar nos territórios educativos de Castelo de Penalva e Pindo, é possível esperar uma redução nestes territórios educativos e uma diminuição menos acentuada nos territórios educativos de Penalva do Castelo e Sezures.

Embora as previsões da população escolar apontem para a diminuição da frequência na educação pré-escolar e no 1.º CEB nos próximos anos letivos em termos globais e apenas dois equipamentos de 1.º CEB garantam uma sala de aula e um professor por ano de escolaridade (EB Ínsua e EB Roriz), a proposta de reorganização da rede escolar do município de Penalva do Castelo para a educação pré-escolar e o 1.º CEB não prevê alterações estruturais ao parque escolar e recomenda a manutenção dos cinco estabelecimentos de educação e ensino regular da rede pública existentes no território municipal enquanto a população escolar assumir uma dimensão capaz de assegurar o seu funcionamento: JI Pindo de Baixo, EB Roriz, EB Castelo de Penalva, EB Sezures e EB Ínsua.

Esta proposta de reorganização da rede escolar para a educação pré-escolar e o 1.º CEB assenta na convicção de que as especificidades dos territórios de baixa densidade justificam a aplicação de medidas de diferenciação positiva para contrariar as dinâmicas territoriais regressivas dominantes. O que se pretende com esta procura de soluções adaptadas é respeitar as diferentes dinâmicas demográficas e socioeconómicas e travar a concentração da população no núcleo urbano e a crescente desertificação dos setores mais periféricos.

Na sua base está o entendimento de que em territórios com estas características as escolas são assumidas como equipamentos estruturantes para um ordenamento do espaço consentâneo com a coesão social e para um desenvolvimento local sustentado e, por essa razão, a decisão do seu encerramento não deve basear-se unicamente em critérios quantitativos e deve considerar

um conjunto de fatores decisivos para a qualidade das aprendizagens dos alunos e para o seu sucesso futuro enquanto cidadãos, destacando-se os seguintes:

- Sucesso escolar dos alunos;
- Perspetiva dos pais e/ou encarregados de educação;
- Distância-tempo das deslocações casa-escola;
- Dinâmica demográfica e socioeconómica;
- Comunidade envolvente;
- Desenvolvimento de um projeto pedagógico diferenciador.

Não obstante, considerando que é expectável que o encerramento dos equipamentos educativos localizados nas freguesias mais periféricas se torne inevitável a médio e longo prazo, por imposição legal, a proposta de reorganização da rede escolar do município de Penalva do Castelo para a educação pré-escolar e o 1.º CEB estabelece a estratégia de atuação a seguir pelos responsáveis municipais.

Então, quando a população escolar nos equipamentos educativos localizados nas freguesias mais periféricas diminuir para números inferiores ao pedagogicamente recomendado, inviabilizando a sua manutenção em funcionamento, a proposta de reorganização da rede escolar do município de Penalva do Castelo para a educação pré-escolar e o 1.º CEB define como escola de acolhimento a EB Ínsua, situada na freguesia sede de município, onde se localizam os restantes níveis de ensino existentes no território municipal, e com capacidade para acolher a totalidade da população escolar prevista na educação pré-escolar e no 1.º CEB a médio e longo prazo, atendendo à redução do número de alunos projetada no 2.º CEB, que vai libertar o espaço necessário.

Considerando as previsões da população escolar na educação pré-escolar e no 1.º CEB e os limites mínimos para a constituição de turmas definidos no Despacho Normativo n.º 16/2019, que é de 20 crianças na educação pré-escolar e de 24 alunos no ensino básico, no ano letivo 2024/2025 prevê-se a necessidade de 7 salas de atividade na educação pré-escolar e de 7 salas de aula no 1.º CEB. Estes valores representam a necessidade de apenas mais duas salas de atividade na educação pré-escolar, na medida em que no ano letivo 2019/2020 a EB Ínsua apresenta 5 salas de atividade afetas à educação pré-escolar e 7 salas de aula afetas ao 1.º CEB.

No ano letivo 2019/2020 os estabelecimentos de ensino de 1.º CEB que se encontram em maior risco de encerramento por imposição legal são a EB Castelo de Penalva, que, com 18 alunos, já se encontra a funcionar com uma população escolar abaixo do limite mínimo definido pelo ME para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1.º CEB (21 alunos), e a EB Sezures, com 23 alunos.

14.3.2. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário

No ano letivo 2019/2020 a rede escolar do município de Penalva do Castelo no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário é constituída por dois estabelecimentos de ensino regular da rede pública, a EB Ínsua, com 8 salas de aula afetas ao 2.º CEB e 101 alunos, e a EBS Penalva do Castelo, com 30 salas de aula e 404 alunos, distribuídos pelo 3.º CEB, com 192 alunos, e pelo ensino secundário, com 212 alunos (Quadro 93).

Quadro 93. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário.

Estabelecimento de ensino	Nível de ensino	2019/2020		2024/2025			
		Frequência	Salas	Previsão	Variação 2019/2020-2024/2025		Necessidade de salas
		(n.º)		(n.º)	(n.º)	(%)	(n.º)
EB Ínsua	2.º CEB	101	8	84	-17	-16,83	4
EBS Penalva do Castelo	3.º CEB	192	30	160	-32	-16,67	7
	Ensino secundário	212		168	-44	-20,75	7
	Total	404	30	328	-76	-18,81	14

As previsões da população escolar para o ano letivo 2024/2025 apontam para a diminuição da frequência em todos os níveis de ensino, com a passagem de 101 a 84 alunos no 2.º CEB (-17 alunos, valor correspondente a -16,83%), de 192 a 160 alunos no 3.º CEB (-32 alunos, valor correspondente a -16,67%) e de 212 a 168 alunos no ensino secundário (-44 alunos, valor correspondente a -20,75%).

Constituindo-se como respostas únicas, a proposta de reorganização da rede escolar do município de Penalva do Castelo para o 2.º e 3.º CEB e o ensino secundário é, naturalmente, de manutenção dos dois estabelecimentos de ensino regular da rede pública existentes no território municipal, a EB Ínsua e a EBS Penalva do Castelo.

Considerando as previsões da população escolar no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário e os limites mínimos para a constituição de turmas definidos no Despacho Normativo n.º 16/2019, que é de 24 alunos nos ensinos básico e secundário, no ano letivo 2024/2025 prevê-se a necessidade de 4 salas de aulas no 2.º CEB, 7 salas de aula no 3.º CEB e de 7 salas de aula no ensino secundário.

No entanto, considerando que a médio e longo prazo os efeitos da quebra da natalidade que se tem vindo a verificar nas últimas décadas na diminuição da população escolar se vão tornar

ainda mais evidentes, poderá vir a justificar-se a integração do 2.º CEB na EBS Penalva do Castelo. Desta forma iriamos não só contribuir para combater o esvaziamento deste estabelecimento de ensino, mas também para melhorar as condições de acolhimento da totalidade da população escolar na educação pré-escolar e no 1.º CEB na EB Ínsua.

Embora não esteja programada qualquer alteração estrutural ao parque escolar municipal, foi diagnosticada a necessidade de realização de obras de requalificação na EB Ínsua, com vista, por um lado, à melhoria das condições de frequência escolar, e, por outro lado, à eliminação de barreiras arquitetónicas e à promoção da acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada. As obras de requalificação da EB Ínsua encontram-se orçadas em 161 040,00€ e têm execução prevista para junho de 2022. Apresenta-se de seguida a descrição dos trabalhos a realizar, acompanhada da respetiva estimativa de custos:

Quadro 94. Obras de requalificação da EB Ínsua: trabalhos a realizar e estimativa de custos.

Trabalhos a realizar	Estimativa de custos
Cobertura exterior entre pavilhão de aulas e pavilhão administrativo	69 320,00 €
Construção de sala polivalente	71 040,00 €
Construção de cobertura entre pavilhão desportivo e galerias	15 580,00 €
Construção de acesso a alunos e utentes e construção de rampa para utentes com deficiência motora	3 520,00 €
Execução de grelhas metálicas de vedação em caneletes de águas pluviais	1 580,00 €
Total	**161 040,00 €**

Além das obras de requalificação da EB Ínsua previstas, o município de Penalva do Castelo assumirá, naturalmente, as suas responsabilidades e assegurará a realização de todas as intervenções de conservação, manutenção e pequena reparação nos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário que se revelem necessárias.

Além das medidas direcionadas para a rede escolar, de âmbito material, é determinante a definição de um conjunto de medidas de carácter mais imaterial a desenvolver pelo município

com vista à promoção da qualidade e do sucesso educativo/formativo nas escolas e ao incentivo do ensino profissionalizante e da diversificação da oferta.

No âmbito da promoção da qualidade e do sucesso educativo/formativo nas escolas destacam-se as seguintes:

- Melhorar os sistemas de sinalização e intervenção precoce, desde a educação pré-escolar;
- Desenvolver os serviços de psicologia e orientação em meio escolar;
- Promover a formação dos recursos humanos docentes e não docentes de educação/formação;
- Aumentar a participação dos alunos nos processos de tomada de decisão;
- Alterar as práticas de ensino, diminuindo o recurso à metodologia tradicional (transmissão de conteúdos) e criando espaços para os alunos pensarem e construírem livremente e de forma ativa o seu conhecimento;
- Investir em tecnologia de apoio que permita a aplicação de novas metodologias nos processos de ensino e aprendizagem e combata os estilos de ensino centrados na transmissão de conhecimentos;
- Favorecer intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa;
- Implementar medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão e do sucesso educativo/formativo e para a prevenção do abandono escolar;
- Realizar ações de sensibilização e informação no âmbito da valorização da educação/formação como estratégia para potenciar as condições de empregabilidade e melhorar a qualidade de vida;
- Aproximar e envolver os pais e/ou encarregados de educação na vida escolar.

No domínio do incentivo ao ensino profissionalizante e à diversificação da oferta são de referir as que se seguem:

- Identificar as necessidades de qualificação e formação dos setores produtivos;
- Adequar a oferta formativa às características e necessidades da população e do mercado de trabalho;
- Promover o envolvimento da escola com a estrutura económica do município;

- Introduzir uma oferta de cursos profissionais capazes de atrair os jovens, designadamente com a introdução de componentes inovadoras e tecnológicas em domínios considerados tradicionais e de grande potencial para o município;
- Realizar ações de sensibilização e informação no âmbito da desmistificação do ensino profissional para jovens e família.

Todo este processo será acompanhado pela implementação de um processo de monitorização rigoroso da evolução do comportamento da população escolar em todos os níveis de educação e ensino, de modo a permitir proceder atempadamente aos ajustamentos que se revelem necessários na rede escolar municipal e, desta forma, assegurar a sua adequação à procura escolar e garantir o seu desenvolvimento qualitativo.

15. Monitorização

O processo de realização da carta educativa não se esgota no ato de elaboração da proposta de reorganização da rede escolar, carecendo de acompanhamento contínuo, aprofundamento sucessivo e atualização periódica para se tornar num instrumento permanentemente válido, na medida em que tem que se adequar a uma realidade que evolui ininterruptamente em função de alterações nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas, no desenvolvimento local e na política educativa. É este aspeto que torna este instrumento um documento constantemente aberto e inacabado.

A monitorização permite controlar a implementação da proposta de reorganização da rede escolar, identificando os desvios face ao inicialmente previsto no que respeita à evolução do comportamento da população escolar (procura e fluxos escolares). Desta forma torna-se possível tirar as devidas ilações e proceder à tomada de medidas corretivas que permitam manter o equilíbrio e a sustentabilidade do sistema educativo (adequação da oferta à procura escolar) e cumprir os objetivos a prosseguir e as linhas estratégicas de atuação da carta educativa.

É tendo como pano de fundo este cenário que se recomenda que a CMPC promova um processo de monitorização da carta educativa que assegure a atualização regular e sistemática da informação, não só da relativa à situação presente e evolução recente, mas também da

relacionada com as perspetivas de evolução, na certeza de que o cuidado posto na supervisão do sistema educativo deve ser a base da estratégia definida para a sua contínua melhoria.

A organização do processo de monitorização da carta educativa deve contemplar as seguintes fases:

1. Recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação

A primeira etapa do processo de monitorização da carta educativa deve assentar na recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação. A constituição de uma base de dados contendo a informação relativa à oferta e procura escolar constitui um passo marcante e decisivo nesta fase. Da mesma forma, é determinante a definição de um conjunto de indicadores que permitam ter uma visão global do estado da educação nas suas diferentes vertentes, em particular no que respeita à oferta e procura escolar.

Embora a capacidade de gestão da informação seja a base desta etapa, a qualidade da informação é igualmente essencial, dependendo esta de dois vetores fundamentais: atualidade e fidedignidade. Só com a junção destes dois fatores é que se poderá estruturar, manter e fazer evoluir o processo de monitorização da carta educativa.

Para o levantamento dos dados junto do Agrupamento de Escolas de Penalva do Castelo deverá ser estabelecido um prazo fixo nunca superior a 12 meses a partir da última recolha, sendo que o momento preferencial para a sua realização é o início de cada ano letivo, após a sua estabilização (outubro).

2. Instrumentos de ação

Após a etapa de recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação deve ser estipulado um plano de ação que inclua as metas a atingir, as entidades a envolver e os recursos a mobilizar para um quadro temporal de um ano (até ter início nova fase de recolha, tratamento, análise e disponibilização da informação). De acordo com os dados obtidos na fase anterior, este instrumento de ação vai atuar no sentido de operacionalizar as orientações da carta educativa e efetuar as reformulações que se revelem necessárias.

3. Avaliação dos resultados

Terminado o período de vigência do plano de ação, deve seguir-se a etapa de avaliação dos resultados, tendo em vista a revisão das orientações da carta educativa e dos planos de ação. O que se pretende é, de acordo com os resultados alcançados, redefinir as prioridades de intervenção no parque escolar, de modo a assegurar uma gestão eficaz dos recursos humanos e materiais existentes.

4. Revisão da carta educativa

A revisão da carta educativa está legislada de forma a ser efetuada obrigatoriamente de 10 em 10 anos e sempre que esta deixe de traduzir a realidade educativa do município ou haja a necessidade de estabelecer novos objetivos e metas a atingir.

No processo de monitorização da carta educativa julga-se recomendável acompanhar os principais domínios do sistema educativo, nomeadamente:

- O desenvolvimento urbano, particularmente nos aspetos que possam constituir inflexões da trajetória prevista para a população escolar, como a expansão urbana, o serviço de transportes, a rede de acessibilidades, o acesso a equipamentos desportivos, culturais e lúdicos, entre outros;
- A implementação de planos e projetos urbanísticos (Planos de Urbanização (PU), Planos de Pormenor (PP), projetos de loteamento, licenças de construção, entre outros), especialmente nas questões que possam provocar desvios no comportamento projetado para a população escolar, como a definição e/ou ampliação de áreas residenciais;
- As alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo;
- A dinâmica demográfica e socioeconómica, sobretudo nas matérias que possam implicar acréscimos ou decréscimos populacionais e, consequentemente, aumentos ou diminuições da população escolar e/ou alterações da sua expressão espacial, como os nascimentos registados (quantidade e área geográfica);
- O comportamento da oferta e procura escolar, incluindo os fluxos escolares e as projeções escolares, com o objetivo de acompanhar a resposta da procura escolar às mudanças verificadas nas condições da oferta escolar e perceber quais as variáveis responsáveis pelas transformações observadas. Para a apreciação do comportamento da oferta e procura escolar podem ser considerados como indicadores base o número de alunos por estabelecimento de educação/ensino, ano de escolaridade e nível/modalidade de ensino, as taxas de ocupação, retenção e desistência, transição/conclusão e escolarização e o abandono escolar;
- O estado de conservação do parque escolar e a adequação dos edifícios escolares e dos recursos educativos complementares às necessidades pedagógicas;
- A avaliação do sistema educativo, quer na vertente endógena de sucesso escolar, quer na vertente exógena de relação com as necessidades e anseios da população local (inserção ou exclusão social, adequação da oferta à procura escolar e integração profissional no mercado de trabalho);

- A eficácia das atividades complementares de ação educativa, como as AAAF, a CAF, as AEC, as atividades extracurriculares, o desporto escolar, a ação social escolar e os transportes escolares;
- A eficiência dos serviços prestados à comunidade envolvente, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das instalações e infraestruturas escolares de apoio, como as bibliotecas e/ou centros de recursos e os equipamentos desportivos.

Recomenda-se que a gestão do processo de monitorização da carta educativa de Penalva do Castelo fique sob a responsabilidade de uma estrutura a criar com técnicos da CMPC, que assegure a coerência da atuação, funcione em estreita articulação com o Conselho Municipal de Educação (CME) e garanta a complementaridade com técnicos de outras estruturas orgânicas da autarquia que justifique envolver, através da constituição de uma equipa multissetorial a nível interno.

Para a efetivação do processo de monitorização da carta educativa, a estrutura a criar com técnicos da autarquia produzirá anualmente um documento síntese, que deverá ser objeto de análise por parte do CME. O referido documento versará sobre os seguintes pontos essenciais:

- Identificação das principais alterações no quadro legal do sistema educativo;
- Análise das principais transformações na envolvente territorial e socioeconómica;
- Atualização do diagnóstico da carta educativa;
- Avaliação do grau de cumprimento do programa de intervenção da carta educativa.

No tocante a este último ponto deverão ser elaboradas matrizes de avaliação, contendo algumas dimensões de análise, tais como:

- Grau de cumprimento de cada uma das ações propostas, nomeadamente período de execução e custo;
- Propostas de alteração ou eliminação de ações ainda não concretizadas, com a respetiva fundamentação;
- Propostas de alteração ao programa de intervenção da carta educativa.

Algumas considerações finais

Na primeira década do século XXI Portugal entrou numa nova e marcante era das políticas públicas, com o avançar do processo de transformação e reformulação do papel do Estado, que ganhou importância a partir de meados dos anos 80. Na educação foram tomadas iniciativas legislativas concretas para transferir para os municípios um conjunto de competências e responsabilidades, de que tinham estado completamente afastados, até então, no sentido de, por um lado, aproximar as decisões políticas das realidades locais e a educação das dinâmicas locais de desenvolvimento e, por outro lado, procurar ganhos de eficiência e eficácia na gestão de dinheiros públicos, que o processo de globalização económica, cada vez mais desregulado, foi tornando mais escassos e de distribuição e utilização menos claras.

Este processo de transferência de competências e responsabilidades do poder central para o local atribuiu às autarquias responsabilidades na gestão da rede escolar municipal, o que se traduziu na afirmação da carta educativa como o documento estratégico que consubstancia as políticas locais de planeamento da rede escolar.

A carta educativa ajuda a estabilizar o sistema educativo local e a encarar o futuro de um modo menos incerto, pois dispõe de uma visão estratégica e de uma correspondente operacionalização e concretização que garante uma resposta eficiente e eficaz aos desafios

territoriais (demográficos, socioeconómicos e educativos) e às necessidades atuais e futuras da comunidade educativa local, procurando a melhoria dos seus níveis de educação, qualidade de vida e bem-estar e a promoção de um desenvolvimento local sustentável.

Desde a afirmação deste instrumento desenvolvido à escala local que Portugal tem feito um enorme esforço de qualificação da rede escolar, que se traduziu em progressos substanciais em matéria de educação. Contudo, o país continua a apresentar um défice estrutural de formação e de qualificação da população que exige uma aposta clara e persistente na resolução dos problemas que têm impedido a convergência com os atuais padrões da União Europeia, nomeadamente no que se refere aos níveis de insucesso e abandono escolares e ao défice de qualificações da população ativa.

Reconhecendo a necessidade de medidas de diferenciação positiva para contrariar as dinâmicas territoriais regressivas dominantes, na carta educativa de primeira geração o município de Penalva do Castelo apresentou uma proposta de reorganização da rede escolar que não propôs alterações estruturais à rede escolar. No caso da educação pré-escolar e do 1.º CEB isto significa que desvalorizou as orientações definidas centralmente, que propunham o encerramento das escolas isoladas e/ou de reduzida dimensão e a concentração da população escolar em edifícios escolares de maior dimensão, e respondeu, prioritariamente, aos interesses locais, prevendo apenas os encerramentos dos estabelecimentos de 1.º CEB decorrentes da redução da população escolar e a realização de obras de conservação/remodelação/ampliação nas escolas de acolhimento.

Analisando o grau de execução da proposta de reorganização da rede escolar apresentada na carta educativa de primeira geração, constatamos que os desvios existentes se devem, na generalidade, à diminuição do número de alunos, que forçou o encerramento não planeado de estabelecimentos de educação pré-escolar e de 1.º CEB e a concentração da população escolar do 2.º e 3.º CEB num único equipamento educativo.

Mais de uma década e meia depois, a proposta de reorganização da rede escolar apresentada na carta educativa de segunda geração opta novamente por respeitar as suas especificidades enquanto território interior de baixa densidade e propõe a manutenção da rede escolar, que se encontra perfeitamente ajustada às necessidades presentes. Ainda assim, admitindo a inevitabilidade do encerramento dos estabelecimentos de educação e ensino localizados nas freguesias mais periféricas a longo prazo, devido ao decréscimo da população escolar, recomenda a concentração da educação pré-escolar e do 1.º CEB num único equipamento educativo e a concentração do 2.º e 3.º CEB e do ensino secundário noutro.

Assente na atualização do diagnóstico dos principais indicadores demográficos, socioeconómicos e educativos, na programação das intervenções de requalificação necessárias à garantia da qualidade do parque escolar municipal e na estabilização de um processo de

monitorização sistemática das dinâmicas do sistema educativo que permita, simultaneamente, identificar atempadamente desvios face ao previsto e adotar medidas corretivas, salvaguardando, deste modo, que os propósitos inicialmente estabelecidos possam vir a ser alcançados, a elaboração da carta educativa de Penalva do Castelo vai dotar o território de um instrumento de planeamento estratégico que o habilita a enfrentar os desafios territoriais dos próximos 10 anos.

Referências bibliográficas

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro. Diário da República n.º 21 - 1.ª série;

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129 - 1.ª série;

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro. Diário da República n.º 12 - I série - A;

Despacho Normativo n.º 16/2019, de 4 de junho. Diário da República n.º 107 - 2.ª série;

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Diário da República n.º 157 - I série;

Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto. Diário da República n.º 166 - 1.ª série;

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro. Diário da República n.º 215 - I série - A;

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Diário da República n.º 237 - I série;

Martins, É. (coord.) (2000). *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa.* Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento;

Martins, É. (coord.) (2000). *Manual para a Elaboração da Carta Educativa.* Lisboa: Ministério da Educação/Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento;

Portaria n.º 272-A/2017, de 13 de setembro. Diário da República n.º 177 - 1.ª série;

Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto. Diário da República n.º 164 - 2.ª série;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho. Diário da República n.º 113 - 1.ª série;

Simões, M. F. (coord.). Guia para o Processo de Alinhamento com o Quadro EQAVET - Garantia da Qualidade na Educação e Formação Profissional. ANQEP, 2018.

https://bime.mec.pt

https://iave.pt

www.dgeec.mec.pt

www.ine.pt

Índice de figuras

Figura 1. População residente entre 1950 e 2011. 25
Figura 2. População residente entre 2001 e 2020. 26
Figura 3. População residente por freguesia entre 1991 e 2011. 27
Figura 4. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011. 28
Figura 5. Variação populacional por freguesia entre 1991 e 2001. 29
Figura 6. Crescimento natural entre 2001 e 2020. 30
Figura 7. Crescimento natural por freguesia em 2011. 32
Figura 8. Crescimento natural por freguesia em 2001. 32
Figura 9. Crescimento efetivo por freguesia entre 2001 e 2011. 33
Figura 10. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011. 34
Figura 11. Pirâmide etária da população residente em 1950 e 2011. 35
Figura 12. Pirâmide etária da população residente em 2001 e 2011. 35
Figura 13. Índice de envelhecimento por freguesia em 2001 e 2011. 36
Figura 14. Índice de dependência total por freguesia em 2001 e 2011. 37
Figura 15. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2001 e 2011. 38
Figura 16. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2001 e 2011. 39

Figura 17. População residente entre 1950 e 2011. 42
Figura 18. População ativa segundo a freguesia e sexo em 2011. 46
Figura 19. População ativa segundo a freguesia e grupo etário em 2011. 46
Figura 20. População empregada segundo a freguesia e sexo em 2011. 48
Figura 21. População empregada segundo a freguesia e grupo etário em 2011. 48
Figura 22. População empregada segundo a freguesia e nível de escolaridade em 2011. 49
Figura 23. População empregada segundo a freguesia e setor de atividade económica em 2011. 49
Figura 24. Evolução da taxa de emprego entre 1981 e 2011. 54
Figura 25. Evolução da taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011. 54
Figura 26. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos em 2018. 55
Figura 27. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2018. 55
Figura 28. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2018. 56
Figura 29. Taxa de desemprego em 2001 e 2011. 58
Figura 30. Taxa de desemprego segundo a freguesia em 2001 e 2011. 58
Figura 31. Taxa de desemprego segundo a freguesia e sexo em 2011. 58
Figura 32. Evolução da população desempregada entre 2008 e 2021 (janeiro). 59
Figura 33. Empresas segundo a atividade económica em 2017. 62
Figura 34. Pessoal ao serviço nos estabelecimentos segundo a atividade económica em 2017. 63
Figura 35. Taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes em 2017. 64
Figura 36. Evolução da taxa de sobrevivência das empresas nascidas dois anos antes entre 2010 e 2017. 64
Figura 37. Evolução do valor acrescentado bruto nas empresas entre 2008 e 2017. 65
Figura 38. Composição setorial da riqueza criada (VAB) nas empresas, por setor de atividade económica, em 2017. 66
Figura 39. Poder de compra *per capita* em 2017. 67
Figura 40. Evolução do poder de compra *per capita* entre 2004 e 2017. 67
Figura 41. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011. 70
Figura 42. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011. 71
Figura 43. População residente analfabeta com 10 ou mais anos por freguesia em 2001 e 2011. 72
Figura 44. Taxa de analfabetismo por freguesia em 2001 e 2011. 74

Figura 45. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 89
Figura 46. Variação da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 89
Figura 47. Evolução da frequência real e potencial (nascimentos) na creche entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 93
Figura 48. Evolução da frequência na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 96
Figura 49. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 97
Figura 50. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 97
Figura 51. Evolução da frequência na educação pré-escolar no JI Pindo de Baixo entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 97
Figura 52. Evolução da frequência na educação pré-escolar na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 98
Figura 53. Evolução da frequência no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 99
Figura 54. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 99
Figura 55. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 99
Figura 56. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Roriz entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 100
Figura 57. Evolução da frequência no 1.º CEB na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 100
Figura 58. Evolução da frequência no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 101
Figura 59. Evolução da frequência nos ensinos regular e articulado no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 101
Figura 60. Evolução da frequência no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 102
Figura 61. Evolução da frequência nos ensinos regular e articulado no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 103
Figura 62. Evolução da frequência no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 104
Figura 63. Evolução da frequência no ensino regular no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 104
Figura 64. Evolução da frequência no ensino profissional no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 105

Figura 65. População escolar potencial na educação pré-escolar entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022. 119
Figura 66. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022. 120
Figura 67. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022. 121
Figura 68. População escolar potencial na educação pré-escolar no JI Pindo de Baixo entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022. 121
Figura 69. População escolar potencial na educação pré-escolar na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2021/2022. 121
Figura 70. População escolar potencial no 1.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025. 122
Figura 71. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Castelo de Penalva entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025. 123
Figura 72. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Ínsua entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025. 123
Figura 73. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Roriz entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025. 124
Figura 74. População escolar potencial no 1.º CEB na EB Sezures entre os anos letivos 2010/2011 e 2024/2025. 124
Figura 75. População escolar potencial no 2.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2028/2029. 124
Figura 76. População escolar potencial no 3.º CEB entre os anos letivos 2010/2011 e 2030/2031. 125
Figura 77. População escolar potencial no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034. 126
Figura 78. População escolar potencial no ensino regular no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034. 127
Figura 79. População escolar potencial no ensino profissional no ensino secundário entre os anos letivos 2010/2011 e 2033/2034. 127
Figura 80. Comparação do desempenho por disciplina e domínio cognitivo dos alunos do 2.º ano no ano letivo 2018/2019. 131
Figura 81. Comparação do desempenho por disciplina e domínio cognitivo dos alunos do 5.º ano no ano letivo 2018/2019. 132
Figura 82. Comparação do desempenho por disciplina e domínio cognitivo dos alunos do 8.º ano no ano letivo 2018/2019. 134

Figura 83. Evolução das médias das provas finais entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 134
Figura 84. Evolução das médias das provas finais de Matemática entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 135
Figura 85. Evolução das médias das provas finais de Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 135
Figura 86. Evolução das médias dos exames finais entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 137
Figura 87. Evolução das médias dos exames finais de História A entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 137
Figura 88. Evolução das médias dos exames finais de Matemática A entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 138
Figura 89. Evolução das médias dos exames finais de Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 138
Figura 90. Distribuição dos alunos com necessidades educativas específicas por tipologia no ano letivo 2019/2020. 147
Figura 91. Evolução do pessoal docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020. 167
Figura 92. Evolução do pessoal docente por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020. 168
Figura 93. Evolução do pessoal docente por tipo de vínculo entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020. 168
Figura 94. Pessoal docente por grupo etário no ano letivo 2019/2020. 169
Figura 95. Pessoal docente por habilitação literária no ano letivo 2019/2020. 169
Figura 96. Evolução do pessoal não docente entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020. 170
Figura 97. Evolução do pessoal não docente por carreira e categoria entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020. 171
Figura 98. Evolução do pessoal não docente por grupo entre os anos letivos 2015/2016 e 2019/2020. 171

Índice de mapas

Mapa 1. Enquadramento geográfico. 22
Mapa 2. População residente por freguesia em 2011. 28
Mapa 3. Variação populacional por freguesia entre 2001 e 2011. 29
Mapa 4. Índice de envelhecimento por freguesia em 2011. 36
Mapa 5. Índice de dependência total por freguesia em 2011. 38
Mapa 6. Índice de dependência de idosos por freguesia em 2011. 39
Mapa 7. Índice de dependência de jovens por freguesia em 2011. 40
Mapa 8. Rede escolar no ano letivo 2019/2020. 80
Mapa 9. Fluxos na educação pré-escolar na EB Castelo de Penalva no ano letivo 2019/2020... 107
Mapa 10. Fluxos na educação pré-escolar na EB Ínsua no ano letivo 2019/2020. 107
Mapa 11. Fluxos na educação pré-escolar no JI Pindo de Baixo no ano letivo 2019/2020. 108
Mapa 12. Fluxos na educação pré-escolar na EB Sezures no ano letivo 2019/2020. 108
Mapa 13. Fluxos no 1.º CEB na EB Castelo de Penalva no ano letivo 2019/2020. 110
Mapa 14. Fluxos no 1.º CEB na EB Ínsua no ano letivo 2019/2020. 111
Mapa 15. Fluxos no 1.º CEB na EB Roriz no ano letivo 2019/2020. 111
Mapa 16. Fluxos no 1.º CEB na EB Sezures no ano letivo 2019/2020. 112

Mapa 17. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020. 113
Mapa 18. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020. 115
Mapa 19. Fluxos no ensino secundário no ano letivo 2019/2020. 116
Mapa 20. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB. 184

Índice de quadros

Quadro 1. População residente entre 1950 e 2011. 25
Quadro 2. População residente entre 2001 e 2020. 26
Quadro 3. População residente segundo os grandes grupos etários entre 1950 e 2011. 34
Quadro 4. População residente entre 1950 e 2011. 42
Quadro 5. Natalidade entre 2011 e 2031. 42
Quadro 6. Taxa de natalidade entre 2011 e 2031. 43
Quadro 7. Índice de envelhecimento e índice de dependência entre 2011 e 2031. 43
Quadro 8. Taxa de atividade segundo o sexo em 2011. 47
Quadro 9. População empregada segundo a situação na profissão em 2011. 50
Quadro 10. População empregada segundo os níveis de qualificação e grupos de profissões em 2011. 51
Quadro 11. Profissões com um maior número de população empregada em 2011. 52
Quadro 12. Proporção da população ativa que está empregada, segundo o sexo, em 2011. 53
Quadro 13. Proporção da população residente que está empregada, segundo o sexo, em 2011. 53
Quadro 14. Taxa de emprego, segundo o sexo, entre 1981 e 2011. 54

Quadro 15. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sexo, em 2018. 55
Quadro 16. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o setor de atividade económica, em 2018. 56
Quadro 17. Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2018. 57
Quadro 18. Diferença salarial face às unidades territoriais de referência do ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o nível de habilitações, em 2018. 57
Quadro 19. Indicadores de empresas em 2015 e variação entre 2007 e 2015. 60
Quadro 20. Indicadores de empresas em 2015 e variação entre 2007 e 2015 (continuação). 61
Quadro 21. População residente com 15 e mais anos de idade segundo o principal meio de vida em 2011. 66
Quadro 22. População residente segundo o nível de escolaridade atingido em 2011. 70
Quadro 23. População residente, com 15 e mais anos de idade, segundo o nível de escolaridade atingido em 2011. 72
Quadro 24. População residente analfabeta com 10 ou mais anos em 2001 e 2011. 73
Quadro 25. Taxa de analfabetismo em 2001 e 2011. 74
Quadro 26. Taxa de analfabetismo em 2011. 75
Quadro 27. Rede escolar no ano letivo 2019/2020. 80
Quadro 28. Rede de creches no ano letivo 2019/2020. 81
Quadro 29. Estado de conservação, acessibilidade e segurança dos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020. 82
Quadro 30. Capacidade instalada e taxa de ocupação na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020. 83
Quadro 31. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020. 83
Quadro 32. Capacidade instalada e taxa de ocupação no 2.º e 3.º CEB e no ensino secundário no ano letivo 2019/2020. 83
Quadro 33. Espaços escolares de apoio nos estabelecimentos de educação e ensino no ano letivo 2019/2020. 84
Quadro 34. Frequência por nível de educação e ensino e rede no ano letivo 2019/2020. 88
Quadro 35. Frequência por freguesia e nível de educação e ensino no ano letivo 2019/2020. 88
Quadro 36. Evolução da frequência por nível de educação e ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 90
Quadro 37. Estabelecimentos de educação e ensino encerrados entre os anos letivos 2005/2006 e 2019/2020. 91
Quadro 38. Frequência na creche por estabelecimento e idade no ano letivo 2019/2020. 93

Quadro 39. Taxas de ocupação e cobertura na creche entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020. 94
Quadro 40. Residência das crianças inscritas na creche no ano letivo 2019/2020. 95
Quadro 41. Frequência na educação pré-escolar por estabelecimento e idade no ano letivo 2019/2020. 96
Quadro 42. Frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino e ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020. 98
Quadro 43. Frequência no 2.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020. 100
Quadro 44. Frequência no 3.º CEB por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020. 102
Quadro 45. Frequência no ensino secundário por ano de escolaridade no ano letivo 2019/2020. 103
Quadro 46. Fluxos na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020. 106
Quadro 47. Fluxos no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020. 109
Quadro 48. Fluxos no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020. 112
Quadro 49. Fluxos no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020. 114
Quadro 50. Fluxos no ensino secundário no ano letivo 2019/2020. 115
Quadro 51. Fluxos por nível de ensino no ano letivo 2019/2020. 117
Quadro 52. Síntese da educação pré-escolar. 120
Quadro 53. Síntese do 1.º CEB. 122
Quadro 54. Síntese do 2.º CEB. 125
Quadro 55. Síntese do 3.º CEB. 125
Quadro 56. Síntese do ensino secundário. 126
Quadro 57. Variação da população escolar potencial. 128
Quadro 58. Provas de aferição no ano letivo 2018/2019 - 1.º CEB (2.º ano). 130
Quadro 59. Provas de aferição no ano letivo 2018/2019 - 2.º CEB (5.º ano). 132
Quadro 60. Provas de aferição no ano letivo 2018/2019 - 3.º CEB (8.º ano). 133
Quadro 61. Evolução das médias das provas finais de Matemática e Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 136
Quadro 62. Evolução das médias dos exames finais de História A, Matemática A e Português entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 139
Quadro 63. Taxa de retenção e desistência por nível de ensino no ano letivo 2018/2019. 140
Quadro 64. Taxa de retenção e desistência no ensino básico no ano letivo 2018/2019. 140
Quadro 65. Taxa de retenção e desistência no ensino secundário no ano letivo 2018/2019. 141
Quadro 66. Evolução da taxa de retenção e desistência por nível de ensino entre os anos letivos 2014/2015 e 2018/2019. 142
Quadro 67. Metas Penalva do Castelo 2026. 143

Quadro 68. Número de crianças com necessidades educativas especiais na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020. 148
Quadro 69. Número de alunos com necessidades educativas especiais no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020. 148
Quadro 70. Número de alunos com necessidades educativas especiais no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020. 149
Quadro 71. Número de alunos com necessidades educativas especiais no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020. 149
Quadro 72. Número de alunos com necessidades educativas especiais no ensino secundário no ano letivo 2019/2020. 150
Quadro 73. Número de crianças inscritas nas AAAF no ano letivo 2019/2020. 152
Quadro 74. Número de alunos inscritos na CAF no ano letivo 2019/2020. 152
Quadro 75. Número de alunos inscritos nas AEC no ano letivo 2019/2020. 153
Quadro 76. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020. 154
Quadro 77. Número de alunos inscritos nas atividades extracurriculares no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020. 154
Quadro 78. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020. 156
Quadro 79. Número de alunos inscritos no desporto escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020. 156
Quadro 80. Número de alunos inscritos no desporto escolar no ensino secundário no ano letivo 2019/2020. 157
Quadro 81. Número de crianças beneficiárias de ação social escolar na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020. 160
Quadro 82. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020. 160
Quadro 83. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020. 161
Quadro 84. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020. 161
Quadro 85. Número de alunos beneficiários de ação social escolar no ensino secundário no ano letivo 2019/2020. 161
Quadro 86. Número de crianças transportadas na educação pré-escolar no ano letivo 2019/2020. 164
Quadro 87. Número de alunos transportados no 1.º CEB no ano letivo 2019/2020. 164
Quadro 88. Número de alunos transportados no 2.º CEB no ano letivo 2019/2020. 165

Quadro 89. Número de alunos transportados no 3.º CEB no ano letivo 2019/2020. 165
Quadro 90. Número de alunos transportados no ensino secundário no ano letivo 2019/2020. 165
Quadro 91. Análise SWOT. 177
Quadro 92. Territórios educativos na educação pré-escolar e no 1.º CEB. 183
Quadro 93. 2.º e 3.º CEB e ensino secundário. 187
Quadro 94. Obras de requalificação da EB Ínsua: trabalhos a realizar e estimativa de custos. ..188

Índice de anexos

Anexo I. Inquérito equipamento educativo. 219
Anexo II. Inquérito população escolar - JI. 221
Anexo III. Inquérito população escolar - EB (1.º CEB). 222
Anexo IV. Inquérito população escolar - EB (1.º CEB e educação pré-escolar). 224
Anexo V. Inquérito população escolar - EB (1.º e 2.º CEB e educação pré-escolar). 226
Anexo VI. Inquérito população escolar - EBS. 228
Anexo VII. Inquérito residência das crianças/alunos. 230
Anexo VIII. População residente entre 1991 e 2011. 232
Anexo IX. Variação populacional entre 1991 e 2011. 233
Anexo X. Crescimento natural entre 2001 e 2020. 234
Anexo XI. Crescimento natural em 2001 e 2011. 235
Anexo XII. Crescimento efetivo entre 2001 e 2011. 236
Anexo XIII. Índice de envelhecimento e índice de dependência em 2001 e 2011. 237
Anexo XIV. População ativa segundo o sexo e grupo etário em 2011. 238
Anexo XV. População empregada segundo o sexo e grupo etário em 2011. 239
Anexo XVI. População empregada segundo o nível de escolaridade em 2011. 240

Anexo XVII. População empregada segundo o setor de atividade económica em 2011.....241
Anexo XVIII. Taxa de desemprego segundo o sexo em 2001 e 2011.....242
Anexo XIX. Evolução da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.....243
Anexo XX. Evolução da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.....244

Anexos

Anexo I. Inquérito equipamento educativo.

Revisão da carta educativa de Penalva do Castelo
Ano letivo 2019/2020
Equipamento educativo

Ano de construção ☐

Ano da última remodelação ☐

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Interior — Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐

Exterior — Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐

ACESSIBILIDADE

Barreiras arquitetónicas

Interiores — Não ☐ Sim ☐ Adaptado ☐

Exteriores — Não ☐ Sim ☐ Adaptado ☐

Soluções

Interiores — Corrimão ☐ Rampa ☐

Elevador vertical ☐ Elevador com cadeira ☐ Elevador com plataforma ☐

Exteriores — Corrimão ☐ Rampa ☐

SEGURANÇA

Sinalização exterior

Barras de segurança ☐

Passadeira ☐

Sinalização vertical ☐

Plano de emergência — Não ☐ Sim ☐

ESPAÇOS DE ENSINO

Salas de actividade/aula por nível de ensino

Nível de ensino	n.º	
	Com ocupação	Sem ocupação
Educação pré-escolar		
1.º CEB		
2.º e 3.º CEB		
Ensino secundário/profissional		
Total		

Salas específicas

Salas específicas		n.º
Laboratório		
Sala de informática		
Sala de educação visual e tecnológica		
Sala de educação musical		
Oficina		
Outra(s). Especificar:		

(Continua)

(Continuação)

Outros espaços educativos

Outros espaços educativos			n.º
Sala de ensino especial	Unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo		
	Unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita		
	Outra(s). Especificar:		
Sala de apoio			
Sala de estudo			
Sala de prolongamento de horário			
Sala de ATL			
Sala de alunos			
Sala polivalente			
Biblioteca			
Mediateca			
Centro de recursos			
Pavilhão gimnodesportivo			
Campo polidesportivo			
Outro(s). Especificar:			

Espaços de apoio

Espaços de apoio	n.º
Secretaria	
Gabinete da direcção	
Gabinete SASE	
Gabinete de educadores/professores	
Gabinete de assistentes técnicos	
Sala de educadores/professores	
Sala de assistentes técnicos	
Sala de assistentes operacionais	
Sala da associação de pais	
Sala da associação de estudantes	
Consultório médico	
Consultório de enfermagem	
Cozinha	
Refeitório	
Bar de alunos	
Bar de professores	
Balneário	
Dispensa	
Arrecadação	
WC adultos	
WC crianças/alunos	
WC adultos adaptados	
WC crianças/alunos adaptados	
Recreio coberto	
Recreio descoberto	
Espaço verde	
Outro(s). Especificar:	

Anexo II. Inquérito população escolar - JI.

Revisão da carta educativa de Penalva do Castelo

Ano letivo 2019/2020

População escolar

JI

POPULAÇÃO ESCOLAR

Idade	n.º
3 anos	
4 anos	
5 anos	

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Tipo de NEE	3 anos		4 anos		5 anos	
	H	M	H	M	H	M
	(n.º)					
Audição						
Visão						
Comunicação e linguagem						
Cognitiva						
Emocional						
Neuromusculoesqueléticos e relacionadas com o movimento						
Aparelho cardiovascular dos sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório						
Aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino						

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA

Crianças	n.º
Educação pré-escolar	

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Tipo	Escalão	n.º
Refeição	**Escalão A**	
	Escalão B	

TRANSPORTE ESCOLAR

Crianças	n.º
Educação pré-escolar	

Anexo III. Inquérito população escolar - EB (1.º CEB).

Revisão da carta educativa de Penalva do Castelo

Ano letivo 2019/2020

População escolar

EB (1.º CEB)

POPULAÇÃO ESCOLAR

Ano	n.º
1.º ano	
2.º ano	
3.º ano	
4.º ano	

ABANDONO ESCOLAR E RETENÇÃO

Ano	Abandono		Retenção	
	H	M	H	M
	(n.º)			
1.º ano				
2.º ano				
3.º ano				
4.º ano				

Nota: Valores referentes ao ano letivo anterior.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Tipo de NEE	1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	H	M	H	M	H	M	H	M
	(n.º)							
Audição								
Visão								
Comunicação e linguagem								
Cognitiva								
Emocional								
Neuromusculoesqueléticos e relacionadas com o movimento								
Aparelho cardiovascular dos sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório								
Aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino								

(Continua)

(Continuação)

COMPONENTE DE APOIO À FAMILIA

Alunos	n.º
1.º CEB	

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Atividade	n.º

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Tipo	Escalão	n.º
Refeição	Escalão A	
	Escalão B	
Livros e material escolar	Escalão A	
	Escalão B	

TRANSPORTE ESCOLAR

Alunos	n.º
1.º CEB	

Anexo IV. Inquérito população escolar - EB (1.º CEB e educação pré-escolar).

Revisão da carta educativa de Penalva do Castelo

Ano letivo 2019/2020

População escolar

EB (1.º CEB e educação pré-escolar)

POPULAÇÃO ESCOLAR

Idade/ano	n.º
3 anos	
4 anos	
5 anos	
1.º ano	
2.º ano	
3.º ano	
4.º ano	

ABANDONO ESCOLAR E RETENÇÃO

Ano	Abandono		Retenção	
	H	M	H	M
	(n.º)			
1.º ano				
2.º ano				
3.º ano				
4.º ano				

Nota: Valores referentes ao ano letivo anterior.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Tipo de NEE	3 anos		4 anos		5 anos		1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	(n.º)													
Audição														
Visão														
Comunicação e linguagem														
Cognitiva														
Emocional														
Neuromusculoesqueléticos e relacionadas com o movimento														
Aparelho cardiovascular dos sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório														
Aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino														

(Continua)

(Continuação)

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA

Crianças	n.º
Educação pré-escolar	

COMPONENTE DE APOIO À FAMILIA

Alunos	n.º
1.º CEB	

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Atividade	n.º

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Tipo	Escalão	Educação pré-escolar	1.º CEB
		n.º	
Refeição	Escalão A		
	Escalão B		
Livros e material escolar	Escalão A		
	Escalão B		

TRANSPORTE ESCOLAR

Crianças/alunos	n.º
Educação pré-escolar	
1.º CEB	

Anexo V. Inquérito população escolar - EB (1.º e 2.º CEB e educação pré-escolar).

Revisão da carta educativa de Penalva do Castelo
Ano letivo 2019/2020
População escolar
EB (1.º e 2.º CEB e educação pré-escolar)

POPULAÇÃO ESCOLAR

1. Número de alunos no ensino regular por ano de escolaridade

Ano	n.º
3 anos	
4 anos	
5 anos	
1.º ano	
2.º ano	
3.º ano	
4.º ano	
5.º ano	
6.º ano	

2. Número de alunos no ensino articulado da música por grau

Ano	n.º
5.º ano	
6.º ano	

ABANDONO ESCOLAR E RETENÇÃO

Ano	Abandono		Retenção	
	H	M	H	M
	(n.º)			
1.º ano				
2.º ano				
3.º ano				
4.º ano				
5.º ano				
6.º ano				

Nota: Valores referentes ao ano letivo anterior.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Tipo de NEE	3 anos		4 anos		5 anos		1.º ano		2.º ano		3.º ano		4.º ano		5.º ano		6.º ano	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	(n.º)																	
Audição																		
Visão																		
Comunicação e linguagem																		
Cognitiva																		
Emocional																		
Neuromusculoesqueléticos e relacionadas com o movimento																		
Aparelho cardiovascular dos sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório																		
Aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino																		

(Continua)

(Continuação)

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA

Crianças	n.º
Educação pré-escolar	

COMPONENTE DE APOIO À FAMILIA

Alunos	n.º
1.º CEB	

ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Atividade	n.º

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Atividade	n.º

DESPORTO ESCOLAR

Atividade	n.º

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Tipo	Escalão	Educação pré-escolar	1.º CEB (n.º)	2.º CEB
Refeição	Escalão A			
	Escalão B			
Livros e material escolar	Escalão A			
	Escalão B			

TRANSPORTE ESCOLAR

Crianças/alunos	n.º
Educação pré-escolar	
1.º CEB	
2.º CEB	

Anexo VI. Inquérito população escolar - EBS.

Revisão da carta educativa de Penalva do Castelo
Ano letivo 2019/2020
População escolar
EBS

POPULAÇÃO ESCOLAR

1. Número de alunos no ensino regular por ano de escolaridade

Ano	n.º
7.º ano	
8.º ano	
9.º ano	
10.º ano	
11.º ano	
12.º ano	

1.1 Número de alunos por curso científico-humanístico e ano de escolaridade

Curso	10.º ano	11.º ano	12.º ano
		(n.º)	
Línguas e humanidades			
Ciências e tecnologias			
Ciências socioeconómicas			
Artes visuais			

2. Número de alunos nas outras modalidades

2.1. Número de alunos no ensino articulado da música por grau

Ano	n.º
7.º ano	
8.º ano	
9.º ano	

2.2. Número de alunos por curso profissional e ano de escolaridade

Curso	10.º ano	11.º ano	12.º ano
		(n.º)	

ABANDONO ESCOLAR E RETENÇÃO

Ano	Abandono		Retenção	
	H	M	H	M
	(n.º)			
7.º ano				
8.º ano				
9.º ano				
10.º ano				
11.º ano				
12.º ano				

Nota: Valores referentes ao ano letivo anterior.

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Tipo de NEE	7.º ano		8.º ano		9.º ano		10.º ano		11.º ano		12.º ano	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
	(n.º)											
Audição												
Visão												
Comunicação e linguagem												
Cognitiva												
Emocional												
Neuromusculoesqueléticos e relacionadas com o movimento												
Aparelho cardiovascular dos sistemas hematológicos e imunológicos e do aparelho respiratório												
Aparelho digestivo e dos sistemas metabólico e endócrino												

(Continua)

(Continuação)

ATIVIDADES EXTRACURRICULARES

Atividade	3.º CEB	Ensino secundário
	(n.º)	

DESPORTO ESCOLAR

Atividade	3.º CEB	Ensino secundário
	(n.º)	

AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Tipo	Escalão	3.º CEB	Ensino secundário
		(n.º)	
Refeição	Escalão A		
	Escalão B		
Livros e material escolar	Escalão A		
	Escalão B		

TRANSPORTE ESCOLAR

Alunos	n.º
3.º CEB	
Ensino secundário	

Anexo VII. Inquérito residência das crianças/alunos.

Freguesia	Lugar	JI Pindo de Baixo	EB Roriz	EB Castelo de Penalva		EB Sezures		EB Ínsua				EBS Penalva do Castelo
		Educação pré-escolar	1º CEB	Educação pré-escolar	1º CEB	Educação pré-escolar	1º CEB	Educação pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário
		(n.º crianças/alunos)										
Antas	Antas											
	Miusela											
Castelo de Penalva	Aldeia das Posses											
	Aldeia de Souto de Vide											
	Amiais											
	Cantos											
	Carvalhal											
	Casal das Donas											
	Castelo de Penalva											
	Codornelas											
	Peges											
	Pereiro/Tibães											
	Pousadas											
	Pousadouros											
	Quintãs											
	Sandiães											
	São Romão											
	Souto de Vide											
	Vales											
	Vila Mendo											
	Vilar do Dão											
	Carvoeiro											
Esmolfe	Esmolfe											
	Vale Amoso											
Germil	Abogões											
	Coucinheiro											
	Germil											
	Lamegal											
	Moinhos da Roda											
	Ponte Nova											
Ínsua	Esporões											
	Goje											
	Gondomar											
	Insua											
	Penalva do Castelo											
	Salgueiro											
	Sangemil											
	Sereia/Calvário											
	Senhora da Ribeira/Quinta da Tapada/Quinta do Rio											
	Quinta das Regadias											
Lusinde	Arvoredo											
	Lusinde											
	Lusindinho											
Mareco	Mareco											
Matela	Matela											
	Moradia											

(Continua)

(Continuação)

Pindo	Aldeia de Casal Diz
	Casal Diz
	Corga
	Encoberta
	Moinhos de Pepim
	Oliveira
	Pindo de Baixo
	Pindo de Cima
	Quinta da Regada da Pedra
	Quinta da Silva
	Quinta da Vinha
	Roriz
	Santa Eulália
	Vila Garcia
	Quinta do Paúl
	Ponte Nova
	Correndinha
	Senhora da Ribeira
Real	Real
	Ribeira
Sezures	Boco
	Campina
	Quinta da Ponte
	Sezures
	Vale Amoso
	Vacaria
Trancozelos	Lisei
	Marinha
	Trancozelinhos
	Trancozelos
Vila Cova do Covelo	Vila Cova do Covelo
Outro(s) município(s). Especificar.	

Anexo VIII. População residente entre 1991 e 2011.

Unidade territorial	1991	2001 (n.º)	2011
Castelo de Penalva	1176	1070	914
Esmolfe	498	485	417
Germil	481	445	427
Ínsua	1755	2045	2045
Lusinde	269	247	189
Pindo	2255	2245	1916
Real	334	294	263
Sezures	952	854	726
Trancozelos	383	332	269
UF Antas e Matela	539	557	473
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	524	445	317
Penalva do Castelo	9166	9019	7956
Viseu Dão Lafões	271800	275934	267633
Centro	2258768	2348397	2327755
Portugal	9867147	10356117	10562178

Fonte: www.ine.pt.

Anexo IX. Variação populacional entre 1991 e 2011.

Unidade territorial	1991-2001		2001-2011		1991-2011	
	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)	(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	-106	-9,01	-156	-14,58	-262	-22,28
Esmolfe	-13	-2,61	-68	-14,02	-81	-16,27
Germil	-36	-7,48	-18	-4,04	-54	-11,23
Ínsua	290	16,52	0	0,00	290	16,52
Lusinde	-22	-8,18	-58	-23,48	-80	-29,74
Pindo	-10	-0,44	-329	-14,65	-339	-15,03
Real	-40	-11,98	-31	-10,54	-71	-21,26
Sezures	-98	-10,29	-128	-14,99	-226	-23,74
Trancozelos	-51	-13,32	-63	-18,98	-114	-29,77
UF Antas e Matela	18	3,34	-84	-15,08	-66	-12,24
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	-79	-15,08	-128	-28,76	-207	-39,50
Penalva do Castelo	**-147**	**-1,60**	**-1063**	**-11,79**	**-1210**	**-13,20**
Viseu Dão Lafões	**4134**	**1,52**	**-8301**	**-3,01**	**-4167**	**-1,53**
Centro	**89629**	**3,97**	**-20642**	**-0,88**	**68987**	**3,05**
Portugal	**488970**	**4,96**	**206061**	**1,99**	**695031**	**7,04**

Fonte: www.ine.pt.

Anexo X. Crescimento natural entre 2001 e 2020.

Anos	N (n.º)	TN (‰)	M (n.º)	TM (‰)	CN (n.º)	TCN (‰)
2001	58	6,43	133	14,75	-75	-8,32
2002	79	8,94	142	16,06	-63	-7,13
2003	71	8,15	159	18,24	-88	-10,10
2004	84	9,74	129	14,95	-45	-5,22
2005	67	7,86	128	15,02	-61	-7,16
2006	61	7,23	109	12,93	-48	-5,69
2007	58	6,96	120	14,40	-62	-7,44
2008	57	6,93	119	14,47	-62	-7,54
2009	53	6,54	135	16,67	-82	-10,12
2010	48	6,02	132	16,57	-84	-10,54
2011	62	7,79	102	12,82	-40	-5,03
2012	50	6,41	119	15,27	-69	-8,85
2013	44	5,73	132	17,19	-88	-11,46
2014	40	5,28	118	15,57	-78	-10,29
2015	42	5,61	138	18,42	-96	-12,81
2016	42	5,69	121	16,38	-79	-10,69
2017	39	5,35	112	15,38	-73	-10,02
2018	45	6,27	120	16,72	-75	-10,45
2019	28	3,94	108	15,18	-80	-11,24
2020	45	6,30	91	12,74	-46	-6,44

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XI. Crescimento natural em 2001 e 2011.

Unidade territorial	2001						2011					
	N (n.º)	TN (‰)	M (n.º)	TM (‰)	CN (n.º)	TCN (‰)	N (n.º)	TN (‰)	M (n.º)	TM (‰)	CN (n.º)	TCN (‰)
Castelo de Penalva	3	2,80	19	17,76	-16	-14,95	5	5,47	18	19,69	-13	-14,22
Esmolfe	4	8,25	2	4,12	2	4,12	4	9,59	4	9,59	0	0,00
Germil	2	4,49	11	24,72	-9	-20,22	3	7,03	12	28,10	-9	-21,08
Ínsua	21	10,27	31	15,16	-10	-4,89	18	8,80	33	16,14	-15	-7,33
Lusinde	1	4,05	6	24,29	-5	-20,24	3	15,87	1	5,29	2	10,58
Pindo	15	6,68	16	7,13	-1	-0,45	10	5,22	14	7,31	-4	-2,09
Real	1	3,40	3	10,20	-2	-6,80	3	11,41	3	11,41	0	0,00
Sezures	8	9,37	23	26,93	-15	-17,56	10	13,77	5	6,89	5	6,89
Trancozelos	0	0,00	4	12,05	-4	-12,05	4	14,87	2	7,43	2	7,43
UF Antas e Matela	2	3,59	13	23,34	-11	-19,75	1	2,11	7	14,80	-6	-12,68
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	1	2,25	5	11,24	-4	-8,99	1	3,15	3	9,46	-2	-6,31
Penalva do Castelo	**58**	**6,43**	**133**	**14,75**	**-75**	**-8,32**	**62**	**7,79**	**102**	**12,82**	**-40**	**-5,03**
Viseu Dão Lafões	**2722**	**9,86**	**3151**	**11,42**	**-429**	**-1,55**	**2101**	**7,85**	**3012**	**11,25**	**-911**	**-3,40**
Centro	**22415**	**9,54**	**27146**	**11,56**	**-4731**	**-2,01**	**18342**	**7,88**	**26356**	**11,32**	**-8014**	**-3,44**
Portugal	**112774**	**10,89**	**105092**	**10,15**	**7682**	**0,74**	**96856**	**9,17**	**102848**	**9,74**	**-5992**	**-0,57**

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XII. Crescimento efetivo entre 2001 e 2011.

Unidade territorial	N	M	CN (n.º)	SM	CE
Castelo de Penalva	56	228	-172	16	-156
Esmolfe	32	58	-26	-42	-68
Germil	39	86	-47	29	-18
Ínsua	204	385	-181	181	0
Lusinde	22	28	-6	-52	-58
Pindo	172	232	-60	-269	-329
Real	18	51	-33	2	-31
Sezures	81	117	-36	-92	-128
Trancozelos	31	53	-22	-41	-63
UF Antas e Matela	30	94	-64	-20	-84
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	13	76	-63	-65	-128
Penalva do Castelo	**698**	**53**	**645**	**-1708**	**-1063**
Viseu Dão Lafões	**43422**	**58997**	**-15575**	**3380**	**-12195**
Centro	**228442**	**297798**	**-69356**	**48714**	**-20642**
Portugal	**1168632**	**1152639**	**15993**	**190068**	**206061**

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XIII. Índice de envelhecimento e índice de dependência em 2001 e 2011.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento		Índice de dependência					
			Total		Jovens		Idosos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
	(%)							
Castelo de Penalva	296,64	427,16	78,93	87,68	19,90	16,63	59,03	71,05
Esmolfe	164,71	203,51	59,02	70,90	22,30	23,36	36,72	47,54
Germil	158,46	210,91	60,65	66,80	23,47	21,48	37,18	45,31
Ínsua	136,08	187,81	57,43	64,65	24,33	22,46	33,10	42,19
Lusinde	155,88	325,00	54,38	81,73	21,25	19,23	33,13	62,50
Pindo	94,40	158,76	55,26	58,74	28,42	22,70	26,83	36,04
Real	251,43	358,33	71,93	71,90	20,47	15,69	51,46	56,21
Sezures	126,49	224,47	66,80	72,45	29,49	22,33	37,30	50,12
Trancozelos	128,57	208,82	62,75	64,02	27,45	20,73	35,29	43,29
UF Antas e Matela	252,70	427,91	88,18	92,28	25,00	17,48	63,18	74,80
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	344,19	816,67	75,20	108,55	16,93	11,84	58,27	96,71
Penalva do Castelo	**154,88**	**235,04**	**63,33**	**70,15**	**24,85**	**20,94**	**38,48**	**49,21**
Viseu Dão Lafões	**123,68**	**166,89**	**54,97**	**58,84**	**24,57**	**22,05**	**30,39**	**36,80**
Centro	**129,60**	**163,43**	**52,56**	**56,57**	**22,89**	**21,47**	**29,67**	**35,09**
Portugal	**102,23**	**127,84**	**47,82**	**51,33**	**23,65**	**22,53**	**24,17**	**28,80**

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XIV. População ativa segundo o sexo e grupo etário em 2011.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				
	H	M	HM	15-24	25-39	40-54	≥55	Total
	(n.º)							
Castelo de Penalva	165	114	279	34	105	90	50	279
Esmolfe	94	72	166	13	67	57	29	166
Germil	99	57	156	18	69	48	21	156
Ínsua	470	431	901	74	378	318	131	901
Lusinde	32	25	57	7	25	16	9	57
Pindo	446	294	740	92	270	272	106	740
Real	54	45	99	14	37	29	19	99
Sezures	128	70	198	24	67	73	34	198
Trancozelos	57	42	99	12	32	38	17	99
UF Antas e Matela	99	61	160	17	56	56	31	160
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	49	28	77	5	29	26	17	77
Penalva do Castelo	1693	1239	2932	310	1135	1023	464	2932
Viseu Dão Lafões	61109	53295	114404	9895	45746	42202	16561	114404
Centro	553200	503025	1056225	83916	413511	407565	151233	1056225
Portugal	2603574	2419793	5023367	431722	2020204	1884609	686832	5023367

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XV. População empregada segundo o sexo e grupo etário em 2011.

Unidade territorial	Sexo			Grupo etário				
	H	M	HM	15-24	25-39	40-54	≥55	Total
	(n.º)							
Castelo de Penalva	155	82	237	25	92	77	43	237
Esmolfe	88	65	153	12	62	52	27	153
Germil	92	41	133	13	57	43	20	133
Ínsua	437	359	796	57	339	285	115	796
Lusinde	28	17	45	6	19	11	9	45
Pindo	416	241	657	74	244	240	99	657
Real	51	35	86	13	29	27	17	86
Sezures	115	51	166	13	55	65	33	166
Trancozelos	51	36	87	9	30	33	15	87
UF Antas e Matela	86	52	138	15	50	50	23	138
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	46	25	71	5	26	24	16	71
Penalva do Castelo	1565	1004	2569	242	1003	907	417	2569
Viseu Dão Lafões	54893	46333	101226	7433	41055	38085	14653	101226
Centro	497941	442270	940211	62998	371319	370334	135560	940211
Portugal	2275974	2085213	4361187	311146	1782781	1665787	601473	4361187

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XVI. População empregada segundo o nível de escolaridade em 2011.

Unidade territorial	Nenhum nível de escolaridade	Ensino básico	Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Total
	(n.º)					
Castelo de Penalva	2	163	52	2	18	237
Esmolfe	2	90	38	2	21	153
Germil	2	97	20	1	13	133
Ínsua	8	422	197	10	159	796
Lusinde	0	26	12	2	5	45
Pindo	8	469	113	2	65	657
Real	0	53	26	1	6	86
Sezures	3	124	21	0	18	166
Trancozelos	4	70	9	0	4	87
UF Antas e Matela	5	84	29	3	17	138
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	1	52	6	2	10	71
Penalva do Castelo	35	1650	523	25	336	2569
Viseu Dão Lafões	790	52468	23509	1094	23365	101226
Centro	8141	467546	230907	12858	220759	940211
Portugal	45428	2E+06	1070989	60442	1122832	4361187

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XVII. População empregada segundo o setor de atividade económica em 2011.

Unidade territorial	Primário	Secundário	Terciário			Total
			Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica	
			(n.º)			
Castelo de Penalva	25	97	115	55	60	237
Esmolfe	6	45	102	49	53	153
Germil	5	41	87	36	51	133
Ínsua	31	224	541	282	259	796
Lusinde	3	18	24	11	13	45
Pindo	59	318	280	136	144	657
Real	6	36	44	20	24	86
Sezures	33	62	71	45	26	166
Trancozelos	15	36	36	17	19	87
UF Antas e Matela	19	44	75	41	34	138
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	7	30	34	16	18	71
Penalva do Castelo	**209**	**951**	**1409**	**708**	**701**	**2569**
Viseu Dão Lafões	**4768**	**29245**	**67213**	**31195**	**36018**	**101226**
Centro	**35018**	**282800**	**622393**	**272878**	**349515**	**940211**
Portugal	**133386**	**1154709**	**3073092**	**1254273**	**1818819**	**4361187**

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XVIII. Taxa de desemprego segundo o sexo em 2001 e 2011.

Unidade territorial	2001			2011		
	H	M	HM	H	M	HM
	(%)					
Castelo de Penalva	9,55	28,57	16,40	6,06	28,07	15,05
Esmolfe	4,55	11,86	7,10	6,38	9,72	7,83
Germil	5,41	13,73	8,02	7,07	28,07	14,74
Ínsua	2,67	7,61	4,80	7,02	16,71	11,65
Lusinde	2,94	14,71	6,86	12,50	32,00	21,05
Pindo	3,20	12,14	6,29	6,73	18,03	11,22
Real	3,51	6,25	4,49	5,56	22,22	13,13
Sezures	1,87	8,75	3,74	10,16	27,14	16,16
Trancozelos	1,27	3,23	1,82	10,53	14,29	12,12
UF Antas e Matela	4,71	19,35	8,62	13,13	14,75	13,75
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	2,22	10,81	4,72	6,12	10,71	7,79
Penalva do Castelo	**3,68**	**11,93**	**6,60**	**7,56**	**18,97**	**12,38**
Viseu Dão Lafões	**4,62**	**10,48**	**7,09**	**10,17**	**13,06**	**11,52**
Centro	**3,93**	**8,09**	**5,76**	**9,99**	**12,08**	**10,98**
Portugal	**5,21**	**8,73**	**6,80**	**12,58**	**13,83**	**13,18**

Fonte: www.ine.pt.

Anexo XIX. Evolução da frequência na educação pré-escolar por estabelecimento entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de educação	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	Variação	
		(n.º)										(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	15	15	14	13	11	7	12	10	13	16	1	6,67
Esmolfe	JI Esmolfe	20	18	11	17	15	20	15	17	16	–	–	–
Germil	JI Germil	12	11	6	5	–	–	–	–	–	–	–	–
Ínsua	EB Ínsua	69	68	74	72	75	71	72	65	75	80	11	15,94
Pindo	JI Pindo de Baixo	31	35	30	25	19	20	17	18	17	13	-18	-58,06
	JI Roriz	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Sezures	EB Sezures	12	10	13	18	22	18	15	9	12	19	7	58,33
Trancoselos	JI Trancoselinhos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
UF Antas e Matela	JI Antas	10	14	14	8	5	4	–	–	–	–	–	–
	Total	**169**	**171**	**162**	**158**	**147**	**140**	**131**	**119**	**133**	**128**	**-41**	**-24,26**

Anexo XX. Evolução da frequência no 1.º CEB por estabelecimento de ensino entre os anos letivos 2010/2011 e 2019/2020.

Freguesia	Estabelecimento de ensino	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019	2019/2020	Variação	
		(n.º)										(n.º)	(%)
Castelo de Penalva	EB Castelo de Penalva	19	26	27	27	27	29	25	23	20	18	-1	-5,26
Ínsua	EB Ínsua	145	143	151	147	139	126	132	131	139	132	-13	-8,97
Pindo	EB Pindo de Baixo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	EB Roriz	63	62	63	57	45	40	38	31	25	31	-32	-50,79
Sezures	EB Sezures	29	24	18	17	19	20	25	29	23	23	-6	-20,69
UF Vila Cova do Covelo e Mareco	EB Castelo de Penalva - Polo EB Vila Cova do Covelo	7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total		**263**	**255**	**259**	**248**	**230**	**215**	**220**	**214**	**207**	**204**	**-59**	**-22,43**